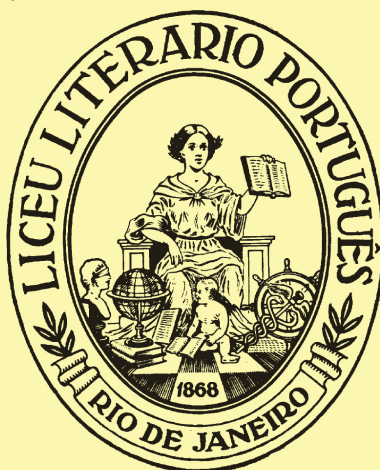


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 53 – 2.º semestre de 2017 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 53 – 2.º semestre de 2017 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
	Presidente de Honra: Antonio Gomes da Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)

Evanildo Bechara (Diretor Geral)

Maximiano de Carvalho e Silva

Antônio Basílio Rodrigues

Rosalvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)

Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)

Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)

Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)

José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)

Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)

Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)

Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)

Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)

Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Rosalvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)

Volker Noll (Universidade de Münster)

Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design

Rossana Henriques

www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português

Rua Senador Dantas, 118 – Centro

CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044

E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Artigos	
<i>A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza</i> de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições.....	9
SÓNIA COELHO ROLF KEMMLER	
As ideias linguísticas de Duarte Nunes do Leão: contribuições à gramaticografia em língua portuguesa.....	35
DIELI VESARO PALMA NEUSA BARBOSA BASTOS	
Variações conceptuais sobre o léxico na segunda metade do séc. XX.....	57
CARLOS ASSUNÇÃO CARLA ARAÚJO	
A prosódia nas atitudes dos falantes: o caso da ironia	71
VERA PACHECO POLLIANA TEIXEIRA ALVES	
A variação tu/você em relações de solidariedade: análise de uma documentação baiana epistolar do século XX.....	100
PRISCILA STARLINE ESTRELA TUY BATISTA ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA	
Complementação finita no português de Angola: para uma gramática da frase	122
MÁRIA DO CÉU FONSECA DAVID JORGE LOPES SUELELA	
A gramática como lugar de materialização de dizeres sobre a língua: o caso do substantivo na 1. ^a e na 37. ^a edição da <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> de Evanildo Bechara	154
THAÍS DE ARAUJO DA COSTA	

As formas de tratamento nominais <i>mulher e minha filha</i> no falar de Fortaleza	192
ALUIZA ALVES DE ARAÚJO	
TATIANE DE ARAÚJO ALMEIDA STUDART GUIMARÃES	
MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA	
Coesão e coerência em produções textuais de universitários	212
ROSEMARI LORENZ MARTINS	
CÍNTIA DE MOURA PINTO	
Da (des)necessária distinção entre complemento nominal e adjunto adnominal: uma análise histórico-bibliográfica	241
ANYA KARINA CAMPOS D'ALMEIDA E PINHO	
SUELI MARIA COELHO	
Reflexões sobre a noção de língua: influência epistemológica saussuriana em Michel Pêcheux	260
CHRISTIANO TITONELI SANTANA	
Colocação pronominal: das dificuldades do autor às ações do revisor textos	270
RICARDO SANTOS DAVID	
Colaboradores deste número	283

APRESENTAÇÃO

Neste segundo número de 2017, *Confluência* mantém vivo e intenso o escopo de contribuir para a difusão dos estudos linguísticos, com natural ênfase nos temas atinentes à língua portuguesa. Reúnem-se nesta edição doze textos de especial valor, seja pela originalidade de enfoques, seja pelo aprofundado tratamento atribuído à matéria desenvolvida.

Como de costume, o temário é vário, não obstante necessariamente vinculado à área dos estudos sobre a linguagem, seja em plano teórico, seja no tocante à aplicação de teses doutrinárias com vistas à descrição de tópicos específicos dos usos linguísticos. Por outro lado, mais uma vez a revista avança na publicação de textos linguístico-historiográficos, da lavra de excelentes pesquisadores brasileiros e portugueses, ratificando, assim, o propósito de lançar novas luzes ao processo de produção e difusão do saber linguístico no percurso do tempo. Com certeza, ficara o leitor satisfeito com a leitura que lhe oferecem as páginas seguintes.

Para nosso orgulho, *Confluência* recebeu, neste ano de 2017, o Prêmio Celso Cunha da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, conferido a personalidades ou veículos acadêmicos que se destacam por sua excelência. Trata-se de mais um motivo para continuarmos nesta trajetória de serviços prestados à cultura e à ciência nacional. Boa leitura!

A GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA
DE JERÓNIMO SOARES BARBOSA E AS SUAS EDIÇÕES

Sónia Coelho

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
ccoelho@utad.pt

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
kemmler@utad.pt

RESUMO: A *Grammatica philosophica da lingua portugueza* de Jerónimo Soares Barbosa, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1822, é uma obra que marcou a gramaticografia da língua portuguesa, sendo justamente considerada uma das mais importantes gramáticas desta língua. No presente artigo, é nosso objetivo, tendo por base as diferentes edições da *Grammatica philosophica* e documentos encontrados na Academia das Ciências de Lisboa, esclarecer algumas questões que têm subsistido sobre a redação e o manuscrito original, a impressão e a divulgação do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, edições.

ABSTRACT: Jerónimo Soares Barbosa's *Grammatica philosophica da lingua portugueza* published by the Academy of Sciences of Lisbon in 1822, is a work that has left a considerable mark on the grammar history of the Portuguese language, rightly being considered one of the most important grammars of said language. Based on the different editions of the *Grammatica philosophica* and on manuscript documents found in the archives of the Academy of Sciences of Lisbon, the present paper aims to settle some questions that have been subsisting concerning the drafting and the original manuscript, the printing process and the grammar's diffusion.

KEYWORDS: Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, editions.

Introdução¹

Como testemunham, entre outras publicações de maior envergadura, a tese de mestrado de Cardoso (1986), bem como os trabalhos académicos mais recentes de Schäfer-Prieß (2000), Santos (2010), Coelho (2013a/b), Ranauro (2015) e Oliveira (2015), a *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*,² publicada pela primeira vez pela Academia das Ciências de Lisboa em 1822, é uma obra de charneira entre as gramáticas portuguesas de cariz mais 'tradicional' e as obras com influências das várias correntes da *Grammaire générale* francesa durante o período anterior à introdução do método histórico-comparativo na linguística portuguesa a partir de 1868.³ Tendo em conta a importância desta

¹ No presente texto, será mantida a grafia original dos textos transcritos em todas as características (o mesmo se aplica a itálicos, sublinhados, negritos, versaletes, etc.). Abreviaturas serão desdobradas mediante o uso de letras itálicas dentro de parênteses retos para as letras interpoladas.

² Para uma panorâmica das informações essenciais sobre a obra, veja-se Schäfer-Prieß (2000, p. 53-55).

³ Schäfer-Prieß (2000, p. 1) constata que a obra de Soares Barbosa teria sido “[...] der letzte Höhepunkt der portugiesischen Grammatikschreibung vor dem Eindringen der historisch-vergleichenden Methode in Portugal [...]”. Apesar de concordarmos com o facto de se tratar de um 'ponto culminante' (assim relativizado pelo tradutor em Schäfer-Prieß no prelo, cap. 0.1): “[...] o ponto culminante da gramaticografia portuguesa anteriormente à entrada em Portugal do método histórico-comparativo”), hesitamos em chamar a obra 'o último ponto culminante' no sentido do texto alemão 'der letzte Höhepunkt'.

É inegável que a gramática de Soares Barbosa constitui a primeira (e até agora única) gramática académica em Portugal, oferecendo-se como gramática científica na senda do racionalista francês Nicolas Beauzée (1717-1789). No entanto, cremos que um juízo completo e fundamentado somente poderá ser feito depois de um estudo de toda a produção metagramatical oitocentista. Nas já referidas grandes monografias sobre a historiografia gramatical portuguesa, verifica-se que Schäfer-Prieß (2000) incluiu no seu corpus as obras oitocentistas dos seguintes treze autores: Manuel Dias de Sousa (1804), *Compendio* (1804), António de Morais Silva (1806), Jerónimo Soares Barbosa (1807), José Joaquim Casimiro (1811), Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão (1812), António José Baptista (1816), José Crisóstomo do Couto e Melo (1818), Francisco Soares Ferreira (1819), António Leite Ribeiro (1819), Sebastião José Guedes Albuquerque (1820), Manuel Borges Carneiro (1820) e Jerónimo Soares Barbosa (1822). As dez obras oitocentistas estudadas em *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos* de Santos (2010) são as dos já referidos Sousa (1804), Silva (1806), Melo (1818), Ferreira (1819) e Barbosa (1822), bem como as gramáticas de Bento José de Oliveira (1862), Francisco Júlio Caldas Aulete (1874), Francisco Adolfo Coelho (1891), Augusto Epifânio da Silva Dias (1870) e Francisco José Monteiro Leite (1882), coincidindo, portanto, em cinco autores. Perante a vastidão da produção metagramatical oitocentista não considerada pelas duas investigadoras, julgamos óbvio que esta deveria ser estudada de maneira mais aprofundada do que foi possível às duas investigadoras.

obra no contexto historiográfico-linguístico português, o presente artigo visa completar e dar a conhecer informações sobre alguns aspetos extrínsecos da obra que não são de conhecimento comum.

1. A autoria da *Grammatica philosophica*

Como consta no próprio rosto da obra, a primeira edição da *Grammatica philosophica* foi impressa pela tipografia da Academia das Ciências de Lisboa em 1822, sendo o autor identificado como “J.S.B. Deputado da Junta da Direcção Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra” (BARBOSA, 1822, p. [I]). Não costuma ser contestado que, por detrás das abreviaturas J.S.B., não se esconde outra pessoa senão o professor de retórica e académico⁴ Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816),⁵ o que se torna mais óbvio pelo facto de a Academia das Ciências o ter mencionado *expressis verbis* no

⁴ Se bem que a informação pareça um pouco confusa, é da seguinte forma que o processo do académico (ACL Processo JSB) informa sobre a pertença de Soares Barbosa à Academia das Ciências: “Mandado tirar da lista dos corresp[ondentes] do N[umer]o na Sessão de 9 de Maio de 1798 = Eleito Socio livre a 30 Nov[embr]o 1809 ou 1803 = Eleito Corresp[ondente] a 4 de Março de 1789 o que agradece por carta de 17 de Abril do dito anno. Dado por + na Sessão de 24 de Junho de 1816”. Como professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, o irmão mais velho do nosso gramático, António Soares Barbosa (1735-1801), já tinha sido eleito sócio efetivo da Academia em 16 de janeiro de 1780 (vgl. ACL *Processo ASB*). Nos dois livros de presença e de assentos (ACL *Assento 1789-1798* e ACL *Sessões 1810-1827*) que se conservam e que contêm as assinaturas dos académicos presentes nas sessões em questão, não se encontra nenhuma assinatura de Soares Barbosa que permita concluir que o mesmo tivesse assistido a qualquer sessão da Academia das Ciências de Lisboa entre os anos de 1789-1798 e 1810-1816.

⁵ Veja-se Fonseca (1972, p. 137). Na literatura sobre Soares Barbosa, são consensuais as datas de nascimento (24 de janeiro de 1737) e de óbito (5 de janeiro de 1816). Assim, costuma afirmar-se que o gramático terá nascido em Ansião, em 24 de janeiro de 1737, tendo falecido em 5 de janeiro de 1816 (na maioria das vezes esta informação não é acompanhada pelo local de óbito). Na verdade, a entrada nos registos de batismo de Ansião somente permite constatar que terá provavelmente nascido por volta de finais de janeiro de 1737 (o assento de batismo de 2 de fevereiro de 1737 não menciona nenhuma data de nascimento, cf. ADLR, 1737). Consta da documentação consultada que Jerónimo Soares Barbosa morreu na freguesia de São João de Almedina, em Coimbra, no dia 5 de janeiro de 1816 (cuja igreja hoje faz parte do Museu Machado de Castro). Para a transcrição dos atos registrais ADLR (1737) e AUC (1816), veja-se Kemmler (2012a, p. 101-102).

despacho académico referente à edição póstuma, nomeadamente na segunda folha da primeira edição de Barbosa (1822, p. [II]):⁶

ARTIGO
EXTRAHIDO DAS ACTAS
DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

DA SESSÃO DE 29 DE JULHO DE 1817⁷

Determina a Academia Real das Sciencias, que a Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, que lhe foi apresentada pelo seu Socio Jeronymo Soares Barboza, seja impressa á custa da Academia. Secretaria da Academia em 17 de Junho de 1820.

José Correa da Serra

*Secretario da Academia*⁸

Ora, se tanto a autoria como a data de publicação da *Grammatica philosophica*, 1822, não constituem objeto de dúvidas para a disciplina da historiografia

⁶ Pouco depois, a própria Academia das Ciências faz referência explícita ao autor, que identifica como 'Jeronymo Soares Barbosa', no "Catalogo Das Obras impressas, e mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com os preços, por que cada uma dellas se vende brochada" (ACL, 1823, p. 153-157). Também consta deste catálogo que a obra estava à venda pelo preço de 960 réis (ACL, 1823, p. 157). É digno de nota, neste contexto, que o preço do *Ensaio sobre alguns synonymos da lingoa portugueza* do Cardeal Saraiva, Francisco de S. Luís, publicado na segunda edição em 1824, era de 720 réis.

⁷ Com efeito, a primeira linha da ata da "Sessão extraordinaria de 29 de Julho" apresenta uma referência algo lacónica sobre a gramática académica: "Deraõ-se p[ar]a se imprimir a Gramatica da Lingoa Portugueza e Tratado de Policia Medica do S[enho]r J[oz]e Pinh[e]iro de Freitas" (ACL *Sessões*, 1810-1827, p. 92).

⁸ Também a segunda edição de 1830 traz um despacho académico, desta vez da sessão de 5 de Novembro de 1829. Este "Artigo extrahido das actas" foi assinado pelo então Vice-Secretário da Academia, Manuel José Maria da Costa e Sá, com data de 2 de Setembro de 1830, e reza o seguinte: "*Determina a Academia Real das Sciencias, que a Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, que lhe foi apresentada pelo seu Socio Jeronymo Soares Barboza, seja reimpressa á custa da Academia, e debaixo do seu Privilegio. Secretaria da Academia em 2 de Setembro de 1829*" (BARBOSA, 1830, p. [III]). Os exemplares a partir da terceira edição (BARBOSA, 1862) já não apresentam este paratexto informativo.

linguística,⁹ o mesmo não se pode afirmar sobre a questão da presumível data da redação do texto que, como sabemos, foi publicado seis anos após a morte do ilustre gramático.

Há várias razões que levam a pensar numa redação bastante anterior à publicação em 1822. A primeira é a indicação “Coimbra, 24 de junho de 1803”, que foi inserida pela primeira vez no fim da introdução da quarta edição (BARBOSA, 1866, p. XV).¹⁰

No que respeita aos conteúdos da *Grammatica philosophica*, deve-se tomar em consideração que algumas noções do pensamento linguístico de Jerónimo Soares Barbosa já haviam sido divulgadas ainda em finais do século XVIII, nomeadamente no âmbito do manual de ensino primário intitulado *Eschola popular das primeiras letras* que o autor tinha publicado anonimamente em Coimbra, em 1796.¹¹ Com efeito, os dois opúsculos *Da ORTHOEPIA OU BOA PRONUNCIÇÃO, E LEITURA DA LINGUA PORTUGUEZA* (BARBOSA, 1796a) e *Da calligraphia, e orthographia, ou arte de escrever bem e certo a lingua portugueza* (BARBOSA, 1796c) fornecem informações importantes sobre a génese das ideias do gramático no que respeita às áreas da ortoépia e da ortografia (e das partes da oração), respetivamente.¹²

2. Os manuscritos de Coimbra e a *Grammatica philosophica*

Para além da datação e da relação com a *Eschola popular*, convém recordar a única gramática propriamente dita publicada em vida do autor, intitulada *As duas linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada*

⁹ Veja-se, em vez de outras fontes, Silva (1859, III, p. 277): “*Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da Grammatica Geral, applicados á nossa linguagem*. Publicada de ordem da *Academia real das Sciencias*. Lisboa, na Typ. da mesma Academia 1822 4.º - *Segunda edição*, ibi, 1830. 4.”.

¹⁰ Anteriormente à prova em contrário por Kemmler, Assunção e Fernandes (2009, p. 203-204), os investigadores que se dedicaram ao estudo da obra de Soares Barbosa (assim, por exemplo, SCHÄFER-PRIEB, 2000, p. 53-54 e CARDOSO, 1986, p. 69) tinham considerado que a referência a 1803 teria sido inserida na *Grammatica philosophica* a partir da quinta edição (BARBOSA, 1871).

¹¹ A *Eschola popular* foi publicada em quatro partes (BARBOSA, 1796a-1796d). Vejam-se os artigos Kemmler (2010) e Kemmler (2011).

¹² Para um breve estudo contrastivo entre as ideias ortográficas de Soares Barbosa veja-se Kemmler (2012c).

com a latina (1807).¹³ Esta obra termina com um “Catalogo das [...] Obras de Jeronymo Suares Barboza, Jubilado na Cadeira de Eloquencia, e Poesia da Universidade, e na mesma Deputado da Junta da Directoria Geral, &c.”, em cuja secção dos manuscritos à venda¹⁴ Barbosa (1807, p. [II]) menciona dois manuscritos metagramaticais:

Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza 4. vol. 8.º

Grammatica Philosophica da Lingua Portug. compendiada. 1. vol. 8.º *licenciada*.

Como foi constatado por Kemmler, Assunção e Fernandes (2009), o manuscrito 'compendiado' e 'licenciado' somente pode corresponder à obra *As duas linguas*, por ter sido a única obra congénere que na época passou pelos trâmites censórios.¹⁵ No que respeita, porém, à referida “Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza 4. vol. 8.º”, não parece que haja qualquer razão para duvidar de que se possa tratar do manuscrito da própria gramática académica.

No entanto, devem ainda ser consideradas outras informações que se referem a manuscritos inéditos de Soares Barbosa. O primeiro aspeto a ser considerado é a informação de Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) segundo a qual o administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, Olímpio Nicolau Rui Fernandes (1820-1879), adquiriu, em meados do século XIX, alguns manuscritos de Soares Barbosa:¹⁶

¹³ Trata-se de uma gramática escolar latino-portuguesa, publicada ainda em vida do autor. Para o estabelecimento definitivo do ano de publicação desta obra, que no próprio rosto não é datada, veja-se Kemmler, Assunção e Fernandes (2009, p. 208-213).

¹⁴ O *Catalogo* de Barbosa (1807, p. [II]) termina com a seguinte indicação: “*Quem quizer comprar alguma destas Obras impressas, ou imprimir alguma das Manuscritas só com a gratificação de alguns exemplares; dirija-se à Loje de Antonio Barneoud, Mercador de livros em Coimbra*”. Se bem que esta referência não permita uma conclusão definitiva, pelo menos admite questionar se a autoria deste catálogo deverá ser atribuída a Jerónimo Soares Barbosa ou ao livreiro coimbrão António Barneoud, que foi Administrador da Imprensa da Universidade de 9 de junho de 1790 a 31 de março de 1807 (CARVALHO, 1868, p. 366).

¹⁵ Veja-se Kemmler, Assunção e Fernandes (2009, p. 215). É digno de nota que Barbosa (1807, p. [II]) também apresenta uma entrada à própria gramática latino-portuguesa dentro do catálogo que faz parte da obra: “*As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, comparada com a Latina para se aprenderem ambas ao mesmo tempo. 8.º Coimbr. 1807*”.

¹⁶ Uma vez que o próprio Inocêncio informa que Fernandes foi nomeado administrador interino da Imprensa da Universidade de Coimbra em 16 de março de 1854 (veja-se SILVA, 1894, XVII, p. 119; cf. também CARVALHO, 1868, p. 370), vindo a falecer em pleno exercício do cargo a 2 de abril de 1879, a referida compra dos manuscritos de Soares Barbosa deve ter-se realizado entre 1854 e 1859, ano em que Inocêncio faz a primeira referência ao assunto.

O sr. Olympio Nicolau Ruy Fernandes, actual administrador da imprensa da Universidade, adquiriu ha pouco tempo por titulo de compra alguns dos manuscritos que ficaram por morte de Jeronymo Soares, no intento de os publicar a expensas suas, persuadido de que n'isso fazia um bom serviço ás letras.

Effectivamente, alguns d'esses manuscritos se acham já impressos, e á venda, segundo vejo dos catalogos que recentemente chegaram a esta cidade. Eis-aqui a designação d'elles (SILVA, 1859, III, p. 278).

Não se sabe qual é a totalidade dos manuscritos adquiridos por Fernandes. São conhecidas algumas publicações póstumas de natureza retórica¹⁷ e religiosa, no entanto estas publicações não incluem nenhuma gramática.

Com base nas suas investigações, Schäfer-Prieß (2000, p. 54) menciona a existência de um manuscrito não datado existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC): “Um manuscrito sem data da *Gramática filosófica* com a anotação “Letra de Joaquim Ignacio de Freitas” encontra-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (ms. 1162)”¹⁸.

Como já se constatou em Kemmler, Assunção e Fernandes (2009, p. 206-207), na verdade existem duas gramáticas filosóficas manuscritas na BGUC, cujos textos não correspondem à gramática académica, apresentando, para além disso, grafias divergentes da mão própria do gramático.

Pode-se, portanto, concluir que as 'pistas coimbrãs' de um possível par-deiro do manuscrito da *Grammatica philosophica* não forneceram os resultados desejados. Convém dirigirmo-nos, então, à Academia das Ciências de Lisboa.

3. A Academia das Ciências e o manuscrito da *Grammatica philosophica*

Como seria expectável de modo a esclarecer algumas questões bibliográficas pendentes relacionadas com a presente gramática, foi possível localizar algumas informações no arquivo da Academia das Ciências de Lisboa que lançam uma nova luz sobre o surgimento e a propagação da obra como gramática académica de oitocentos.

Desta forma, primeiramente devem considerar-se as atas das sessões extraordinárias da Academia das Ciências que se referem à obra. Assim, a se-

¹⁷ Como, por exemplo, a tradução EXCELLENCIAS DA ELOQUENCIA POPULAR (BARBOSA, 1859).

¹⁸ “Ein undatiertes Manuskript der *Gramática filosófica* mit dem Vermerk «Letra de Joaquim Ignacio de Freitas” befindet sich in der Universitätsbibliothek Coimbra (Ms. 1162)” [tradução de Jaime Ferreira da Silva].

guinte frase que surge no final da ata da “Sessão extraordinária de 6 de Junho de 1816” confirma que os académicos presentes tinham decidido usar o texto de Barbosa como a gramática académica uns meros seis meses após a morte do autor: “Ficou aprovada a Grammatica Philosophica do S[enho]r Jeronimo S[oar]es; e assentou-se em remetter a seu Jrmaõ o S[enho]r Nicolao S[oar]es p[ar]a a emendar seg[un]do a orthographia do Author, e os seus princípios” (ACL *Sessões*, 1810-1827, p. 74).¹⁹

Na sessão de 6 de junho 1816, os académicos presentes decidiram, portanto, aprovar a gramática e incumbiram Nicolau Soares Barbosa (1750-1833), o irmão mais novo do gramático, da revisão ortográfica e linguística do manuscrito. Pouco tempo depois, uma carta do mesmo irmão levantou novas questões que se encontram documentadas da seguinte maneira no âmbito da ata da “Sessão extraordinária de 2 de Julho de 1816”:

Apresentou-se huma carta de Nicoláo S[oar]es Barboza remetida p[e]lo S[enho]r Fr[ancisc]o M[anu]el Trigozo, pedindo a Grammatica Philosophica, q[ue] seu Jrmaõ havia offerecido á Academia q[ue]r dizer, o S[enho]r Jeronimo S[oar]es, o q[ua]l fez o d[it]o offerecim[en]to p[or] intervençãõ do S[enho]r Castilho: e assentou-se q[ue] se-escrevesse ao d[it]o S[enho]r Castilho pedindo-lhe alguma explicaçãõ deste procedim[en]to (ACL *Sessões*, 1810-1827, p. 77).²⁰

Dado que até mesmo a entrada de junho de 1816 deixa claro que o manuscrito da *Grammatica philosophica* naquela época já se encontrava fisicamente ao dispor da Academia das Ciências, a questão de como a Academia teve acesso ao manuscrito também fica evidente: foi o próprio gramático Jerónimo Soares Barbosa que ofereceu o manuscrito à Academia das Ciências de Lisboa, tendo como intermediário o académico José Feliciano de Castilho (1765-1826), que era professor de medicina em Coimbra.

¹⁹ Neste contexto, é de salientar que nenhum dos académicos presentes que assinaram a ata nesse dia é conhecido como gramático ou até mesmo como linguista. Na sequência das assinaturas, trata-se de Joaquim José da Costa e Macedo, Sebastião Francisco de Mendes Trigozo, Francisco Manuel Trigozo [de Aragão Morato], Alexandre António das Neves, António das Neves [Pereira?], João Faustino, Joaquim Pedro Fragozo [da Mota de Sequeira] e Francisco de Melo Franco (ACL *Sessões*, 1810-1827, p. 74).

²⁰ Em relação à sessão de 6 junho de 1816, estavam ausentes dois académicos, estando, para além disso, presente outro académico, pelo que se constata que a assistência à sessão de 2 de julho de 1816 era em grande medida idêntica, pois estavam presentes: Joaquim José da Costa e Macedo, Alexandre António das Neves, Bernardino António Gomes, António das Neves [Pereira?], João Faustino, Joaquim Pedro Fragozo da Mota de Sequeira e Francisco de Melo Franco (ACL *Sessões*, 1810-1827, p. 78).

No que respeita à carta de Nicolau Soares Barbosa que é invocada pela ata da sessão académica, parece infelizmente que esta não se conserva. Por os académicos reunidos já terem decidido anteriormente disponibilizar-lhe o manuscrito da gramática para a realização das correções necessárias, não se pode excluir que a correspondência se esteja a referir a esta questão. Perante a ausência do manuscrito original, ficamos sem saber em que medida o mais jovem dos irmãos Soares Barbosa chegou a fazer correções ou alterações ao texto primitivo da *Grammatica philosophica* e se estas terão integrado a primeira edição ou uma das edições posteriores.

Posto isto, ao ficar assim esclarecido que a Academia das Ciências de Lisboa tomou posse legítima e propriedade legal do manuscrito da *Grammatica philosophica* por meio de uma doação feita pelo próprio autor para fins de publicação, surge de novo e com maior precisão a pergunta sobre o paradeiro atual deste manuscrito.

É num inventário da tipografia académica intitulado “Relação dos originaes que se acham archivados na typographia”, estabelecido pelo diretor da tipografia da Academia das Ciências, Carlos Cirilo da Silva Vieira, que encontramos uma entrada que nos fornece, pelo menos, uma resposta parcial a esta pergunta:

“Grammatica Philosophica por Soares Barbosa (o autographo, 1.^a edição)”
(VIEIRA, 1875, fol. 111 r).

Como o inventário teve como finalidade documentar a presença física de todas as obras impressas e manuscritas que se encontravam nos espaços ocupados pela tipografia académica em 1875, a referida entrada serve como prova de que, em novembro de 1875, o manuscrito redigido por Jerónimo Soares Barbosa ainda se encontrava na posse da tipografia da Academia das Ciências.²¹

Sendo de constatar que, provavelmente, a maioria dos livros de natureza administrativa relacionados com a atividade comercial da tipografia entrou no fundo existente dos “Livros de Secretaria”, o mesmo parece não se ter aplicado aos manuscritos que Vieira inventariou em 1875 como fazendo parte do espólio da tipografia. Estas obras não são mencionadas nos catálogos de manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências, pelo que se impõe a pergunta: o que terá acontecido a estes manuscritos após a extinção definitiva da tipografia da Academia das Ciências em 1910/1911?

²¹ É possível que o manuscrito tenha sido disponibilizado à tipografia pela Academia das Ciências para a preparação da sexta edição (BARBOSA, 1875). Coloca-se, neste contexto, a pergunta sobre o paradeiro do manuscrito depois da impressão em 1875 ou após a preparação da sétima edição (BARBOSA, 1881).

4. As edições da *Grammatica philosophica* e a documentação existente

Neste último ponto, apresentaremos as edições conhecidas da *Grammatica philosophica*, bem como alguns documentos manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa que nos permitem uma melhor compreensão do contexto editorial da obra.

4.1 As edições da *Grammatica philosophica*

Como se sabe, a *Grammatica philosophica* teve um total de sete edições no século XIX, todas elas publicadas pela tipografia da Academia das Ciências de Lisboa.

Tabela 1: *As edições da Grammatica philosophica*

Edição	Localidade	Designação da tipografia	Ano	Páginas
[primeira edição]	Lisboa	NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS.	1822	[IV], XIV, 466 págs.
SEGUNDA EDIÇÃO	Lisboa	NA TYPOGRAPHIA DA MESMA ACADEMIA.	1830	[IV], XIV, 458 págs.
TERCEIRA EDIÇÃO	Lisboa	TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA	M DCC LXII	XVI, 347 págs.
QUARTA EDIÇÃO	Lisboa	TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS	MDCCLXVI	XVI, 304 págs.
QUINTA EDIÇÃO	Lisboa	TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS	MDCCLXXI	XVI, 320 págs.
SEXTA EDIÇÃO	Lisboa	TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS	1875	XVI, 320 págs.
SETIMA EDIÇÃO	Lisboa	typographia da academia real das sciencias	1881	XVI, 320 págs.
[oitava edição]	Lisboa	Academia das Ciências de Lisboa	2004	VIII, 515 págs.

[nona edição]	Braga	Universidade Católica Portuguesa	2005	VIII, 515 págs.
[décima edição]	Charleston	Bibliolife	s.d.	XVI, 320 págs.
[décima primeira edição]	Vila Real	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras	2013	744 págs.

4.1.1 Descrição das edições oitocentistas

4.1.1.1 A primeira edição (1822)

A primeira edição foi impressa em 1822 e apresenta um formato *in-quarto*. Na página de rosto é apresentado o título da obra em maiúsculas, o autor – apenas com as iniciais J. S. B e com a referência ao cargo de “*Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e das Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra*” (BARBOSA, 1822, p. [I]) –, o logótipo da Academia das Ciências, o local de edição, a tipografia e o ano de edição.

Seguem-se duas folhas, uma que apresenta uma citação de Cícero²² e outra dedicada ao referido “ARTIGO EXTRAHIDO DAS ACTAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS” (BARBOSA, 1822, p. [III]), relativo à sessão de 29 de julho de 1817, que determina a publicação da obra. Este despacho académico data de 17 de junho de 1820 e está assinado pelo então Secretário da Academia, o abade José Correia da Serra (1750-1823).

A introdução à obra ocupa catorze páginas e a gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 451 páginas que se seguem. O livro termina com um índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que perfaz um total de seis páginas. A separar o artigo académico e a introdução, bem como a gramática e o índice, encontramos uma página em branco, respetivamente.

No final do livro, encontramos ainda o “CATALOGO Das Obras já impressas; e mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; com os preços, por que cada huma dellas se vende brochada” (BARBOSA, 1822, p. 459), que, não fazendo parte da obra, foi certamente impresso juntamente com ela e para a integrar, pois há uma continuidade na numeração das

²² Cf. Barbosa (1822, p. [II]): “*Usum loquendi populo concessi, scientiam mihi reservavit. Cic. Orat. 48*”.

páginas, ou seja, as páginas do catálogo são numeradas e vão da 459 à 466. A *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa é o último livro anunciado como impresso, surgindo no número LIX, e encontra-se marcada com o preço de venda de 960 réis.²³

4.1.1.2 A segunda edição (1830)

A segunda edição data de 1830, tendo, portanto, sido publicada oito anos após a primeira, também num formato *in-quarto*. Na página de rosto, é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor, que nesta edição já surge por extenso. Para além da referência ao cargo de Jerónimo Soares Barbosa como “*Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e das Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra*” (BARBOSA, 1830, p. [I]), acrescenta-se a informação “*e Socio da Academia Real das Sciencias*” (BARBOSA, 1830, p. [I]). Seguem-se o número da edição, o logótipo da Academia, o local de edição, a tipografia, o ano de edição e ainda a frase “*Com Licença de SUA Magestade*” (BARBOSA, 1830, p. [I]).

Tal como acontece na primeira edição, ao frontispício sucede uma página que apresenta a referida citação de Cícero e outra dedicada ao “ARTIGO EXTRAHIDO DAS ACTAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DA SESSÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1829” (Barbosa 1830: [III]), que determina a reimpressão da obra “[...] *á custa da Academia, e debaixo do seu Privilegio*” (BARBOSA, 1830, p. [III]). Este despacho académico data de 2 de setembro de 1830 e está assinado pelo então Vice-Secretário da Academia, Manuel José Maria da Costa e Sá (1791-1843).

No que diz respeito ao número de páginas, encontramos exatamente o mesmo número da primeira edição: a introdução ocupa catorze páginas; a gramática, dividida em quatro livros, ocupa 451 páginas; e o índice dos capítulos, artigos e parágrafos perfaz um total de seis páginas. A separar o referido artigo académico e a introdução, bem como a gramática e o índice, encontramos uma página em branco, respetivamente.

Digna de destaque é, ainda, a referência que Inocêncio faz, no volume III, aos exemplares impressos debaixo da designação de segunda edição. Segundo o bibliógrafo oitocentista, os exemplares da edição de 1830 apresentam algumas

²³ Segundo a informação que consta no final do *Catalogo*, estas obras encontravam-se à venda “[...] em Lisboa nas lojas dos Mercadores de Livros na rua das Portas de Santa Catharina; e em Coimbra, e no Porto tambem pelos mesmos preços” (BARBOSA, 1822, p. 466).

diferenças no que respeita aos tipos e ao papel, devido ao facto de terem sido impressos em dois momentos diferentes:

Para explicar a discrepância que se observa nos diversos exemplares d'esta edição, assim no typo, como no papel, de pag. 259 em diante, convem saber que a tiragem fôra no principio mais numerosa (creio que de 1:500 exemplares); quando porém ella chegava a pag. 258, a Academia resolveu que d'ahi em diante ficasse reduzida a metade. Restou por conseguinte meia incompleta, e assim se conservou até que de todo se exauriram os exemplares publicados. Em 1856 a Academia mandou proseguir na composição e tiragem das folhas que faltavam para completar o volume, isto é, de pag. 259 até 458, em que findou a obra; e que se fizessem tambem novos frontispicios, conservando n'estes as mesmas indicações de *segunda edição*, e a data de 1830. Assim se executou, e os exemplares appareceram á venda; mas pela differença dos typos e pela do papel, facilmente se distinguem estes publicados em 1856 dos que foram realmente impressos em 1830 (SILVA, 1859, III, p. 277).

É, no entanto, de constatar que não conseguimos detetar as características descritas por Inocêncio em nenhum dos exemplares da segunda edição que consultámos.²⁴

4.1.1.3 A terceira edição (1862)

Publicada 32 anos após a segunda, a terceira edição data de 1862 e apresenta um formato *in-oitavo*. Diferentemente das duas anteriores, a anteceder a página de rosto surge uma folha onde se pode encontrar o título “GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA” (BARBOSA, 1862, p. [I]). Na página de rosto é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor por extenso, com a referência aos cargos de “DEPUTADO DA JUNTA DA DIRECTORIA GERAL DOS ESTUDOS E ESCÓLAS DO REINO EM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS” (BARBOSA, 1862, p. [III]). Seguem-se o número da edição, “TERCEIRA EDIÇÃO”, o logótipo da Academia (que apresenta algumas diferenças em relação ao ostentado pelas duas edições anteriores), o local de edição, a tipografia e o ano de edição, que, diversamente das edições anteriores, surge grafado em numeração romana (M DCCC LXII).

²⁴ O nosso exemplar, embora seja impresso em papel de qualidade inferior, não apresenta as características explanadas por Inocêncio.

Tal como acontece na primeira edição, ao frontispício sucede uma página com a citação de Cícero. No entanto, a partir desta edição, já não se encontra mais o paratexto informativo intitulado “ARTIGO EXTRAHIDO DAS ACTAS DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS” (BARBOSA, 1822, p. [III]), que nos dava conta da deliberação dos sócios académicos relativamente à reimpressão da obra.

Assim, segue-se de imediato a introdução à obra, que ocupa onze páginas, numeradas de VI a XV. A gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 342 páginas que se seguem. O livro termina com um índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que perfaz um total de cinco páginas. A separar a introdução e a gramática encontramos uma página em branco, respetivamente.

4.1.1.4 A quarta edição (1866)

Publicada apenas quatro anos após a terceira, a quarta edição data de 1866 e apresenta um formato *in-oitavo*. Tal como a anterior, a anteceder a página de rosto, ostenta uma folha onde se pode encontrar o título “GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA” (Barbosa 1866: [I]). Na página de rosto é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor por extenso. De referir que o último nome do gramático deixa agora de ser grafado com <-z-> (Barboza), para passar a ser grafado com <-s-> (Barbosa). Seguem-se o número da edição, “QUARTA EDIÇÃO”, o local de edição, a tipografia e o ano de edição, que, como na anterior, surge grafado em numeração romana (M DCCCCLXVI, cf. BARBOSA, 1866, p. [III]).

Comparativamente às edições anteriores, nesta edição o frontispício perde a informação relativa aos cargos do autor como “DEPUTADO DA JUNTA DA DIREC-TORIA GERAL DOS ESTUDOS E ESCÓLAS DO REINO EM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS” (BARBOSA, 1862, p. [III]), bem como o logótipo da Academia.

Ao frontispício sucede uma página com a citação de Cícero e, na página a seguir, a introdução à obra, que vai da página V à XVI. Merece especial menção o facto de, a partir desta edição, serem acrescentados, no final da introdução, o local e a data da conclusão da redação da gramática: “Coimbra, 24 de junho de 1803” (BARBOSA, 1866, p. XVI). A indicação desta data, como referimos anteriormente, permite-nos concluir que a redação é, portanto, bastante anterior à primeira publicação da obra.

A gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 300 páginas que se seguem. O livro termina com um índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que perfaz um total de quatro páginas.

4.1.1.5 A quinta edição (1871)

A quinta edição data de 1871, portanto foi publicada cinco anos após a quarta, e apresenta um formato *in-oitavo*. Tal como a anterior, a anteceder a página de rosto, ostenta uma folha onde se pode encontrar o título “GRAMMÁTICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA” (BARBOSA, 1871, p. [I]). Na página de rosto é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor por extenso. Seguem-se o número da edição, “QUINTA EDIÇÃO”, o local de edição, a tipografia e o ano de edição, que, como nas duas anteriores, surge grafado em numeração romana (M DCCCLXXI, cf. BARBOSA, 1871, p. [III]).

Ao frontispício sucede uma página com a citação de Cícero e, na página a seguir, a introdução à obra, que se estende da página V à XV. A gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 315 páginas que se seguem. O livro termina com um índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que perfaz um total de quatro páginas. A separar a introdução e a gramática, bem como a gramática e o índice, encontramos uma página em branco, respetivamente.

4.1.1.6 A sexta edição (1875)

A sexta edição data de 1875, portanto foi publicada quatro anos após a quinta, e apresenta um formato *in-oitavo*. A anteceder a página de rosto, ostenta uma folha onde se pode encontrar o título “GRAMMÁTICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA” (BARBOSA, 1875, p. [I]). Na página de rosto, é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor por extenso. Seguem-se o número da edição, “SEXTA EDIÇÃO”, o local de edição, a tipografia e o ano de edição, que volta a ser grafado em numeração árabe, como nas duas primeiras edições.

Ao frontispício sucede uma página com a citação de Cícero e, na página a seguir, a introdução à obra, que vai da página V à XV. A gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 315 páginas que se seguem e o índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática perfaz um total de quatro páginas.

No fim da obra, como novidade relativamente a todas as outras edições, imediatamente a seguir ao índice, apenas separada por uma linha de cerca de 1,5 cm colocada ao centro, esta edição exhibe uma “ERRATA ESSENCIAL”

(BARBOSA, 1875, p. 320). Esta errata apresenta apenas um erro a corrigir, portanto ocupa somente o espaço de uma linha.²⁵

A separar a introdução e a gramática, bem como a gramática e o índice, encontramos uma página em branco, respetivamente.

4.1.1.7 A sétima edição (1881)

A sétima e última edição oitocentista data de 1881. Publicada seis anos após a sexta, também apresenta um formato *in*-oitavo. A anteceder a página de rosto, ostenta uma folha onde se pode encontrar o título “GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA” (BARBOSA, 1881, p. [I]). Na página de rosto é apresentado o título da obra em maiúsculas e o nome do autor por extenso. Seguem-se o número da edição, “SETIMA EDIÇÃO”, o local de edição, a tipografia e o ano de edição em numeração árabe.

Ao frontispício sucede uma página com a referida citação de Cícero e, na página a seguir, a introdução à obra, que ocupa doze páginas, da V à XVI. A gramática, dividida em quatro livros, ocupa as 315 páginas que se seguem. O livro termina com um índice dos capítulos, artigos e parágrafos da gramática, que perfaz um total de quatro páginas. A separar a gramática e o índice, encontramos uma página em branco, respetivamente.

4.1.2 Descrição das edições modernas

As edições de 2004 e 2005 devem-se ao saudoso filólogo Amadeu Rodrigues Torres (1924-2012), que acrescentou um estudo preliminar ao fac-símile da primeira edição de 1822. Já a edição da editora Bibliolife constitui um fac-símile da quinta edição (1871), ao passo que a edição crítica de Coelho (2013a/b) contempla todas as edições académicas oitocentistas.

4.2 Informações bibliográficas dos fundos da tipografia académica

Para além das informações apresentadas sobre o manuscrito da *Grammatica philosophica*, os arquivos da tipografia da Academia de Ciências de Lisboa fornecem informações sobre algumas das reedições da obra. Assim, o livro ACL *Tiragens* (1865-1899) reúne informações sobre as quantidades produzidas das últimas quatro edições:

²⁵ Cf. Barbosa (1875, p. 320): “Pag. 261, lin. 2, aonde se lê TEMPOS leia-se TERMOS”.

quarta edição (1866) – 1050 exemplares no mês de janeiro de 1866 (ACL *Tiragens* 1865-1899: fol. 2 v);
quinta edição (1871) – 1500 exemplares no mês de julho de 1870 [sic!]²⁶ (ACL *Tiragens* 1865-1899: fol. 23 r);²⁷
sexta edição (1875) – 1510 exemplares no mês de 1875 e a indicação explícita de pertencer à '6.^a edição' (ACL *Tiragens* 1865-1899: fol. 36 r)²⁸
sétima edição (1881) – 1512 exemplares no mês de junho de 1881 e a indicação explícita de pertencer à '7.^a edição' (ACL *Tiragens*, 1865-1899, fol. 43 r).

Por outro lado, nos documentos arquivísticos conservam-se os cálculos detalhados sobre a produção de duas das edições. Como se pode ver no caso da terceira edição de 1862, estes cálculos são bastante elucidativos:

Grammatica Philosophica da lingua Portugueza, 3. ^a edição – 960 ex[emplar]es (2 resmas)			
Composição de 23 folhas – a 3:600 r[ei]s		82:800	
// de capas	600 r[ei]s	<u>600</u>	83\$400
Impressão de 23 folhas – a 2:000 r[ei]s		46:000	
// de capas		<u>600</u>	46\$600
Papel 46 resmas – a 2:800 r[ei]s a resma		128:800	
// de côr para capas – 5 mãos - a razão			
de 6:000 r[ei]s a resma		<u>1:500</u>	<u>130\$300</u>
		<u>Soma R[ei]s</u>	<u>260\$300</u>

N[ota] Esta obra pertence ao anno de 1862, em q[ue] esqueceu lançar-se (ACL *Obras*, s.d, fol. 69 r).

Consta, portanto, que se imprimiram 960 exemplares da terceira edição no ano de 1862, que alcançaram custos de impressão num total de 260\$300 réis (ou seja, 271 réis por livro).

²⁶ Dado que as entradas relativas a janeiro do ano de 1871 começam no fôlio 24 v (ACL *Tiragens*, 1865-1899, fol. 24 v), não parece caber dúvida de que a edição datada de 1871 terá sido impressa na íntegra já em 1870.

²⁷ Depois da saída de doze exemplares (provavelmente por causa de vendas), foi realizada uma reimpressão em janeiro de 1871 com as indicações “1/2 folha reimpressa / Rosto e Introdução / capas” (ACL *Tiragens*, 1865-1899, fol. 24 v), de maneira que a tiragem total da quinta edição ascendeu a 1513 exemplares.

²⁸ Através da seguinte informação sobre a produção desta edição, Vieira (1875, fol. 96 r) fornece uma ideia de quanto tempo a produção de uma obra desta envergadura poderia levar: “Grammatica Philosophica por Soares Barboza – 6.^a edição. – Começou em 13 de fevereiro e terminou em 30 de outubro de 1875”. Isso significa que a produção de toda a sexta edição demorou cerca de oito meses e meio.

Como se pode ver na folha de cálculos da sexta edição, do ano de 1875, os custos de produção tipográfica passaram a ser mais económicos devido ao aumento da tiragem para 1500 exemplares:

Grammatica philosophica
da
Lingua Portugueza
por
J. Soares Barboza
6ª edição – 1500 exemp[lares] – 8.º In

Custo da impressão		
Composição de 21 folhas e capa		102\$900
Impressão	id[em] id[em]	<u>51\$800</u>
		154\$700
25% para despesas geraes		38\$675
Papel d'Abelheira 1/2		<u>177\$530</u>
		<u>Somma R[ei]s 370\$905</u>

Dividida a despeza por 1500 exemplares sae cada um por 248 r[ei]s (O preço das outras edições tem sido todas 200 r[ei]s)

Typographia da Academia 21 de outubro de 1875

Carlos Cyrillo da Silva Vieira

director da typographia

Taxado em 800 r[ei]s em 12 de [novem]bro de 1875 (ACL custo, s. d).

Esta conta confirma que, do ponto de vista calculatório, são considerados 1500 exemplares desta edição no ano de 1875. Com os custos totais de 370\$905 réis, o cálculo permite estabelecer um preço por unidade de 247,27 réis.²⁹ Se bem que a constatação do diretor da tipografia académica de o preço de todas as outras edições ter ficado pelos meros 200 réis não pareça sustentável à luz das informações relativas à terceira edição, julgamos que a margem comercial continua a ser considerável quando tomamos em consideração que o preço de venda da gramática terá sido entre 960 réis (1823) e 800 réis (1875).

Como permitem concluir as informações que se conservam em relação às edições individuais, nas últimas cinco edições, entre 1862 e 1881, foram impressos nada menos do que 6545 exemplares da *Grammatica philosophica*! Mesmo que este número de exemplares possa parecer bastante reduzido face aos

²⁹ Ao considerarmos a tiragem realmente produzida segundo ACL *Tiragens* (1865-1899, fol. 36 r), o custo médio por exemplar é de 245,63 réis = 246 réis.

manuais linguísticos modernos, julgamos que se deve tomar em consideração que a obra constitui uma gramática académica sem qualquer intenção normativa, ao lado da qual se publicou um número considerável de gramáticas escolares amplamente divulgadas quer em Portugal, quer no Brasil.³⁰

É de lamentar que somente se conservam informações detalhadas sobre as vendas exatas da gramática durante um período bastante limitado, entre 1834 e 1841. Na rubrica 'Sahida de cada uma', o capítulo "LIX. Gramm[at]ica Philo-sophica da Lingoa Portugueza por Jeronymo Soares Barboza tem ex[em]pl[a]res" contém as saídas de um total de 328 exemplares, dos quais, entre outros, dois foram para as coleções reais, 165 para os livreiros Bertrand, 41 para os livreiros Martin, 57 para os livreiros Borel, Borel & Companhia. Um exemplar da gramática foi para Preußische Akademie der Wissenschaften ('Academia Real das Sciencias de Berlín'), outro para a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro ('Bibliotheca do Rio de Janeiro') e outro para a Bibliothèque Nationale de France ('Bibliotheca Real de Paris'). Outros 16 exemplares foram para várias entidades particulares, contando-se entre elas o historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1874), que tinha encomendado sete exemplares (ACL *Obras*, s.d, fol. 221 v).³¹

Conclusão

Após a publicação das partes metalinguísticas da *Eschola popular das primeiras letras* (1796) e da gramática escolar latino-portuguesa *As duas Linguas*, a *Grammatica philosophica* de 1822 constitui o apogeu das ideias linguísticas do gramático Jerónimo Soares Barbosa. Como gramática de cariz científico, a obra já foi objeto de vários estudos, tendo, porém, todos os investigadores sido condenados à perplexidade perante as referências aos manuscritos n' *As duas Linguas*, por um lado, e ao grande espaço temporal entre o óbito do autor, em 1816, e a publicação da gramática pela Academia das Ciências de Lisboa, em

³⁰ Uma das gramáticas escolares mais divulgadas nos séculos XVIII e XIX foi a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* de António José dos Reis Lobato. Se bem que esta obra tenha sido publicada pela primeira vez em 1770 como a primeira gramática oficial da língua portuguesa no ensino público, somente teve quatro edições durante o século XVIII. Como demonstrou Assunção (2000, p. 21), este número foi aumentado por, pelo menos, outras 36 edições até meados do século XIX.

³¹ Infelizmente parece que não se conservam documentos relacionados com a exportação de exemplares da *Grammatica philosophica* para o Brasil que, julgamos, poderiam explicar o grande desnível entre os exemplares cuja venda foi documentada e os que saíram dos livros da Academia de Letras de Lisboa sem deixar rastros.

1822, por outro lado. Além disso, colocava-se a questão de como a Academia teria adquirido o manuscrito.

Graças à documentação apresentada, pode-se afirmar sem margem para dúvidas que foi o próprio gramático que mandou entregar o manuscrito à Academia das Ciências de Lisboa, oferecendo-lhe a obra para que esta pudesse servir como a gramática académica que a instituição procurava desde 1781. Se bem que seja desconhecido o grau de intervenção por parte de Nicolau Soares Barbosa, foi este irmão sobrevivente, também professor reformado do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, incumbido de fazer as necessárias adaptações à *Grammatica philosophica* para que a praxe do texto fosse mais coerente com a teoria exposta pelo próprio gramático dentro da obra.

Sabe-se que o manuscrito já se encontrava na posse da tipografia da Academia das Ciências de Lisboa em junho de 1822 e consta que em 1875 ainda se encontrava na sua posse. Desde essa data, perdeu-se (para já) todo o rasto do manuscrito do grande gramático coimbrão.

No que respeita às edições da gramática, foram publicadas sete edições durante a centúria oitocentista, nomeadamente nos anos de 1822, 1830, 1862, 1866, 1871, 1875 e 1881. A estas edições seguiram-se as duas edições fac-similadas, organizadas e prefaciadas por Amadeu Torres em 2004 e 2005. Modernamente, a digitalização da obra permitiu o surgimento de 'novas edições' fac-similadas produzidas segundo a modalidade comercial 'print on demand', como acontece com o nosso exemplar da 'décima edição' da editora Bibliolife. Como última edição, deve registar-se a edição crítica de Sónia Coelho, que permite uma visão da evolução do texto metagramatical desde 1822 até 1881.

Os demais documentos conservados na Secretaria da Academia das Ciências de Lisboa permitem conclusões interessantes sobre a obra, especialmente no concernente aos custos exatos da terceira e da sexta edições, bem como às tiragens exatas da terceira à sétima edições, o que possibilita a constatação de que se imprimiram, pelo menos, 6545 exemplares da *Grammatica philosophica* entre 1862 e 1881!

Referências

Obras de Jerónimo Soares Barbosa

BARBOSA, Jerónimo Soares. *AS DUAS LINGUAS, / OU / GRAMMATICAM / PHILOSOPHICAM / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / COMPARADA / COM / A / LATINA, / Para / Ambas se aprenderem ao / mesmo tempo. / POR / JE-*

- RONYMO SOARES BARBOZA*, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos / Estudos, e Escolas do Reino na / Universidade de Coimbra // COIMBRA: / NA REAL IMPRESSAÕ DA UNIVERSIDADE, 11807.³²
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *EXCELLENCIAS / DA / ELOQU.ENCIA POPULAR / COMPOSTAS NA LINGUA ITALIANA / POR / LUIZ ANTONIO MURATORI / TRADUZIDAS NA LINGUA PORTUGUEZA. / POR / JERONYMO SOARES BARBOSA / DEPUTADO QUE FOI / DA JUNTA DA DIRECTORIA GERAL DOS ESTUDOS, / E ESCHOLAS DO REINO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA / SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / DE LISBOA. / OBRA POSTHUMA. / PROPRIETARIO E EDITOR - OLYMPIO NICOLAU RUY FERNANDES. // COIMBRA: / IMORENSA DA UNIVERSIDADE / , 1859.*
- [BARBOSA, JERÓNIMO SOARES]. *ESCHOLA / POPULAR / DAS / PRIMEIRAS LETRAS / DIVIDIDA EM QUATRO PARTES. / PARTE PRIMEIRA. / ORTHOEPIA, / OU BOA PRONUNCIACÃO, E LEITURA / DA / LINGUA PORTUGUEZA. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. / ANNO DE 1796. / COM LICENÇA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, 1796A.*
- [BARBOSA, JERÓNIMO SOARES]. *ESCHOLA / POPULAR / DAS / PRIMEIRAS LETRAS / DIVIDIDA EM QUATRO PARTES. / PARTE SEGUNDA. / CATECISMOS, / DE DOCTRINA, E CIVILIDADE / CHRISTAM, / PARA INSTRUCÇÃO, E PARA EXERCICIO / DA LEITURA, // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. / ANNO DE 1796. / COM LICENÇA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, 1796B.*
- [BARBOSA, JERÓNIMO SOARES]. *ESCHOLA / POPULAR / DAS / PRIMEIRAS LETRAS / DIVIDIDA EM QUATRO PARTES. / PARTE TERCEIRA. / DA / CALLIGRAPHIA, / E / ORTHOGRAPHIA, / OU ARTE DE ESCREVER BEM / E CERTO / A LINGUA PORTUGUEZA. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. / ANNO DE 1796. / COM LICENÇA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, 1796C.*
- [BARBOSA, JERÓNIMO SOARES]. *ESCHOLA / POPULAR / DAS / PRIMEIRAS LETRAS / DIVIDIDA EM QUATRO PARTES. / PARTE QUARTA. / ARITHMETICA / VULGAR. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE. / ANNO DE 1796. / COM LICENÇA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO, 1796D.*
- B[ARBOSA], J[erónimo] S[oares]. *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR J. S. B. / Deputado da Junta*

³² O exemplar particular consultado conta com uma série de apontamentos manuscritos e apresenta a seguinte informação sobre a tiragem desta obra: “Custou papel, e impressão de 1200 E. 160\$000”. A mesma pessoa que fez este apontamento inseriu uma página com erratas, obviamente para preparar outra edição. Tanto a questão dos custos relacionados com a impressão da obra, como a autoria dos apontamentos manuscritos deverão ser objeto de outro estudo mais aprofundado.

- da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra // Lisboa: / NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS, ¹1822.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *GRAMMATICA / PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA, / Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Es- / colas do Reino em a Universidade de Coimbra, e Socio / da Academia Real das Sciencias. / SEGUNDA EDIÇÃO. // Lisboa: / NA TYPOGRAPHIA DA MESMA ACADEMIA. / 1830. / Com Licença de SUA Magestade,* ²1830.
- BARBOSA, JERÓNIMO SOARES. *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM. / POR / JERONYMO SOARES BARBOZA / DEPUTADO DA JUNTA DA DIRECTORIA GERAL DOS ESTUDOS, E ESCÓLAS DO REINO / EM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA, / E SOCIO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS / TERCEIRA EDIÇÃO. // LISBOA: / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA,* ³1862.
- BARBOSA, JERÓNIMO SOARES. *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOSA / QUARTA EDIÇÃO. // LISBOA: / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,* ⁴1866.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOSA / QUINTA EDIÇÃO. // LISBOA: / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,* ⁵1871.
- BARBOSA, JERÓNIMO SOARES. *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOSA / SEXTA EDIÇÃO. // LISBOA: / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,* ⁶1875.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *GRAMMATICA PHILOSOPHICA / DA / LINGUA PORTUGUEZA, / OU / PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL / APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM / POR / JERONYMO SOARES BARBOSA / SETIMA EDIÇÃO. // LISBOA: / TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS,* ⁷1881.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822), edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa,* ⁸2004.

BARBOSA, Jerónimo Soares. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa (Publicações da Faculdade de Filosofia, 92005).

BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, edição fac-similada da quinta edição de 1871. Charleston: Bibliolife, 10s.d.

Fontes arquivísticas³³

ACL *Assento* = *Livro do Assento dos Socios que assistem a cada Assembleia*, livro manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 22 B (30 de julho de 1789-10 de janeiro de 1798).

ACL *Custo* = *Custo de impressões e das respectivas Taxas*, livro manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 74 A (10 de fevereiro de 1868-6 de fevereiro de 1884).³⁴

ACL *Obras* = *Registo de cada uma das obras da Academia*, livro manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 59 A, s.d..

ACL *Processo ASB* = *António Soares Barbosa*, manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos (Académico efetivo em 16-01-1780).

ACL *Processo JSB* = *Jeronimo Soares Barbosa*, manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Processos dos Académicos (eleito 4/3/1789).

ACL *Sessões* = *Sessões do Conselho e das Assembleias Geraes*, livro manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 24 B (8 de junho de 1810-7 de dezembro de 1827).

ACL *Tiragens* = *Registo das Tiragens feitas na Typographia da Academia*, livro manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 61 A (julho de 1865-julho de 1899).

ADLR = 1737, Fevereiro 2 – Ansião, Assento de batismo de Jerónimo [Soares Barbosa], filho de Manuel Freire de São Lázaro e de Violante Rosa, Arquivo Distrital de Leiria, Registos Paroquiais, Concelho e freguesia de Ansião, Baptismos, livro 2, Dep. IV-28-A-40, fólio 75 v, 1737.

³³ Nas Referências bibliográficas relativas a fontes arquivísticas portuguesas, são mantidas as referências originais dos respetivos arquivos.

³⁴ Por não se tratar de um livro encadernado, mas de uma coleção de diversas folhas sem ordenação ou contexto, não poderá ser feita nenhuma indicação de páginas ou fólhos.

AUC = 1816, Janeiro 5 – Coimbra, Assento de óbito do Reverendo Jerónimo Soares Barbosa, Arquivo da Universidade de Coimbra, Registos Paroquiais, Coimbra, Paróquia de Almedina, Óbitos, Livro 2 (1803-1855), fólio 33 r, 1816.

VIEIRA, Carlos Cirilo da Silva. *Registo do movimento da Typographia da Academia real das Sciencias de Lisboa desde fevereiro de 1871 e algumas noticias anteriores a esta data: tudo coordenado pelo director da typographia Carlos Cyrillo da Silva Vieira, Novembro de 1875*, LIVRO manuscrito, Academia das Ciências de Lisboa, Livros de Secretaria, Livro 67 A, 1875.

Bibliografia passiva

ACL = História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa VIII, 1823.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. *A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato: Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

COELHO, Sónia Catarina Gomes. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição crítica, estudo e notas*. Tese de doutoramento em Ciências da Linguagem. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2013a.

COELHO, Sónia Catarina Gomes. *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição crítica, estudo e notas*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 10), 2013b.

CARDOSO, Simão Cerveira. *A Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa: reflexos da Gramática Geral*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Porto: Universidade do Porto, 1986.

CARDOSO, Simão. *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7), 1994.

CARVALHO, JOAQUIM MARTINS DE. *APONTAMENTOS PARA A HISTORIA CONTEMPORANEA*. COIMBRA: IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1868.

FONSECA, Martinho Augusto da. *Subsidios para um Diccionario de Pseudonymos iniciaes e obras anonymas de Escriptores Portuguezes: Contribuição para o estudo da litteratura portugueza por Martinho Augusto da FONSECA*, Com poucas palavras servindo de prologo pelo academico Dr. Theophilo

- BRAGA. Lisboa: [Na Typographia da Academia das Sciencias], Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional, ²1972.
- KEMMLER, Rolf, ASSUNÇÃO, Carlos e FERNANDES, Gonçalo. “Subsídios para o estudo das Gramáticas Filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”. *Domínios de Linguagem* 3/2, p. 202-223, 2009, em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11514/6794>.
- KEMMLER, Rolf. “Die *Eschola Popular das Primeiras Letras* von Jerónimo Soares Barbosa (1796)”. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft* 20, 2, p. 203-226, 2010.
- KEMMLER, ROLF. “Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a *Eschola Popular das Primeiras Letras*, de Jerónimo Soares Barbosa (1796) / A Forgotten Grammar School Manual, Published in Portugal in the late 18th Century: The *Eschola Popular das Primeiras Letras*, by Jerónimo Soares Barbosa (1796)”. *Diacrítica* 25/1, p. 207-230, 2011.
- KEMMLER, Rolf. “*Diccionario Bibliographico Portuguez* (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da historiografia linguística portuguesa”. In: PETROV, Petar; SOUSA, Pedro Quintino de; SAMARTIM, Roberto López-Iglésias; FEIJÓ, Elias J. Torres (eds.). *Avanços em Ciências da Linguagem*. Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas; Através editora, p. 93-116, 2012a.
- KEMMLER, Rolf. “Neues zu den philosophischen Grammatiken von Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)”. *Lusorama* 87-88 (November 2011), p. 156-181, 2012b.
- KEMMLER, Rolf. “A evolução das ideias ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da *Escola Popular* (1796) à *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822)”. In: COSTA, [Maria] Armanda; FLORES, Cristina; ALEXANDRE, Nélia (orgs.). *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados, Lisboa 27, 28 e 29 de Outubro de 2011*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, CD-ROM, p. 297-318, 2012c.
- OLIVEIRA, Daniele Felizola de. *O pensamento linguístico de Jerônimo Soares Barbosa e sua influência nas principais gramáticas brasileiras do século XIX*. Tese de Doutoramento em Estudos da Linguagem. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2015.
- RANAURO, Hilma. *Para compreender uma gramática filosófica: uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerônimo Soares Barbosa*. Niterói: Editora Alternativa, 2015.

- SANTOS, Maria Helena Pessoa. *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas), 2010.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300), 2000.
- SCHÄFER-PRIESS, Barbara. *A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, Atualização ortográfica e revisão editorial por Rolf Kemmler, revista e autorizada pela autora, no prelo.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da SILVA applicaveis a Portugal e ao Brasil; [a partir do vol. IX: continuado e ampliado por Brito Aranha]*, 23 vols.. Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ¹1858-1972.

Recebido em 31 de julho de 2017.

Aceito em 18 de setembro de 2017.

AS IDEIAS LINGUÍSTICAS DE DUARTE NUNES DO LEÃO:
CONTRIBUIÇÕES À GRAMATICOGRAFIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE LINGUISTIC IDEAS OF DUARTE NUNES DO LEÃO:
CONTRIBUTIONS TO GRAMATICOGRAPHY IN PORTUGUESE LANGUAGE

Dieli Vesaro Palma

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
dieli@uol.com.br

Neusa Barbosa Bastos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
Universidade Presbiteriana Mackenzie
nmbastos@terra.com.br

RESUMO: A *Origem da Língua Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes do Leão, é o tema deste trabalho, integrando um projeto que focaliza a gramaticografia em Língua Portuguesa, do século XVI ao século XXI, desenvolvido pelo Grupo de Historiografia da Língua Portuguesa, da PUC-SP. Nele, objetiva-se descrever e explicar essa obra, observando-se os princípios da Historiografia Linguística, a saber: contextualização, imanência e adequação (KOERNER, 1996). Analisaram-se a Estrutura da Obra, a Dedicatória e capítulos com particularidades da Língua Portuguesa ou com relações estabelecidas entre ela e a Língua Espanhola. Os resultados mostram que essa obra, de caráter inovador, dá continuidade à tradição greco-latina presente na gramaticografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, tendo como referência a Língua Latina e o uso correto da língua vernácula, como expressão da identidade nacional portuguesa, e rompe com os trabalhos gramaticais de seus contemporâneos.

PALAVRAS CHAVE: Historiografia Linguística, gramática histórica, gramaticografia, continuidade, ruptura

ABSTRACT: *Origem da Língua Portuguesa* (1606), by Duarte Nunes do Leão, is the theme of this paper, as part of a project that focuses on Grammaticography in Portuguese Language between the XVI and the XXI centuries, which is being developed by the Portuguese Language Historiography Group, at PUC-SP. The purpose is to describe

and explain that work according to principles of Linguistics Historiography, such as: contextualization, immanence and adequacy (KOERNER, 1996). The Work Structure, The Dedication and chapters, specially focusing on specificities of the Portuguese Language were analyzed, or with relations established between her and the Spanish Language. The results show that this work continues the Greek/Latin tradition seen in Grammaticography in Portuguese Language between the XVI and the XVII centuries, based on Latin references and the accurate use of native language as an expression of the national Portuguese identity, and, by its historical character, innovative, breaks with the grammatical works of his contemporaries.

KEYWORDS: Linguistics Historiography, historical grammar, grammaticography, continuity, breaking

Para iniciar

O tema deste trabalho é *Origem da Lingoa Portvgvesa*, de Duarte Nunes do Leão¹, publicada em 1606. Assim, é importante destacar-se que, nesse período, Portugal, após o trágico desaparecimento do rei D. Sebastião, estava sob o domínio espanhol e o povo português ressentia-se dessa dominação, podendo-se citar entre os descontentes o autor da obra sob análise, embora ele tivesse aderido ao governo filipino.

Sua rejeição ao dominador manifestar-se-á em diversos momentos da história da língua, por meio de críticas dirigidas à língua espanhola. É importante destacar-se que os humanistas, nos séculos XIV e XV, valorizaram sobremaneira a Língua Latina, mas, na Europa românica, desde o final do século XV, houve a defesa das línguas nacionais. Segundo Spina (2008, p. 288), essa “defesa da língua portuguesa se fazia não só em relação à latina, mas ainda em face da moda vigente do castelhano, que às vezes competia com o idioma nacional – como se pode ver em muitos poetas...”, que produziram, parcial ou totalmente, suas obras na língua de Cervantes.

O trabalho foi elaborado seguindo as propostas metodológicas do Grupo de Pesquisa de Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUCSP, cadastrado no CNPQ e liderado por nós, professoras doutoras Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma. O Grupo tem por objetivo o estudo histórico/historiográfico dos movimentos linguísticos ocorridos desde o momento da

¹ Os dados deste artigo terão como referência a edição de 1606, confrontados com a de 1864, baseada na de 1784, “correcta e emendada”,

colonização brasileira até a atualidade e seus desdobramentos no ensino da Língua Portuguesa. Busca os avanços e retrocessos dos estudos linguísticos que possibilitem uma distinção consistente das várias modalidades de gramática e de tratados sobre a língua produzidos desde o século XVI, época da publicação da primeira gramática portuguesa, até o século XXI (Cf. BASTOS e PALMA, 2006).

Objetivamos, assim, fazer um levantamento, o mais exaustivo possível de obras gramaticais e de estudos linguísticos em Língua Portuguesa, produzidos nos países de Língua Portuguesa e das concepções de ensino da língua materna que, porventura, por eles sejam propostas. Procura-se também estabelecer critérios por meio dos quais esses trabalhos possam ser agrupados em conjuntos teórica e pragmaticamente homogêneos, a fim de analisar o processo de constituição da gramaticografia e o saber linguístico produzidos em Língua Portuguesa. Pretendemos, portanto, estabelecer parâmetros metodológicos e conceituais que possibilitem uma distinção precisa e consistente das várias modalidades de trabalhos produzidos no período em estudo e também mapear as concepções de ensino da língua materna, construindo-se um quadro das políticas linguísticas vigentes nesse período.

Nesse sentido, o Grupo atua na área da Historiografia Linguística, que é “uma disciplina que descreve e explica como se adquiriu, formulou, transmitiu e desenvolveu o conhecimento linguístico no decorrer temporal”. (Swiggers, 1990:21.). Endossando a mesma posição, Maria Filomena Gonçalves (2002:12), historiografa da Universidade de Évora, afirma que,

Tal como a história da língua responde à reconstrução dos estados passados dos sistemas linguísticos, nos vários níveis de análise, também a historiografia procura reconstruir o ideário explícita ou implicitamente formulado sobre o fenómeno da linguagem, assim como as reflexões vertidas sobre línguas particulares, em dada época e em determinado contexto social, político e institucional, sem se confundir, todavia, com os objectivos da filosofia da linguagem, ou a ela se sobrepor.

Dessa forma, neste artigo, estamos fazendo um recorte na produção de conhecimentos linguísticos sobre a Língua Portuguesa, tendo por objetivo destacar as contribuições de um de seus estudiosos, a saber, Duarte Nunes do Leão.

É importante destacar-se que, segundo Kemmler (2013), no momento seminal da gramaticografia portuguesa, há quatro tratados metalinguísticos sobre a língua vernácula: o de Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536); o de João de Barros, a *Grammatica da lingua Portuguesa*

(1540); o de Pero de Magalhães de Gandavo, com as *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574) e o de Duarte Nunes de Leão, com o tratado sobre a *Orthographia da Lingoa Portvgvesa* (1576). São, duas gramáticas e duas obras metaortográficas independentes.

Romeo (2009), por sua vez também aborda a questão da gramaticografia quinhentista e destaca que os autores portugueses tiveram como “preocupação fundamental a codificação e a fixação da Língua Portuguesa face à preeminência do Latim e, particularmente, face à difusão do Castelhana” (p.55). Afirma esse autor que, nesse contexto, a ortografia ganha grande relevância e Duarte Nunes do Leão assume uma posição etimologizante ao aproximar a ortografia portuguesa da latina, fato que é também destacado por Maria de Fátima Gonçalves, ao considerar que,

Não obstante os objetivos programáticos de qualquer obra metaortográfica, Duarte Nunes de Leão lança entre nós as bases teóricas de uma corrente ortográfica de recorte essencialmente diacrônico, perspectiva que é consolidada na *Origem da Lingoa Portuguesa* (1606), contra a perspectiva sincrônica privilegiada da fonética vernácula como condição prévia para as bases do sistema gráfico. (2003, 842-843 *apud* ROMEO, 2009, p. 56)

Assim, em face desse tratamento dado à ortografia na *Origem da Lingoa Portuguesa*, que se caracteriza como uma história da Língua Portuguesa, é que estamos considerando que essa obra mereça um estudo historiográfico, uma vez que ela apresenta um conhecimento linguístico inovador e relevante para a fixação da Língua Portuguesa, no momento histórico em que ela era ameaçada pelo Castelhana.

Fazer-se um estudo historiográfico implica a observação de metodologia precisa. Nesse sentido, fundamentado em Koerner (1996), um estudo de Historiografia Linguística segue três princípios: o da contextualização - em que se traça ou se recompõe o clima de opinião ou o espírito da época (as principais correntes intelectuais do período), para se verificarem as interferências desse contexto no autor sob observação bem como as contribuições deste último para a época em que viveu. Com o da imanência, busca-se um entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico, do texto em questão, mantendo-se o pesquisador fiel ao que foi observado, para o estabelecimento de um quadro geral da teoria e da terminologia usadas que devem ser definidas internamente e não em referência à doutrina linguística moderna. Finalmente, o

princípio da adequação pelo qual o historiógrafo busca introduzir, propondo, de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita a apreciação de um determinado conceito ou teoria, incluindo-se constatações das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições. Eles serão seguidos nesta exposição.

Nosso objeto de análise ou fonte de pesquisa primária, como já dito, é a obra *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes do Leão. Iniciamos apresentando a época, século XVI/XVII, e o autor em estudo, desenvolvendo-se, dessa forma, o princípio da contextualização, dado que estamos refletindo sobre um fenômeno linguístico, típico de uma língua particular, ocorrido em um determinado momento e em um específico contexto social, político e institucional (Cf. ROMEO, p.56)

1. Duarte Nunes do Leão e seu tempo

1.1 O contexto de época

Desde 1540, após o desastre da batalha de Alcácer-Quibir (1578), com a morte de D. Sebastião, Portugal havia passado para o domínio espanhol, por ser Felipe II, rei da Espanha, neto de D. Manuel, o Venturoso, e primo do rei português. Do ponto de vista político, essa passagem tem diversas implicações: não é apenas a vagância do trono e o deslocamento do centro de decisões de Lisboa para Madri, mas é a perda da soberania, uma ferida no orgulho nacional, passando Portugal a ser uma província espanhola. Esse é um período de declínio para o povo luso: seu comércio arruína-se, os portos lusitanos estão indefesos, as colônias, abandonadas nas mãos de pessoas não idôneas, o patriotismo quase morto; a nobreza, empobrecida; os proprietários rurais, sem servos; o povo, sem incentivos e a Língua Portuguesa, desamparada. Esse quadro agrava-se com a Inquisição, pois a perseguição aos judeus compromete ainda mais o frágil comércio interno e as pressões externas das Companhias de Comércio acabam por asfixiar o comércio externo. Assim, ao desastre político, soma-se o fracasso na economia e o fracasso moral, uma vez que a miséria, a luxúria e o impudor haviam se instalado na corte e nas famílias portuguesas.

O cenário acima apresentado não é propício ao desenvolvimento da cultura, a qual, no período filipino, em Portugal, também sofre os reflexos da perda da liberdade, da não proteção do governo espanhol às Artes e às Letras e da censura, aliada à Inquisição, que bloqueiam a criatividade e o surgimento de obras inovadoras, uma vez que o conteúdo está sempre sob controle. Apesar desse

clima, podem ser destacadas produções artísticas, quer na literatura, quer na arquitetura, quer na pintura e na escultura. São obras marcadas pela introspecção de seus autores, em que há o predomínio da forma sobre o conteúdo, que devia ser superficial ou religioso, não podendo apresentar manifestações contrárias ao sistema vigente. Entre as grandes criações literárias desse período, podem ser citadas as obras representativas do Barroco português, dos padres Vieira e Bernardes. Como decorrência das acadêmicas criadas, à semelhança do que ocorria na França, na Alemanha e na Itália, produzem-se obras de cunho moral e religioso, sendo muitas delas bilíngues, escritas em Português e em Espanhol, o que nos aponta uma aproximação entre as duas nações, aspecto que se refletirá no trabalho de Duarte Nunes do Leão. Dada a natureza do tema deste artigo, não fazemos referência às demais artes, limitando-nos à arte literária.

Também a historiografia² tem vasta produção. Nesse período, como decorrência da necessidade de se manter vivo o espírito nacional sob a dominação estrangeira, é desenvolvida, sobretudo, pelos Alcobacenses, sendo caracterizada pela afetação retórica e pelo cuidado excessivo com a forma. Essa característica – a defesa do espírito nacional – também está presente na obra do autor sob análise.

No que diz respeito à educação, surge a necessidade de uma didática com bases científicas, frente ao progresso das ciências experimentais e das matemáticas, disciplinas que deveriam agora compor os currículos escolares, até então restritos ao literário e ao humanístico, elementos típicos das propostas curriculares clássicas. Surge um novo conceito de educação, que valoriza os sentidos e o uso de métodos objetivos. Ao lado desses aspectos, projeta-se também a necessidade da educação plebeia, entendida como aquela destinada aos filhos de burgueses e não mais apenas dos nobres. Cumpre destacar que essa educação é destinada àqueles que têm prestígio ou pelo nascimento ou pelo dinheiro, não contemplando os pobres a quem não é dado o direito ao estudo.

² Segundo Saraiva e Lopes (s/d), na segunda metade do século XVI, surgem várias histórias de Portugal, entre elas as *Crônicas dos Reis de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão, publicadas em 1600. Afirmam esses autores que “Nestas obras pode reconhecer-se uma tendência para a epitomização e a popularização da história de Portugal, impulsionada por um público largo. A crônica geral do reino era uma função da Coroa, por ela custeada. Os novos epitomes, sumários, diálogos, etc. são, pelo contrário estimulados por esse público que já encontramos a propósito dos romances de cavalaria, da literatura de viagens, das obras de J.F. Vasconcelos, etc. Por outro lado, o interesse pela história de Portugal é uma expressão do sentimento de autonomia nacional antifilipino, vivo sobretudo entre as camadas populares e burguesas” (p.408).

Para Nunes Leão, a escola deveria garantir a preservação da Língua Portuguesa, pela valorização da norma padrão, como se mostrará à frente.

Segundo Spina (2008, p.280), a Língua Portuguesa, em meados do século XVI, passou por diversas e grandes transformações,

enriquecendo o seu acervo lexical, disciplinando as suas estruturas, competindo com a língua irmã, o espanhol, e expandindo-se para fora do seu domínio continental. Enriquecimento, disciplina gramatical, emulação com o castelhano e expansão da língua, principalmente a falada para os povos conquistados – eis a fisionomia do português nessa época. Isto não significa dizer que o português tradicional, há dois séculos separado do galego, não permanecesse como língua viva, falada e inclusive escrita.

Nesse contexto, quanto à produção linguística, uma das suas características principais, nesse momento, é a apologia da língua materna que é um tema frequente nos estudos dos séculos XVI e XVII. Essa temática enfatiza a consciência do papel da Língua Portuguesa como elemento de consolidação da identidade nacional; destaca que o enriquecimento do vernáculo e a fixação de uma norma são fundamentais para a construção dessa identidade e aponta ainda a possibilidade de se descrever o vernáculo segundo os modelos usados na descrição do Latim. Esses são traços universais da apologia da língua materna, presentes na Linguística do quinhentos e do seiscentos. Em Portugal, acrescem-se a esses os seguintes traços: a língua que ultrapassa os limites do território nacional; a necessidade de defender sua identidade diante da língua espanhola; a ausência de disputa entre dialetos; a defesa do paradigma funcional da língua materna; a prova de seu caráter sistemático e o aparecimento do plano histórico. Focando esses aspectos da apologia da língua nacional, surgem as gramáticas de Fernão d’Oliveira, em 1536; a de João de Barros, em 1540; o tratado sobre a origem da Língua Portuguesa de Duarte Nunes do Leão em 1606, e a gramática de Amaro de Roboredo, em 1619, entre outras.

Essa valorização da Língua Latina, a partir da segunda metade do século XV, criou um grupo de escritores eruditos que, em suas obras, foram introduzindo latinismos e reformulando as formas arcaicas, e também levou à produção de gramáticas (Cf. SPINA, 2008).

Outro aspecto relevante dos estudos linguísticos é o interesse pela filologia, típico do Renascimento, que propagou o uso de ortografias etimológicas, tendo em vista justificar palavras da Língua Portuguesa, com base em raízes latinas ou gregas, verdadeiras ou falsas. Foi no século XVI que se iniciou o

período pseudoetimológico da ortografia portuguesa, que se estendeu até 1911, quando é proposta a ortografia simplificada. Quando se considera a História da Ortografia Portuguesa (COUTINHO, 1962), a época de Leão corresponde ao segundo dos quatro períodos dessa História, proposto por Leite de Vasconcelos na obra *Opúsculos* (1928-1931). Ela, aliás, marca o início dessa fase da ortografia portuguesa.

É relevante apontar-se que foi o desenvolvimento da imprensa que possibilitou a divulgação das novas grafias, nas quais predominavam os grupos com ch, ph, rh, th e y em palavras de origem grega como *archaico*, *pharmacia*, *rhetorica*, *theatro*, *nynpha*; ct, gm,gn, mn, mpt, em palavras de origem latina, como *poncto*, *fleugma*, *benigno*, *damno*, *prompto* ou letras dobradas, imitando o Latim, como *bocca* e *approximar*, além de falsas etimologias, como *hontem*, *pecego*, *thesoura*, entre outras. Cabe destacar que Nunes do Leão foi influenciado por essa valorização da filologia, a qual pautou produção da *Orthographia da Lingoa Portvgvesa e a da Origem da Lingva Portvgvesa*.

Foi nesse contexto que viveu e produziu sua obra Duarte Nunes do Leão, cujos dados biográficos apresentamos na sequência.

1.2 Breve biografia do autor

Com vistas a conhecer o autor da obra em estudo, apresentamos uma sucinta biografia dele. Duarte Nunes do Leão nasceu em Évora, em 1530 e era filho do médico hebreu João Nunes. Estudou leis na Universidade de Coimbra e, posteriormente, foi procurador e desembargador na Casa da Suplicação. Foi um intelectual profícuo, tendo desenvolvido atividade intensa na área jurídica, na historiográfica e na linguística, revelando uma sólida formação humanística. Politicamente, posicionou-se a favor do governo filipino, mas essa posição favorável ao regime vigente, ou seja, ao domínio espanhol, não lhe serviu de garantia, tendo encontrado obstáculos em sua vida profissional. Há suposições sobre essas dificuldades: sua origem hebreia, a má vontade de invejosos e a sua posição política, que lhe atraiu a ira do Prior do Crato, o qual Nunes do Leão duramente criticara em uma de suas obras. Desiludido, ele morreu em Lisboa em 22 de abril de 1608, dois anos após a publicação da *Origem da Lingoa Portvgvesa*.

A sua obra abrange, fundamentalmente, três áreas: a do Direito, a da Historiografia e a dos estudos linguísticos. Na primeira publicou diversas coletâneas de documentos, supostamente na década de 1560. Quanto à historiografia, legou-nos alguns estudos de caráter biográfico e genealógico sobre

a casa real portuguesa, entre eles as *Crônicas dos Reis de Portugal*, de 1600, além de uma *Descrição do Reino de Portugal, datada de 1610*. Em relação à terceira dimensão, ele publicou estudos pioneiros sobre a Língua Portuguesa. Em 1576, foi lançada a *Ortografia da Língua Portuguesa*, obra na qual Duarte se assumiu como fundador dos estudos ortográficos em Portugal. Em 1606, veio à luz a *Origem da Língua Portuguesa*, analisada neste trabalho. Há, ainda, referências a outros trabalhos no campo da lexicologia e da etimologia, que, infelizmente, perderam-se.

Por sua formação e por sua produção intelectual, constatamos que ele recebeu influências do clima de opinião vigente no momento em que produziu sua história da língua, e, ao mesmo tempo, também, influenciou seus contemporâneos pelas ideias defendidas em sua obra.

2. Duarte Nunes do Leão e sua obra: a análise

De acordo com os princípios metodológicos do GPeHL (BASTOS; PALMA, 2006), selecionamos alguns aspectos – categorias³ - que serão objeto de análise, com vistas à aplicação do princípio da imanência. Assim, são focalizados a estrutura da obra, a sua dedicatória ao rei Felipe II e alguns capítulos que ou apresentam particularidades da Língua Portuguesa ou que possibilitam aproximações entre o Português e a Língua Espanhola, que, como dissemos, competia com a Portuguesa.

2.1 A estrutura da obra

A *Origem da Língua Portuguesa* contém as licenças exigidas para dar andamento a sua publicação, quais sejam, a do Padre Paulo Ferrer, representante do Santo Ofício, afirmando não haver impedimentos para a impressão por considerar a obra um tratado “diligente e proveitoso para os estudos de humanidades”, expedida em Lisboa em 10 de julho de 1601. A segunda licença, assinada por Marcos Teixeira, Bartolomeu da Fonseca e Ruy Pires da Veiga e datada de 19 de julho de 1601, à luz da informação anteriormente dada, autoriza a impressão

³ As categorias relacionam-se aos critérios de análise que, entre outros requisitos, “imprimem cientificidade a um trabalho. O historiógrafo linguista tem como objeto de investigação textos – que poderíamos chamar de fenômenos qualitativos -, os quais constituem suas fontes primárias e secundárias. No seu estudo o pesquisador objetiva encontrar os atributos do objeto pesquisado. Logo, ele trabalha com dados qualitativos, provenientes de diferentes fontes” (BASTOS; PALMA, 2006, p.14)

da obra e recomenda que, após a sua conclusão, ela retorne ao Conselho para confronto com o original. A terceira licença, assinada por Simão Borges, também autoriza a impressão do tratado, baseada no documento do Padre Ferrer, apresentando data de 17 de julho e, finalmente, a quarta, assinada por Pereira e D.dAguiar e datada de 16 de novembro de 1601, ratificando a decisão do Santo Ofício e da Mesa, autoriza a impressão da obra. Comparando-se as datas das licenças e a da publicação do livro, constata-se que Nunes Leão esperou cinco anos para que sua obra viesse a lume.

Além das licenças e da Dedicatória do autor, a obra divide-se em 26 capítulos nos quais são tratados fatos gramaticais, sobretudo lexicais, da Língua Portuguesa e cada um deles tem um tema específico. Esses capítulos são curtos, variando sua extensão entre duas e cinco páginas, com exceção do capítulo VII que trata das diversas maneiras de “corrupção” sofridas pela língua latina falada na “Hespanha”, que era diversa daquela que, naquele momento, falava-se. A seguir, elencamos os capítulos e seus respectivos títulos⁴:

- Capítulo I – Da mudança que as línguas fazem por discurso de tempo
- Capítulo II - Da língua que a princípio se falava em Espanha
- Capítulo III – Como os Espanhóis tiveram letras antes que os Romanos viessem à Espanha
- Capítulo IIII – Da invenção das letras e sua antiguidade
- Capítulo V – Que as línguas cada dia se renovam com novos vocábulos por que se deixam ou emendam os Antigos
- Capítulo VI – A língua que se hoje fala em Portugal donde teve origem, e porque se chama Romance
- Capítulo VII – Das muitas maneiras por que se causou a corrupção da língua Latina que em Espanha se falava na que hoje se fala

- Corrupção que se comete na terminação das palavras
- Da corrupção por diminuição de letras, ou sílabas
- Dos corruptos por acrescentamentos de letras, ou sílabas
- Dos corruptos por troca e transmutação de umas letras em outras
- Corrupção por troca de letras para outras não semelhantes
- Corrupção por traspassação de letras de um lugar a outro
- Corrupção por mudança de gênero
- Corrupção por mudança de número
- Corrupção por mudança do vocábulo em outra forma por mudança de significação

⁴ Apresentamos esses títulos adaptando-os ao Português atual.

- Corrupção por impropriedade de significação alheia
- Corrupção de muitos participios da voz passiva em significação ativa
- Corrupção que se faz traspassando muitos vocábulos de uma significação em outra, por uma figura a que se chama *Metáfora*

Capítulo VIII – De alguns vocábulos portugueses tomados dos Latinos, que pela corrupção que se fez deles estão obscuros

Capítulo IX – Dos vocábulos que tomamos do Gregos

Capítulo X – Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos Árabes

Capítulo XI – Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos Franceses

Capítulo XII – Dos vocábulos que tomamos dos Italianos

Capítulo XIII – Dos vocábulos tomados dos Alemães

Capítulo XIII – Dos vocábulos que tomamos dos hebreus e sírios

Capítulo XV – Dos vocábulos que nos ficaram dos Godos

Capítulo XVI – Dos vocábulos que os Portugueses têm seus nativos, que não tomaram de outras gentes que nós saibamos

Capítulo XVII – De alguns vocábulos antigos Portugueses, que se acham em escrituras, e sua interpretação

Capítulo XVIII - De alguns vocábulos que usam os plebeus, ou idiotas que os homens polidos não devem usar

Capítulo XIX – Como a língua Portuguesa com as mais línguas vulgares em algumas coisas é mais curta que a Latina

Capítulo XX – Da cópia da língua Portuguesa em derivar de uma só palavra muitas mais que as dos Latinos

Capítulo XXI – De algumas palavras Portuguesas e maneiras de falar, que se não podem explicar por outras Latinas, nem de outra língua

Capítulo XXII – Porque os Portugueses não usurparam tantos vocábulos dos Castelhanos como tomam de outras Nações mais remotas

Capítulo XXIII – Porque a língua Portuguesa se não toma das outras nações com facilidade, com que os Portugueses tomam as outras línguas

Capítulo XXIII – Que não é falta de bondade da língua Portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa, como a Castelhana

Capítulo XXV – De que língua tomaram os Portugueses de que tiveram falta, ou lhe forem necessários para ornamento do que falam, ou escrevem

Capítulo XXVI - Da eleição que devemos fazer dos vocábulos, e do exame, e circunstâncias deles.

Essa estrutura temática evidencia que Duarte escreveu uma História da Língua Portuguesa, abrangendo desde a sua origem até o momento da produção de sua obra. Seu trabalho, sempre tomando como referência o Latim, mostra o

percurso histórico da constituição da Língua Portuguesa. Portanto, o tratado, além da perspectiva etimologizante, tem um caráter diacrônico, e pode ser considerado uma gramática histórica⁵ à semelhança do *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, de José Joaquim Nunes (1919) e da *Gramática Histórica de Said Ali* (1930), guardadas as devidas proporções de época. Ao ser considerada uma gramática histórica, cabe a designação de gramático a seu autor, o que nos autoriza a afirmar que ele contribuiu com a Gramaticografia da Língua Portuguesa. Reforça nossa posição o ponto de vista adotado por Saraiva e Lopes (s/d), ao afirmarem que

Para a fixação do Português padrão contribuem a língua literária e o trabalho do gramáticos e teóricos da língua. [...] Publicam-se então numerosos estudos gramaticais, como a *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576) e a *Origem da Língua Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes do Leão...” (p. 25)

2.2 Dedicatória ao rei Felipe II

Duarte Nunes do Leão oferece seu trabalho “ao Invictissimo e Catholico Rei Dom Philippe o II, de Portugal nosso Senhor” (p.2). Ele inicia seu texto, destacando que, na juventude, escreveu um livro sobre a ortografia da Língua Portuguesa, por considerar a importância do uso correto das palavras, tanto pelos homens cultos como pelos plebeus, “porque não causão menos fealdade os erros que se cometem escrevendo corruptamente que os que cometem falando, mas muito maior, (porque a scriptura fica sempre viua & manifesta, & as palauras passão como cousa momentanea, & que não permanece” (p.2-3)

Prossegue dizendo que, após dedicar-se à realização de estudos mais pesados, tentou elaborar o tratado sobre a origem da Língua Portuguesa e de outras existentes na Hespanha, “per que de hoje em diante se poderá falar mais polido, & screuer mais concertado” (p.3)

As palavras de Nunes Leão evidenciam seu objetivo de introduzir uma nova norma linguística a ser usada tanto na fala quanto na escrita, baseada na etimologia. Com essa meta, ele assume uma posição contrária àquela defendida pelos gramáticos de sua época, que privilegiavam a escrita fonética.

⁵ Fundamentando-nos em Coutinho (1962), assumimos que a “a gramática histórica da língua portuguesa estuda a origem e a evolução do idioma português no tempo e no espaço. Esta evolução processou-se normalmente, de acordo com as tendências naturais de que resultaram os hábitos glóticos do povo português”. (p.14)

Continua seu texto, lembrando ao rei que, como autor, ele sempre teve a proteção do pai de Felipe II, de quem recebeu muitas solicitações de trabalho, e que espera encontrar a mesma proteção do atual governante.

Finaliza a dedicatória, dizendo:

E porque homens inuidos & contrários ao bem commum me fizeraõ morto ante V. Majestade com maa tençaõ, procurando gozar de meus suores, & aproveitarem-se de meu silencio, eu o romperei com nouas obras que cedo sahiraõ a luz com o fauor de V. Majestade, cuja vida o Senhor deos per muitos & felizes annos conserue & prospere. De Lisboa oito de Maio de MDCVI . (p. 3)

Obter a proteção de poderosos era fator fundamental para garantir a divulgação e a aceitação de um estudo ao qual muito tempo e dedicação haviam sido dispensados, sobretudo na época da Inquisição. Nesse oferecimento, Nunes Leão faz referências aos seus desafetos e aponta a forma escolhida para responder às afrontas sofridas. Portanto, ele cumpre um ritual da época, qual seja, ofertar a obra a ser publicada a personalidades de relevância, com vistas a obter resultados exitosos. Fica evidente nessa dedicatória que ele sofreu perseguições políticas, o que pode ser comprovado por sua biografia, mas, parece-nos, que, de acordo com o contexto de época, no qual os judeus eram perseguidos, ele, como filho de judeu, deve ter sido alvo de represálias.

2.3 *Análise de alguns capítulos*

No capítulo inicial, mostra o autor que, com frequência, os vocábulos caem em desuso, surgindo em seu lugar novos, como um mecanismo quase biológico. Para Nunes do Leão, essas novas criações podem resultar de inovações criadas por um escritor e aceitas pelos falantes. Diz ele que a Ciro, Cipião e Augusto, o Latim deve algumas inovações. Ao fazer essa constatação, Duarte explicita uma característica dos trabalhos linguísticos realizados sobretudo no século XVI, a qual estabelece, para a descrição das línguas vernáculas, como modelo, a língua latina. Assim, apesar da apologia de a língua materna ser um forte princípio na produção intelectual nesse período, o Latim, continua a ser considerada a língua de cultura e a referência para o conhecimento e a afirmação das línguas nacionais.

Ele discute, nos capítulos II e III, a língua que a princípio se falava em Espanha e a escrita que lá havia antes da chegada dos romanos. Quanto ao primeiro assunto, diz Duarte:

Questão he tratada de muitos, que lingoa foi a que primeiro se fallou em Hespanha, que tem resposta tam incerta quam incerto he que gente foi a que primeiro veo apportar a ella.[...] Pólo que sendo as lingoagões tam mudauel cousa, & remota que em pouco tempo se alteraõ tanto, querer investigar que lingoagem fallauaõ os primeiros Hespanhoes, que foraõ quase no principio do mundo, he perder tempo, & vir a disparar em cem mil devaneos, pois de palavras que consistem soo em som, & percussão o aar, e são inuisiueis não pode hauer rastro, nem memoria senaõ em scriptura que não temos. (p.3)

Essa passagem também nos mostra a inserção de Duarte Nunes no espírito de sua época: a dos estudos históricos, com vistas à valorização do Português, mas que devem ser fundamentados em fontes documentais. Destaca com forte ênfase a alteração linguística e a mutabilidade das línguas, aspecto que virá a caracterizar a Linguística Histórica do século XIX, podendo, portanto, ser considerado um precursor dos estudos históricos da Língua Portuguesa.

O segundo tema, o da escrita, foi discutido contrapondo-se o autor à visão de Nebrija. Diz ele que o gramático espanhol, “varão douto e de maduro juízo” aceitava não ter, na Espanha, até a chegada dos romanos, o “uso das letras”. Duarte refuta os dois argumentos propostos pelo nebricense: a inexistências de moedas pré-românicas e a ausência de letreiros e legendas. O primeiro, diz ele, resulta de o comércio ser feito na base de trocas e a ausência de letreiros e legendas, o segundo, decorre do caráter passageiro da permanência de gregos e fenícios na Península porque

sós elles (os romanos) como homes de mais generosos spiritos, & policia & mais cobiçosos de honra & fama, buscaõ esses meos para perpetuarem sua memória: o que na outra gente bárbara de Hespanha, ou Phenicia não hauia, nem nos Gregos vindiços & mercantijjs de que os mais vinhaõ a Hespanha buscar ouro & prata, & chatinar não se diuertiriaõ a essas imaginações de honra, & memória. (p.10)

Com essas duas questões chega a uma conclusão: nem a língua nem o modo de escrever foram únicos na Península Ibérica, argumento que vai, junto com outros, construir a apologia da língua materna.

Ao mesmo tempo em que reconhece a mudança das línguas como um fenômeno natural, também aceita a ideia de corrupção linguística. Nesse sentido, do capítulo VII, que é bastante longo, ao XVIII, Duarte Nunes trata desse tema, apresentando categorizações das diversas formas de corrupção, o que resulta em um afastamento cada vez maior da língua latina. Destaca as contribuições dos gregos, dos árabes, dos franceses, dos italianos, dos alemães, dos hebreus

e dos sírios, mas não as dos espanhóis, que são discutidas no capítulo XXII, como veremos em seguida.

Sobre as corrupções, optamos por focalizar somente as que estão relacionadas à mudança de significação das palavras. Assim, no item *Corrupção por mudança do vocábulo em outra forma pela mudança de significação*, Duarte chama a atenção para a mudança de forma acarretando diferentes sentidos para o mesmo vocábulo latino. O autor escolhe *macula* para exemplificar esse caso. Diz ele que, em Português, quando se quer significar rede, essa palavra altera-se em *malha*; quando se quer expressar pecado ou sentimento de ânimo, cria-se *mágoa* e quando o sentido é de nódoa, surge *mancha*. Portanto, todas são formas diferentes de *macula* e com significações também distintas. Consta-se, assim, que o estudioso português tratou das formas divergentes ou alotrópicas, como designadas por Coutinho (1962), que as caracteriza como “duas ou mais palavras provenientes de uma só de outra língua” (p.235) Esse tema será objeto de estudo das Gramática Históricas no século XIX e início do século XX, no caso específico do Brasil, como a de Coutinho, cuja primeira edição é de 1938.

O outro tópico a ser abordado é *Corrupção por impropriedade de significação alheia*. Nele, o autor caracteriza esse tipo de corrupção como a atribuição de significação imprópria e não pertinente aos vocábulos. Cita vários exemplos, entre os quais destacamos a palavra *casa*, que, no Latim, significava choupanas, que são casas rústicas e, no Português, passou a designar tanto “as grandes & reaes como as do campo” (p.26). Ele mostra também que, em Latim, a palavra *manco* designava aquele que era aleijado nas mãos e, em Português, passou a significar o que é aleijado dos pés. Silveira Bueno (1974), em seu *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, apresenta o seguinte histórico dessa palavra, mas não o relaciona com datas:

Manco – O latim *mancus*, formado de *manus* e o suf. *Cus, ko*, que indica defeito, significava aquele que não tinha uma das mãos. Generalizou-se depois para todo e qualquer defeito físico: de Camões, v.g. diz-se que era “*manco de um olho*” e o P. Vieira, falando de uma nave que não podia navegar perfeitamente, diz que estava “*manca*”. Finalmente restringiu-se ao defeito da perna ou do pé, defeito que faz claudicar, coxear” (p.2294-2295)

Viaro (2011), ao tratar das *Idiossincrasias da mudança semântica*, chama a atenção para a referencialidade, destacando que a expressão *milho verde*, entre outros exemplos, não corresponde à cor do milho. Ressalta que casos como esse, que são muitos, mostram que as denominações não são bons indicadores

de étimo, o que demonstra a imprevisibilidade da mudança semântica. Nesse sentido, afirma que

Uma tipologia da mudança semântica é ainda muito incipiente, mas sabemos que há um imenso número de fatores que a promove. Mesmo que se diga que foram descobertas grandes linhas gerais com alguma previsibilidade, o estudo etimológico não consegue comprová-las sempre, por causa de acidentes históricos imprevisíveis pelos quais uma palavra pode passar. Por exemplo, o lat *testa* “tijolo, telha” passou para o ital *testa* e fr *tête*, com o significado de “cabeça” (p.227)

Essa citação mostra-nos que a mudança da significação original de uma palavra do Latim para as línguas latinas parece ter sido frequente e ela serve de fundamento para a valorização da percepção de Nunes Leão em relação a esse fenômeno semântico, em uma época em que os estudos etimológicos sobre a Língua Portuguesa estavam apenas começando.

Quanto às contribuições dos espanhóis, o capítulo XXII é bastante ilustrativo, tendo por título: “Porque os Portugueses não usurpão tantos vocábulos dos Castelhanos com tomaõ de outras Nações mais remotas” (p:79).

A partir desse título, Duarte Nunes, apresenta os seguintes argumentos:

- Apesar da vizinhança, do comércio e do parentesco com os castelhanos, é de espantar o reduzido número de vocábulos que os portugueses tomam de empréstimo deles. A razão para esse fenômeno é que, além da emulação que havia entre os dois povos, depois da divisão dos reinos, os portugueses e os espanhóis se encontraram perpetuamente em duas letras, que “he a mais notauel diferença que tem estas duas nações, & por que se mais desconhecem.”(p:80) Assim, onde os portugueses usam “m” puro ou líquido, os castelhanos pronunciam “n”, como em capitão /capitán; sermão/ sermon; obrigação /obligacion e “tan caroaueis são os Castelhanos do seu n, que as diçoês Latinas que se acabaõ em m, pronunciaõ com n & dizem musan, templun, dominun”. Diz Nuno que a causa dessa diferença é “neglignencia dos mestres que não ensinaõ desde moços os discípulos a pronunciar como lhes ensina Quintiliano”. (p:81) Aqui está outra concepção marcante dos estudos gramaticais portugueses: o domínio do bem falar e do bem escrever, a qual é, por um lado, defendida por Duarte Nunes do Leão, e, por outro, é atacada pela crítica à forma de ensino feita na Espanha. Assim, ele considera que o ensino formal deve garantir a preservação da língua, o que para ele pressupõe o uso da norma padrão, tal como explicita no capítulo XVIII, cujo título é *De alguns vocábulos que vsaõ os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem vsar*. Sobre essa questão,

assim ele se expressa:

QVANTO os homens polidos deuaõ escusar de fallar palauras insolentes, & grosseiras, de que Iulio César nos auisaua nos guardassemos, adiante faremos mais larga mençaõ, soo ajuntaremos aqui aa sombra de palauras antigas que se também não deuem vsar estas que nos lembraraõ.

Adergar, por acertar

Agastura, por agastamento

Corriqueira, cousa, por vulgar, ou costumada

Cuspido a seu pay, por esculpido, ou semelhante

Escafeder, por fugir

Focinho, rosto (p.72-73)

- A segunda diferença entre as duas línguas, que causa muita dificuldade para os portugueses na aprendizagem do Espanhol, é a pronuncia de algumas vogais. Diz o autor:

onde os Portugueses conforme aos Latinos dizem *porta, porto, porco, torto*, os Castellanos per hum seu peculiar diphthongo **ue** dizem *puerto, tuerto, huerto, hueso* & assi os mais que na primeira syllaba batem o, pólo que quando o Português quer fallar Castellano cae muitas vezes. **Ao que ajuda a errada razão da analogia, que os Castelhanos guardaõ; porque dizendo puerta, dizem portero, & de fuerte dizem fortaleza, & de puerto portazgo.** (p.81) (grifo nosso)

Aqui fica mais uma vez evidente a ideia de superioridade da Língua Portuguesa em relação à Espanhola defendida pelo autor, uma vez que se mantém mais próxima de sua origem latina.

- Aponta ainda a diferença na pronúncia do ditongo castelhano **ie**, onde os portugueses pronunciam, segundo o autor, **em**: como quien, bien em lugar de quem e bem. Apesar de aceitar as mudanças e variações linguísticas internas a uma língua, ao analisar, contrastivamente, o Português e o Espanhol, Duarte Nunes do Leão assume uma posição contraditória considerando negativamente a forma de falar espanhola por se afastar muito do modelo latino. Como já foi dito, ele considerava o processo de mudança das línguas, mas verifica-se a contradição no fato de ele parecer propor um único percurso de alteração para todas as línguas, não aceitando, portanto as diversas possibilidades dessas mudanças.

- Dois argumentos encerram o capítulo XXII: o da existência de vocábulos semelhantes entre as duas línguas não ser um caso de empréstimo do Português ao Espanhol, mas o fato de serem eles comuns a várias línguas latinas. Exemplifica com o verbo começar: “que parece viria de com, & initiare, daí *començar* (cast.), *cominciar* (it.) *commnecet* (fr)” (p.81). Ainda em relação a esse assunto, diz que, se naquele momento há no Português vocábulos emprestados do Espanhol, isso se deve ao fato de que

nos unimos com elles, & somos todos de hum mesmo Príncipe, & de hum governo, & com quem agora temos mais commercio & mistura, por vida de sua Majestade, & dos Castelhanos a nos, & nos a ellos, como são lastima, regalo, bilhete, camarada, a troco de mimo, brinco, menino, enfadar desenfadar, festejar, marmelada, serão & outros mais que os Castelhanos tomarão de nos. Polo que se houuesse de fazer represalias de parte a parte por os vocábulos usurpados, ainda acharão mais dos nossos usurpados dos Castelhanos, que seus usurpados dos nossos. (p.81)

Aqui, além de uma justificativa política, o autor aponta questões sociolinguísticas relativas às línguas em contato, as quais só serão aprofundadas nos estudos da linguagem no século XX.

3. Duarte Nunes do Leão e as contribuições de sua obra

Após a análise, constatamos que o autor une a codificação da Língua Portuguesa à sua História. Nessa direção, assim ele se expressa:

E agora por me refocillar do trabalho de outros studos mais pesados, tentei fazer este tractado da origem da mesma lingua, & das outras mais de Hespanha, perque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screver mais concertado. (Dedicatória)

Com essa declaração, vê-se que ele produz um tratado de cunho gramatical que, por sua natureza, antecipa em dois séculos os estudos históricos. Seu trabalho assemelha-se a uma gramática histórica, voltada a questões relacionadas ao parentesco linguístico. Nesse sentido, traz um dos primeiros conceitos de história da língua, o qual já havia sido expresso em sua obra *Orthografia da Lingoa Portuguesa*, datada de 1596. Sobre essa questão, o autor afirma:

ASSI como em todas cousas humanas há continua mudança & alteração, assi he tambem nas lingoagês. E o que parecia increiuel, tambem isto estaa subjecto ao arbitrio da fortuna: porque assi como os vencedores das terras & prouincias lhes daõ leis em que viuão, asi lhes daõ lingoa que falllem.

[...]

E como os homens entre si saõ per natureza taõ diferentes, nas opinioes, & imaginaçoẽs, assi exprimem per diuersas maneiras seus conceptos com inuençoẽs de palauras. Pólo que em hũa mesma lingoa vaõ fazendo-se tantas mudanças de vocabulos, que per discurso do tempo, fica parecendo outra, como veraa quem cotejar a lingoagem, que oje falla em Portugal, com a que se fallaua em tempo Del Rei dom Afonso Henríquez: & quem considerar o discurso que a lingoa Latina foi fazendo em diuersas idades. (p.1-2)

Reconhece, portanto, a mutabilidade das línguas, tendo focalizado mudanças históricas em várias línguas, como a latina, a fenícia, a basca e as românicas, apontando as alterações linguísticas como fenômenos universais (cf. 17). Mais uma vez antecipando os estudos históricos do oitocentos, Duarte mostra, em uma perspectiva comparativa, as relações fonéticas regulares entre o latim, o português e outras línguas românicas. Assim, apresenta exemplos como:

- o latim *com* & *initiare* resulta no Português *começar*; no Castelhana, *començar*; no Italiano *cominciar* e no frances *commencer*,
- “dizem os Portugueses *espantar*, os Italianos *espauentar*, os Franceses *espouvanter*, que todos vão a hum” (p:81).

Como já foi demonstrado, introduz a etimologia na ortografia, tendência que se manteve até o início do século XX. Essa sua proposta trouxe, em alguns casos, contribuições para o conhecimento da Língua Portuguesa, mas, em outros, por propor falsas etimologias, pôde induzir a erros, como *abade*, *ama*, *capa*, *missa* e *romã*, palavras de origem latina a que ele atribui origem hebraica ou síria.

Entende a etimologia não como morfologia como faziam muitos de seus contemporâneos, mas no sentido que hoje lhe atribuímos: Diz ele:

Natural cousa he aos que se entremetem a fallar algũa lingoa alhea desencaminharse das regras, & propriedades della, & commetterem os vícios que chamaõ barbarismos & solecismos, mormente quando as lingoas saõ muito desemealhantes como aconteeo aos Godos, & Vândalos, & e outros taes nascidos na Gothia e na Sarmacia; vindo a Hespanha onde a lingoa Latina casta & pura que se fallaua corromperaõ, adulterando os vocábulos, & mudando-os em outra forma. & significado differente, & introduzindo outros de nouo de suas terras, & de outras

gentes que comsigo trouxeraõ. Das quaes corrupções poremos alguns exemplos per que os lectores saberaõ muitos segredos desta lingoa, que atequi não entendiaõ. E a etimologia de muitos vocábulos que lhes abriara os olhos para inuestigarem o mais. (p:22)

Segundo Maria Leonor Leonor Carvalhão Buescu (1984), é essa preocupação com a etimologia que insere a obra de Duarte Nunes Leão no espírito barroco. Esse aspecto, apenas tangenciado nos gramáticos de períodos anteriores, liga-se ao fato de as línguas vernáculas serem consideradas de menor prestígio e desprovidas de passado. Ao focalizar a língua materna como instrumento de consolidação da identidade nacional, a busca de sua história torna-se extremamente relevante.

Para finalizar

É a reconstrução do passado abordado acima que Duarte Nunes do Leão, estudioso português do início do século XVII, objetiva por meio de sua obra *Origem da Língua Portuguesa*. Ele deixa-nos como herança a importância do conhecimento da história da língua de um povo como fator de sua identidade nacional e cultural, legado que deve ser avaliado à luz da época em que foi produzido, como propõe a *Historiografia Linguística*.

Ao finalizar, salienta-se que os portugueses, marcados pela angústia de povo dominado, refletindo o espírito de transição do Renascimento para o Barroco, assim como os espanhóis, dominadores de Portugal, esses dois povos manifestam em suas produções tanto a tradição herdada, que se mantém em seu tempo, quanto as mudanças havidas no pensamento de sua época. Em termos de conhecimentos linguísticos, ao lado do problema da origem das línguas vulgares, encaram a problemática da origem e essência da linguagem humana. Dessa forma, teve Duarte Nunes do Leão (1530–1608), a sensibilidade reveladora de seu momento histórico-linguístico-cultural. Os estudos gramaticais de Duarte Nunes do Leão, ao mesmo tempo em que representam a continuidade gramatical greco-latina, destacam-se também pela inovação, traduzida pela perspectiva histórica que imprime a seu trabalho, o que o diferencia de outros pensadores seus contemporâneos.

Referências

- ALI, M.S. *Gramática Secundária e Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Porta de línguas: gramática e ensino numa visão plurilíngüe. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (orgs) *História Entrelaçada - A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 45-73.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Considerações Iniciais. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. *História Entrelaçada 2 – A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.9-15.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de Gramática Histórica*. 5 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- GONÇALVES, M. F. Notas sobre as Relações entre a História e a Historiografia da Língua Portuguesa: Problemas e Métodos (Com base em Exemplos Oitocentistas). In: CAGLIARI, G.M. et alii. *Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística*. Araraquara: UNESP, FCL; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002, p.11-24.
- KEMMLER, R. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. In: *Revista VEREDAS*. 19, Santiago de Compostela, 2013, p. 145-176, disponível em https://www.researchgate.net/publication/259737480_Para_uma_melhor_compreensao_da_historia_da_gramatica_em_Portugal_a_gramaticografia_portuguesa_a_luz_da_gramaticografia_latino-portuguesa_nos_seculos_XV_a_XIX.
- KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia lingüística. *Revista ANPOLL*, n. 2, 1996, p. 47-70.
- KOSSARIK, M. A. A obra de Amaro de Roboredo – questões de historiografia lingüística portuguesa. In: *ROBOREDO, A. Methodo Grammatical para todas as Línguas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002, p.7-63.
- LABOURDETTE, J-F. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001, capítulo X, p. 263-287.
- NUNES DO LEÃO, D. *Origem, e Orthografia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

- NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 9 ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- ROMEO, R. P.de L. Gramaticografia e Lexicologia em Portugal durante o Século XVI: do Latim ao Português. In: *Limite*, n. 3, 2009, p. 45-65, disponível em https://www.researchgate.net/publication/45428020_Gramaticografia_e_lexicografia_em_Portugal_durante_o_seculo_XVI_do_Latim_ao_Portugues.
- SARAIVA, A.J.; LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. 4 ed. corrigida. Porto: Porto Editora, s/d.
- SILVEIRA BUENO, F. da. *Grande Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Santos, SP: Editora Brasília Limitada, v. 5, 1974.
- SPINA, S. Segunda metade do século XVI e século XVII. In: SPINA, S. (org.). *História da Língua Portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p.279-349.
- SWIGGERS, P. Histoire et historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. *Études de linguistique appliquée*, editado por Daniel Coste, n. 78, 1990.
- VIARO, M. O componente semântico. In: *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011, p.189-233.

Recebido em 29 de agosto de 2017.

Aceito em 4 de outubro de 2017.

VARIAÇÕES CONCEPTUAIS SOBRE O LÉXICO NA SEGUNDA
METADE DO SÉC. XX

CONCEPTUAL VARIATIONS ABOUT THE LEXICON IN THE
SECOND HALF OF THE 20TH CENTURY

Carlos Assunção

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
cassunca@utad.pt

Carla Araújo

Instituto Politécnico de Bragança
carla.araujo@ipb.pt

RESUMO: Este artigo pretende evidenciar a diversidade conceptual em torno do conceito de léxico visto por vários autores e analisar mutações operadas na linguística que permitiram conceder importância primordial ao domínio do léxico. Decorrente da investigação nas diversas disciplinas da linguística contemporânea, propõe-se a recolha de várias aceções de léxico e da sua relação com a gramática. Seguir-se-á a descrição do léxico como domínio de interface, evidenciando que a descrição do universo lexical carece dos conhecimentos de outras disciplinas. A metodologia a seguir é a indicada para a revisão da literatura produzida quer em línguas estrangeiras quer em língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Aceções Lexicais; Gramática; Linguística Teórica; Arquitetura Paralela.

ABSTRACT: This paper aims to highlight the conceptual diversity around the concept of lexicon as regarded by several authors while analyzing the changes that were operated in the language sciences in order to allow for the lexical domain to acquire primordial importance. Arising from research in the various disciplines of contemporary linguistics, the collection of several lexical items and its relationship with grammar is proposed. A description of the lexicon as a domain of interface will be undertaken in the following, showing that the description of the lexical universe requires the knowledge

of other disciplines. The methodology that will be followed is indicated for the review of literature produced either in foreign languages or in Portuguese.

KEYWORDS: Lexical Items; Grammar; Theoretical Linguistics; Parallel Architecture

Introdução

A mudança de paradigma no âmbito dos estudos lexicais evidenciou, nas últimas décadas, alterações decorrentes de uma nova conceção do léxico, isto é, o léxico de uma língua não é atualmente perspetivado como um mero repositório das unidades lexicais e das suas idiossincrasias, configurando uma vertente da língua dissociada da gramática, mas antes como uma parte da gramática. Os estudos do léxico passaram também a integrar o objetivo de compreender a forma de estruturação do conhecimento lexical, adquirido e processado a nível mental, passando a linguística a conceber o léxico pluridimensionalmente. Consequentemente, a apreensão do conhecimento lexical necessita da descrição da própria gramática das unidades lexicais.

Tudo isso foi possível graças à investigação realizada pelas diversas disciplinas da linguística que nos permitem aceder, atualmente, a um conhecimento mais rigoroso dos variados tipos de saberes associados ao léxico. Esses saberes contemplam a sua forma oral e escrita, a sua estrutura interna, a flexão e as relações com palavras da mesma família, os respetivos significados, o seu alcance denominativo, as relações com outras unidades no plano sintático, as suas combinatórias, bem como as relações semânticas estabelecidas com outras palavras. A descrição do universo lexical convoca os conhecimentos de outras disciplinas, apresentando-se a lexicologia, em particular, e o estudo das estruturas linguísticas do significado, em geral, como estudos pluridisciplinares.

O escopo desta publicação é apresentar as múltiplas aceções do conceito de léxico a partir da segunda metade do século XX e suas relações com a gramática. Abordaremos os movimentos mais representativos e os pressupostos teórico-metodológicos que motivaram mutações teóricas e metodológicas sobre aquele conceito, desde a década de sessenta do sec. XX até aos alvares do presente século. Autores marcantes desse período como sejam Coseriu, Chomsky, Lasnik, Jackendoff, Bresnan, Biderman, Niklas-Salminen, entre outros, sem esquecer os contributos de linguistas brasileiros e portugueses para este assunto, em muito contribuíram para aquelas mutações. Esta abordagem será feita no capítulo *Conceções de Léxico*; na segunda parte, far-se-á uma sinopse complementar

da primeira destacando-se o léxico como um domínio interface, destacando-se a visão de Rodrigues (2012): a perspetiva da arquitetura paralela.

1. Concepções de léxico

Ao longo de vários séculos, o léxico foi perspetivado como uma vertente da língua dissociada da gramática. Esta perspetiva, que retirou importância ao estudo do léxico, decorre da própria definição de léxico. Uma vez que o facto de ser definido como um “inventário aberto” negava-lhe a possibilidade de sistematização e, portanto, de estudo científico (Rey-Debove, 1970).

Nesse sentido, Josette Rey-Debove (1970) não concede ao léxico o estatuto de objeto de estudo científico dentro da gramática e rejeita a possibilidade de existir uma competência lexical semelhante à competência gramatical. Segundo esta autora, todos os falantes de uma língua dominam o sistema gramatical da mesma, enquanto nenhum deles, individualmente, domina o léxico da sua própria língua, uma vez que o mesmo diz respeito à realidade da comunidade linguística em geral, ou seja, o léxico remete para todos os falantes, em geral, e para nenhum em particular.

No entanto, no âmbito do modelo estruturalista, esta forma de encarar o léxico como um inventário ou paradigma aberto e ilimitado, em oposição ao paradigma gramatical, caracterizado como fechado ou limitado, é rejeitada por alguns autores. De modo que, por exemplo, segundo Coseriu (1977: 211-212),

[...] es cierto que los lexemas que se pueden “seleccionar” (elegir) en el eje paradigmático para funciones tales como “sujeto” o “complemento directo” constituyen series no limitadas. Pero, en este caso, se trata de una selección realizada en el léxico *para funciones gramaticales*, no para funciones léxicas. Por el contrario, la selección propiamente léxica se realiza [...] dentro de paradigmas limitados y delimitables, como los de la gramática. Así, si se tiene que calificar una determinada temperatura por medio de un adjetivo, se elige, por ejemplo, en francés entre *froid*, “frío” - *frais*, “fresco” - *tiède*, “tibio” - *chaud*, “caliente”, [...], del mismo modo como, por ejemplo, para el número gramatical, se elige entre singular y plural (Coseriu 1977: 211-212).

Deste modo, o léxico configura um inventário aberto, se o encararmos do ponto de vista das suas funções gramaticais, porém, os paradigmas lexicais não se apresentam menos visivelmente delimitados que os paradigmas gramaticais, se considerarmos o léxico no ponto de vista das funções lexicais.

Na década de 50 do século passado, a linguística foi influenciada pelas Ciências Cognitivas. Esta influência acarretou mudanças na configuração da Gramática Transformacional. As Ciências Cognitivas encaravam o cérebro como um órgão modular. Esta ideia de modularidade expandiu-se aos estudos da linguagem, considerando-se que, no processamento mental da linguagem, existem módulos específicos para procederem à manipulação das distintas dimensões linguísticas (Chomsky, 1965).

No âmbito da linguística teórica, no início da segunda metade do século XX, a sintaxe era a detentora de todos os aspetos da língua. Apesar de Chomsky (1965) ainda conceber o léxico como um depósito de idiossincrasias, definiu-o como uma vertente modular, integrada na componente de base da gramática. Significa, pois, que se manteve a distinção entre o léxico, domínio de idiossincrasias, e a gramática, domínio da regularidade.

Ao longo do século XX, as gramáticas absorvem os resultados das investigações efetuadas em linguística e vão apresentando um carácter cada vez mais descritivo e abrangente. Num artigo publicado por Chomsky e Lasnik (1977), os autores preconizam um modelo de gramática que possui como ponto de partida o léxico. Neste modelo, o léxico concede à sintaxe o *input* para as regras de combinação, entendendo-se, portanto, a sintaxe como o membro que ocupa o lugar central da gramática, como um sistema computacional que permite produzir construções bem formadas. No âmbito deste modelo, outras duas componentes constituem a gramática: a fonologia e a semântica, que possuem, principalmente, uma função interpretativa das estruturas determinadas pela sintaxe. Segundo Brito (2010: 3-4), este modelo, embora evidencie potencialidades, é suscetível de discussão sob várias vertentes:

Em primeiro lugar, a centralidade da Sintaxe não pode implicar a sua autonomia; com efeito, a Sintaxe é parcialmente dependente do significado dos itens lexicais e há interfaces fortes entre a Sintaxe e a Fonologia e entre a Sintaxe e a Semântica. Basta recordar, por exemplo, a questão do foco e dos mecanismos prosódicos a ele associados ou as estruturas argumentais dos predicados e o modo como elas se projetam ou as condições formais da quantificação, da negação e de outros operadores semânticos para compreender as relações fortes entre as componentes centrais da Gramática. Por essa razão, a Sintaxe é concebida atualmente por muitas teorias como a componente que estuda não só as condições de combinação de palavras mas também as condições formais da significação.

Em segundo lugar, o papel do Léxico e a relação com a Sintaxe podem ser perspetivados de vários modos (Brito 2010: 3-4).

Nas décadas de 1960 e 1970, diversos estudos evidenciam a atração e o interesse crescente que os linguistas teóricos passaram a revelar pela lexicografia. No âmbito desses trabalhos, referimos, por exemplo, a teoria semântica de Katz e Fodor (Katz e Fodor, 1963), tal como os estudos de Chomsky (1970) e Jackendoff (1975). Estes autores operaram mudanças que causaram impacto na concepção tradicional do léxico, ao nível da sua estruturação e do seu papel. Nos anos 1980, a *Teoria da Regência e ligação* (*Government-Binding Theory* – GB) (Chomsky, 1981) pretendia diminuir o poder das regras sintáticas. Nesse sentido, diversas propriedades gramaticais passaram a ser encaradas como resultantes das propriedades concatenadas no léxico.

Decorrente da difusão das teorias contrárias ao gerativismo, o léxico ganha o estatuto de componente essencial da gramática. Estas teorias lexicalistas, como por exemplo, a *Gramática Léxico-Funcional* (Lexico-Functional Grammar – LFG) (Bresnan, 1982), preconizam que o léxico contém um conjunto de informações sobre as peças léxicas, que lhe permite supervisionar o modo de funcionamento da dimensão gramatical. Deste modo, o léxico é entendido como uma parte central e estruturada da gramática.

Em oposição à visão tradicional do léxico, os paradigmas gramaticais modernos encaram o léxico como

[...] uma componente das línguas que tem por função produzir, armazenar, processar e transmitir signos que os falantes usam como matéria-prima na elaboração de raciocínios e na construção de enunciados verbais. A gramática compila as regras, as condições e as restrições que presidem ao funcionamento, aos diversos níveis (fonológico, morfológico, sintático, semântico), das unidades sígnicas, consideradas em frase e em texto. A competência léxicogramatical caldeia, para cada signo, as informações relevantes e necessárias para o cabal desempenho discursivo-pragmático deste (Rio-Torto 2006: 12).

Devido à quantidade elevada de elementos que integra o léxico mental e à complexidade combinatória decorrente dessa quantidade, Mel'čuk (1988) considera que os itens estejam organizados de maneira funcional, para permitir ao falante o acesso rápido, não só ao significado de um item, mas também a todas as suas dimensões funcionais, gramaticais e lexicais, paradigmáticas, sintagmáticas e discursivas.

Para Igor Mel'čuk, André Clas e Alain Polguère (1995 :15), «Le lexique d'une langue prime logiquement sur sa grammaire».

Relativamente à concepção de léxico, Mário Vilela sustenta que

[...] a língua portuguesa é o resultado de uma longa história, e o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais diretamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se refletem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações, políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas. E o léxico tem três possibilidades para se adaptar a situações novas: câmbios semânticos, empréstimos e formação de palavras (Vilela 1994: 14).

Indo ao encontro da conceção de léxico preconizada por Vilela, Biderman (2001: 179) considera que

embora o Léxico seja património da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua – os falantes – aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do Léxico, alterando as áreas de significação das palavras. É por isso que podemos afirmar que o indivíduo gera a Semântica da sua língua [...]. Ao fim e ao cabo, o universo semântico se estrutura em torno de dois polos opostos: o indivíduo e a sociedade. Dessa tensão em movimento se origina o Léxico.

Biderman (2001: 13) acrescenta que «[...] a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras».

No que à designação de lexema diz respeito, Mário Vilela entende que

o lexema é o elemento da língua, a forma básica, que fundamenta as possíveis formas do discurso e todos os possíveis significados [...] da palavra. O *lexema* é uma grandeza linguística real, de que dispõe a competência do falante/ouvinte, cujo alcance não é representável pelo uso, mas apenas pela reflexão, ao passo que palavra como palavra léxica [...] é um elemento do discurso, ou atualização de cada uma das possibilidades da forma básica no uso concreto condicionado pelo respetivo contexto (Vilela 1979: 21).

Neste âmbito, como realça Vilela (1994: 25), dever-se-á diferenciar lexema, «a unidade que inclui um dado conjunto de formas ou unidades lexicais, das formas assumidas pelo lexema, e a que se atribui um significado objetivo único». Neste campo de ação, devemos também distinguir sema, ou traço mínimo de conteúdo, de semema, o conjunto de semas correspondente a uma realização possível do significado de um lexema.

O léxico e a gramática não são considerados como duas realidades indissociadas, excetuando as diferentes motivações metodológicas, decorrentes de objetos materiais de análise distintos. Na representação das peças léxicas (Rio-Torto 2006: 1), está incluída a representação das respetivas propriedades gramaticais, morfossintáticas e argumentais, ao nível do número, do esquema e das funções temáticas dos argumentos em causa, tal como das propriedades semântico-conceptuais e instrumentais que sustentam o seu funcionamento em contextos e em situações pragmáticas diversificadas.

Como se pode observar em Rio-Torto (2006: 11),

o estudo das unidades lexicais duma língua não pode fazer-se sem o suporte das regras gramaticais que as enformam e que norteiam a sua configuração e as suas condições de uso; do mesmo modo, o estudo da gramática consubstancia-se necessariamente no estudo das propriedades morfo-sintático-semânticas que caracterizam os signos da língua, nos seus diversos usos discursivo-textuais. [...] Em função da sua natureza, que é pluridimensional, o léxico — e, por conseguinte, o seu estudo —, não se confina a abordagens monodimensionais, envolvendo antes a morfologia das unidades lexicais que o integram, a semântica e a sintaxe interna e externa destas, o funcionamento discursivo-pragmático que os falantes delas fazem.

No entender de Rio-Torto, o léxico é constituído por

[...] (i) palavras invariáveis, isto é, de estrutura interna invariável, e (ii) palavras variáveis, cuja configuração morfológica é afetável por variação sintacticamente determinada, há (iii) palavras funcionais, como as preposições, as conjunções e os conectores em geral, e (iv) palavras ou combinações de palavras a que, por contraste com as gramaticais ou funcionais, e à falta de melhor denominação, se convencionou chamar de unidades lexicais. Trata-se de nomes, de adjetivos, de verbos, mas também de unidades lexicais pluriverbais, mais ou menos abertas a variações na sua estrutura consoante o grau de (não)fixidez que as caracteriza (Rio-Torto 2006: 12).

Apresentando também uma visão polidimensional do léxico, Rodrigues defende que

[...] a língua se encontra organizada numa arquitetura tecida em interfaces, em que cada módulo da língua estabelece contacto com os restantes, independentemente do seu teor. [...] Sendo o domínio (geno)lexical um campo de interfaces entre os níveis fonético-fonológico, morfológico, semântico, sintático e pragmático, só

poderá atingir-se um conhecimento satisfatório do funcionamento das unidades lexicais se se tiverem em consideração todas estas dimensões (Rodrigues 2004: 130).

O léxico contém os traços, isto é, as propriedades que necessitam de ser interpretadas na interface. Nesse sentido, quando um falante verbaliza a palavra "mesa", o léxico possui estes traços que serão entendidos no nível da interface semântica e fonológica. Sendo que a interface entenderá não só estes traços, mas também o modo como estão organizados. De facto, a frase constitui uma organização complexa. Por exemplo, na interface semântica, a frase deverá ser entendida, não apenas relativamente aos traços que a compõem mas também quanto ao modo como os mesmos se encontram organizados e as relações que permitem estabelecer.

Segundo Ana Maria Brito, o papel do léxico e a relação com a sintaxe podem ser analisados de várias perspetivas. Nesse sentido, a autora defende que

As línguas a que Saussure chamava “gramaticais” e que correspondem ao que atualmente chamamos “sintéticas” apresentam vários subtipos morfológicos: há línguas aglutinantes (Turco), há línguas flexionais ou fusionais (Latim, Português, Alemão), há línguas incorporantes (línguas Bantu), há línguas infixantes (Árabe). Sabemos hoje que as línguas são em geral mistas e que língua sintéticas têm processos analíticos (veja-se, em Português, em relação ao género, os pares *homem / mulher, rapaz / rapariga*) [...].

Em textos recentes de Marantz, Alexiadou, ou Ramchand questiona-se a própria existência do Léxico e coloca-se a formação de palavras na Sintaxe.

Esta visão radical tem, no entanto, problemas, uma vez que há inúmeras idiosincrasias lexicais que dificilmente poderão ser captadas por regras gerais da Sintaxe, pelo que, de algum modo, o Léxico tem de ocupar um espaço na organização da gramática (Brito 2010: 4-5).

Equacionando uma estreita relação entre Léxico, Morfologia e Sintaxe, a autora refere que:

Uma língua como o Português é rica em processos morfológicos, em particular a flexão, a derivação e a composição. Mas a flexão está estreitamente ligada à Sintaxe e mesmo certos processos morfológicos, como a derivação, situados tradicionalmente na Morfologia, têm repercussões de tal modo evidentes na construção sintática (pense-se na alteração das estruturas argumentais, da marcação casual e da ordem dos constituintes) que é possível pensar numa relação mais estreita entre Léxico, Morfologia e Sintaxe (Brito 2010: 4).

Para Niklas-Salminen (1997: 27), o léxico é uma entidade teórica e uma realidade da língua, distinto do vocabulário, que se situa no plano discursivo:

Le lexique d'une langue doit être considéré, avant tout, comme une entité théorique. C'est l'ensemble des mots qu'une langue met à la disposition des locuteurs. Le vocabulaire est, pour sa part, souvent envisagé comme l'ensemble des mots utilisés par un locuteur donné dans une réalisation orale ou écrite. Selon cette perspective, le lexique est une réalité de *langue* à laquelle on ne peut accéder que par la connaissance des vocabulaires particuliers qui sont une réalité de *discours*.

No âmbito da reflexão em torno das concepções de léxico, assume também pertinência o dicionário enquanto *locus* de registo sistemático do léxico de uma língua. Nesse sentido, Krieger (2007: 297) considera que os dicionários, «ao registrarem, de modo sistematizado, os itens lexicais de uma língua dão coesão às sociedades e projeção às suas culturas, porquanto definem a identidade linguística dos povos».

Como sintetiza Vilela (1994: 6),

O léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico numa comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo.

Os dicionários da atualidade não têm a pretensão de representar todo o léxico de uma língua, atendendo ao facto de que o léxico é concebido como uma realidade que não oferece a possibilidade de ser descrita em extensão.

Analisando as mudanças de perspectiva em lexicografia e as conseqüentes transformações operadas nos dicionários publicados no século XXI, Correia (2008: 83) considera que «Os bons dicionários de hoje são representativos de fatias bem delimitadas do léxico de uma língua, de vocabulários claramente delimitados em função de critérios como a frequência de ocorrência das palavras e o seu interesse para o público-alvo».

2. O léxico com um domínio interface

O domínio do léxico reveste-se de primordial importância no modelo de Linguagem *Arquitetura Paralela* de Ray Jackendoff, uma vez que é a visão de léxico que sustenta e se sustenta no modelo em arquitetura paralela. Na concepção jackendoffiana, o item lexical tem como função servir de interface:

[...] *the function of lexical items is to serve as interface rules, and the lexicon as a whole is to be regarded as part of the interface components.* On this view, the formal role of lexical items is not that they are «inserted» into syntactic derivations, but rather that they establish the correspondence of certain syntactic constituents with phonological and conceptual structures (Jackendoff 2002: 131).

Apresentando e discutindo o modelo de Linguagem *Arquitetura Paralela* de Ray Jackendoff, Rodrigues (2012: 70) dá a conhecer uma nova visão do léxico: «o léxico como um domínio de interface». Segundo o modelo *Arquitetura Paralela*,

um item lexical contém traços das estruturas fonológica, semântica e sintática. Assim sendo, um item lexical será protagonista da interface entre as três estruturas (Jackendoff 2002: 131).

Esta visão tem como consequência o estatuto do léxico como um domínio de interface. Um item lexical não é, assim, inserido numa estrutura sintática; antes opera a interface entre as três estruturas paralelas (Rodrigues 2012: 70).

Analisando o fundamento neurológico subjacente à conceptualização do léxico como domínio de interface, a autora prossegue a sua reflexão:

Esta concepção do léxico como um domínio de interface possui fundamento neurológico. Segundo William Calvin & Bickerton (2000: 22-23), estudos neurológicos demonstram que a ativação na mente de um dado item lexical acciona uma série de subestruturas. Assim, para se proceder ao acesso lexical de, por exemplo, *cão* é accionada a representação visual relacionada no córtex visual; a sua representação fonológica em subestruturas no córtex auditivo; a sua produção fonética em constituintes motores localizados no lobo frontal, etc. Não existe, pois, um domínio do cérebro onde esteja armazenado o item *cão*. Diferentes estruturas desse item estão localizadas em domínios diversos de acordo com o tipo da sua computação (Rodrigues 2012: 70).

Neste sentido, Rodrigues (2012: 71) considera que esta conceção do léxico como um domínio de interface viabiliza a compreensão da existência de itens lexicais que não têm sintaxe, embora tenham fonologia e semântica. Exemplificando: «*yes, hello, goodbye, ouch, oops, dammit, hey, shh, psst, abracadabra, cockadoodledoo* (Jackendoff 2002: 132-133)». Verifica-se, por outro lado, a existência de itens lexicais com fonologia e sintaxe, mas sem semântica: «Jackendoff (2002: 133) apresenta como exemplos *it* em *It's hot in here* e *do* como auxiliar em *I didn't like him.*». Outras formas apresentam uma vertente semântica e sintática, mas não possuem fonologia: «Enquadra-se neste tipo o pronome vazio (PRO) que, em inglês, é estabelecido como sujeito das infinitivas, como em *Bill tried [PRO] to talk.*». Segundo Rodrigues, Jackendoff refere também itens lexicais detentores de fonologia e isentos de sintaxe e de semântica: «Esses itens têm como função o preenchimento de estruturas métricas em rimas infantis (e.g. *eenie-meenie-minie-moe, hickory-dickory-dock*).».

Rodrigues transpõe esta abordagem para a língua portuguesa:

Para o português, podemos elencar itens enquadráveis nestes tipos:

- a. itens com fonologia e semântica, mas sem sintaxe: advérbios como *sim*, interjeições como *olá!*, *ai!*, *bolas!*, ou onomatopeias como *cocorococó*;
- b. itens com fonologia e sintaxe, mas sem semântica: verbos auxiliares ou o pronome *ele* ocorrente em *Ele chove tanto!*;
- c. itens com semântica e sintaxe, mas sem fonologia: ausência de sujeito expresso em *Leu o livro*;
- d. itens com fonologia, mas sem semântica nem sintaxe: *pimponeta-pitá-pitá-pitucha-pim* (Rodrigues 2012: 71).

Rodrigues (2012: 71) refere que Jackendoff alerta para a possibilidade de itens como «*hello, no, psst*, ou seja, que contêm geralmente fonologia e semântica, mas não sintaxe, poderem, no entanto, emergir com sintaxe, numa ocorrência metalinguística».

Salientando o «caráter mais livre de itens com sintaxe e fonologia, mas sem semântica (e.g. verbos auxiliares), e de itens com sintaxe e semântica e sem fonologia (e.g. PRO)», Rodrigues (2012: 71) preconiza que

Nestes dois tipos, há a possibilidade de o mesmo item ocorrer com as informações respeitantes às três estruturas em simultâneo. Isto parece funcionar como argumento em favor desta perspetiva da arquitetura paralela que desenha o léxico como o ponto de interface entre as diferentes estruturas.

Como tal, de acordo com Rodrigues (2012: 74), Jackendoff rejeita a oposição léxico/gramática, seguindo quadros teóricos como a Gramática Construcional, a Gramática Léxico-Funcional, ou a Gramática Cognitiva, e estipula que «um item lexical é uma regra de interface, enfatizando que tanto regras como itens lexicais estão armazenados na memória de longo prazo». Nesse sentido, o protagonismo que a Arquitetura Paralela concede ao acesso lexical coaduna-se com as teorias do processamento.

Segundo Rodrigues (2012: 75), a conceção que Jackendoff apresenta do léxico implica uma ligação mais forte entre a teoria da competência e a teoria da performance. Em oposição à Gramática Generativa Standard, a arquitetura paralela de Jackendoff retira o papel principal à sintaxe.

Conclusão

Decorrente da investigação nas diversas disciplinas da linguística contemporânea, acedemos, atualmente, a um conhecimento mais cabal dos diversos tipos de saberes associados ao léxico como referimos na introdução.

A reflexão levada a cabo permite-nos entender a constituição, a aquisição, bem como a forma de processamento do saber lexical. Os avanços da neurobiologia e das ciências cognitivas revestem-se de suma importância para a compreensão do conceito de léxico, enquanto módulo interativo e paralelo situado entre as estruturas conceptuais e as linguísticas.

O léxico passa, então, a ser perspetivado como uma rede de itens lexicais, os quais se encontram associados por nexos semânticos e conceptuais, imprescindíveis para a estruturação do mesmo.

Em oposição à gramática, o léxico encontra-se intimamente associado ao conhecimento do mundo, por isso, o seu estudo, numa perspetiva exclusivamente imanentista ou linguística no sentido restrito do termo, isto é, sintática, não é exequível. O contributo da linguística cognitiva foi decisivo para esta perceção uma vez que a arquitetura paralela de Jackendoff, na perspetiva que lhe foi dada por Rodrigues, retirou à sintaxe o papel principal no estudo do léxico.

Em suma, do ponto de vista linguístico, o léxico representa o conjunto de unidades, manifestando uma estrutura própria e uma profunda rede de relações entre as múltiplas dimensões que o constituem.

Referências

- Biderman, M. T. C. (2001). As ciências do léxico. In A. M. P. Oliveira, A. N. Isquierdo, & I.M. Alves (Ed.), *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia* (p.13-22). Campo Grande: Editora UFMS.
- Bresnan, J. (1982). Control and complementation. In J. Bresnan (Ed.), *The mental representation of grammatical relations* (p.282-390). Cambridge, Mass./London: The MIT Press.
- Brito, A. M. (Ed.) (2010). *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Fundação Universidade do Porto:Faculdade de Letras.
- Chomsky, N., Lasnik, H. (1977). Filters and Control. *Linguistic Inquiry*, 8.3, 425-504.
- Chomsky, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: M.I.T. Press. (Traduzido para o Português por José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo, *Aspetos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Arménio Amado – Editor, Sucessor, 1978).
- _____ (1970). Remarks on nominalization. In N.CHOMSKY. *Studies on semantics in generative grammar* (p.11-61). New York: Mouton Publishers.
- _____ (1981). *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris.
- _____ (2000). *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, M. (2008). Lexicografia no início do século XXI – novas perspectivas, novos recursos e suas consequências. In M. A. Júnior (Coord.), *Lexicon – Dicionário de Grego-Português, Actas de Colóquio*. Lisboa: Centro de estudos Clássicos / FLUL, pp. 73-85.
- Coseriu, E. (1977). *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos.
- Fodor, J. (1983). *The modularity of mind*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Jackendoff, R. (1975). Morphological and semantic regularities in the lexicon. *Language* 51, 639-671.
- _____ (2002). *Foundations of language. Brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press.

- Katz, J. J., Fodor, J. A. (1963). *The structure of semantic theory*. In *Language* 39, pp. 170-210.
- Krieger, M. G. (2007). O Dicionário de Língua como Potencial Instrumento Didático. In O. CARVALHO, M.BAGNO (Org.), *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. vol III* (295-309). Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- Mel'čuk, I. (1988). Paraphase et lexique dans la théorie sens-texte. Vingt ans après. *Cahiers de Lexicologie* 52:1.
- Mel'čuk, I., A. Clas & A. Polguère (1995). *Introduction à la lexicologie explicative et combinatoire*, Louvain-la-Neuve/Paris: Éd. Duculot/AUPELF UREF.
- Niklas-Salminen, A. (1997). *La Lexicologie*. Paris: Armand Colin.
- Rey-Debove, J. (1970). Le Domaine du Dictionnaire, *Langages*, 19, 3-34.
- Rio-Torto, G. M. (2006). O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais. In M.F. Athayde (Coord.), *Estudos sobre léxico e gramática* (p.11-34). Coimbra: CIEG/FLUC, 2006.
- Rodrigues, A. S. (2004). *Condições de formação de nomes postverbais em português*. In G. Rio-Torto, R.A. Pereira, A. Rodrigues (Ed.), *Verbos e nomes em português* (p. 129-185) Coimbra: Livraria Almedina.
- _____ (2012). *Jackendoff e a Arquitetura Paralela Apresentação e discussão de um modelo de linguagem*. Muenchen: Lincom.
- Vilela, M. (1979). *Estruturas Léxicas do Português*. Coimbra: Almedina.
- _____ (1994). *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina.

Enviado em 20 de junho de 2017.

Aceito em 18 de agosto de 2017.

À PROSÓDIA NAS ATITUDES DOS FALANTES: O CASO DA IRONIA

PROSODY IN THE ATTITUDES OF THE SPEAKERS: THE CASE OF IRONIA

Vera Pacheco

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
vera.pacheco@gmail.com

Polliana Teixeira Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
pollianateixeira@yahoo.com.br

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo investigar como os parâmetros prosódicos se comportam na expressão da atitude de ironia. O estudo contou com um *corpus* de fala espontânea, composto por enunciados irônicos e não irônicos. Escolhemos como unidade de análise, a frase entoacional (I), constituinte prosódico proposto no modelo de fonologia prosódica de Nespore e Vogel (1986). As frases entoacionais foram analisadas acusticamente por meio dos parâmetros de frequência, *pitch*, duração relativa e velocidade de fala.. Os resultados encontrados revelaram que a atitude de ironia em todos os contextos analisados foi caracterizada por uma frequência fundamental (F_0) mais elevada.

PALAVRAS-CHAVE: prosódia; atitude; ironia; acústica.

ABSTRACT: The present study had as objective to investigate how the prosodic parameters behave in the expression of the attitude of irony. . The study had a corpus of spontaneous speech, composed of ironic and non-ironic utterances selected from 9 videos. We chose as the unit of analysis the intonational phrase (I), a prosodic constituent proposed in the prosodic phonology model of Nespore and Vogel (1986). The intonational phrases were analyzed acoustically through the parameters of frequency, pitch, relative duration and speech velocity. The results revealed that the attitude of irony in all contexts analyzed was characterized by a higher fundamental frequency (F0).

KEYWORDS: prosody; attitude; irony; acoustics

Introdução

No contexto interacional, percebemos um fluxo contínuo de informações que são expressas por meio dos elementos prosódicos da fala. O falante, por meio da entoação, do tom e da qualidade de voz, por exemplo, adiciona à sua expressão características da personalidade, a atitude de fala, emoções, entre outras. Assim, cada enunciado de fala transmite não apenas a mensagem em si, mas uma dimensão expressiva ao processo comunicativo.

Neste contexto, a prosódia ocupa lugar privilegiado na transmissão dos sentidos durante a interação, principalmente dos significados atitudinais. A ironia, por exemplo, já foi estudada prosodicamente por Moraes (2010, 2011) Paula (2012) e Ferreira (2015) que discutem a função da prosódia na construção de expressões atitudinais, demonstrando que os aspectos prosódicos são de fato relevantes na produção e recepção de enunciados expressos no momento comunicativo.

Moraes (2010) discute a prosódia na produção da ironia. Aspectos como valores de F_0 em determinados pontos-chave das sentenças, tessitura do enunciado ou de certas sílabas, duração do enunciado são, nesse estudo, apontados como parâmetros prosódicos que diferenciam a ironia de outras atitudes posicionais. Esse estudo promove uma discussão sobre a prosódia da ironia, considerando a fala atuada (contextualizada) e fala lida como fonte de dados para posterior análise acústica e estatística.

Durante o desenvolvimento do estudo de Paula (2012) que analisou a atitude de ironia, observou-se a existência de diferenças prosódicas entre as expressões de enunciados irônicos e enunciados lidos. Esse achado despertou nosso interesse em compreender um pouco mais a relação entre essa atitude quanto aos parâmetros prosódicos.

A proposta de Ferreira (2015) foi pautada na relação fala espontânea x fala atuada x fala lida. O objetivo principal do trabalho foi realizar um estudo da ironia do ponto de vista prosódico e discursivo. Para o ponto de vista prosódico, a pesquisa da autora traz uma análise acústica dos parâmetros prosódicos de F_0 e duração e uma descrição dos gestos/ movimentos corporais e faciais, que constituem a prosódia visual, e no que tange ao estudo discursivo, verificou-se quais os parâmetros discursivos de pistas de contextualização eram utilizados na construção da ironia.

Os resultados da análise acústica de Ferreira (2015) mostraram a existência de diferenças prosódicas entre a expressão da ironia e da leitura, da expressão da ironia da fala espontânea e da fala atuada. Constatou-se que as medidas de F_0 foram maiores na atitude de ironia que no neutro ou no lido e maiores

na ironia espontânea do que na fala atuada. Em relação à duração, os valores obtidos não apresentaram diferenças.

Quanto as pistas de contextualização observadas no estudo de Ferreira (2015), notou-se que estas foram fundamentais para a construção e reconhecimento do significado irônico, pois verificou-se, a partir de alguns testes de percepção, que a ausência de pistas de contextualização comprometia o reconhecimento da ironia. Já na análise de fala atuada, observou-se que, pela própria característica dessa fala, ao ser produzida sem a presença de interlocutores presentes ou virtuais, os atores utilizaram uma quantidade mínima de pistas de contextualização.

No presente estudo, procuramos, portanto, entender o comportamento prosódico da ironia na fala espontânea fazendo a comparação entre enunciados irônicos e não irônicos por meio de medidas de frequência fundamental (F0), duração e velocidade de fala a fim de observar como os parâmetros prosódicos se comportam na expressão das atitudes de ironia em situações contextuais específicas. Partindo da hipótese de que a ironia desencadeia diferentes produções acusticamente identificadas buscamos saber em termos acústicos o que caracteriza a ironia.

Dessa forma, constitui nosso objetivo geral analisar a produção dos enunciados irônicos do ponto de vista prosódico. São nossos objetivos específicos:

- Descrever os parâmetros acústicos nos contextos de ironia.
- Analisar se há diferenças entre os parâmetros acústicos presentes em situações com e sem ironia.

1. A atitude de ironia

O conceito de ironia foi inicialmente discutido na Grécia Antiga, o qual foi denominado “ironia socrática. Na retórica clássica foi definida como resultado de uma contradição percebida pelo receptor. Assim, o termo ironia adquiriu, na Retórica, o sentido de expressão que consiste em dar a entender o contrário do que se quer dizer. (PAULA, 2012). Temos também Muecke (1995, p. 48) que diz que a “ironia é dizer alguma coisa de uma forma que ative não uma, mas uma série infundável de interpretações subversivas.” Em uma perspectiva pragmática, o termo ironia é denominado por alguns como “pragmática da Ironia. Searle (1979) afirma que a palavra tem o poder de ir além do significado convencional, tendo o ouvinte o papel de interpretar os significados e entender o que realmente o falante quis dizer.

Na concepção de Grice (1982) a ideia de ironia está relacionada a explícita violação pragmática de uma de suas máximas conversacionais¹¹: a máxima de qualidade. Segundo o autor, quando um locutor produz um enunciado irônico a sua intenção é significar o oposto do que foi dito literalmente. Um exemplo de ironia pela violação da primeira máxima de qualidade está em (1)

- (1) a. O que você acha do governo Militar?
b. Democrático demais

Ao analisarmos os exemplos acima (1a) e (1b) observamos uma quebra de máxima de qualidade na resposta (b) que se apresenta de forma irônica, afirmando algo que não acredita, pois sabemos que a grande crítica feita aos governos militares é justamente a falta de democracia, em que os governos não são eleitos pelo povo.

Cabe adicionar mais considerações de Hutcheon (2000) que apreende a ironia como uma estratégia discursiva, avaliativa e dúbia, que promove emoções e/ou reações no leitor/observador. Hutcheon afirma:

a atribuição de ironia a um texto ou uma elocução é um ato intencional complexo por parte do interpretador, um ato que tem dimensões tanto semânticas quanto avaliadoras, além da possível inferência da intenção do ironista (quer do texto, quer das declarações do ironista). [...] a ironia acontece como parte de um processo comunicativo; ela não é um instrumento retórico estático a ser utilizado, mas nasce nas relações entre significados, e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações (HUTCHEON, 2000, p. 30).

Moraes et al. (2011, 2012), distinguem duas categorias de atitudes: as atitudes sociais e as atitudes proposicionais. As atitudes sociais dizem respeito às relações interpessoais estabelecidas entre o locutor e seus interlocutores, como arrogância, sedução, hostilidade, polidez, etc. Já as atitudes proposicionais denotam um estado mental (postura) do falante em relação a uma proposição (o que está sendo dito), como ironia, surpresa, dúvida, esperança, etc. Portanto,

¹¹ Máxima de quantidade: faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido, não faça a sua contribuição mais informativa do que o requerido.
Máxima de qualidade: não diga o que você acredita ser falso.
Máxima de relação: seja relevante.
Máxima de modo: seja claro, evite ambiguidades, obscuridade de expressão, seja breve e ordenado.

Moraes inclui a ironia como uma atitude em relação ao dito, e não em relação ao outro (interlocutor)

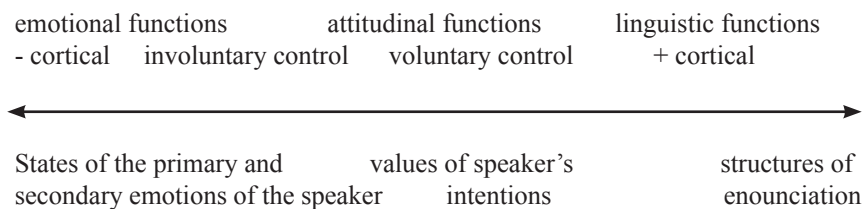
Moraes (2011), ao realizar a análise de atitudes proposicionais na expressão de enunciados assertivos e interrogativos, considerando a relação do falante com o conteúdo proposicional desses enunciados, estabelece que a ironia tem um maior grau de inverdade em relação ao conteúdo proposicional. Segundo as análises do autor, a ironia corresponde à certeza da falsidade, à negação do conteúdo proposicional. Assim, a ironia seria o não-dizer, o não-confirmar de um dito tido como verdadeiro.

A pesquisa desenvolvida por Paula (2012) considera a expressão da ironia, como uma atitude, de acordo com as postulações de Couper-Kuhlen (1986) para quem as emoções são externalizações de estados emocionais não monitorados, sendo puramente fisiológicos, e as atitudes são expressões cognitivamente monitoradas, convencionadas e com um propósito comunicativo.

Fónagy (1993) define atitude como um comportamento determinado, consciente, controlado pelo falante, opondo-se a emoção, definida como descarga espontânea de uma tensão psíquica, sendo assim, não controlada pelo falante. O autor pontua a dificuldade de definir as emoções ou de determinar um conjunto fechado e apresenta 4 emoções primárias: medo, tristeza, alegria e raiva a partir das quais, segundo o estudioso, é possível determinar algumas características que opõem o nível emocional ao nível atitudinal.

Aubergé (2002) propõe um esquema no qual situa as funções atitudinais entre o linguístico e o não linguístico. A figura 2 a seguir apresenta esse esquema proposto por Aubergé.

Figura 1: Funções da Prosódia, Aubergé (2002, sp)



O esquema proposto por Aubergé (2002) mostra o papel integrado da prosódia na expressão de atitudes, emoções e funções linguísticas. As atitudes são, diferentemente das emoções, mais próximas das funções linguísticas, são controladas pelo falante e se encontram em um nível mais cortical, mais cog-

nitivo da linguagem, ao contrário das emoções, que seriam menos corticais e menos controladas.

Aubergé (2002) atribui à expressividade duas funções: uma função direta e uma função indireta. Esta última está relacionada as emoções, como se o falante as sentisse e, indiretamente, as expressasse o que pode ser tomado como involuntário, não-controlado. Quando se refere a atitudes, a expressividade é uma função direta, pois o locutor informa o seu ponto de vista o que pode ser traduzido como voluntário, cognitivo. Segundo o autor, as atitudes são parcialmente aprendidas e dependentes de um sistema linguístico específico e parcialmente universais.

Considerar a ironia como atitude, pensamento do nosso trabalho e hipótese postulada entre alguns teóricos, nos leva a defini-la como uma expressão intencional, voluntária que possui um nível psicológico. No presente trabalho, o que queremos demonstrar, portanto, é a função intencional da ironia, externalizada por meio da prosódia.

2. Materiais e métodos

2.1 Coletas de dados: a seleção dos vídeos

Com o objetivo de estudar o papel da prosódia na construção do significado da ironia e de observar as marcações prosódicas utilizadas pelos locutores/falantes em contextos específicos de ironia, este trabalho contou com um *corpus* de enunciados contidos nos vídeos em contextos de ironia e enunciados contidos em vídeos em contextos não irônicos.

Optamos, neste trabalho, por selecionar vídeos que apresentassem um forte contexto irônico. A primeira seleção dos vídeos se baseou preliminarmente a partir de minha percepção de pesquisadora, enquanto falante do português brasileiro. A partir do meu senso comum e intuitivo de ironia, realizei uma seleção de vídeos que apresentavam contextos irônicos. Logo após a seleção, afim de ter mais um parecer ou juízo sobre os vídeos, estes foram julgados por uma segunda pesquisadora.

Realizamos um trabalho de seleção dos vídeos, que foi assistido atentamente, sendo-lhe, em seguida atribuído um grau de ironia que se baseou exclusivamente no nosso saber intuitivo, enquanto falantes do Português Brasileiro. O julgamento realizado por mim e pela segunda julgadora partiu da construção de uma escala de ironia com valores de 0 a 5. Até o valor 2, julgou-se os enunciados como menos irônico e a partir do valor 3 ao 5, considerou-se os enun-

ciados como mais irônicos ou extremamente irônicos. Sendo assim, os vídeos que atribuímos o valor 2 foram descartados e os vídeos que julgamos com o valor 5 foram escolhidos como fontes de enunciados irônico do nosso *corpus*.

Além de vídeos que apresentassem trechos irônicos, foram selecionados, também, vídeos que apresentavam falas não irônicas, isto é, expressões que eram isentas da atitude de ironia. Isso porque, tivemos como um dos objetivos estabelecer uma análise comparativa entre as marcações prosódicas utilizadas na expressão de uma atitude irônica e não irônica.

Para a escolha dos vídeos em contextos não irônicos, foi considerado como não irônicos os enunciados que significavam apenas o desejo de confirmar ou informar algo com veracidade. O ideal seria encontrar no mesmo vídeo esses dois contextos: irônico e não irônico, como não foi possível, foram selecionados outros vídeos, porém mantemos os mesmos locutores. Apenas em um dos vídeos, foi possível selecionar ao mesmo tempo partes irônicas e não irônicas.

Os 5 vídeos em que identificamos as falas irônicas apresentavam situações contextuais diferentes. O primeiro vídeo era uma situação de comunicação entre um repórter e o apresentador do programa *Alterosa Esporte*, programa ao vivo exibido na TV *Alterosa*. O tema conversado entre eles era sobre o fracasso da seleção brasileira na copa do mundo em 2014. A fala do repórter soava de forma bastante irônica ao falar da péssima atuação da seleção e notamos que essa ironia utilizada pelo repórter tinha uma função de registrar sua decepção. O segundo vídeo, apresentou uma gravação em que Silas Malafaia emite uma resposta ao ex presidente Luís Inácio Lula da Silva, por ter feito uma crítica aos pastores. Assim, neste vídeo, o Pastor Silas Malafaia de maneira muito irônica dá uma resposta à crítica feita por Lula.

O terceiro vídeo apresenta uma Comissão parlamentar de Inquérito (CPI). A fala analisada, nesse vídeo, é do deputado Onyz Lorenzoni que faz um interrogatório de acusação ao investigado Renato Duque, ex- diretor de serviços da Petrobrás. Utilizando uma fala irônica, Onyx acusa o senhor Renato Duque de corrupção. O quarto vídeo apresenta um momento de comédia feito por Chico Anísio. Observamos que o humorista utiliza em sua fala a ironia para provocar humor. E o quinto vídeo apresenta uma parte do programa do Jô, exibido na rede Globo em que o apresentador faz algumas reflexões. O apresentador Jô Soares conta uma piada bastante irônica fazendo uma crítica sobre o capitalismo em diversos lugares do mundo.

Identificamos 4 vídeos com contexto não irônico. Todos apresentavam os mesmos locutores dos vídeos em contextos irônicos. O primeiro vídeo o contexto não irônico coincide com o primeiro com contexto irônico. Utilizamos

o mesmo vídeo nos dois contextos, pois conseguimos identificar a expressão tanto da atitude irônica quanto não irônica. Trata-se do vídeo que tem como locutor o repórter do programa Alterosa Esporte. Neste vídeo, o repórter apresentou uma variação no modo de falar, uma fala ora irônica, ora não irônica. A variação no modo de falar ocorreu no mesmo contexto, dito anteriormente, porém, teve um momento da fala que o repórter mudou o foco, saiu da função de decepção atingida por meio da ironia e partiu para a função de alegria/contentamento, apresentando uma fala que tematizava a respeito do festejo e alegria que acontecia nas regiões por conta da copa do mundo. O segundo vídeo apresenta um momento de entrevista feito pelo programa The Noite com Danilo Gentili. O apresentador entrevistou o pastor Silas Malafaia. Em meio a toda a entrevista, selecionamos trechos não irônicos na fala de Silas. O terceiro vídeo é uma parte de uma entrevista com o Deputado Onyx Lorenzoni feita pela TV D25. Nesta entrevista, Onyx Lorenzoni fala um pouco sobre o Projeto de Lei protocolado concernente ao desarmamento. O quarto vídeo é uma entrevista feita com Chico Anísio apresentada pelo programa “Três a Um”, na TV Brasil. A entrevista buscava de uma maneira geral apresentar a vida do artista. E o quinto vídeo, novamente, é uma entrevista, desta vez, feita por Marília Gabriela com o apresentador Jô Soares no programa “De Frente com Gabi” da TV SBT. A entrevista apresenta como principal contexto conhecer um pouco sobre o artista. Diante dos vídeos, partimos para a tarefa de seleção dos enunciados irônicos e não irônicos. Extraímos dos vídeos 21 enunciados irônicos e 15 enunciados neutros ou não atitudinais.

2.2 Constituintes prosódico privilegiado neste estudo

A Frase Entoacional [I] é o constituinte prosódico a partir do qual se buscou alcançar os objetivos desta pesquisa, no que diz respeito à verificação dos o(s) tipo(s) de contorno(s) entoacional(is) presente(s) na fala sob ironia e sem ironia. Assim, um dos procedimentos de seleção do *corpus* foi a seleção das Frases Entoacionais que seriam analisadas no estudo. Foram selecionadas 81 frases entoacionais selecionadas de 21 enunciados em contexto irônico e 74 frases entoacionais de 15 enunciados em contexto não irônico.

2.3 Análise acústica

Os dados foram analisados no programa PRAAT, desenvolvido por Paul Boersma e David Weenink, do Institute of Phonetic Sciences (University of

Amsterdã). Para realizar a análise no Praat convertemos os vídeos no formato apenas som, por meio do programa Format Factory. O objetivo foi separar o vídeo do som, para que pudéssemos fazer a nossa análise espectrográfica, já que o software do Praat se restringe a análise de fala.

A análise acústica possibilitou a medição dos parâmetros prosódicos: Tessitura, Frequência Fundamental, Duração Relativa e Velocidade de fala.

2.4 Análise estatística.

Após a análise acústica dos dados, foi realizada a análise estatística utilizando-se o Programa Bioestat® versão 15.1.30.0. Para a análise dos dados foi realizada a análise estatística comparação entre as médias, foi utilizado o teste não paramétrico de Kruskal Wallis. Além disso, fizemos o cálculo de coeficiente de variação e formulamos duas hipóteses estatísticas.

2.4.1 O Coeficiente de variação

O cálculo do coeficiente de variação na presente pesquisa, foi realizado a fim de descrever a variabilidade dos dados. O coeficiente de variação é definido como a variabilidade de dados em relação à média e calculado a partir da razão entre o desvio padrão e a média aritmética vezes 100%.

O coeficiente de variação CV permite comparações entre variáveis de naturezas distintas e fornece uma ideia de precisão dos dados. A princípio, considera-se que quanto menor o CV, mais homogêneos são os dados. Consideramos, neste trabalho, que de forma geral, se o valor CV for menor ou igual a 20% teria uma baixa dispersão e, portanto, os dados seriam homogêneos e se for maior que 20% teria uma alta dispersão e assim os dados seriam heterogêneos.

2.4.2 Hipóteses estatísticas

Para este estudo, formulamos duas hipóteses estatísticas. Hipótese da nulidade H_0 e Hipótese da não nulidade H_1 . Na hipótese da nulidade H_0 , temos que os valores médios encontrados apresentam diferenças matemáticas que, por sua vez, não são significativas. Nesse sentido, as diferenças de valores matemáticos ocorrem ao acaso e não possuem relação alguma com o fenômeno estudado. A segunda hipótese refere-se às diferenças matemáticas significativas. Dessa forma, as diferenças entre as médias não se devem ao acaso, mas podem estar associadas ao fenômeno estudado.

3. Resultados e discussões

3.1 Entendendo os significados irônicos

Os vídeos que constituíram os nossos corpora de contexto irônico apresentaram a expressão de ironia com significados e/ou funções comunicativas diversas. Observamos que as atitudes de ironia dos vídeos, em geral, apresentaram uma conotação negativa,²⁵ pois o uso da ironia pelos locutores pretendeu de maneira geral, ofender, zombar, criticar algo ou alguém.

Além disso, percebemos que nem só de oposições se constroem as ironias. Às vezes, o sentido real do que se diz não é exatamente o oposto, mas é diferente ou até mesmo igual ao sentido literal e, no entanto, conseguimos identificar as ironias, seja pelo contexto do enunciado ou por meio da prosódia. Apresentaremos e discutiremos a seguir os resultados encontrados a partir das interpretações dos significados irônicos identificados nos enunciados selecionados dos vídeos com contexto irônico.

3.1.1 Brasil e Alemanha na copa de 2014: um show de fiasco da seleção brasileira

O primeiro vídeo apresenta uma conversa entre o repórter e o apresentador do programa “Alterosa Esporte” exibido na TV Alterosa. O jornalista e o apresentador comentam sobre o fracasso da seleção brasileira na copa de 2014.

Esse vídeo foi publicado em 9 de julho de 2014 e acessado em 25 de julho de 2014. Está disponível para acesso no endereço: <https://www.youtube.com/watch=DWzxqUkiJwg>.

No vídeo, identificamos uma atitude de ironia que tinha como função comunicativa mostrar um sentimento de decepção ou frustração. O locutor, um repórter do programa “Alterosa Esporte”, em tom de ironia faz comentários sobre o fracasso da seleção brasileira na copa de 2014. Percebemos que ao mesmo tempo que o autor zomba da seleção pelo mau desempenho, um outro sentido é revelado pelos enunciados, um sentimento de decepção. Abaixo apresentamos 2 enunciados completos proferidos pelo locutor no vídeo 1 que revelam tais significados:

²⁵ Isso não significa que a ironia apresente apenas esse sentido, nos referimos aos contextos analisados.

O apresentador do programa “Alterosa Esporte” ao comentar sobre a desclassificação da seleção brasileira pergunta ao repórter: “O que que vai ter hoje aí na Granja Comary?”

Resposta do Repórter

*I [Então, falaram que vai ter treino né eu tô aguardando ansiosamente porque eu tô esperando isso desde o dia 25 desde o dia 26 de maio, será que hoje vai ter treino?]*I[Então, tomara que tenha né, de repente se tiver eu peço até licença para gente entrar ao vivo aí na Alterosa pra gente mostrar]I,[eu tô esperando isso sim né]I,[agora acho que vai ser difícil né, a gente não viu até agora, falaram que hoje vão treinar vamos ver]I.³⁶

Neste enunciado do exemplo (1) percebemos que o repórter não apenas dá uma informação ao apresentador do programa sobre um possível treino da seleção brasileira, mas expressa uma atitude de ironia ao revelar a sua decepção com relação ao mau desempenho da seleção. O repórter comenta de forma irônica que ele estava esperando que houvesse treinos antes de ocorrer a derrota da seleção, ou seja, um melhor preparo, assim, ele não acredita que, agora depois da derrota, os jogadores façam treino. Na verdade o repórter dá a entender que já não é mais preciso. Notamos que o enunciado não apresenta um sentido oposto da ideia que o locutor está pensando, ao contrário, o enunciado transmite o sentido real; no entanto, percebemos uma atitude de ironia. Esta, por sua vez, é identificada através do contexto e da prosódia. Quando o repórter enuncia ficamos atentos aos contornos melódicos.

Outro enunciado proferido pelo repórter surge de uma outra pergunta do apresentador: “*Samuel Venâncio nosso repórter que veio pra cá e estava na expectativa de votar pra uma disputa da final, tava cobrindo a seleção aí juntamente com o Dadá, Bruno, ele teve uma informação de que vai, teria um regenerativo na piscina. Eu não sei se isso é uma piada da internet.*”

Resposta do repórter:

I [É. é.. é isso que tá na programação né, mas acho que precisa mesmo de treino regenerativo porque foram pegar tantas bolas lá dentro do gol que devem ter cansado]I. [Cê abaixa assim toda hora pra pegar né]I, I[deve tá com uma dor na coluna que eu vou te contar]I. I[Agora a Alemanha que ficou só no totozinho pá pá pá pá acho que eles não precisam de treino regenerativo não, eles nem correram, nem suaram]I.

³ Todos os Is selecionados e avaliados estão listados na seção dos anexos

Observamos que, neste enunciado do exemplo (2), o repórter utiliza a ironia do tipo sarcástico para zombar da goleada que a seleção brasileira sofreu. Neste caso, percebemos uma ironia que é construída a partir da oposição entre a ideia transmitida a partir dos itens lexicais selecionados para a fala e o pensamento que o repórter quis passar. O repórter não quis dizer que a seleção precisaria de treino regenerativo, mas ao contrário quis acentuar ainda mais por meio desse jogo linguístico que tem como efeito o humor, a péssima atuação da seleção. Percebemos que essa construção irônica estimula o raciocínio do leitor, pois a oposição aparece de maneira implícita. Além da ironia ser caracterizada neste enunciado pela oposição, percebemos auditivamente uma prosódia específica que é utilizado pelo locutor e o contexto que auxilia na interpretação da ironia.

3.1.2 Silas Malafaia x Lula: A culpa é do diabo!

O segundo vídeo apresenta uma resposta de Silas Malafaia ao ex-presidente Lula, que em uma reunião com os sindicatos, fez uma crítica irônica relacionada aos pastores, dizendo que tudo de ruim que ocorre na vida das pessoas os pastores atribuem ao diabo. Em decorrência disso, Silas rebate o comentário feito por Lula. Esse vídeo foi publicado em 22 de maio de 2015 e acessado no dia 10 de junho de 2015. O endereço de acesso é o link: <https://www.youtube.com/watch?v=R70-IVXQbfIO>

Vejamos abaixo nos exemplos (3) e (4) dois enunciados completos emitidos por Silas para se defender das críticas de Lula.

3) I [Na bíblia, só existe uma coisa que Deus atribui a paternidade ao diabo a mentira ta lá em João 8:44] I [É a única coisa que o diabo criou que a bíblia dá paternidade a ele é a mentira] I [Sabe quando um homem mente descaradamente ele se parece com o diabo] I [Lula que tal você falar toda a verdade e deixar de enganar o povo brasileiro que você sempre soube dessa roubalheira e dessa cachorrada e dessa safadeza do teu partido que você sempre foi o mandão. Certo?] I [não se parece com o diabo não Lula, a mentira é do diabo] I

4) I [Deixa eu falar uma outra coisa aqui pra mim encerrar] I [Lula, você vai entender; cê sabia que Jesus liberta da cachaça?] I [É Lula, Jesus liberta o homem da cachaça porque satanás usa isso, quem decide somos nós] I [O diabo ele usa as coisas mas a decisão é do ser humano que ele tem livre arbítrio e é um ser inteligente, mas eu queria dizer isso pra você Lula] I [Jesus liberta o homem da cachaça e transforma ele desse vício miserável] I

A análise que fizemos do enunciado apresentado no exemplo 3 nos fez interpretar que o locutor expressou uma ironia sarcástica. Notamos que o enunciado emitido por Silas Malafaia não apresentou um sentido oposto ao que foi afirmado por ele, mas a intenção foi mesmo de ofender o ex presidente. Uma observação importante é que o sarcasmo nem sempre tem como efeito o humor, pois, diferentemente do vídeo 1 em que o repórter usou o sarcasmo para zombar e provocou humor, o sarcasmo utilizado por Silas Malafaia causa ofensa.

Percebemos que no enunciado (4) o sentido irônico não é construído por uma oposição, pois o sentido do enunciado está de acordo com a afirmação do locutor. Observamos, no entanto, algumas insinuações que são marcadas linguisticamente pelo locutor. Quando Silas pergunta a Lula se ele sabe que Jesus liberta o homem da cachaça, na verdade, apesar da palavra homem ser utilizada em sentido genérico fazendo referência a todos os homens, Silas pretendeu com isso subtender que esse homem seria Lula. Neste caso, então, percebemos que o contexto e a prosódia exerceram um papel importante na identificação dessa ironia neste enunciado.

3.1.3 Renato Duque: O queridinho da Petrobras:

O terceiro vídeo apresenta um discurso de acusação emitido, na CPI, pelo Deputado Onyx Lorenzoni ao ex- presidente da Petrobrás Renato Duque, o qual estava sendo acusado de receber propina em nome do PT. Esse vídeo foi publicado em 19 de março de 2015 e acessado em 18 de abril de 2015. Tem como endereço de acesso o link: <https://www.youtube.com/watch?v=R70-IVXQbfl>

Esse vídeo apresenta a expressão de atitudes de ironia que tinham como função comunicativa acusar e provocar o interlocutor. O vídeo contextualiza uma CPI, em que o interrogador, o Deputado Onyx Lorenzoni emite uma fala bastante irônica, a fim de provocar e conseguir que o acusado, o ex presidente da Petrobrás, o Senhor Renato Duque, se declare culpado e conte toda a verdade sobre o esquema de corrupção do qual está sendo acusado.

Vejam os exemplos (5) e (6), dois enunciados completos emitidos pelo locutor desse vídeo que revelam os significados irônicos dessa função comunicativa de acusação.

5) I [CPI não ameaça convoca só pra colocar o pingão nos i] I [Segundo senhor Renato duque cê era o queridinho da Petrobras, I [sabe porquê?] I Aqui alguém sabe quanto ele recebeu legalmente da Petrobrás no ano de 2010? um milhão e mil reais. Em 2011, dois milhões e cento e oitenta mil, [o diretor mais bem pago

da Petrobrás era o senhor Renato Duque porque isso?] I [Dinheiro oficial fora o que roubou] I

6) O senhor Barusco veio aqui e disse que tava aliviado de devolver 97 milhões de dólares e fazia questão de dizer o seguinte: Gastei um milhão com a minha saúde. Tristemente ele tem problema grave de saúde, mas porque que ele tava aliviado e porque que ele fazia uma justificativa pública daquele um milhão entre 97 milhões de dólares? Ele tava prestando conta, pro chefe, da quadrilha. Ele disse aqui e o senhor Augusto de Ribeiro Mendonça Neto e o senhor Pedro Barusco. Senhor Pedro Barusco colou aqui taquí o depoimento na minha mão que lhe entregava de quinze em quinze dias cinquenta mil reais em espécie. O senhor Pedro Barusco não tinha muitas vaidades, na sua casa até tinha o senhor tinha lá uma salinha reservada que a polícia federal acessou um quarto escondido aonde ali havia um, obras de arte. I [O senhor comprou um miró?] I [O miró que o senhor tem é verdadeiro ou é falsificado?] I [Porque se for verdadeiro o senhor vai passar pra história como o corrupto que comprou um miró que vale cinco milhões de dólar] I

No exemplo (5), da fala de Onyx Lorenzoni, novamente, vemos que a ironia não foi construída pela utilização de palavras que manifestam o sentido oposto ao sentido literal, mas no exemplo em questão está marcada pelo modo de falar do locutor. Neste enunciado percebemos um tom de voz irônico na palavra “queridinho”. A palavra “querida”, “queridinho” pode ser utilizada tanto no sentido afetivo para fazer um cumprimento, quanto no sentido sarcástico. O que vai determinar o uso é o contexto e o tom de voz.

Quando o Deputado Onyx Lorenzoni questiona ironicamente o porquê de Renato Duque ser o diretor mais bem pago da Petrobrás, a resposta está implícita na palavra “queridinho” que subtende-se que Renato Duque era beneficiado nos esquemas de corrupção de que participava na empresa. Vemos, portanto, que a ironia teve como função comunicativa no trecho analisado acusar o investigado.

No exemplo (6) referente a um enunciado emitido por Onyx observamos uma ironia na pergunta do Deputado ao Renato Duque com relação ao valor do quadro comprado, a qual é validada pela informação de que tal quadro foi encontrado pela polícia em um quarto escondido na casa do acusado. Nesse sentido, o deputado Onyx Lorenzoni não quis obter uma resposta com essa pergunta, pois ele já sabia que o quadro era verdadeiro, mas a intenção dessa pergunta irônica é acusar o interrogado de que esse quadro foi comprado com dinheiro de esquemas de corrupção e, além disso, realizar uma provocação. Essa provocação irônica ainda se revela quando Onyx zomba de Renato Duque

ao dizer que ele vai passar para a história como o corrupto que comprou um quadro que vale milhões de dólares.

3.1.4 A falsa morte de Chico Anísio: *Quase que ele não escapa:*

O vídeo 4 apresenta uma gravação do quadro *Show da vida* exibido no programa Fantástico, em 1978, em que o humorista Chico Anísio apresentava crônicas. Neste vídeo, o humorista apresenta uma crônica sobre a notícia da sua própria morte, ou seja, ele faz uma piada de como seria quando ele morresse.

Naquela época, o tema da crônica era o ato da morte de muitos artistas da música, da televisão como Hebe Camargo, por exemplo, que apareceu em uma reportagem naquele domingo no programa do Fantástico e comentou que já tinha sido dada como morta várias vezes pela imprensa. O humorista Chico Anísio então aproveitou isso e fez piada da notícia da sua própria morte. Essa situação humorística, que tinha como função provocar humor, utilizou-se da ironia para alcançar tal objetivo. Esse vídeo foi publicado em 2 de janeiro de 2013 e acessado no dia 16 de março de 2015. O endereço de acesso do vídeo é o link: <https://www.youtubr.com/watch?v=kXRutCArMjI&list=PLRlev8ECEo54jklf9vpePprZBzXsYb>.

Vejamos abaixo nos exemplos 7) e 8) dois enunciados completos, selecionados do vídeo 4 em contexto irônico que, revelam o uso da ironia com a função de provocar humor.

7) *I [Alguém ai já morreu?] I [Eu já] I [Essa semana a notícia da minha morte correu o Brasil inteiro] I [e com a velocidade tão grande que eu tô convencido de que apesar de todos os meios eletrônicos de comunicação o maior e mais eficiente órgão de comunicação é a boca] I [Sabe, de boca em boca o negócio foi passando, morreu Chico Anísio, Chico morreu, morreu o Chico, Chico dançou tá comendo capim pela raiz] I [e houve até umas formas engraçadinhas de passar a notícia] [Sabe quem morreu? Quem?] I [O Chico Citi, o pessoal caprichou] I*

8) *“IE me mataram bem matado I eu tive infarto, trombose, derrame eu morri num acidente de carro I em Minas, no Ceará, São Paulo no Rio Grande do sul I. I Cercaram pelos sete lados I. I O negócio foi tão bem feito que eu não sei como é que eu escapei I. I Me passaram do já era quando eu ainda sou I*

Ao analisarmos esses enunciados apresentados nos exemplos (7) e (8), percebemos a utilização da ironia para atingir o humor. Embora o humorista tenha como tema da piada as notícias mentirosas de morte de alguns artistas,

que por erro da imprensa, por teorias conspiratórias que hoje encontramos com frequência na internet, muita gente já foi “morta” sem querer, ele trata isso de forma divertida por meio da piada. Na realidade ele transforma essa situação em piada. Nos enunciados 7) e 8), o humor irônico nasce quando Chico, estando vivo, comenta sobre como foi a notícia da sua morte.

3.1.5 O Capitalismo brasileiro: assistencialismo de migalhas:

O quinto vídeo apresenta uma piada sobre o estudo do capitalismo em diferentes países, principalmente, no Brasil, emitida pelo apresentador Jô Soares. Esse vídeo foi publicado em 11 de outubro de 2013 e foi acessado em 16 de março de 2015. O endereço de acesso ao vídeo é o link: <https://www.youtube.com/watch?v=l6mQh7KuStM>

Identificamos, nesse vídeo, uma atitude de ironia que funcionava como uma crítica. Este vídeo apresentou uma piada formulada de forma irônica acerca do capitalismo em diferentes países, dita por Jô Soares. Percebemos que a crítica se dirige principalmente ao capitalismo do Brasil. O tom irônico, utilizado pelo apresentador Jô Soares, produzia humor na crítica. Essa piada possuía um caráter reflexivo, mas o seu efeito era risos. Vejamos nos exemplos 9) e 10), dois enunciados completos, selecionados do vídeo 5, em contexto irônico que, revelam o significado de crítica da ironia.

9) O Carlos Alberto Tripoli me mandou um estudo sobre o capitalismo em cada lugar do mundo. I [No capitalismo ideal você tem duas vacas] I [vende uma] I [compra um touro] I [o rebanho cresce] I [você vende o rebanho e se aposenta] I

10) I [Capitalismo indiano você tem milhões de vacas] I [mas não pode fazer nada porque a vaca é sagrada] I [E no capitalismo brasileiro você tem duas vacas] I [inscreve uma no Bolsa família a outra no fome zero e passa a viver de renda] I

Observamos que os enunciados apresentados nos exemplos (9) e (10) são trechos de uma piada sobre o capitalismo. De forma bem humorada e irônica, essa piada traz informações sobre o capitalismo em várias partes do mundo e sempre comparando com o que se faz com as vacas. Mas em especial, o humor irônico é utilizado para mostrar a forma como acontece o capitalismo no Brasil. O tom irônico ressalta a crítica direcionada ao capitalismo no Brasil que opera com planos de assistência à população.

Com a interpretação dos significados dos enunciados irônicos selecionados dos vídeos, perceberemos as várias funções comunicativas exercidas pela ironia em seus diferentes contextos. Nesse sentido, observamos a dificuldade e complexidade de atribuímos um significado único para a ironia, principalmente no que tange a seu uso em situações contextuais específicas. Enfim, percebemos que existem diversas formas de expressões de ironia em diferentes situações contextuais.

4.2 O padrão acústico da ironia presente nos dados

Para verificarmos as características que diferenciavam os Is irônicos dos não irônicos constantes no corpus de fala espontânea, realizamos as seguintes medidas acústicas: i) frequência fundamental, extraindo os pontos de F_0 inicial, F_0 medial e F_0 final ii) *pitch* mínimo e *pitch* máximo das frases entoacionais iii) duração relativa das frases entoacionais, duração da sílaba proeminente realizada na realização da frase entoacional e iv) velocidade de fala, ou seja, o número de segmentos realizados durante a realização da frase entoacional.

4.2.1 Medidas de Frequência

Extraímos os valores dos pontos de F_0 inicial, F_0 medial e F_0 final das frases entoacionais em contexto irônico e não irônico e buscamos a partir desses valores, identificar uma variação na curva melódica que diferenciasse uma ironia em comparação com a expressão de enunciados não irônicos. A tabela 1 traz os valores das médias de F_0 inicial, F_0 medial e F_0 final, os respectivos valores de Coeficiente de Variação CV e o valor de p em situações com ironia. Os dados desta tabela evidenciam o comportamento da melodia de fala no contexto irônico.

Tabela 1- Valores médios da F_0 inicial, F_0 medial e F_0 final extraídos das frases entoacionais e respectivos valores Coeficiente de Variação (CV) e de p de situações com ironia. Fonte: as autoras

Obs: s= significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

VÍDEOS	F_0 INICIAL		F_0 MEDIAL		F_0 FINAL		p
	Média (Hz)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	
V1	163.33	24.43%	176.00	19.24%	187.54	50.58%	0.5642 ^{ns}
V2	185.21	46.93%	183.52	25.84%	140.26	72.45%	0.0066^s
V3	233.57	23.67%	199.42	28.61%	141.50	42.00%	0.0013^s
V4	150.62	48.01%	143.18	22.63%	121.00	39.65%	0.1743 ^{ns}
V5	218.07	35.17%	235.76	17.12%	175.69	33.25%	0.0177^s

Percebemos, por meio dos valores, apresentados nos vídeos 2, 3 e 5, que houve uma queda significativa da F_0 . No vídeo 2 notamos que o locutor produziu uma curva melódica que inicia-se alta se mantém ascendente no ponto medial da frase e segue em sentido descendente no final da frase. No vídeo 3 verificamos uma curva melódica que inicia-se alta segue em sentido descendente no meio e final da frase. E quanto ao vídeo 5, percebemos, pelos dados de F_0 , um padrão com formato parábola, uma curva melódica que inicia-se ascendente, segue em sentido mais ascendente no ponto medial da frase e sofre uma queda na final frase. Quanto aos vídeos 1 e 4 estes confirmam a nossa hipótese da não nulidade, pois, observamos que, embora houve uma diferença matemática entre as médias de F_0 extraídos das frases entoacionais, essas diferenças não foram significativas. Vale ressaltar, no entanto, que o vídeo 4 segue a mesma tendência do vídeo 3 no que se refere a uma curva melódica no formato de U. Já o vídeo 1, observamos uma curva melódica que inicia-se descendente e segue em sentido ascendente no ponto medial e final da frase. Assim, vemos que os locutores Silas Malafaia, Onyx Lorenzoni e Jô Soares produziram enunciados com variações de entoação.

Com relação aos valores do coeficiente de variação (CV), observamos menores valores no ponto inicial e medial das frases entoacionais selecionadas dos vídeos em contexto irônico. Notamos uma tendência à presença de faixas de frequência mais altas no ponto inicial e medial das frases. Observamos que a curva inicia-se alta, e mantém esse padrão no ponto medial da frase. Assim, a partir dos baixos valores de CV encontrados, constatamos que houve no ponto

inicial e medial das frases uma maior manutenção da frequência fundamental e, portanto, houve uma menor variabilidade dos dados. A tabela 2 abaixo traz os valores obtidos na medição dos pontos de F_0 inicial, medial e final em situações sem ironia, os respectivos valores de CV e o valor de p.

Tabela 2- Valores médios da F_0 inicial, medial e final extraídos das frases entoacionais e respectivos valores Coeficiente de Variação (CV) de p de situações sem ironia. Fonte: as autoras

Obs: s= significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

VÍDEOS	F_0 INICIAL		F_0 MEDIAL		F_0 FINAL		p
	Média (Hz)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	
V1	160.15	16.21%	137.60	6.72%	112.83	11.84%	0.0154*
V2	156.36	28.84%	163.72	31.10%	120.27	44.41%	0.1288 ^{ns}
V3	160.40	24.15%	216.60	46.87%	167.00	34.30%	0.5434 ^{ns}
V4	201.73	64.26%	123.52	48.95%	245.04	55.62%	0.0319*
V5	68.26	25.37%	156.82	15.85%	50.56	23.31%	0.3673 ^{ns}

Na tabela 2 é possível perceber que os valores médios das frequências em contextos não irônicos apresentaram diferenças significativas para os vídeos 1 e 4. Por meio dos valores apresentados, observamos uma queda significativa de F_0 no vídeo 1 e uma ascendência significativa de F_0 no vídeo 4.

Quanto aos vídeos, 2, 3 e 5, observamos, que não houve diferenças significativas. Verificamos pelos dados de F_0 uma curva melódica em formato de parábola que segue uma tendência de uma curva melódica que se caracteriza por ser ascendente descendente.

Com relação aos valores de Coeficiente de variação, no contexto não irônico, notamos uma tendência da presença de menores valores de CV, no ponto inicial das frases entoacionais e maiores valores no ponto medial e final.

Assim, a partir desses dados, verificamos que, no ponto inicial da frase, ocorreu uma menor variabilidade dos dados, isto é, houve uma manutenção da estabilidade da frequência fundamental. Já nos pontos mediais e finais das frases entoacionais, ocorreram uma maior variabilidade da frequência fundamental. A tabela 3 a seguir apresenta os valores de F_0 inicial das frases entoacionais em contexto irônico e não irônico.

Tabela 3- Comparação dos valores médios de F_0 inicial, extraídos das frases entoacionais de situações com e sem ironia, os respectivos valores de coeficiente de variação e o valor de p. Fonte: as autoras

Obs: s= significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

VÍDEOS	F_0 Inicial (Hz)		F_0 Inicial (HZ)		p
	Com ironia	Com ironia	Sem ironia	Sem ironia	
	Media (HZ)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	
V1	163.33	24.43%	160.15	16.21%	0.8414 ^{ns}
V2	185.21	46.93%	156.36	28.84%	0.5758 ^{ns}
V3	233.57	23.67%	160.40	24.15%	0.0124^s
V4	150.62	48.01%	201.73	64.26%	0.2907 ^{ns}
V5	218.07	35.17%	68.26	25.37%	0.0012^s

Os valores apresentados na tabela 3, mostram que, em geral, os valores médios da F_0 inicial foram altos no contexto irônico. Já no contexto não irônico, verificamos faixas de frequência menores. Apenas o vídeo 4 apresentou valores inversos, valor da média baixo no contexto irônico e valor da média alto no contexto neutro.

Estatisticamente, no entanto, somente os vídeos 3 e 5 apresentaram diferenças matemáticas significativas. O vídeo 3 tem como locutor o Deputado Onyx Lorenzoni que expressa atitudes de ironia em uma CPI com o objetivo de provocar o acusado. E o vídeo 5 tem como locutor o apresentador Jô Soares e a ironia expressa por ele neste vídeo tem como função fazer uma crítica.

Quanto ao coeficiente de variação dos valores da F_0 inicial no contexto irônico e não irônico, observamos que houve uma maior variabilidade da frequência nos Is irônicos do que nos Is não irônicos. Encontramos maiores valores de CV, no contexto irônico, e menores valores no contexto não irônico. A partir dos dados, compreendemos que a F_0 manteve uma estabilidade nos Is produzidos no contexto não irônico e uma instabilidade no contexto irônico. A tabela 4 a seguir apresenta a análise dos valores de F_0 correspondente ao ponto medial das frases entoacionais em contexto irônico e não irônico.

Tabela 4- Comparação dos valores médios de F_0 medial, extraídos das frases entoacionais de situações com e sem ironia e o valor de p. Fonte: as autoras

Obs: s= significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

	F_0 MEIO (Hz)		F_0 MEIO (HZ)		P
	Com ironia	Com ironia	Sem ironia	Sem ironia	
	Media (HZ)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	
V1	176.00	19.24%	137.60	6.72%	0.0163^s
V2	183.52	25.84%	163.72	31.10%	0.5324 ^{ns}
V3	199.42	28.61%	216.60	46.87%	0.6434 ^{ns}
V4	143.18	22.63%	123.52	48.95%	0.0061^s
V5	235.76	17.12%	156.82	15.85%	0.0001^s

Os valores médios de F_0 medial apresentados na tabela 4 demonstraram a mesma tendência vista na tabela 3. Em geral, os valores médios foram mais altos no contexto irônico. A exceção foi evidenciada no vídeo 3 que apresentou valores inversos.

Estatisticamente, esses valores foram significantes nos vídeos 1, 4 e 5. O vídeo 1 tem como locutor o repórter Bruno, do programa “Alterosa Esporte”, que expressa uma ironia que tem como função revelar um sentimento de decepção. O vídeo 4 tem como locutor o humorista Chico Anísio que expressa uma ironia que tem como função o humor, e o vídeo 5, já apresentado anteriormente, tem como locutor o apresentador Jô Soares que tipifica uma ironia quem tem como função a crítica. Sendo assim, percebemos que os valores de F_0 medial foram relevantes para os vídeos 1, 4 e 5 e assim confirmaram uma mudança significativa na melodia de fala. Observamos, que novamente o locutor do vídeo 5 apresentou diferença estatisticamente significativa.

Com relação aos valores do coeficiente da F_0 medial em contexto irônico e não irônico vê-se que o CV foi menor na ironia se comparado com a fala não irônica. Observamos, que ocorreu uma maior estabilidade da frequência fundamental no ponto medial da frase entoacional no contexto irônico. Já no contexto não irônico, encontramos maiores valores de CV, os quais indicam

uma maior instabilidade da frequência fundamental. A tabela 5 apresentada abaixo traz os valores médios de F_0 final extraídos das frases entoacionais em contexto irônico e não irônico.

Tabela 5- Comparações dos valores médios de F_0 Final, extraídos das frases entoacionais de situações com e sem ironia. Fonte: as autoras

Obs: s = significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

VÍDEOS	F_0 FIM (Hz)		F_0 FIM (HZ)		P
	Com ironia	Com ironia	Sem ironia	Sem ironia	
	Media (HZ)	CV (%)	Média (Hz)	CV (%)	
V1	187.54	50.58%	112.83	11.84%	0.1096 ^{ns}
V2	140.26	72.45%	120.27	44.41%	0.5320 ^{ns}
V3	141.50	42.00%	167.00	34.30%	0.1043 ^{ns}
V4	121.00	39.65%	245.04	55.62%	0.0120^s
V5	175.69	33.25%	50.56	23.71%	0.0001^s

Observamos na tabela 5 valores maiores de F_0 final das frases entoacionais do contexto irônico que compõem os vídeos 1, 2, e 5. Já os vídeos 3 e 4 apresentaram valores de F_0 final baixo para o contexto irônico e alto para o contexto não irônico. No entanto, os valores provenientes da análise estatística mostraram que apenas os vídeos 4 e 5 apresentaram valores significativos.

Os valores do Coeficiente revelaram que a variação de F_0 final, na fala irônica e não irônica, foram semelhantes, pois, observamos a presença de maiores valores de CV tanto na fala com ironia quanto na fala sem ironia. Assim, os dados mostraram que houve uma maior variabilidade da frequência no ponto final das frases entoacionais em ambos os contextos. Para verificarmos qual a melodia de fala que diferenciavam os enunciados irônicos dos neutros, além de realizarmos as medidas acústicas quanto à frequência fundamental, dos movimentos de F_0 inicial, medial e final, realizamos as medidas de F_0 máximo e F_0 mínimo. A obtenção desses valores teve como objetivo saber qual a diferença de tessitura entre Is irônicos e não irônicos. Foi considerada então a diferença

entre o maior valor e o menor valor de F_0 (F_0 máx. $-F_0$ min) da frase entoacional resultando no valor de Delta. Empreendemos uma comparação entre os valores de delta dos Is selecionados dos vídeos em contexto irônico e não irônico. A tabela 6 apresenta os resultados dessa investigação relacionada a tessitura.

Tabela 6- Comparação dos Delta de Is, com e sem ironia Fonte: as autoras

Obs: s = significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

VÍDEOS	Delta dos Is com Ironia MÉDIA(Hz)	Delta dos Is sem ironia MÉDIA(Hz)	P
V1	276.41	97.86	0.0058*
V2	217.92	212.29	0.5326 ^{ns}
V3	232.42	277.47	0.2666 ^{ns}
V4	190.01	346.43	0.0007*
V5	197.67	179.10	0.3151 ^{ns}

Conforme tabela 6, observamos que os Is dos vídeos 1, 2 e 5 apresentaram uma tendência de maiores valores de Delta no contexto irônico e menores valores de Delta no contexto não irônico. Já os Is dos vídeos 3 e 4 apresentaram menores valores de delta no contexto irônico e maiores valores de Delta no contexto não irônico. Contudo, os valores provenientes da análise estatística mostraram que apenas os vídeos 1 e 4 apresentaram valores significativos para os dados de tessitura. O vídeo 1 apresenta valor alto no contexto irônico e o vídeo 4 apresentou valor alto de delta contexto neutro.

4.2.2 Medidas de Duração Relativa

A duração foi considerada no presente trabalho, como uma importante pista prosódica na expressão das atitudes de ironia. Em relação às medidas de duração, observamos que a duração das sílabas tônicas dos Is produzidos foi maior na ironia do que na neutra ou não atitudinal. Houve diferença estatisticamente significativa entre a expressão de ironia e a não atitudinal para as medidas realizadas ao nível do I e da tônica, no vídeo 2, como mostra a tabela 7 a seguir.

Tabela 7- Comparações dos valores médios da duração relativa das sílabas tônicas extraídas dos Is em contexto irônico e não irônico e os valores de p
Fonte: as autor

Obs: s= significativo para $p \leq 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

LOCUTORES	D. RELATIVA	D. RELATIVA	p
	Média %	Média %	
	Com ironia	Sem ironia	
V1	7,03	12,09	0.1371 ^{ns}
V2	12,46	5,17	0.0021^s
V3	16,12	6,73	0.1138 ^{ns}
V4	18,59	12.28	0.9317 ^{ns}
V5	28,34	20.82	0.9082 ^{ns}

Os valores obtidos na análise da duração relativa evidenciaram que, para o contexto de ironia, as sílabas tônicas dos Is apresentaram valores de duração maiores do que em contexto não irônico. Apenas para o vídeo 1 notamos o inverso. Estatisticamente, somente, as sílabas tônicas dos Is do vídeo 2 apresentaram valores significativos. Assim, compreendemos que para este locutor a duração relativa foi utilizada com estratégia prosódica para marcar a expressão de uma ironia. Percebemos, então, que este locutor, no contexto irônico, emitiu as sílabas mais proeminentes das frases entoacionais com uma maior duração. O vídeo 5 tem como locutor o apresentador Jô Soares e a função comunicativa do contexto irônico apresentado no vídeo é de crítica. Vale ressaltar que, embora em termos estatísticos apenas um vídeo apresente diferenças significativas, vemos que os dados seguem uma tendência de maiores durações das sílabas tônicas no contexto irônico.

4.2.3 Medidas de Velocidade de Fala

Para as medidas de velocidade de fala, observamos que, em termos estatísticos, não houve diferenças significativas. Contudo os Is foram produzidos com maior velocidade na ironia do que na neutra. A tabela 8 apresenta os resultados obtidos por meio dessa análise.

Tabela 8- Comparação dos valores médios da velocidade de fala e os valores de p, extraídos das frases entoacionais enunciadas pelos locutores dos vídeos em contexto irônico e não irônico. Fonte: as autoras

Obs: =.ns = não significativo para $p > 0,05$, com $\alpha = 0,05$.

LOCUTORES	VELOCIDADE DE FALA	VELOCIDADE DE FALA	p
	Média %	Média %	
	Com ironia	Sem ironia	
V1	61,98	67,51	0.7499 ^{ns}
V2	62,48	72,24	0.2366 ^{ns}
V3	75,43	66,97	0.3913 ^{ns}
V4	61,49	66,97	0.8688 ^{ns}
V5	55,42	67,99	0.2048 ^{ns}

Os resultados provenientes das análises estatísticas apresentadas na tabela 8 não mostraram nenhum efeito significativo de diferenças em velocidade de fala. Embora os valores apresentados na Tabela 8 não tenham sido estatisticamente significativos, é possível verificar uma certa inclinação para os resultados. Observamos que os valores de velocidade de fala para os locutores dos vídeos 1, 2, 4 e 5 apresentaram valores de média de velocidade menor em contexto irônico e valores maiores em contexto não irônico ou neutro. Apenas o locutor 3 apresentou o inverso, valor médio de velocidade maior para o contexto irônico e valor médio menos para o contexto não irônico.

Notamos, portanto, que a variação da velocidade de fala não parece para os locutores aqui analisados ser uma marca eficaz na expressão da atitude de ironia, pois observamos que as medidas apresentadas não foram estatisticamente significativas.

Conclusão

Considerando as diferentes situações contextuais dos 5 vídeos em contexto irônico, utilizados como *corpus* do nosso trabalho, observamos uma predominância da ironia como um importante recurso de veiculação das intenções comunicativas pretendidas nos contextos. Assim, compreendemos que a intenção da ironia é expressar múltiplas possibilidades de sentido.

No viés acústico, a partir das análises realizadas, foi possível verificar que as expressões da atitude de ironia em todos os contextos apresentaram uma maior variação no conjunto de elementos prosódicos relacionados a curva da frequência fundamental, a qual está relacionada com a variação melódica. Os resultados obtidos mostraram que em todos os vídeos analisados os locutores produziram uma curva melódica em que caracterizavam a ironia, no sentido ascendente- descendente.

Em relação à tessitura, verificamos que apenas o Is irônicos do vídeo 1 apresentaram valores significativos, que indicam uma diferença no nível da tessitura. Os valores demonstraram que o movimento da frequência fundamental foi ascendente mais acentuado. A elevação da curva de F_0 também foi verificada no Is não irônicos do vídeo 4.

Com relação a duração relativa, observamos que apenas o Is produzidos pelo locutor do vídeo 2 apresentou para esse parâmetro, valores significativos. Verificamos uma maior duração das sílabas proeminentes nos Is irônicos do vídeo 2 do que nos Is não irônicos. Considerando o tipo de ironia caracterizada pelo locutor 2 que tem como função comunicativa se defender de uma crítica recebida, notamos que a duração maior da sílaba proeminente foi utilizada como uma estratégia de marcação prosódica para enfatizar a sua expressão irônica no contexto específico de interação.

Sobre a velocidade de fala, observamos uma tendência de, no contexto irônico, serem apresentados valores de velocidade de fala menor, isto é, os locutores produziram a fala com maior lentidão. Embora identificamos essa recorrência, os valores obtidos não foram estatisticamente significantes para esse parâmetro. Deste modo, não pontuamos considerações contrastivas relacionadas à velocidade em comparação da fala espontânea irônica e não irônica.

Comprovamos, então, que há modificações prosódicas relevantes para a expressão da ironia em contextos específicos e visualizamos, ainda, que outros recursos linguísticos, como os gestos poderiam ser pistas ainda mais importantes para a construção do sentido irônico. O que vimos no nosso trabalho foi uma diferença significativa entre a fala espontânea atitudinal irônica e a fala espontânea não irônica.

Uma constatação importante obtida por meio da nossa pesquisa é que a ironia, na fala espontânea, pode veicular significados relacionadas às intenções de transmitir humor crítico, fazer crítica político ou social, emitir uma provo-

cação, acusação e uma resposta e outras intenções que dependem do contexto específico de interação.

Pontuamos, assim, que os resultados encontrados neste trabalho, apontam para uma caracterização prosódico da ironia em diferentes contextos. Enfim, ressaltamos que os resultados encontrados confirmam a existência de um contorno melódico específico da ironia nos contextos analisados. Os quadros 2 e 3 a seguir apresenta de forma sistemática os resultados encontrados dos Is irônicos e não irônicos.

Quadro 1: Resultados dos Is irônicos

Vídeos	Vídeo 1	Vídeo 2	Vídeo 3	Vídeo 4	Vídeo 5
Função comunicativa	Decepção	Resposta	Provo- cação/ Acusação	Humor	Crítica
Contorno entoacional	ascendente	descendente	descendente	descendente	descendente
Tessitura	maior	–	–	–	–
Duração Relativa	–	maior	–	–	–
Velocidade de fala	–	–	–	–	–

Quadro 2: Resultados dos Is não irônicos

Vídeos	Vídeo 1	Vídeo 2	Vídeo 3	Vídeo 4	Vídeo 5
Função comunicativa	Informar	Informar	Informar	Informar	Informar
Contorno entoacional	descendente	descendente	descendente	ascendente	descendente
tessitura				maior	
Duração Relativa	-	menor	–		–
Velocidade de fala	–	–	–	–	–

Referências

- AUBERGÉ, Véronique. A Gestalt Morphology of Prosody Directed by Functions: the Example of a Step Model Developed at ICP. In: *Proceedings of the 1st Conference on Speech Prosody*. 2002.
- COUPER-KUHLEN, E. *An Introduction to English prosody*. Baltimore: Edward Arnold, 1986
- CANAL RISODROMO. Chico Anísio faz stand-up sobre sua falsa morte em 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXRutCArMjI&list=PLRlev8a8tECEo54jkfl9vpePprZBzXsY>. Acesso em: 16 de março de 2015.
- FÓNAGY, Ivan. *As funções modais da entonação*. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, n. 25, p.25-65, 1993.
- FLUIZ. Marília Gabriela entrevista Jô Soares GNT parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJfPY9PSCtI>>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.
- GRICE, H.P. Lógica e coenversação. Trad. De João Wanderley Geraldi, s/d. In: DASCAL, M (org). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas, Ed. Do Autor, V, IV 1982.
- HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- MORAES, J., RILLIARD, A. MOTA, B. & SHOCHI, T. *Multimodal perception and production of attitudinal meaning in Brazilian Portuguese*. Proceedings Speech Prosody, 2010.
- MORAES, J. A., RILLIARD, A., ERICKSON, D. & SHOCHI, T. Perception of attitudinal meaning in interrogative sentences of brazilian portuguese. In: *Proceedings of the 17th International Congress of Phonetic Sciences*. Hong Kong, 2011.
- MUECKE, D. C. *Ironia e irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Coleção Debates).
- NESPOR, Marina e Irene VOGEL, 1986. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris.
- ONYX LORENZONY. CPI Petrobrás Renato Duque. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3WyMVttYXqU> >. Acesso em: 18 de abril de 2015.
- PAULA, K. M. *O papel da prosódia na ironia como expressão de atitude*. 2012. 92 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas gerais. Faculdade de Letras – Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2012.

SEARLE, John R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILAS MALAFAIA OFICIAL. Pr. Silas Malafaia Responde a Ironia de Lula Contra Pastores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R70-IVXQbfI>>. Acesso em: 22 de maio de 2015.

THE NOITE COM DANILO GENTILI. Silas malafaia- Exclusivo sem cortes na Web. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TTm7tFNarF8>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

TVBRASIL. Chico Anísio (08/10/2008)- 3 a1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=29cJUzNgSfI>>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

Recebido em 21 de fevereiro de 2017.

Aceito em 18 de agosto de 2017.

A VARIAÇÃO TU/VOCÊ EM RELAÇÕES DE SOLIDARIEDADE: ANÁLISE
DE UMA DOCUMENTAÇÃO BAIANA EPISTOLAR DO SÉCULO XX

THE TU/VOCÊ VARIATION IN SOLIDARITY RELATIONS: ANALYSIS OF A
BAHIAN EPISTOLARY DOCUMENTATION OF THE TWENTIETH CENTURY

Priscila Starline Estrela Tuy Batista
Universidade Estadual de Feira de Santana
priscilatuy@gmail.com

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Universidade Estadual de Feira de Santana
zenaide.novais@gmail.com

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Universidade Estadual de Feira de Santana
marianafag@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa – numa perspectiva sociopragmática – o uso das formas de tratamento *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, em cartas pessoais inéditas escritas por baianos pouco ou mediamente escolarizados, de 1930 a 1980; essa documentação integra o Banco de Dados do projeto *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro*, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Os dados são analisados de acordo com a Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994) e a Teoria da Polidez, de Brown e Levinson (1987). Os resultados apontam o uso majoritário de *você* em relações mais e menos solidárias, e o emprego de *tu* apenas nas cartas de maior solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Variação *tu/você*. Cartas baianas. Relações de solidariedade. Século XX.

ABSTRACT: This work analyzes - in a sociopragmatic perspective - the use of the forms of treatment *Tu* and *Você* in the position of full subject in unpublished personal letters written by poorly or moderately schooled Bahians from 1930 to 1980; This documentation integrates the Database of the project *Vozes do Sertão em Dados:*

história, povos e formação do português brasileiro, of the State University of Feira de Santana. The data is analyzed according to Quantitative Sociolinguistics (LABOV, 1994) and Brown and Levinson's Theory of Polity (1987). The results point out the use in majority of *Você* in more or less solidary relations, and the use of *Tu* only in the letters of greater solidarity.

KEYWORDS: Variation *tu/você*. Letters from Bahia. Solidarity relations. 20th century.

Considerações iniciais

No âmbito do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), o sistema pronominal de 2ª pessoa vem sendo discutido, numa perspectiva diatópico-diacrônica, a partir da análise sociopragmática de formas de tratamento em documentação epistolar, de caráter pessoal, produzida no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, durante os séculos XIX e XX.¹ Foram apresentados, no *I Simpósio do Labor Histórico: história dos pronomes de tratamento no português brasileiro*, em 2015, as contribuições da Bahia, publicadas em MARTINS *et al.* (2015) e LACERDA *et al.* (2016), com dados de diferentes acervos, que fazem parte do CE-DOHS – *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB)², do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)³.

Nesta oportunidade, é apresentado o uso das formas de tratamento *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, em 70 cartas pessoais inéditas, escritas por baianos pouco ou mediantemente escolarizados, de 1930 a 1980, para destinatários íntimos, em relações de maior ou menor solidariedade; essa documentação epistolar compõe o Acervo da Família Estrela Tuy, que integra, por sua vez, o Banco de Dados do projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro⁴, da UEFS. Os dados obtidos das cartas são analisados de acordo com a Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994) – com apoio do

¹ Célia Regina dos Santos Lopes (UFRJ) coordena um capítulo sobre a *Reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa no português brasileiro: a posição de sujeito* (no prelo). Outras obras são: Lopes (2008a, 2009); Lopes & Cavalcante (2011); Lopes *et al.* (2007, 2010).

² Cf.: <www.uefs.br/cedohs>.

³ A hipótese de partida é que diferentes regiões do Brasil adotem sistemas tratamentais diferentes, o que pode explicar discrepâncias na evolução histórica dessas formas de tratamento encontradas na Bahia, face aos resultados obtidos para outras localidades do país.

⁴ Cf.: <www.uefs.br/nelp>.

software *Goldvarb X* –, com a Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) e a Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), com o objetivo de identificar as relações entre formas linguísticas e papéis sociais. Os resultados apontam o uso majoritário de *you* na documentação epistolar em questão, em relações *mais* e *menos solidárias*, e o emprego de *tu* apenas nas cartas de maior solidariedade⁵.

1. A documentação epistolar

Para compor o *corpus* utilizado neste trabalho, foram selecionadas, do acervo de cartas da *Família Estrela Tuy*, do século XX, apenas as cartas cujos remetentes evidenciaram *relações simétricas* – mais e menos solidárias – com seus destinatários; ou seja, 70 cartas de um total de 122 textos (103 cartas, 17 bilhetes e 02 cartões).

A documentação epistolar em questão está distribuída em diferentes subgêneros: (i) *Cartas de amor trocadas entre Antonio e Maria*: amostra de 25 cartas pessoais; (ii) *Cartas de amigos recebidas por Antonio e Maria*: amostra de 29 cartas pessoais; (iii) *Cartas escritas por Antonio, Maria e outros familiares*: amostra de 16 cartas pessoais.

A maior parte dessas 70 cartas data da década de 50 do século XX, como é possível observar no *Quadro 1*:

Quadro 1: Distribuição das cartas por década de escrita. Fonte: Os autores.

PERÍODO	DÉCADA/ANO	QUANTIDADE DE CARTAS
1ª metade do século XX	1930	5
	1940	2
2ª metade do século XX	1950	45
	1960	8
	1970	7
	1980	3
	Total	70

⁵ Aqui estão apresentados os dados obtidos por Tuy Batista (2017) na sua pesquisa de Mestrado, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da UEFS, nos anos de 2015 e 2016. Essa pesquisa teve início ainda na Graduação, no projeto CE-DOHS, coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

As referidas cartas – confeccionadas com canetas-tinteiro e esferográfica⁶, em papel almaço (com e sem pautas) – foram escritas em diferentes cidades baianas por 22 remetentes (10 mulheres e 12 homens), com graus de escolaridade baixo (17 remetentes) e médio (4 remetentes), além de 1 remetente sem identificação. Todos os remetentes são familiares e amigos, nascidos no estado da Bahia, em cidades interioranas e em zonas rurais, localidades onde a economia é baseada na agricultura e na pecuária. Grande parte dos remetentes de origem rural passou a morar na zona urbana, já adultos. No geral, o poder aquisitivo dos remetentes varia entre médio⁷ e baixo⁸.

Há cartas escritas na capital baiana, Salvador, e em cidades do interior do estado: Alagoinhas, Água Fria, Biritinga, Lamarão, Matas de São João, Ouriçangas, Serrinha e Sobrado. Entre as 70 cartas, 16 estão sem identificação da localidade de escrita; entretanto – a partir de entrevistas com familiares e amigos dos remetentes e dos destinatários – foi possível inferir tratarem-se de textos produzidos nas mesmas regiões dos demais.

A finalidade dessas correspondências – trocadas entre irmãos, primas, cunhadas e cunhados, amigos e noivos – era obter notícias de familiares e amigos, estado de saúde, viagens; também para fazer negociações sobre compra e venda de gado, bem como expressar saudades, entre outros.

2. Princípios teórico-metodológicos

Baseando-se na Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1972; 1994), foram controlados fatores extralinguísticos como nascimento, profissão, idade e escolaridade – tanto dos remetentes como dos destinatários das cartas –, além do período e local de escrita das cartas, como apresentado no *Quadro 2*.

⁶ As cartas escritas entre 1930 e 1940 são com caneta-tinteiro; as produzidas a partir de 1950 são escritas com os dois tipos de canetas, há cartas produzidas com a caneta-tinteiro e há cartas produzidas com caneta esferográfica.

⁷ Foram considerados indivíduos com poder aquisitivo médio aqueles com posse de algumas pequenas propriedades ou uma propriedade média, com a renda baseada no cultivo de fumo, milho, feijão e mandioca, e na comercialização de bovinos e leite de vaca; são indivíduos com recursos financeiros para a contratação de pessoas, a fim de auxiliar na realização das atividades campestres.

⁸ Foram considerados indivíduos com baixo poder aquisitivo aqueles proprietários de pequenas roças, que viviam da agricultura familiar e da venda de animais de pequeno porte (suínos, ovinos e ovíparos), sem dinheiro para a contratação de pessoas para auxiliar na realização dos trabalhos.

Quadro 2: Principais informações sobre os remetentes. Fonte: Os autores.

Nº	Remetente	Naturalidade, grau de escolaridade, profissão por formação/ ocupação principal e idade	Quant. De cartas	Local de escrita	Relação com o destinatário
1	Acelina [da Silva] Góes	Lamarão/BA. Prendas do lar. Idade na escrita da carta: entre 31 e 50 anos. Pouco escolarizada	1	Lamarão/BA	Amiga – escreve para Maria Estrela Tuy
2	Antonia de Lima Estrela	Ouriçangas/BA. Prendas do lar. Idade na escrita da carta: entre 40 e 46 anos. Pouco escolarizada	1	Bom Conselho/BA	Irmã – escreve para Leonidia de Lima Estrela
3	Antonio [de Oliveira] Brito	Serrinha/BA. Tenente no município de Serrinha. Idade na escrita das cartas: entre 48 e 52 anos. Médio escolarizado	1	Sem local	Cunhado – escreve para Antonio C. da S. Tuy
			1		
			1		
4	Antonio Carneiro da Silva Tuy	Serrinha/BA. Agropecuarista. Idade na escrita das cartas: entre 28 e 53 anos. Pouco escolarizado	22	Fazenda Bom Jardim (Lamarão/BA), Serrinha, Fazenda Sempre Viva (Lamarão/BA)	Noivo; Irmão; Cunhado; e Amigo ⁹
			2		
			3		
5	Caboquinho	Região de Biritinga/BA. Negociante de gado. Idade na escrita da carta: entre 31 e 50 anos. Pouco escolarizado	1	Sobrado/BA	Amigo - escreve para Antonio C. da S. Tuy

⁹ 14 cartas para a noiva Maria de Souza Estrela; 01 carta para o cunhado [Pedro Estrela]; 01 carta para a cunhada Raquel de Souza Estrela; 01 para o irmão Josuíto Carneiro da Silva Tuy; 01 carta para o amigo Mariano; 01 carta para o amigo Jaime; 02 cartas para o amigo Firmino Pimentel; 01 carta para o amigo Sr. Otávio; 01 carta para o amigo Sr. Caboclo; 01 carta para o amigo Sr. Simpício; 01 carta para o amigo Manoelzinho Lobo; 01 carta para o amigo Sr. José.

6	Chiquito Ferreira	Fazenda Guanabara (Serrinha/BA). Negociante de gado. Pouco escolarizado	1	Sem local	Amigo - escreve para Antonio C. da S. Tuy
7	Elizete Campos Cerqueira	Ouriçangas/BA Prendas do lar. Idade na escrita da carta: 18 anos. Pouco escolarizada	1	Pau-ferro (Distrito de Biringinga/ BA)	Cunhada – escreve para Maria
8	Fernando [Batista]	Lamarão/BA. Soldado. Idade na escrita da carta: 36 anos [por inferência]. Médio escolarizado	1	Lamarão/BA	Noivo
9	Dãozinho [Florêncio Mamédio da Silva]	Lamarão/BA. Administrador e dono de fazenda. Prefeito de Lamarão/BA (2008- 2012). Idade na escrita da carta: 50 anos. Pouco escolarizado	1	Sem local	Amigo - escreve para Antonio C. da S. Tuy
10	José Bispo da Silva	Baiano. Sem informa- ções ¹⁰ . Não identificado ¹¹	1	Matas de São João/BA	Amigo - escreve para José August- to Estrela
11	José Carneiro da Silva Tuy	Serrinha/BA. Policial Militar. Idade na escrita das cartas: entre 27 e 31 anos [por inferência]. Médio escolarizado	3	Salvador/BA	Irmão – escreve para Maria Alzira C. da Silva Tuy e Antonio C. da Silva Tuy.

¹⁰ Diante dos indícios levantados na carta, esse remetente possui pouca habilidade com a escrita, desconhece a grafia de diversas palavras apresentadas no texto, utiliza letras maiúsculas em contextos impróprios (no meio de frases para substantivos comuns), além de constantes traços de fala. Quanto à sua ocupação, pelo conteúdo da missiva, foi possível inferir que o remetente desempenha atividades correspondentes à pecuária.

¹¹ A partir das entrevistas realizadas com amigos e familiares dos remetentes e destinatários das cartas do acervo em questão, esse remetente foi classificado como *pouco escolarizado*.

12	José Gomes Estrela	Fazenda Encarnação (Ouriçangas/BA). Fazendeiro.	1	Encarnação (Ouriçangas/BA), Bela vista (Ouriçangas/BA) e sem local	Amigo ¹² – escreve para Antonio Carneiro da Silva Tuy
		Idade na escrita das cartas: entre 63 e 83 anos.	4		
		Pouco escolarizado	2		
13	Josuíto Carneiro da Silva Tuy	Fazenda Bom Jardim (em Lamarão/BA, quando era Serrinha/BA).	1	Salvador/BA	Irmão – escreve para Antonio Carneiro da Silva Tuy
		Empregado da Leste Brasileira. Idade na escrita das cartas: entre 31 e 50 anos. Médio escolarizado	2		
14	Laurinha	Alagoinhas/BA. Prendas do lar. Idade na escrita da carta: entre 31 e 50 anos. Pouco escolarizada	1	Sem local	Amiga – escreve para Maria de Souza Estrela
15	Lelinha [Arlinda Gomes Estrela]	Ouriçangas/BA. Prendas do lar. Idade na escrita da carta: 30 anos. Pouco escolarizada	1	Ouriçangas/BA	Prima e amiga – escreve para Maria de Souza Estrela
16	Macinha	Ouriçangas/BA. Idade na escrita da carta: entre 31 e 50 anos. Pouco escolarizada	1	Sem local	Amiga – escreve para Maria de Souza Estrela
17	Mariá [Carvalho Estrela]	Alagoinhas ou Ouriçangas/BA. Prendas do lar. Idade quando da escrita da carta: 38 anos. Pouco escolarizada	1	Sem local	Cunhada – escreve para Maria de Souza Estrela

¹² Tio de sua esposa Maria de Souza Estrela [Maria Estrela Tuy].

18	Maria de Souza Estrela	Ouriçangas Alagoinhas/BA. Prendas do lar. Idade quando da escrita das cartas: entre 18 e 65 anos. Pouco escolarizada.	1	Sem local (por inferência, interior da Bahia)	Noiva – escreve para Antonio Carneiro da Silva Tuy ¹³ ; Prima – escreve para Lelinha
			7		
			1		
			3		
19	Paschoal	Baiano. Sem informações. Idade na escrita da carta: entre 31 e 50 anos. Escolaridade não identificada.	1	Água Fria/BA	Noivo – escreve para Maria de Souza Estrela
20	Pedro Estrela [Pedro de Souza Estrela]	Ouriçangas/BA. Agropecuarista. Idade na escrita das cartas: entre 31 e 50 anos. Pouco escolarizado	1	Alagoinhas/BA	Cunhado – escreve para Antonio Carneiro da Silva Tuy
21	Zezé	Ouriçangas/BA. Prendas do lar. Idade na escrita da carta: 28 anos. Pouco escolarizada	1	Sem local [Faz. Bela Vista no município de Biritinga/BA]	Cunhada – escreve para Maria de Souza Estrela
22	Zezinha [Maria José dos Reis Silva]	Alagoinhas/BA. Prendas do lar. Idade quando na escrita da carta: 30 anos. Pouco escolarizada	1	Sem local	Amiga – escreve para Maria de Souza Estrela

Para uma análise pragmática – de acordo com a Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) e a Teoria da Polidez (BROWN; LEVINSON, 1987) –, consideraram-se o grau de parentesco e o tipo de relação estabelecida entre remetentes e destinatários.

Para garantir a coleta exaustiva e rigorosa de dados, o conjunto de cartas selecionadas para esta análise foi submetido – após a coleta manual das ocorrências de *tu* e *você* – à ferramenta computacional *E-Corp* (LEAL, 2016), criada para a busca em banco de dados eletrônicos, em linguagem *XML*, bas-

¹³ São 09 cartas para o noivo [Antonio Carneiro da Silva Tuy]; 01 carta para a prima Lelinha [Arlinda Gomes Estrela].

tando o pesquisador preencher os filtros da pesquisa, com indicação de dados linguísticos ou extralinguísticos¹⁴.

3. Tu/você na posição de sujeito pleno

Foram identificados 121 dados, sendo 30 de *tu* e 91 de *você* no *corpus* analisado.

3.1 Os subsistemas: (i) *você*; (ii) *tu*; (iii) *coexistência de tu e você*

De acordo com Lopes e Cavalcante (2011), ainda não existe um mapeamento completo descritivo sobre o sistema pronominal brasileiro para o tratamento de segunda pessoa; algumas propostas, todavia, já estão sendo apresentadas, tanto para a sincronia quanto para a diacronia.

No que diz respeito à sincronia, Scherreer *al* (2009; 2011) – a partir do controle da concordância estabelecida entre o pronome sujeito e o verbo, em dados orais – ponderam que, no português brasileiro, é possível identificar a existência de seis subsistemas pronominais: (i) uso exclusivo das variantes *você/cê/ocê*; (ii) *tu* com concordância baixa; (iii) *tu* com concordância alta; (iv) *tu/você* com concordância baixa; (v) *tu/você* com concordância média; (vi) *tu/você* sem concordância. Esses seis subsistemas são, na proposta de Lopes e Cavalcante (2011), amalgamados em três: (i) *você*; (ii) *tu*; (iii) *coexistência de tu e você*, proposta seguida na análise realizada de *tu* e *você* plenos, nas 70 cartas selecionadas do acervo da Família Estrela Tuy.

São, como se vê a seguir, nove remetentes fazendo uso exclusivo de *você*; quatro remetentes fazendo uso exclusivo de *tu*; apenas um remetente misturando *tu* e *você* na mesma carta.

3.1.1 Subsistema de *você*

Você – 10 remetentes apresentaram uso exclusivo de *você* na posição de sujeito pleno: *Acelina Góes, Antonia de Lima Estrela, Antonio de Brito Oliveira, Antonio Carneiro da Silva Tuy, Dãozinho [Florêncio Mamédio da Silva], José*

¹⁴ Essa ferramenta tem sido usada, com bastante frequência, por mestrandos do Programa de Estudos Linguísticos da UEFS que fazem parte do projeto CE-DOHS, orientados por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

Carneiro da Silva Tuy, José Gomes Estrela, Josuíto Carneiro da Silva Tuy, Lelinha e Pedro de Souza Estrela, conforme exposto nos exemplos (01) e (02):

(01) Sim Antonio p/ o inverno deste ano, **você** vai ter| alguma semente de capim, que possa me vender? (Salvador, 2 de Novembro de 1958, JCST1-58-CAFET)

(02) Tenha caltela com tua vida, em tudo se| falando. Sendo muito necessário que **você** coverse| sempre em boas maneiras. Mas, nestes assuntos| se te tratarem mal? Não fique intopida. (Faz. Bom Jardim, 16 de dezembro de 1952, ACST-8-CAFET)

3.1.2 *Subsistema de tu*

Tu – 04 remetentes fizeram uso exclusivo de *tu* pleno: *Elizete Campos Cerqueira, Laurinha, Maria de Souza Estrela e Zezé*, apresentados nos exemplos (03) e (04):

(03) Segue o teu| cavalo, muito te agradeço Zelia, foi quem foi nele| pois eu fiquei aborrecida porquê Nenê, **túsa**-|be que eu tenho cuidado com teu cavalo| e **túsó** recomendando [...]. ((sem local) sem data Z-80-CAFET)

(04) Peço fazer uma vizita ao nosso Paulo,| e dá lembranças, filinho quando cheguei| vi logo as tuas chaves, fiquei agoniada| imaginando como **tu**abrio o teu quarti-|nho, enviei logo para a caza de Raquel, pedindo a êla para enviar-te| logo imediatamente. ((sem local e sem data¹⁵, MSE-21-CAFET)

3.1.3 *Subsistema de tu/você*

Tu/você– apenas 01 remetente apresentou a mistura das duas formas plenas em uma mesma carta: *Macinha*. São essas as ocorrências:

(05) **Você** não esquece de| mim, igualmente a mim que também| não esqueço de você, de Antonio, os| meninos. ((sem local) sem data, M-62- CAFET)

(06) Recebi o requeijão está um bom bucado, só **tu** sabe fazer tão bom como ninguém. ((sem local) sem data, M-62- CAFET)

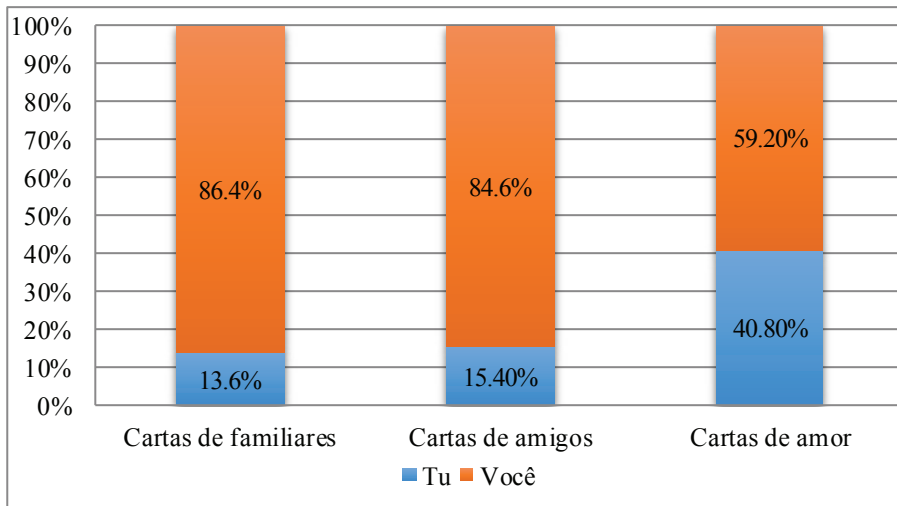
¹⁵ As cartas da remetente Maria de Souza Estrela que estão sem data foram atribuídas ao período de 1952 e 1953, levando em conta o assunto tratado, seu noivado, desse período.

Os demais remetentes não apresentaram o uso das formas plenas *tu* e *você*: *Caboquinho*, *Chiquito Ferreira*, *Fernando Batista*, *José Bispo da Silva*, *Mariá Carvalho Estrela*, *Paschoal* e *Zezé*. Eles utilizaram outras estratégias para o tratamento ao interlocutor: *tu* e *você* nulos e *o senhor*¹⁶.

3.2 O subgênero das cartas

A distribuição das ocorrências das formas *tu* e *você*, de acordo com o subgênero das cartas – *cartas de familiares*, *cartas de amigos* e *cartas de amor* –, pode ser observada na *Figura 1*:

Figura 1– Distribuição de *tu* e *você* na posição de sujeito pleno, pelo subgênero das cartas.



Fonte: Próprios autores

Conforme exposto, a forma *você* se mostrou predominante em todos os subgêneros das cartas analisadas, ratificando a afirmação de Biderman (1972, p. 364) de que, “no Brasil, ocorreu a substituição do *tu* por *você*, como forma de tratamento familiar e íntima, fato que se deve ter processado na virada do século XIX para o XX”. O pronome *tu*, presente em todos os subgêneros,

¹⁶ Por não ser o foco deste estudo, tais ocorrências serão analisadas em trabalhos futuros.

ocorreu timidamente nas *cartas de familiares* (13.6%) e nas *cartas de amigos* (15.4%), tendo maior frequência nas *cartas de amor* (40.8%).

3.3 Relações de solidariedade

Além de classificar as relações estabelecidas entre remetentes e destinatários do conjunto de 70 cartas aqui consideradas como relações solidárias, foram tais relações subdivididas em *mais solidárias* e *menos solidárias*: foram consideradas como *mais solidárias* as relações familiares mais próximas (irmãos, primas chegadas e cunhadas), amigos íntimos e noivos; como *menos solidárias*, as relações familiares mais distantes (cunhados¹⁷) e amigos menos íntimos.¹⁸

Na *Tabela 1*, estão apresentadas as relações de solidariedade e a distribuição de *tu* e *você*.

Tabela 1– As formas de tratamento *tu* e *você* na posição de sujeito por relação de solidariedade.

RELAÇÕES DE SIMETRIA	SUJEITO PRONOMINAL				TOTAL	
	TU		VOCÊ		Ocorrência	%
	Ocorrência	%	Ocorrência	%		
Irmão/irmã [+ solidária]	-	-	2/2	100	2	1.7
Irmão/irmão [+ solidária]	-	-	26/26	100	26	21.5
Irmã/irmã [+ solidária]	-	-	1	100	1	0.8
Cunhado/cunhado [- solidária]	-	-	21/21	100	21	17.4
Cunhada/cunhada [+ solidária]	4/4	100	-	-	4	3.3
Prima/prima [+ solidária]	4/5	80.0	1/5	20.0	5	4.1
Amigos íntimos [+ e - solidárias]	2/14	14.3	12/14	85.7	14	11.6
Noivo/noiva [+ solidária]	3/31	9.7	28/31	90.3	31	25.6
Noiva/noivo [+ solidária]	17/17	100	-	-	17	14
TOTAL	30	24.8	91	75.2	121	100

Fonte: Próprios autores.

¹⁷ A relação de solidariedade que se estabelecia entre os cunhados é *menos solidária*, havendo entre eles brigas por terras e gado.

¹⁸ Na dissertação de Tuy Batista (2017, p.58-61) é possível consultar um quadro geral com essas relações, com o nome completo dos remetentes e dos destinatários.

A relação de solidariedade que se estabelece entre os **irmãos** foi considerada *mais solidária*; percebe-se, nas cartas trocadas entre eles – pelo tipo de assunto abordado (dificuldades financeiras, preocupações com saúde e questões familiares a resolver com o intermédio de advogado) –, alto grau de intimidade e confidencialidade. Observa-se o uso exclusivo de *você* nessas correspondências, como exposto em (07) e (08):

(07) Olhe Bôa irmã, eu recebi sua carta e fi[rasgado] ciente de tudo, mais ainda me dispertou os meus cuidados para ti, **você** não me levi a mal não te mandar nada este mês [...]. (Salvador, 01 de fevereiro de 1953, JCST-103-CAFET)

(08) Que informação| **você** tem para dá sobre| a ocorrência do advogado? ((sem local) 04 de julho de 1970, ACST-92-CAFET)

Quanto às correspondências trocadas por **cunhados**, podem ser mais ou menos solidárias¹⁹; os cunhados usam somente *você* (09), sendo que a relação que se estabelecia entre Antonio Carneiro da Silva Tuy e Pedro de Souza Estrela, apesar de ser mais íntima, era, também, menos solidária. Diferente da relação que se estabelecia entre as cunhadas, mais íntima e mais solidária, que usam somente *tu* (10):

(09) Escrevo-lhe com o interesse especi-|al, de obter as explicações necessárias,| no que eu vou citar abaixo; sôbre o dano, que **você** botou, que me causou em prejuízos. (Faz. Mucambo, 25 de novembro de 1969, ACST-95-CAFET)

(10) Sei que **tú** estas bastante sentida e eu| também mamãe e em fim nos todos, porque ele não| podia e como lhe fez declaração. (Pau-ferro, 04 de julho de 1934, ECC-37-CAFET)

Nas cartas trocadas entre **primas**, é estabelecida uma relação *mais solidária*. Observou-se que a remetente Maria de Souza Estrela usa o pronome *tu* para referir-se à prima Lelinha [Arlinda Gomes Estrela], como em (11), enquanto Lelinha emprega a forma *você* para referir-se à Maria, como em (12):

¹⁹ A relação entre os cunhados Antonio Carneiro da Silva Tuy e Pedro de Souza Estrela foi considerada como *menos solidária*, haja vista os conflitos que existiam entre ambos, que disputavam terras e gado.

(11) Priminha o que vejo, dizer que esta animado| aqui, é a tal micarême para, os caraúnas estão| muito afobados, só, **você** vendo só, falam nisso| já esta aborrecido como tambem em casa de| D. Siazinha vai ter, um baile há phatasinha.| (Ouriçangas, 2 de abril de 1939, L-60-CAFET)

(12) **Tu** não avalia como| ella está gorda. Só **tu** vendo. ((sem local) [1939], MSET-105-CAFET)

Entre as cartas de **amigos**, verificou-se a ocorrência de *tu* apenas nas cartas recebidas por Maria de Souza Estrela, produzidas pelas amigas íntimas *Laurinha* (13) e *Macinha* (14).

(13) Acabo de receber o teu bilheteinho, que me| entristeceu também, por saber que **tu** vaes passar| estes dia chorando e lembrando um passado| que o destino transformou em lagrimas, com os seus injustificáveis caprichos [...]. (Ouriçangas, 02 de abril de 1939, L-60-CAFET)

(14) Recebi o requeijão está um bom bucado, só **tu** sabe fazer. ((sem local) [entre 1955-1960], M-62-CAFET)

Nas demais cartas trocadas entre amigos mais e menos íntimos, observou-se o uso de *você* para referência ao interlocutor. No exemplo (15), é possível observar a ocorrência de *você* em uma das cartas enviadas por José Gomes Estrela a seu amigo Antonio Carneiro da Silva Tuy, amigos íntimos e configurando uma relação mais solidária. E entre amigos menos íntimos e menos solidários, verificou-se o uso de *você*, como apresentado no exemplo (16), extraído de uma carta enviada por Dãozinho [Florêncio Mamédio da Silva] à Antonio Carneiro da Silva Tuy:

(15) Olha Antonio, **você** não imagina a alegria| que estou sentindo por Fátima está conosco. (Bela Vista, 20 de dezembro de 1970, JGE-54-CAFET)

(16) Se **você** resolver pa-|gar por tarefa a 5.000,00 eu vou pe-|gar uma linha altimal de acordo| posso aumentar mais de uma linha| mais o pasto todo não e possível. ((sem local e sem data) FMS-38-CAFET)

Quanto às cartas de amor trocadas pelos **noivos** Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela, constatou-se que Antonio faz uso, quase categórico, da forma *você* (91.9%), como em (17), apresentando raras ocorrências de

tu (8.1%), como em (18). Maria, por sua vez, faz uso categórico do pronome *tu* (100%), como em (19):

(17) Cheguei de Salvador, desde o dia 28| do mez p. findo, onde estive em busca de| tratamento de saúde, como **você** já sabe, e| estive aqui, depois, com Raquel, que stá| doente da perna, com um furúnculo,| como também com D^a Santinha, sabem-|do que **você** estará aí. (Serrinha, 08 de março de 1953, ACST-12-CAFET)

(18) Sim,| **tu** não notou quanto nós ti abusamos? (Faz. Bom Jardim, 14 de janeiro de 1952, ACST-1-CAFET)

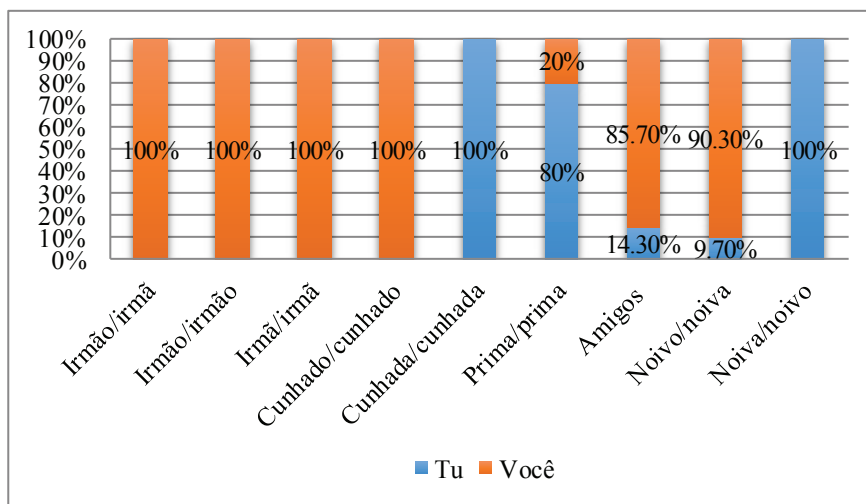
(19) As tuas vozes meigas, não sai dos meus| ouvidos, **tu** pode crê, espero resposta| pelo mesmo, e espero ser atendida, sim| não se esqueça das minhas encomendas. ((sem local) sem data, MSE-20-CAFET)

Como demonstrado em (18), Antonio muda a forma com que se refere a Maria, ao usar, numa tentativa de maior aproximação com a destinatária, o pronome *tu* em duas cartas²⁰, o que permite concordar com Lopes *et al.* (2011, p. 348), para quem “se a forma predominante é *você* e a remetente opta por utilizar uma forma de tratamento mais íntima (*tu*), o efeito que se busca obter, em poucas palavras, é a aproximação e um aumento da solidariedade”.

Para melhor elucidar as ocorrências levantadas, apresenta-se, na *Figura 2*, a distribuição das formas de tratamento *tu* e *você*:

²⁰ Nas *cartas 1* e *8*, do conjunto de Cartas do Acervo da Família Estrela Tuy, é possível verificar que Antonio muda a forma de tratamento de *você* para *tu*, ao referir-se à sua noiva. O conteúdo da *carta 1* é referente à passagem de Antonio e de familiares (não discriminados na carta) pela casa de Maria. Antonio demonstra preocupação com possíveis transtornos que essa visita possa ter causado a Maria, como o aumento das tarefas domésticas. Já na *carta 8*, são abordados assuntos familiares, problemas com divisão de herança entre Maria e seus irmãos; Antonio, ao saber da situação, discorda da postura apática de Maria diante da divisão injusta proposta por seus futuros cunhados.

Figura 2– Distribuição das ocorrências de *tu* e *você* nas relações solidárias.



Fonte: Próprios autores

A forma *você* mostrou-se produtiva em quase todas as relações, sendo a única estratégia produzida nas missivas trocadas entre irmãos e cunhados. Nas cartas enviadas de noivo para noiva e trocadas por amigos mais e menos íntimos, evidencia-se o uso majoritário de *você* frente a tímidas aparições de *tu*. Nas cartas trocadas entre cunhadas e nas cartas escritas de noiva para noivo, por outro lado, o pronome *tu* foi categórico.

Verificou-se que os dados de *tu* foram localizados nas relações interpessoais *mais solidárias*, como na correspondência trocada entre primas próximas, cunhadas e amigas íntimas, ou na correspondência de noiva para noivo, o que parece indicar que essa forma conservou a semântica da intimidade (LOPES; RUMEU, 2015; SILVA, 2012, entre outros).

Se, de um lado, *tu* demonstra conservar a semântica da intimidade, *você* parece desligar-se do sentimento de polidez originário de *vossamercê* (SOTO, 2001).

3.4 Atos de Ameaça à Face (AAF)

Foram levantados os contextos em que os *Atos de Ameaça à Face* (AAF) – positiva e/ou negativa dos interactantes – aconteceram na produção escrita dos remetentes em questão, a partir do que está postulado por Brown e Levinson (1987), na Teoria da Polidez.

Entre as *cartas de familiares*, verificou-se o uso categórico de *you* na correspondência trocada entre irmãos (20):

(20) Antônio me cinto alegre na oferta que **you** mandou dizer por c/ Antonio na ½ saca de feijão. | Vou fazer todo jeito de uma pessoa ir buscar. | À Virgem Santissima, e o Divino Espirito Santo | dê para todos voceis, à paz saúde e felicidades à- | todos, os familiares. Ai em sua casa sabem que **you** me deu feijão, que a pessoa chegando aí, já estão sabendo. | Deus que te pague pela sua lembrança. | (Salvador, 02 de novembro de 1988, JCST1-56-CAFET)

No exemplo (20), acima, extraído de uma carta enviada por Josuíto a Antonio, verifica-se que o remetente utiliza a forma *you* para referir-se ao irmão, com quem uma relação de solidariedade se estabelece, apesar de Antonio ser o irmão mais velho. Na carta em questão, Josuíto expressa seu agradecimento ao irmão, que lhe ofereceu ½ saca de feijão, configurando-se um AAF negativa do remetente, uma vez que, como postulado por Brown e Levinson (1987), situações de agradecimento são estratégias de polidez negativa. A referência ao irmão, utilizando a forma *you*, ocorre em todas as cartas produzidas por Josuíto. Explicar melhor essa questão do AAF negativa nesse exemplo.

Nas *cartas de amigos*, verifica-se que 84.6% de frequência corresponde a *you*, enquanto o *tu* apresenta 15.4%. Em (21), é apresentado o trecho de uma carta enviada à Maria por sua amiga Laurinha, com ocorrência de *tu*. Já em (22), Antonio entrega *you* em carta enviada ao amigo Jaime:

(21) Acabo de receber o teu bilheteinho, que me entristeceu também, por saber que **tu** vaes passar estes dias chorando e lembrando um passado que o destino transformou em lagrimas, com os seus injustificáveis caprichos, mas Nenem, | e aconselho que não percas a esperança de ser | feliz, pois Deus não desampara ninguém e há | de olhar para a bondade de teu coração! ((sem local) 22 de março de 1951, L-57-CAFET)

(22) O fim desta, é só para te dizer: | que Paulo, me recomendou: pidindo | em recado. Que, eu te transmitisse o | assunto da madeira, conforme já fez | trato com snr: Mauricio | | Dizendo ele, que está precisando das | madeiras. Já tem perdido

muitos| negócios. É para **você**, resolver| logo como te for conveniente. (Faz. Bom Jardim, 20 de agosto de 1952, ACST-81-CAFET)

A solidariedade expressa por Laurinha, quando a remetente escreve “Acabo de receber o teu bilhete, que me entristeceu também, por saber que tu vaes passar estes dias chorando”, evidencia uma estratégia de polidez positiva. Na carta de Antonio, o AAF negativa do destinatário é evidenciado na ordem expressa: “É para você resolver”; atenuada com “logo como te for conveniente”, em que aparece o complemento nominal *te*, correspondente a *tu*.

Dessa forma, tanto *você* quanto *tu* ocorreram nos mesmos contextos, mais íntimos e mais solidários. Laurinha e Maria eram amigas íntimas, assim como Antonio e Jaime são amigos íntimos. O que parece levar a essa variação é o conteúdo diferenciado das cartas.

Nas *cartas de amor*, verifica-se a convivência de *tu*, com o índice de 40.8%, com *você*, que apresentou um índice de 59.2%. As cartas amorosas produzidas por Antonio Carneiro da Silva Tuy e Maria de Souza Estrela, ao longo de seu noivado, são movidas por um acentuado grau de intimidade e sentimentalismo, o que motivou uma maior produção de *tu* nessas cartas, se comparadas aos outros subgêneros. Vejam-se os exemplos (23) e (24):

(23) Como foi de viagem meu querido bem| não. Deus queira que sim pois fiquei| muito preocupada depois que **tu** viajou| pois a ora não era conveniente, e ao| mesmo tempo analisando as faltas que| a nossa mãe cometeu, mais ti peço pelo| amor de Deus que não ligue estas coizas| e ti peço mil desculpas, veja quanto soffro| é uma vida agoniada, chorei um pouco| não pude dormir, com as preocupações,| e sentir um pouco a quelas coizas que **tu**| me disse, eu penço que não mereço pois a mi-nha natureza é mesmo assim, mais eu ti amo| de todo o meu coração [...](sem local) 11 de novembro de 1952, MSE-19-CAFET)

(24) Antonio quando **tu** estiver no sentrolem-|bra da tua pro pobre soffredora, de pedir| aos bons espíritos para que eles me auxili-|em, pelo amor de Deus.. ((sem local) sem data, MSE-21-CAFET)

No exemplo (23), em “Como foi de viagem meu querido bem| não. Deus queira que sim pois fiquei| muito preocupada depois que **tu** viajou| pois a ora não era conveniente”, é possível observar uma estratégia de polidez positiva, quando Maria mostra interesse por Antônio, seu destinatário. Já em “chorei um pouco| não pude dormir, com as preocupações,| e sentir um pouco aquelas coizas que **tu**| me disse”, nota-se o AAF, com a acusação feita por Maria, ao

culpar Antônio por suas preocupações, tendo em vista “a aquelas coizas que **tu** me disse”. Maria apresenta diversos AAF, que são mitigados com estratégias de polidez positiva, ao exagerar na simpatia pelo destinatário, mostrando-se interessada por Antonio e incluindo-o na conversa.

Já o missivista Antonio Carneiro da Silva Tuy prefere, em suas cartas, usar *você*, para referir-se a sua noiva, mesmo nas cartas com um teor maior de intimidade, como em (25). Porém, em duas de suas cartas enviadas a sua noiva no início do noivado, esse remetente utiliza o *tu* como estratégia de aproximação de sua noiva diante do conteúdo abordado nessas cartas, como apresentado em (26) e (27):

(25) Eu estou bastante cintido, e apavorado| com o que teu pai fazes contigo.| Com sertesa ele vai botar do lado da estra-|daé João Carneiro. A prova é esta: que| ele nos disse que não queria nada no Um-|cambo. Quer-dizer, em terra, E para que es-|ta separação! Todo jssso que fizerem vae| te prejudicar. E o único culpado é snr:| João. Se fosse eu, não aceitava ou **você** não deve aceitar, uma divisão desta.|| Tinha que sêr medida toda terra. Ou tem... Se| previna para isto, ou por outras **você** devia| dizer, ou deve: dizer a seu pai, que se for assim| dividido, fizesse de conta que eu não sou sua| filha. (Faz. Bom Jardim, 23 de dezembro de 1952, ACST-8-CAFET)

(26) Eu e todos vamos na forma do costume.| Em segundo lugar te falo que fomos bem| de viagem. Tudo mais **tu** me relata, em| observação. O Mais, o proprio| tempo está encubido para tudo. Sim,| **tu** não notou quanto nós ti abusamos?| (Faz. Bom Jardim, 14 de janeiro de 1952, ACST-1-CAFET)

(27) Fique certa no assunto que nós vamos| encontra muitas dificuldades. Pela falta| de ordem dos teus. Eu venho te prevenindo| de muitos dias, mas **tu** é molodia. (Faz. Bom Jardim, 16 de dezembro de 1952, ACST-7-CAFET)

Observa-se que, em (25), Antonio demonstra insatisfação diante da situação vivenciada por sua noiva Maria, que enfrenta problemas com relação à divisão da herança de seu pai. Antonio tenta alertá-la do que pode acontecer e a orienta para resolver a situação. Quando o remetente expressa “Se fosse eu, não aceitava ou **você** não deve aceitar, uma divisão desta”, proclama uma ordem direta, o que representa um AAF negativa da remetente. Mais adiante, Antonio mostra preocupação e, mais uma vez, profere uma ordem, com um tom mais sutil “Se| previna para isto, ou por outras **você** devia| dizer, ou deve: dizer a seu pai, que se for assim| dividido, fizesse de conta que eu não sou sua| filha”.

Quanto às ocorrências de *tu* produzidas por esse remetente – (26) e (27) –, são em situações distintas. No trecho apresentado em (26), Antonio não aborda assuntos sérios, apenas tece comentários sobre seu retorno – e de familiares – da casa de Maria, onde passaram uns dias, e indaga à noiva sobre possíveis incômodos que a presença deles possa ter causado. Já em (27), observa-se a seriedade do assunto abordado, quando Antonio chega a insultar Maria – “mas **tu** é molodia” –, de modo a ameaçar a face positiva da destinatária.

Considerações finais

A análise da variação *tu/você* em cartas do Acervo da Família Estrela Tuy (1930-1980) revelou que:

- a. O pronome *tu* apresentou 24.8% das ocorrências, frente a *você*, com 75.2%.
- b. A variação *tu/você* foi mais equilibrada nas *cartas de amor*, em que o pronome *tu* teve 40.8%, e o pronome *você*, 59.2%.
- c. A forma de tratamento *você* foi produtiva em todas as relações controladas, tanto nas *mais solidárias* quanto nas *menos solidárias*.
- d. Os dados de *tu* foram coletados nas cartas que envolvem relações *mais solidárias*.

Como se vê, o subsistema de *você*, inovador, predomina, e o *tu* canônico é mais frequente nas cartas que envolvem relações *mais solidárias*.

Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M. T. C. *Formas de Tratamento e Estruturas Sociais*. Alfa. São Paulo: FFCL de Marília, 1972.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. *Style in Language*. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais na interação verbal. In: FIGUEIRA, S. (Org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. p.76-114.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

- _____. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Padrões Sociolinguísticos. Trad. Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; ANDRADE, AROLDINO LEAL DE ; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais . Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, v. 2, p. 257-276, 2016.
- LEAL, I. *E-CORP – uma ferramenta de busca de dados para fins linguísticos: aplicação em base de dados de corpus eletrônico*. 2016. Monografia. Departamento de Exatas. UEFS, Feira de Santana. (inédito).
- LOPES, C. R. S. Tópicos de história do português pelo viés da gramaticalização. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 197-209, 2015.
- _____. Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. *Alfa: Revista de Linguística*(UNESP. São José do Rio Preto. Online), v. 55, p. 361-392, 2011.
- _____. Retratos da mudança no sistema pronominal: o tratamento carioca nas primeiras décadas do século XX”. In: CORTINA, A.; NASSER, S. M. G. C. (Orgs.). *Sujeito e Linguagem: Séries Trilhas Linguísticas*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2009, v.17, p. 47-74.
- _____. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro II- contato linguístico, heterogeneidade e história*. v. 2. Niterói: EDUFF, 2008. p. 55-71.
- _____; CAVALCANTE, S. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguísticas*, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011. Disponível em: <http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- MACHADO, A. C. M. *As formas de tratamento nos teatros brasileiro e português dos séculos XIX e XX*. 2011. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ.
- MARCOTULIO, L. L. *Língua e História: o 2 marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. v. 1. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.
- MARCOTULIO, L. L.; SOUZA, P. L. A Teoria da Polidez de Brown e Levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. In: Semana Nacional de Estudos Linguísticos e Filológicos, 9, 2007, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2007.

- _____; SILVA, P. F.; LOPES, C. R. S. *A norma brasileira em construção: variação tu e você no início do século XX*. In: II Congresso Internacional da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP). Rio de Janeiro, 2007.
- MARTINS, M. A.; MOURA, K. K.; ANDRADE, A. L.; LACERDA, M. F. O.; GOMES, V. S.; CARNEIRO, Z. O. N. Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. *LaborHistórico*, v. 1, p. 26-48, 2015.
- SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. P. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, v. eletrônico, n. Especial, p. 121-146, 2011.
- _____. et al. *Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro*. In: *II SIMELP*, Universidade de Évora, 2009.
- SILVA, P. F. *O Tratamento no Início do Século XX: Uma análise sociopragmática das cartas da família Land Avellar*. 2012. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras/ UFRJ, Rio de Janeiro.
- TUY BATISTA, P. S. E. O uso de tu/você em cartas baianas pessoais do século XX em relações de simetria. 2017. 175f. Dissertação em Estudos Linguísticos. UEFS, Feira de Santana.

Recebido em 30 de agosto de 2017.

Aceito em 29 de setembro de 2017.

COMPLEMENTAÇÃO FINITA NO PORTUGUÊS DE ANGOLA: PARA
UMA GRAMÁTICA DA FRASE

FINITE COMPLEMENTATION IN ANGOLAN PORTUGUESE: A
CONTRIBUTION TO THE CLAUSE GRAMMAR

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora
cf@uevora.pt

David Jorge Lopes Suelela
davidssuelela@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho visa descrever a natureza estrutural e funcional da complementação oracional finita na variedade angolana do português, segundo os princípios teóricos e metodológicos do funcionalismo linguístico das escolas francesa e espanhola. Pretende-se contribuir para o estudo de uma proposta de gramática da frase que evidencie o atual panorama deste subtipo de subordinação na norma angolana do português.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo, complementação finita, gramática da frase, variedade angolana do português.

ABSTRACT: The present work, carried out within the framework of French and Spanish functionalist schools, aims to describe the structural and functional nature of the finite complement clauses in the Angolan Portuguese. We claim that the features of this grammatical system that differ from European Portuguese should be taken as specific properties of a variety of Portuguese.

KEYWORDS: Functionalism, finite complementation, clause grammar, Angolan Portuguese

Considerações iniciais

Nos últimos anos, tem sido notório o volume de trabalhos sobre o léxico da variedade angolana do português (COSTA, 2013 e 2015; MUDIAMBO, 2014; CHICUNA, 2014). Já no campo da sintaxe, a situação é algo diferente. Considerando a “história recente” (GONÇALVES, 2013, p. 162, 177) da investigação sobre as variedades africanas do português, devem registar-se, tanto quanto o mérito de tais trabalhos lexicais, as lacunas em matéria de sintaxe de que dava conta há poucos anos Paulino Sona Adriano (2014) e que ainda não se inverteram. O presente trabalho sobre a variedade angolana do português (PA) encontra assim a sua justificação no quadro do investimento numa gramática da frase, mais precisamente na descrição de usos efetivos dos falantes, atentos os princípios funcionalistas do dinamismo linguístico (MARTINET, 1995, p. 76, 85) e do realismo na observação imanente dos factos (a “linguística das línguas” de MARTINET, 1978, p. 9, 43).

O recurso a *corpora* orais tem constituído uma metodologia comum à generalidade dos trabalhos lexicais e sintáticos. Mas, numa altura em que se debate a norma de PA e se propugna pela sua definição, parece relevante contemplar dados linguísticos mais estáveis e próximos de um modelo padrão. Sendo certo que “[c]ada língua em plena sincronia apresenta zonas de maior ou menor estabilidade e a todos os níveis” (CLAIRIS, 2008, p. 21), a opção neste trabalho foi para textos jornalísticos que, atendendo às características do género (nomeadamente quanto ao estilo claro e direto) e ao facto de serem promotores de modelo normativo, são de molde a ilustrar o uso corrente da complementação oracional finita no PA.

Nestes termos, a descrição das propriedades categoriais, sintáticas e semântico-pragmáticas destas estruturas visa a apresentação de uma proposta de gramática da frase, ao mesmo tempo que, com base no acervo textual da imprensa escrita angolana, lançaríamos o desafio de constituição de um *Corpus* do Português Angolano Contemporâneo.

1. Linguística da língua e linguística das línguas

A designação deste item, que se toma de empréstimo a artigo de E. Alarcos Llorach, permite justificar a natureza deste trabalho e o seu enfoque teórico. Recorrendo às próprias palavras do autor espanhol (ALARCOS LLORACH, 1977, p. 3):

La lingüística de la lengua, preocupada por encontrar las semejanzas cada vez más abstractas y profundas de todas las lenguas, termina por rebasar las fronteras de lo que es lingüístico y situarse en niveles o zonas fuera de la lengua. En cambio, la lingüística de las lenguas, insistiendo en la observación de los rasgos diferenciales de unas y otras, se coloca en un terreno más real y exclusivamente lingüístico.

Como o mesmo Alarcos reconhece, tais palavras, que visam focar a diversidade constitutiva das línguas para além dos seus traços formais comuns, já então não representavam grande novidade para os seguidores da escola de Praga (1926) e de outros *ramos* do funcionalismo europeu e norte-americano. Tal como este princípio funcionalista, que no caso interessa para centrar o propósito deste trabalho na descrição de usos linguísticos, outros da escola de Praga foram sucessivamente reaparecendo em vários autores, sem dúvida alterados por outros marcos teóricos.

No debate recorrente sobre os paradigmas funcional e formal da investigação linguística (cf. DIK, 1981; DIRVEN e FRIED, 1987; NEVES, 1997; GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, 1997), situam-se entre o primeiro e na mesma linha do funcionalismo praguense: (i) as escolas contemporâneas de Genebra (Tesnière), Paris (Martinet) e Copenhaga (a glossemática de Hejlslev); e (ii) os mais recentes modelos teóricos da escola de Londres, do funcionalismo americano de Givón e o modelo holandês da gramática funcional de Dik (1981), atualizado na gramática discursivo-funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

É esta versão mais recente da gramática discursivo-funcional que tem suscitado no Brasil a produção de um profícuo corpo teórico sobre as construções completivas em português (SOUSA, 2007; SANTANA, 2010; GONÇALVES e SOUSA, 2013; SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014; SOUSA *et al.*, 2016, entre outros) e nas suas variedades lusófonas (SOUZA, 2014)¹. Pretende-se agora continuar no trilho destes trabalhos, mas com outra proposta de análise, fruto de agulhagem teórica.

Desta feita, fiéis à conceção da língua como estrutura adaptada às necessidades comunicativas dos seus falantes – princípio que Martinet enunciava em

¹ As referências bibliográficas apresentadas restringem-se a estudos sobre a complementação oracional (nomeadamente, os mais recentes), que constituem uma parte diminuta da extensa lista de “Estudos funcionalistas no Brasil” (Neves, 1990, p. 71-104). Já de si extenso, este recenseamento de Moura Neves seria hoje em muito ampliado.

1926² –, visamos neste trabalho a complementação oracional na variedade angolana do português dentro do quadro teórico e metodológico do funcionalismo linguístico francês, com pontes conceptuais necessárias para outros movimentos e correntes de orientação martinetiana. No âmbito hispânico, importa o caso da escola formada em torno de Alarcos, consensualmente reconhecido o seu enquadramento teórico e as suas linhas de investigação ligadas a subcorrentes do pensamento funcionalista. As conexões com Praga, Copenhaga, Martinet ou Tesnière são estabelecidas pelo próprio Alarcos em diversos momentos da trajetória do seu funcionalismo:

(...) nos situamos en una posición parecida a la de André Martinet (ALARCOS LLORACH, 1977, p. 3).

Outro punto en que comencé (y siguen otros) insistiendo es el de la *transposición*, brotado en última instancia de la viejísima lectura de Bally y que casi (y digo casi porque no hay que pillarse los dedos) se identifica con la traslación de Tesnière (ALARCOS LLORACH, 1990, p. 35).

Y tendríamos así, más o menos como hace Martinet, una serie de funciones adverbiales designadas sin más complicaciones, con precisión friamente formal, como función *si*, función *como*, función *aunque*, etc. etc. (LARCOS LLORACH, 1990, p. 41).

As citações interessam para matéria de complementação oracional. Talvez um dos aspetos mais interessantes da perspetiva sintática herdada de Martinet e Alarcos seja a noção de que o conceito de oração subordinada é dispensável na análise linguística, sendo mais eficazmente substituído pela nomenclatura das funções sintáticas, tal como apresentado na *Grammaire fonctionnelle du français* (MARTINET, 1979): a título de exemplo, “fonction d’origine (...) marquée par *de*”, “fonction destinative (...) marquée par *pour*”, “fonction causale (...) marquée par *par*” (MARTINET, 1979, p. 172-176)³. Em vão se tentará encontrar nesta gramática – primeira aplicação do modelo funcionalista ao francês contemporâneo – os habituais capítulos da subordinação substantiva,

² “(...) lo que diferencia un idioma de los otros es menos la naturaleza sustancial de las unidades con que opera que el modo como estas unidades funcionan, o, en otros términos, contribuyen a la comunicación” (MARTINET, 1976, p. 10; trabalho original publicado em 1926).

³ Esta descrição de funções não específicas não é de todo consensual no seio do funcionalismo linguístico francês. Por estirada que seja a descrição, “Les fonctions présentes jusqu’ici n’épuisent nullement la liste des relations qu’on peut établir entre un nominal et le noyau, prédicat ou prédicatoïde, de la proposition” (MARTINET, 1979, p. 198).

adverbial e relativa, ainda que o autor opere com a designação de “proposition subordonnée” por razões que aduz, entre as quais “elle [proposition subordonnée] sera plus familière à bien des lecteurs” (MARTINET, 1979, p. 207).

Algo de idêntico diríamos para a *Syntaxe générale* (MARTINET, 1985), primeira exposição sistemática da doutrina martinética aplicada ao plano sintático: “Dans ce qu’on désigne traditionnellement comme une phrase formée de la proposition principale et d’une ou plusieurs propositions subordonnées, il n’y aura jamais, sauf cas de coordination, qu’*un seul* prédicat” (MARTINET, 1985, p. 87), ao qual se ligarão direta ou indiretamente sintagmas predicativos secundários. Na linha de Martinet, entende-se portanto que “la notion de proposition n’est pas sollicitée” no contexto da descrição de “Phrase simple, phrase complexe” (COSTAQUEC e GUÉRIN, 2007, p. 106-107), como também Alarcos (1990) considerara a propósito do mecanismo sintático da transposição, de inspiração *tesnieriana*. A teoria gramatical de Alarcos incorpora o modelo da gramática de dependências de Tesnière (1988) através deste mecanismo sintático da transposição, muito produtivo nos estudos de gramática funcional espanhola (cf. MARTÍNEZ, 1994, p. 19; GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, 1997, p. 151).

A transposição opera, por meio de mecanismos transpositores⁴, uma mudança de categoria dos sintagmas, que pode ser de tipo nominal (1), adjetival (2) ou adverbial (3), nas versões mais clássicas⁵:

- (1) a. O caçador percebeu *que a noite chegou*. (BECHARA, 2009, p. 462)⁶
b. O caçador percebeu *a chegada da noite*.
- (2) a. As crianças *que eram alegres* partiram para a excursão. (CASTE-LEIRO, 1981, p. 56)

⁴ Para Gutiérrez Ordóñez (1997, p. 198) trata-se de “un mecanismo transpositor formalmente determinable”, entendendo o autor que, para além de preposições, conjunções subordinativas e pronomes relativos, outros fatores de caráter formal, como a ordem das palavras, a entoação, as pausas também podem assumir funções transpositivas.

⁵ Está na base desta tripartição a classificação das orações subordinadas em substantivas, relativas e adverbiais, embora a tipologia seja discutível. Alarcos (1994, p. 324) agrupou as “oraciones complejas” em “a) las que con su transpositor cumplen una función oracional (es decir, constituyen un adyacente del núcleo verbal), y b) las que con su transpositor son adyacentes de un grupo nominal unitario”.

⁶ Os exemplos citados de gramáticas ou estudos especializados apresentam a respetiva origem. As orações e sintagmas de tipo nominal, adjetival e adverbial são apresentados em itálico, adaptando-se também os exemplos citados a esta convenção.

- b. As crianças *alegres* partiram para a excursão.
(3) a. Telefono-te *quando o João chegar*. (LOBO, 2013, p. 1987)
b. Telefono-te *logo*.

Os exemplos mostram que, na ausência do transpositor, as construções de base seriam simples e não complexas; e mostram que o transpositor (no caso, conjunções subordinativas e pronome relativo) opera uma mudança de categoria (de estruturas nominais, adjetivais e adverbiais para estruturas verbais elevadas) e graças a ele tais estruturas verbais passam a funcionar sintaticamente como as correspondentes estruturas nominais, adjetivais e adverbiais. Assim, “a este cambio de categoría se le llama transposición, y transpositor a la unidade que interviene para hacer posible la subordinación” (MARTÍNEZ, 1994, p. 46). Várias vezes Gutiérrez Ordóñez (1997, p. 166, 196) frisou que a transposição se apresenta como uma das principais manifestações do princípio da economia da linguagem proposto por Martinet e empregue de modo recorrente por Alarcos e seguidores das escolas de Oviedo e de León.

2. Complementação finita na literatura linguística portuguesa e brasileira

Exemplos como (1) ilustram ser a complementação, ao contrário de outros mecanismos de subordinação, um fenómeno de dependência oracional entre uma oração principal, considerada estrutura sintática matriz, e uma encaixada com função equivalente a de um nome. É sabido que esta estrutura matriz pode ser um verbo, um nome e um adjetivo⁷, núcleos que selecionam orações completivas com diferentes funções sintáticas, cuja tipologia pode apresentar algumas variações. Para além das consensuais completivas de sujeito (4a), de objeto direto (1a, 4b) e de complemento oblíquo (4c-d), registre-se que é duvidosa a ocorrência de completivas em função de objeto indireto (comutáveis pelo pronome *lhe*; cf. BARBOSA, 2013, p. 1825), e são frequentemente atestadas completivas predicativas (4e) e apositivas (4f):

- (4) a. *Que o Primeiro-Ministro tenha dito isso é grave*.
b. Perguntaram-lhe *se estava à-vontade*.
c. O João insistiu em *que fôssemos à festa dele*. (DUARTE, 2003, p. 614)

⁷ Veja-se Barbosa (2013, p. 1822, nota 4) a propósito dos advérbios *bem* e *mal* como núcleos predicativos de orações completivas com função de sujeito.

- d. Têm consciência de *que mentiram*.
- e. O problema é *que não conseguia ampliar a produção*. (NEVES, 2000, p. 337)
- f. Uma coisa lhe posso adiantar, *que as crianças são a alegria dos adultos*. (BECHARA, 2009, p. 464)

A caracterização destas estruturas sintáticas completivas assenta em propriedades gramaticais que podem assim ser sistematizadas: (i) transpositores e modo verbal; (ii) estrutura interna; (iii) sequências temporais. A primeira propriedade permite uma distinção das orações completivas em finitas e infinitivas, já que as orações finitas, ao contrário das infinitivas, i) são tipicamente introduzidas pelos transpositores *que*⁸ ou *se*, ii) contêm necessariamente uma forma verbal no modo indicativo ou conjuntivo e (iii) apresentam realização de um sujeito sintático, interpretado, ora em referência disjunta relativamente ao da oração matriz, como em (4c), ora em correferência, como em (4d), característica de que partilham também as infinitivas flexionadas. Comparem-se estes exemplos anteriores, retomados agora em (5) e (6), respetivamente:

- (5) a. O João insistiu em *que fôssemos à festa dele*.
- b. O João insistiu em *irmos à festa dele*.
- (6) a. Têm consciência de *que mentiram*.
- b. Têm consciência de *ter(em) mentido*⁹.

Em (5a) e (6a), as orações completivas finitas são introduzidas por um transpositor (*que*), o verbo está flexionado no modo conjuntivo (5a), associado à referência disjunta dos sujeitos, e no modo indicativo (6a), sendo que neste caso “a interpretação co-referencial do pronome nulo é a única possível” (BRITO, 1991, p. 114). Considerando a expressão alternativa entre completivas finitas e infinitivas (CASTELEIRO, 1981, p. 245-246), ainda que as primeiras apresentem “uma distribuição mais restrita” (BARBOSA, 2013, p. 1828), as infinitivas de (5b) e (6b) mantêm o padrão sintático das correspondentes finitas quanto

⁸ São várias as línguas românicas onde se atesta a possibilidade de omissão deste complementador, preferencialmente em contextos de conjuntivo, e em registos literários e formais. A literatura portuguesa de fases pretéritas está cheia de exemplos variados deste fenómeno, mesmo em contextos de indicativo. Cf. “Supressão e reduplicação do complementador” (DUARTE, 2003, p. 620-621).

⁹ Em infinitivas oblíquas (de nome, adjetivo e verbo), quer a forma flexionada, quer a invariável são possíveis de modo bastante livre.

ao comportamento do sujeito na variável referência disjunta vs correferência¹⁰.

Ainda quanto a tentativas de paráfrases, importa referir que, nos termos de Peres e Mória (1995, p. 81), as completivas finitas do tipo (7a), selecionadas por uma classe de verbos transitivos predicativos, são realização de um objeto direto nominal ou oração pequena / reduzida (7b):

- (7) a. O Luís considera *que a Ana é simpática*. (PERES e MÓIA, 1995, 81)
b. O Luís considera *a Ana simpática*.

O complemento de (7b), embora não marcado por nenhuma forma verbal, corresponde a uma estrutura equativa de cópula formada por sujeito e predicativo (*A ser B*), presente na completiva objeto. Assim: (i) *O Luís considera a Ana simpática*; (ii) *A Ana [é] simpática*; (iii) *O Luís considera que a Ana é simpática*. Em (7b), ocorreu a simplificação de uma estrutura complexa numa estrutura simples por um processo de nominalização ou transcategorização do predicador verbal da oração encaixada. Daí que a nominalização seja encarada como “o grau máximo de integração formal no processo de complementação” (SANTANA, 2010, p. 89), processo eventualmente mediado por uma fase de dessentencialização, segundo a gramática discursivo-funcional, isto é, expressão da oração completiva em forma não-finita. No formalismo desta gramática: (i) *Disse que dizia a verdade* (oração finita) > *Disse dizer a verdade* (oração infinitiva) > *Disse a verdade* (nominalização).

Dependendo da particularidade semântica do transpositor, as orações completivas finitas podem ser declarativas, quando apresentam traços sémicos de verdade (como na generalidade dos exemplos dados), e interrogativas indiretas, basicamente associadas a um significado hipotético (4b). Vários estudos linguísticos têm vindo a integrar no conjunto destas completivas outros grupos de orações finitas introduzidas por transpositores relativos e adverbiais. Assim, encontram-se, por um lado, as denominadas interrogativas pronominais (PERES e MÓIA, 1995, p. 88-89) ou parciais (BARBOSA, 2013, p. 1835), como em (8a-c), que são um subtipo das interrogativas, e, por outro lado, as denominadas completivas exclamativas, como em (9a-c). Segundo Bechara (2009, p. 465), trata-se, na verdade, de orações interrogativas e exclamativas desprovidas da

¹⁰ Vários fatores cumulativos estão envolvidos nesta variável, nomeadamente a classe semântica do verbo matriz, o uso do modo indicativo ou conjuntivo, as formas de expressão do sujeito (lexical, pronominal ou nulo), a opção por construções finitas ou infinitivas flexionadas (cf. BRITO, 1991, p. 101-121; AMBAR, 1992, p. 91-100; NEVES, 2000, p. 346-363).

respetiva força ilocutória (interrogativa e exclamativa) e iniciadas por uma unidade desses valores semânticos:

- (8) a. O professor pergunta *qual é o motivo da algazarra*. (BECHARA, 2009, p. 465)
- b. O Luís não sabe *quem marcou a data do exame*. (PERES e MÓIA, 1995, p. 89)
- c. Não sei *a quantas lojas eles foram*. (BARBOSA, 2013, p. 1835)
- (9) a. É incrível *quem a foi cumprimentar*. (BARBOSA, 2013, p.1837).
- b. Eles disseram-me *quão complicado é o problema*. (*Idem*)
- c. É fantástico *onde ele foi comprar o computador*. (*Idem*)

Se atrás apresentámos o modo como um dos elementos caracterizadores das orações completivas, foi tendo em consideração o facto de estas orações serem “um dos contextos preferenciais para a ocorrência do ‘modo conjuntivo’” (SANTOS, 2003, p. 161), tanto quanto um dos contextos mais problemáticos de uso do conjuntivo e/ou indicativo em português (e noutras línguas românicas). Uma revisão da tradição gramatical, tal a que fez Maria Joana Santos desde Jerónimo Soares Barbosa, e uma análise da literatura linguística evidenciam ambas as situações. Na sequência de vários autores, conhece-se: por um lado, (i) a frequência com que o conjuntivo é usado em orações completivas; mas também, por outro lado, (ii) as possibilidades aí atestadas de alternância modal (pense-se em *acreditar*, *imaginar* e em nomes como *hipótese*, *ideia* quanto à seleção do modo na oração encaixada), muitas vezes com implicações ao nível do significado¹¹; (iii) a dificuldade em explicar a ocorrência do conjuntivo com alguns verbos factivos (é o clássico exemplo do verbo *lamentar*); e, em contrapartida, (iv) a sua ausência em contextos associados a valores de virtualidade (caso dos chamados verbos de ficção, como *fingir* e *sonhar*)¹². De forma necessariamente breve, até porque o assunto já está bem estudado

¹¹ Segundo Jorge Morais Barbosa (1998, p. 78), “(...) c’est l’emploi ou le non-emploi du ‘subjonctif’ dans la subordonnée qui, en l’espèce, précise le sens du verbe de la principale”. A título de exemplo, veja-se a diferença entre “Disse-lhe que estava bem vestida” e “Disse-lhe que estivesse bem vestida”, onde *dizer* tem “dans la première phrase le sens de ‘affirmer’ et dans la seconde celui de ‘recommander’” (BARBOSA, 1998, p. 78).

¹² A hipótese de explicação de Rui Marques pode simplificar o assunto: “O indicativo surge (...) como o modo marcado, associado a valores específicos, sendo o conjuntivo o modo complementar. Ou seja, contrariamente ao que tem sido mais ou menos explicitamente assumido na literatura, proponho que não exista uma regra que leve à selecção do conjuntivo, sendo este modo selecionado quando não ocorre o factor determinante da selecção do indicativo” (MARQUES, 1997, p. 197).

(MARQUES, 1997, p. 191-202), podemos dizer que o uso do indicativo ou do conjuntivo, em estruturas completivas, depende da modalização do enunciado pelo falante, que pode assumir uma atitude de certeza e, por outro lado, dúvida, possibilidade, desejo, obrigação (BORBA, 1991, p. 194; PALMER, 2007, p. 1) ou simplesmente de “non-affirmation” / “non-information” (BARBOSA, 1998, p. 77)¹³. Genericamente, o indicativo é selecionado por predicadores associados à modalidade epistémica ou a traços de evidencialidade (10) e o conjuntivo por predicadores associados à modalidade deôntica (11a), volitiva (11b) ou avaliativa (11c):

- (10) a. O João sabe *que a Maria tem razão*. (DUARTE, 2003, p. 599)
- b. Os estudantes pensavam *que podiam repetir a prova*. (*Idem*)
- (11) a. A assaltante exigiu *que os funcionários abrissem os cofres*. (BARBOSA, 2013, p. 1841)
- b. Espero/Prefiro *que o Paulo saia do país*. (*Idem*)
- c. Lamento/Detesto *que o João tenha decidido sair do país*. (*Idem*)

A seleção modal nas orações completivas também é determinada por certos predicadores epistémicos e avaliativos de dupla seleção modal (como os nomes *ideia, hipótese, suspeita*; os adjetivos *confiante, crente, conseqüente, resultante*; os verbos *acreditar, crer, imaginar, achar, julgar, considerar*) ou pela presença de um operador de negação na fronteira inicial da frase¹⁴, que altera o significado do predicador, passando de assertivo a dubitativo ou de dubitativo a assertivo (BOSQUE, 1990, p. 156; BARBOSA, 2013, p. 1843). Os níveis ou graus de pressuposição implícitos na atitude veiculada pelo locutor são determinantes para a seleção modal e temporal no subtipo de subordinação oracional em estudo.

¹³ Talvez uma forma sintética de exprimir todos os valores do conjuntivo em oposição ao indicativo, seja assumir, com Jorge Morais Barbosa e outros autores (BOSQUE, 1990, p. 36-42), que “‘le subjonctif’ est, axiologiquement, le mode de la ‘non-affirmation’” (BARBOSA, 1998, p. 77), atendendo a que, para além da dúvida, incerteza, eventualidade, etc., o conjuntivo pode designar factos bem reais, como acontece em “Embora saiba cantar, não canto” e “Lamento que cantes tão mal”. Os exemplos e a explicação são do mesmo autor citado: “(…) dans *embora saiba cantar, não canto*, j’affirme ‘chanter’, je n’affirme pas, je commente ‘savoir’; de même, dans *lamento que cantes tão mal*, ce que j’affirme c’est ‘regretter’, ‘chanter’ étant l’objet de non commentaire” (1998, p. 77)

¹⁴ Aspeto de variação do uso do conjuntivo em completivas não contemplado neste trabalho. Rui Marques (2009, p. 195-196) apresenta-o no âmbito de verbos epistémicos não factivos: “(…) the selection of mood by this kind of predicates [epistemic non-factive verbs] when they occur under negation is easily accounted for”.

Relativamente à estrutura interna das completivas, cabe referir que o transpositor *que* “puede ir precedido o no de una preposición” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1995, p. 113), tal como Bechara (2009, p. 483) prevê na classificação de completivas sem preposição necessária e completivas com preposição necessária na relação gramatical oblíqua (cf. (4c-d)) ou relativa (na terminologia de Bechara). A preposição presente nestas orações oblíquas ocorre por regência do valor lexical do verbo, nome ou adjetivo da oração matriz, donde se situe no quadro de uma sintaxe do regime; e do ponto de vista semântico, a “preposición aporta un sema al nexus que rige” (HERNÁNDEZ ALONSO, 1995, p. 113). É nestes termos que nomes e adjetivos epistémicos, como *facto*, *hipótese*, *ideia*, *consciência*, *convicção*, *certeza* e *convicto*, *ciente*, *consciente*, *convencido*, *certo* podem selecionar completivas oblíquas (cf. PERES e MÓIA, 1995, 122-127; DUARTE, 2003, p. 615-616; BARBOSA, 2013, p. 1873-1879). Da mesma forma, a realização da preposição nas completivas oblíquas verbais é determinada por um conjunto de verbos de sintaxe preposicional¹⁵, maioritariamente da subclasse dos pronominais, conforme ilustrado no seguinte quadro proposto por Barbosa (2013, p. 1870):

Quadro 1: Verbos de sintaxe preposicional.

Preposições	a	com	de	em	por
Verbos	acostumar-se, arriscar-se, aspirar, atender, conduzir, dever-se, inclinarse, limitar-se (...)	concordar, conformar-se, contentar-se, contar (...)	aperceber-se, arrepender-se, discordar, duvidar, envergonhar-se, esquecer-se (...)	apoiar-se, assentar, basear-se, coincidir, confiar, insistir, residir (...)	ansiar, bater-se, esforçar-se, interessar-se, optar, pugnar, responsabilizar-se (...)

A autora reconhece que, em orações oblíquas plenas, estes verbos nem sempre são usados com a preposição necessária. Inverso é o fenómeno da adi-

¹⁵ Embora o assunto seja marginal ao presente trabalho, cabe notar que a presença do complemento introduzido por preposição deve ser considerada obrigatória *per accidens* e não *per se*. De facto, aplica-se ao português o mesmo que Hernández Alonso (1996, p. 646) enuncia para a gramática do espanhol: “La palabra llamada ‘regente’ en pocos casos exige una determinada preposición y ni aun precisa llevar complemento prepositivo. Sólo en casos como *carecer de*, *privarse de*, *incidir en*, *atreverse a*, *residir en*... puede hablarse de una verdadera rección del primer elemento, porque la exige”.

ção preposicional a completivas diretas selecionadas por verbos declarativos e sensitivos, que tem sido objeto de vários estudos de pesquisadores portugueses e brasileiros (cf. PERES e MÓIA, 1995; BAGNO, 2008) e que, a exemplo da omissão, provoca mudanças estruturais e funcionais na globalidade da frase complexa.

As sequências temporais nas orações completivas finitas também aparecem condicionadas pela natureza semântico-lexical do predicador da oração matriz. Nas completivas verbais, a concordância temporal, conforme assinalam Bosque (1990) e Gonçalves *et al.* (2013), depende de dois principais grupos verbais: i) verbos prospectivos, que impõem restrição temporal à oração encaixada, como a subclasse dos verbos volitivos (*desejar, querer, pretender, esperar*) e epistêmicos de crença (*supor, duvidar, achar*); ii) verbos não prospectivos, que não impõem restrição temporal à oração encaixada, como a subclasse dos verbos de declarativos (*afirmar, dizer, garantir*), compromissivos (*prometer, jurar*), avaliativos (*lamentar, surpreender, descobrir*) e deônticos (*ordenar, mandar, permitir*):

- (12) a. Ele quis *que a Ana lhe *telefone / telefonasse*. (GONÇALVES *et al.*, 2013, p. 439)
- b. Supus *que ela *??está / estava em casa*. (*Idem*)
- (13) a. A Maria disse *que a Rita está / estava em casa*. (*Idem*)
- b. Ele prometeu *que está em casa a partir das 15.00h / telefona*. (*Idem*, p. 442)
- c. Nunca te surpreendeu *que haja tantas estrelas / ele venha de comboio?* (*Idem*)
- d. O general ordenou às tropas *que estejam preparadas / se preparem para o ataque*. (*Idem*).

Em (12), o tempo verbal da oração encaixada depende do tempo verbal da oração matriz, pois as sequências são formadas pelo mesmo tempo: pretérito + pretérito. Todavia, não sucede o mesmo nos enunciados de (13) onde não se observa qualquer traço de dependência entre o tempo verbal da oração matriz e o da oração encaixada pelo facto de as respetivas sequências serem formadas por mais de um tempo: Pretérito + Presente.

3. Da linguística das línguas à linguística de *corpus*

A linguística das línguas surge como uma das alternativas ao modelo de abordagem e descrição de fenómenos linguísticos assente na intuição dos falantes. O realismo na observação imanente dos factos, sem o recurso à introspeção, seria o procedimento mais recomendável na investigação científica (MARTINET, 1995, p. 31). Com base neste princípio e no da representatividade do *corpus*, procedemos à constituição de um *corpus* de 216 textos jornalísticos com 177.668 palavras, que constituem parte de um mais amplo acervo de textos informativos e opinativos, recolhidos durante seis meses (de novembro de 2016 a abril de 2017) da versão digital de três dos mais divulgados jornais da imprensa escrita angolana¹⁶: *Jornal de Angola* (doravante, JA), *Jornal dos Desportos* (doravante, JD) e *Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras* (doravante, JAAL)¹⁷, periódicos cuja linha editorial integra textos informativos (notícia, reportagem, entrevista) e opinativos (editorial, opinião, artigo científico, crítica, crónica).

Do JA¹⁸ – diário generalista sobre matéria nacional e internacional diversificada (política, economia, cultura, desporto) – recolhemos 88 textos, num total de 69.622 palavras. O JD¹⁹ – diário exclusivo de matéria desportiva angolana e estrangeira – permitiu-nos a seleção de 88 textos com 69.610 palavras. O JAAL²⁰ é um periódico quinzenal – cujo objetivo editorial prioritário é a valorização da memória ancestral (oratura) e da arte (literatura, música, pintura, cinema, escultura) angolanas, privilegiando assim os subgéneros textuais da crítica e do artigo científico –, donde reunimos 40 textos e 38.436 palavras.

A tabela abaixo sintetiza este *corpus* e o total de número de palavras, tido por adequado para trabalhos de morfossintaxe com base em *corpora* informatizados (XAVIER, 1996, p. 162):

¹⁶ A imprensa pública é a única que dispõe de meios para a circulação e divulgação em todo o país. A inexistência de instituições ligadas à seriação e divulgação de um *ranking* nacional de jornais, como a Associação Nacional de Jornais (Brasil) e a Associação Portuguesa para Circulação e Tiragem, constitui uma limitação de ordem metodológica a quem pretenda realizar pesquisas linguísticas com *corpora* jornalísticos.

¹⁷ Os três jornais são propriedades das Edições Novembro E.P, um grupo editorial público e tutelado pelo Ministério da Comunicação Social do Governo de Angola.

¹⁸ Fundado a 01 de julho de 1975, tem uma tiragem diária de 50.000 exemplares, distribuídos pelas 18 províncias do país. Disponível em <http://jornaldeangola.sapo.ao/>

¹⁹ Fundado a 31 de janeiro de 1994, tem uma tiragem regular de 30.000 exemplares, também distribuídos pelas 18 províncias do país. Disponível em <http://jornaldosdesportos.sapo.ao/>

²⁰ Fundado a 05 de abril de 2012, tem distribuição nacional e uma tiragem de dez mil exemplares. Disponível em <http://jornalculcultural.sapo.ao/>

Tabela 1: Jornais.

Periódico	Periodicidade	Tiragem	N.º de textos	N.º de palavras
<i>Jornal de Angola</i>	Diária	50.000	88	69.622
<i>Jornal dos Desportos</i>	Diária	30.000	88	69.610
<i>Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras</i>	Quinzenal	10.000	40	38.436
			Total	Total
			216	177.668

4. Complementação finita na variedade angolana do português

Um número crescente de trabalhos (GONÇALVES, 2013, p. 169; ADRIANO, 2014, p. 302, 317; CAMPOS, 2016, p. 51, 86) tem dado conta da existência de certa variação na regência da complementação oracional finita em PA, fruto de instabilidade formal e funcional. Esta instabilidade voltou a evidenciar-se no *corpus* que se constituiu para o presente trabalho, pois foi possível observar: (i) casos de transcategorização e reconversão de estruturas completivas; (ii) fenómenos de supressão de preposição em completivas oblíquas “reanalizadas”; (iii) ruturas na sintaxe posicional dos clíticos; (iv) desproporcionalidade funcional entre predicadores factuais e hipotéticos; e (v) (in)existência de restrições temporais entre o verbo da completiva e o da oração matriz.

4.1. Estruturas completivas plenas e “transcategorizadas”

Do ponto de vista funcional, as orações completivas reduzidas (cf. (7b)) são construções que resultam da mudança de categoria do núcleo predicativo da oração subordinada, transferindo-se de um argumento verbal para um argumento nominal. Fruto deste processo de transcategorização, podem ser designadas por orações completivas transcategorizadas cujas características formais e sintáticas são equivalentes às das orações completivas plenas: são selecionadas pelas mesmas classes verbais (destacam-se em negrito os verbos dos exemplos *infra*) e exercem a mesma função sintática, conforme atestado nos seguintes pares de exemplos do *corpus*:

- (14) a. O ministro **realçou** os progressos alcançados pelos Estados-membros da CPLP na luta contra a fome (...). (JA, “Manuel Vicente e Temer têm encontro em Brasília”, 31/12/2016)
 b. Manuel Gonçalves **realçou** a existência de profissionais nesta área, mas alertou que “é preciso assumirem um compromisso com a dança (...). (JA, “Associação de Dança de Angola na Forja”, 27/01/2017)
- (15) a. João Paulo Costa **realçou** que a equipa é constituída por jogadores guerreiros. (JD, “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”, 03/11/2016)
 b. Reconheceu a competitividade registada no Girabola Zap 2016, **realçou** que o objectivo do Progresso da Lunda Sul é a terceira posição. (JD, “Lundas apostam no ataque”, 13/11/2016)
- (16) a. João Lourenço **considerou** Luanda a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes. (JA, “Pré-campanha tem início em Dezembro”, 06 de novembro de 2016)
 b. O responsável **considera** preocupante a situação e disse que os casos de violência contra a mulher no país têm atingido proporções alarmantes (...). (JA, “Centenas de casos registados”, 02/12/2016)
- (17) a. Quanto aos preços, o responsável **considerou** que a fábrica pratica uma política de preços razoável. (JA, “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”, 16/12/2016).
 b. Edmundo Rocha **considera** que o modelo de conduta cívica do cónego Manuel das Neves inscreve-se na perspectiva (...). (JAAL, “Cónego Manuel das Neves, um dos paladinos do nacionalismo moderno angolano”, 14/02/2017)
- (18) a. João Baptista Kussumua fez este reconhecimento no fim-de-semana, no acto de tomada de posse de novos quadros do sector, a quem **pediu** empenho e melhor articulação com as outras instituições do Governo. (JA, “Instituto de Investigação agrária chamado a investir no Huambo”, 14/12/2016)
 b. O ministro do interior **pediu** aos responsáveis da instituição maior controlo e disciplina dos efectivos. (JA, “Estão garantidas eleições seguras no próximo ano”, 15/12/2016).
- (19) a. O comandante **pediu-lhes** que se pautem por um comportamento exemplar, sobretudo, no que diz respeito ao assédio sexual a meninas em troca de notas. (JA, “Reforço da segurança escolar”, 05/12/2016)
 b. Aos responsáveis do partido em Luanda, João Lourenço **pediu** que prestem maior atenção na preparação dos delegados de lista e fiscais eleitorais. (JA, “Pré-campanha tem início em Dezembro”, 06/11/2016)
- (20) **Reconheceu** a competitividade registada no Girabola Zap 2016, realçou que o objectivo do Progresso da Lunda é a terceira posição. (JD, “Lundas apostam no ataque”, 13/12/2016)

- (21) Ruy Duarte de Carvalho **reconhece** *que a fluidez destas práticas sociais é tão intrincada e vasta.* (JAAL, “Ruy Duarte de Carvalho: vou lá visitar pastoras”, 17/01/2016)

Assim, na imprensa escrita de PA, quer as completivas reduzidas / transcategorizadas, quer as completivas plenas podem ser selecionadas por verbos declarativos ((14)-(15)), avaliativos ((16)-(17)), volitivos ((18)-(19)) e epistémicos ((20)-(21)). Aliás, em (14b), (15b), (16b) a coocorrência alternada das duas construções na mesma sequência discursiva, revela boa exploração do uso desta variação. No entanto, nem todas as ocorrências apresentam o mesmo rendimento funcional (MARTINET, 1995, p. 13)²¹, no sentido da sua maior ou menor estabilidade no sistema. De facto, a análise estatística do *corpus* mostra que as completivas plenas apareceram atestadas com maior rendimento funcional do que as completivas transcategorizadas:

Tabela 2 – Estruturas completivas plenas e transcategorizadas

	Orações completivas			
	Plenas		Transcategorizadas	
Periódico	Frequência	%	Frequência	%
<i>Jornal de Angola</i>	244	53	7	75
<i>Jornal dos Desportos</i>	110	24	1	25
<i>Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras</i>	107	23	0	0

A recategorização do argumento interno da completiva (22a) parece evidenciar que a força ilocutória e a economia da linguagem são dois dos principais fatores que contribuem para o uso alternado entre estruturas completivas simplificadas e elevadas:

- (22) a. (...) destacou um dirigente que pediu *o anonimato*. (JD, “Lundas apostam no ataque”, 13/11/2016)
b. Destacou um dirigente que *pediu que fosse anónimo*.

²¹ Como é sabido, o conceito de rendimento funcional, ou pertinência de uma oposição no funcionamento da língua, foi usado por André Martinet no quadro da mudança fônica. O rendimento de uma oposição fônica será tanto mais elevado quanto maior for o número de palavras diferenciadas pela ocorrência de cada par de fonemas.

Conforme se observa, a nominalização operada em (22b) evita a redundância do transpositor *que* no membro direito da oração, contrariamente ao que se observa em (23) por efeito de construções completivas encaixadas:

- (23) a. O coordenador do grupo de acompanhamento (...), disse sábado, na cidade de Ondjiva, *que o partido pretende que os cidadãos continuem a depositar confiança* (...). (JA, “Pré-campanha tem início em Dezembro”, 06/11/2016)
- b. O público tem vindo a reconhecer-nos como tal, e penso *que isso fez com que o júri não hesitasse tanto a atribuir-nos um prémio tão importante*. (JAAL, “O fim da solidão da BD angolana”, 22/11/2016)

4.2. Complementação com preposição necessária: completivas oblíquas e “reanalisadas”

Atestaram-se, no *corpus*, orações completivas oblíquas com dois padrões sintáticos: precedidas de preposição necessária (24); não precedidas de preposição necessária (25):

- (24) a. Não restam **dúvidas** de *que Bangão é um artista insubstituível* (...). (JAAL, “30 anos a trabalhar num sonho”, 11/11/2016)
- b. Estamos **conscientes** de *que a criação de valores necessários para o desenvolvimento do país se concretiza com os homens* (...). (JA, “Forte investimento na formação é prioridade na vida das pessoas”, 04/12/2016)
- c. Efectivamente, essa paganização dissemina o **pensamento** de *que a quantidade e a carestia de presentes* (...). (JA, “A luta armada na África Austral”, 14/12/2016)
- d. Portanto, o escritor deve ter **consciência** de *que a informação na era das TIC tornou-se portátil*. (JAAL, “A Webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura”, 19/12/2016)
- e. (...) **ciente** de *que caminhante faz caminho pintando ou esculpi* (JAAL, “A propósito das artes plásticas angolanas”, 19/12/2016)
- f. Estamos **convictos** de *que os técnicos de comunicação institucional e imprensa vão absorver conteúdos e técnicas* (...). (JA, “Associação valoriza a ética”, 28/02/2017)
- (25) a. (...) mas tenho **certeza** [-] *que em relação à questão organizativa, tanto no campo administrativo como técnico-desportivo* (...). (JD, “Custódio sai com dever cumprido”, 17/11/2017)

- b. Mas, tenhamos **consciência** [-] *que a municipalização da cultura exigirá grande capacidade criativa (...)*. (JAAL, “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da cultura”, 17/01/2017)
- c. Não há **dúvida** [-] *que a beleza da paisagem esculpida pela natureza, associada à parte construída pelo homem, orgulha a todos nós, brasileiros*. (JAAL, “Rio de Janeiro recebe Certificação de Património Mundial da Unesco”, 14/02/2017)
- d. (...) estamos **esperançosos** [-] *que a recém-criada Academia de Letras de Angola, poderá contribuir igualmente para este desiderato*. (JAAL, “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da cultura”, 17/01/2017)

Em (24) e (25), as orações completivas são selecionadas pelos destacados (a negrito) predicadores nominais e adjetivais – *dúvida(s), pensamento, consciência, certeza e consciente, ciente, convictos, esperançosos* – que, embora coincidindo em alguns casos, apresentam padrões estruturais diferentes: predicador + preposição *de* + transpositor (cf. (24)) e predicador + transpositor (cf. (25)). Se se entender, com Tesnière (1988, p. 39), que “Il ne peut y avoir **structure** qu’ autant qu’ il y a **fonction**” (destacados do autor), terá de se admitir que a supressão da preposição *de* em (25) modifica a valência do predicador superior e a função sintática da oração encaixada. Desta feita, os enunciados de (25) e (26) são estruturas completivas sintaticamente reanalisadas:

- (26) a. A recolha e o tratamento do lixo é uma questão importante, e **apercebi-me** [-] *que as nossas autoridades têm políticas definidas para resolver um dos nossos grandes (...)*. (JA, “A defesa do ambiente”, 02/11/2016)
- b. Não **nos esqueçamos** [-] *que o 1º de Agosto, é o resultado de uma selecção composta pelos melhores jogadores em idade militar (...)*. (JD, “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”, 03/11/2016)
- c. Ainda não **nos convenceram** [-] *que, de acordo com a nossa lei, seja o MAT (...)*. (JA, “Quatro milhões já actualizaram dados eleitorais”, 08/11/2016)

As construções presentes em (25) e (26) são conhecidas na literatura linguística pelo nome de “queísmo”²², que constitui um fenómeno de variação

²² Nas palavras de Rabanales (2005, p. 25), que criou o termo, “En el ‘queísmo’ se trata de la tendencia a omitir la preposición *de* delante del *que* preferentemente gramemático” (isto é, conjunção). Este trabalho de 2005 é uma versão ampliada do mesmo estudo publicado em 1974.

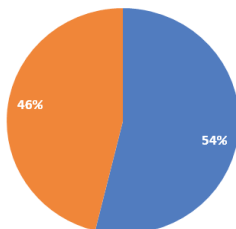
linguística, porquanto o queísmo, a par do procedimento inverso (“dequeísmo”), “no solo coexisten dentro de una misma comunidade lingüística, sino incluso dentro de un mismo individuo” (RABANALES, 2005, p. 52). As ocorrências de (25) e (26) contam-se entre os casos mais comuns de queísmo, correspondentes às estruturas *substantivo / adjetivo + (de) que* e, no caso de (26), *verbo reflexo + (de) que*, já que a reanálise sintática destas completivas é muito condicionada pelo paradigma dos verbos reflexos (os destacados *aperceber-se*, *esquecer-se* e *convencer-se*).

A conceção de que “*predomina claramente el queísmo sobre el dequeísmo*” (RABANALES, 2005, p. 52; destaque do autor) está bem patente no *corpus* em análise. De facto, podendo a reanálise das completivas em PA operar-se de modo inverso (de objetivas diretas para oblíquas), não foi porém atestada no presente *corpus* escrito de PA nenhuma ocorrência desta alternância, isto é, adição de preposições, que também Doriela Campos só identificou em enunciados orais (da Televisão Pública de Angola) e em produções induzidas (CAMPOS, 2016, p. 54, 64-65). Mais ainda: segundo Paulino Adriano (2014, p. 352-353), o fenómeno de dequeísmo é mais atestado, não apenas em produções espontâneas (*corpus* radiofónico e televisivo) como, ao que parece, em estruturas completivas finitas: “Quanto à inserção de preposições, foi possível observar que os casos que mais abundam estão relacionados com a preposição *de*, que é frequentemente inserida antes da conjunção-complementador *que*, introduzindo orações finitas” (ADRIANO, 2014, p. 373).

Voltando ao fenómeno do queísmo, o confronto dos dados do nosso *corpus* em termos de frequências, permitiu-nos identificar sete estruturas completivas oblíquas (três no JA e quatro no JAAL) e, por outro lado, seis estruturas completivas reanalisadas, portanto com apagamento ou não realização fonética da preposição (duas ocorrências em cada jornal), nos seguintes valores percentuais:

Gráfico 1 – Estruturas completivas oblíquas e reanalisadas.

■ Estruturas completivas oblíquas ■ Estruturas completivas reanalisadas



Os valores ilustram haver um rendimento funcional quase proporcional entre as duas construções no sistema escrito de PA, o que parece valer também para o registo oral, a avaliar pela afirmação de que “(...) as construções nas quais se omite a preposição são perfeitamente normais em Angola” (ADRIANO, 2014, p. 370); palavras sintomáticas de resultados idênticos obtidos a partir de dados da oralidade.

4.3. Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas

É sabido que em todas as épocas da história do português a próclise foi o único padrão posicional dos pronomes clíticos dos três tipos de subordinação finita (cf. MARTINS, 1994, p. 93). Ora, as atestações do *corpus* mostram uma rutura deste padrão posicional dos clíticos na regência da complementação finita de PA, porquanto, sem prejuízo da aplicação da regra enunciada (cf. (27)), foram observadas várias estruturas completivas que adotam o padrão enclítico (cf. (28)) e um caso igualmente desviante de mesóclise (cf. (29)):

- (27) a. O comandante pediu-lhes *que se pautem por um comportamento exemplar (...)*. (JA, “Reforço da segurança escolar”, 05/11/2016)
b. Também disse *que nem tudo o que se passa na Sonangol se deve à actual crise por que passa o mercado petrolífero internacional*. (JA, “As contas da Sonangol”, 03/12/2016)
c. Estamos conscientes de *que a criação de valores necessários para o desenvolvimento do país se concretiza com os homens (...)*. (JA, “Forte investimento na formação é prioridade na vida das pessoas”, 04/12/2016)
d. É verdade, *que o plantel também se colocou do seu lado (...)*. (JD, “Na corda bamba”, 01/11/2016)
e. João Pintar afirmou *que muito se diz sobre os escalões de formação*. (JD, “Pintar promete uma equipa melhor”, 26/12/2016)
f. Mas é importante sublinhar *que nessa altura já se tinha disputado uma edição do campeonato nacional de basquetebol (...)*. (JD, “O nosso basquetebol”, 27/02/2016)
g. Chegado aqui, sabe-se *que hoje se tem como adquirido (...)* (JAAL, “A nossa crítica”, 14/11/2016).
h. (...) Fernando Alvim, (...), confirma *que se estenderá (...)*. (JAAL, “III Trienal de Luanda: Pôr em evidências os sintomas comuns da cultura”, 20/12/2016)

- i. Não podemos esperar *que o Executivo nos dê recursos para cada acção* (JAAL, “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da cultura”, 17/01/2017)
- (28) a. O director de saúde esclareceu *que os casos de malária registados devem-se à não observância (...)*. (JA, “Casos de malária com menos óbitos”, 24/11/2016)
- b. O director (...) disse *que tal iniciativa enquadra-se na política do Executivo (...)*. (JA, “Famílias desfavorecidas recebem casas no Soyo”, 15/12/2016)
- c. Alexandre Sebastião André, da bancada da CASA-CE, disse *que os membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional deslocaram-se ao município do Lobito (...)*. (JA, “Hotel da Assembleia aberta antes do final da legislatura”, 04/12/2016)
- d. Portanto, o escritor deve ter consciência de *que a informação na era das TIC tornou-se portátil (...)*. (JAAL, “A Cremilda de Lima”, 19/12/2016)
- e. Alberto Funyo afirmou *que a situação dos doentes em tratamento ambulatório agrava-se nalguns casos (...)* (JA, “Negligência agrava a tuberculose”, 23/02/2017)
- f. Edmundo Rocha, (...), considera *que o modelo de conduta cívica do cónego Manuel das Neves inscreve-se na perspectiva progressista-cristã (...)*. (JAAL, “Cónego Manuel das Neves, um dos paladinos do nacionalismo moderno angolano”, 14/02/2017)
- g. Fernando da Piedade Dias dos Santos lembrou aos deputados *que no próximo ano realizam-se as eleições gerais (...)*. (JA, “Mais investimento público”, 15/12/ 2016)
- (29) (...) quando muita malta do nosso “association” julgava *que competitividade registar-se-ia apenas entre aqueles dois*. (JD, “APF do Zaire reivindica direito de votar”20/11/2016)

As ocorrências do padrão enclítico de (28) aumentariam consideravelmente se fossem levados em conta contextos de coordenação copulativa (cf. (30)), que, como se sabe, admitem clíticos em posições pré- e pós-verbal. Os dados não são porém suficientes para se extrapolar alguma preferência:

- (30) a. A ministra Carolina Cerqueira acrescentou *que o papel das denominações religiosas é também levar os seus fiéis a participar da gestão da coisa pública e que “isso faz-se, antes de mais, tomando parte dos diferentes processos eleitorais que se realizam no país (...)*. (JA, “Ministra da Cultura saúda religiosos”, 28/02/2017)

b. Francisco Keth referiu *que os filmes influenciam e reflectem-se no modo das pessoas pensarem, vestirem (...)*. (JA, “Cacuaco alberga ciclo do cinema nacionalista”, 20/11/2016)

c. Vou exigir *que me deixem trabalhar com tranquilidade* e quando sentirem que não estou a dar conta do recado, *chamem-me (...)*. (JD, “Ivo Trança crucifica direcção, Morais Canamua”, 20/11/ 2016)

d. António Carlos Sumbula (...) disse *que este resultado demonstra o grande trabalho desenvolvido pelos trabalhadores e junta-se à descoberta do kimberlito do Luache*, na Luanda Sul. (JA, “Mais diamantes e menos receitas,” 16/01/2017)

4.4. Predicadores factuais e hipotéticos

Na sequência do exposto *supra* (ponto 2.), a análise do *corpus* revelou que o maior número de predicadores situa a enunciação no mundo real. O mundo possível apareceu expresso por um reduzido número de predicadores verbais deonticos, volitivos e predicadores de crença. A partir de diferentes classes semânticas de verbos e tipos de modalidade, com base em propostas de Barbosa (2013) e Marques (1995), sintetizam-se as atestações do *corpus*:

Tabela 3 – Predicadores verbais

Predicadores			Indicativo		Conjuntivo	
	N.º	%		%		%
Declarativos	160	58	160	100	-	-
Epistémicos	27	10	27	100	-	-
Epistémicos de crença	13	5	11	85	2	15
Psicológicos	10	4	10	100	-	-
Sensitivos	9	3	9	100	-	-
Avaliativos	21	7	21	100	-	-
Causativos	3	1	1	33	2	67
Deonticos	9	3	1	11	8	89
Volitivos	25	9	1	4	24	96

De acordo com os dados da tabela n.º 3, a oposição funcional entre mundo real e mundo possível, por meio de predicadores verbais, é pouco assinalada em PA, na medida (i) do maior índice de ocorrência de predicadores que só seleccionam o modo indicativo; (ii) do reduzido índice de ocorrência de predicadores que seleccionam o modo conjuntivo; (iii) da perda do valor de irrealidade

de certos predicadores verbais que resulta de um processo de dessemantização, segundo a gramática discursivo-funcional.

Exemplos de predicadores epistémicos de crença de dupla pressuposição:

- (31) a. (...) cremos *que através do cinema podemos dar a conhecer não só as conquistas da liberdade* (JA, “Cacuaco alberga ciclo do cinema nacionalista”, 20/11/2016)
 b. Acreditamos *que*, com a observância deste programa, *haverá uma sintonia mútua (...)*. (Idem).
 c. O senhor jornalista acredita *que se neste país houvesse realmente o fenómeno corrupção (...)*. (JD, “Duvido que haja mudanças no futebol”, 16/11/2016)
 d. Alguns jovens acreditam *que o Carnaval seja algo para os mais velhos*. (JA, “Grupo de Carnaval na disputa do pódio”, 24/02/2017)

Exemplos de predicadores verbais dessemantizados:

- (32) a. (...) a Direcção quer *que eu continuo*, mas nos próximos dias inclusive irei ter uma reunião com o director-geral (...). (JD, “Sambilas precisam de Albano César”, 17/11/2016).
 b. Ahamos que deveríamos meter em prática as orientações do executivo, no sentido de fazer com *que aquelas áreas (...)* devam ser outorgadas aos angolanos. (JA, “Mais diamantes e menos receitas”, 16/01/2017)

Em (32), a oração subordinada apresenta traços sémicos de /+/ mundo real e /-/ mundo possível em contexto onde a tradição gramatical prevê traços sémicos de /+/ mundo possível e /-/ mundo real. Relativamente aos predicadores nominais e adjetivais, atestaram-se treze de enunciação factual / mundo real (cf. exemplos 24 e 25) e dez de enunciação irreal / mundo possível:

Tabela 4 – Predicadores nominais e adjetivais

Predicadores	N.º	%	Indicativo	%	Conjuntivo	%
Epistémicos	12	52	12	100	-	-
Epistémicos de crença	1	4	1	100	-	-
Deónticos	10	44	-	-	10	100

Seguem-se os principais contextos de ocorrência dos predicadores nominais e adjetivais de enunciação irreal:

- (33) a. É compreensível *que as autoridades e a sociedade civil se preocupem com as questões ambientais*. (JA, “A defesa do ambiente”, 02/11/2016)
- b. Mas é importante *que estudes*, porque isso em Angola não é uma coisa séria. (JAAL, “30 anos a trabalhar num sonho”, 11/11/2016)
- c. (...) é fundamental *que todos os cidadãos com idade para votar se envolvam* para que possam exercer o seu direito de cidadania. (JA, “Disponibilizados meios para o registo eleitoral”, 15/12/2016)
- d. É natural, *que neste tipo de campanha surjam promessas (...)*. (JD, “Promessas eleitorais”, 28/12/2016)
- e. É pena *que a cultura da gestão em Angola, com as exceções possíveis de apontar, sejam caracterizadas por actos de falta de informação pública*. (*Idem*)
- f. É inadiável *que cada um de nós, bem como as instituições administrativas (...), promovamos iniciativas para resgatarmos os valores*. (JAAL, “Natal: Razão de fé ou feriado comercial?”, 20/12/2016)
- g. É bom *que os candidatos à admissão na UAN se preparem bem*. (JA, “Admissão na UAN”, 16/01/2017)
- h. O país precisa de quadros e é bom *que tenhamos muitos angolanos com cursos superiores*. (*Idem*)
- i. É bom *que anualmente façamos consultas regulares*. (JA, “Cuidados com a saúde”, 31/01/2017)
- j. É imperioso *que se diga aqui que não estamos a pedir que os jovens escritores ou aprendizes de escritor tenham a licenciatura em Estudos Literários (...)*. (JAAL, “Escritores Mediáticos na proa da fama efêmera de uma geração sem nome”, 14/02/2017)

4.5. Complementação finita e concordância temporal

Relativamente aos mecanismos de concordância temporal, podemos registar os seguintes contextos de verbos associados a valores epistémicos (*explicar, dizer, acreditar, achar, recordar, sublinhar, perceber*) em (34), que atestam a livre combinação de tempos, dada a relação de independência entre os tempos verbais da oração matriz (presente e pretérito) e os das completivas de indicativo (presente, pretérito, futuro, condicional)²³. Se quisermos, e manipulando uma das ocorrências de (34):

- (i) **Explica / disse** *que a melanina chega / chegou / chegará / chegaria à fábrica em bruto*.

²³ Destacam-se ambos (os da oração matriz e da oração encaixada) a negrito.

Esta ausência de restrições às sequências temporais pode observar-se nos seguintes contextos de indicativo:

- (34) a. **Explica** que a melanina **chega** à fábrica em estado bruto e é imediatamente sujeito a um processo de tratamento. (JA, “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”, 16/11/2016)
- b. O dirigente **explicou** que o congolês democrata **tinha** contrato com o clube até 2018. (JD, “Lundas apostam no ataque”, 13/11/2016)
- c. O presidente do conselho de administração da Empresa Nacional de Diamantes de Angola **diz** que a criação de cooperativas artesanais diamantíferas no leste do país **reduziu** drasticamente a entrada de estrangeiros ilegais. (JA, “Mais diamantes e menos receitas”, 16/01/2017).
- d. Adelino **acredita** que um dia os irmãos Caracol **voltarão** a estar todos juntinhos. (JAAL, “30 anos a trabalhar num sonho”, 11/11/2016)
- e. **Achamos** que **deveríamos** meter em prática as orientações do executivo. (JA, “Mais diamantes e menos receitas”, 16/01/2017)
- f. Jacks da Conceição **recordou** que a gestão desportiva do clube é **feita** com o apoio e a compreensão dos treinadores. (JD, “O nosso basquetebol”, 27/02/2016)
- g. **Sublinhou** que do grupo de finalista **farão** parte os do curso de Direito, Economia, Administração Pública, Agronomia, Informática de Gestão e de Enfermagem. (JA, “Instituto de Investigação agrícola chamado a investir no Huambo”, 14/12/2016)
- h. (...) os movimentos anti-apartheid **perceberam** que o apartheid não **desmoronaria** sem luta armada. (JA, “Os símbolos da Namíbia e libertação de Nelson Mandela”, 28/02/2016)

Em termos esquemáticos, tem-se o seguinte quadro genérico de oposições em contexto de tempo independente nas completivas de indicativo:

- Presente + presente (34a) / pretérito (34c) / futuro (34d) / condicional (34e)
- Pretérito + pretérito (34b) / presente (34f) / futuro (34g) / condicional (34h).

Nem sempre este quadro difere das sequências temporais de contextos de conjuntivo, embora a natureza anafórica (dependente) dos tempos do conjuntivo em estruturas de subordinação seja a sua característica básica. Como referem Gonçalves *et al.* (2013, p. 434), “(...) não existe uma relação direta entre a distribuição de modo (Indicativo ou Conjuntivo) e a presença ou ausência de dependência temporal”, ou seja, nem sempre ocorrem fenómenos de *consecu-*

tivo temporum entre a completiva de conjuntivo e a oração matriz. Exemplos paradigmáticos são os de verbos de valor deôntico (como *pedir*) e uns poucos volitivos (como *desejar*) de (35), que, flexionados no perfeito, são compatíveis, quer com o presente (conjuntivo) num quadro de independência temporal, quer com o pretérito imperfeito (conjuntivo) em dependência temporal. Se quisermos, e manipulando um dos exemplos de (35):

- (i) O comandante **pediu-lhes / desejou** *que se **pautem / pautassem** por um comportamento exemplar.*

Os exemplos de (35) mostram a sequência temporal de Pretérito + Presente, com referência disjunta entre os respetivos sujeitos:

- (35) a. O comandante **pediu-lhes** *que se **pautem** por um comportamento exemplar.* (JA, Pré-campanha tem início de Dezembro, 06/11/2016)
b. Almeida Pinto, (...), **desejou** *que os trabalhadores **sejam** fiéis na relação conjugal.* (JA, “UNTA pede disciplina sexual aos trabalhadores”, 16/12/2016)
c. Nas nossas reuniões, **pedimos** aos taxistas *que **tenham** uma conduta exemplar.* (JA, “Táxis em Luanda melhor ordenados”, 16/12/2016)
d. (...) **pediu** aos fiéis *que **apoiem** o novo missionário para que este cumpra plenamente a sua missão.* (JA, “Novo pastor apresentado aos metodistas”, 28/02/2017)

Mas esta combinação de tempo é “condicionada lexicalmente” e “mais restritiva” (GONÇALVES *et al.*, 2013, 442) com a generalidade dos verbos volitivos. Por contraste a (35), as ocorrências de (36), com os volitivos *esperar*, *querer*, *gostar*, apresentam dependência temporal, quer a perspetiva temporal seja passada (cf. (36a-b) ou presente (cf. 36c-d)), segundo o esquema respetivo de Pretérito (imperfeito) + Pretérito (imperfeito) e Presente + Presente:

- (36) a. Destes **esperava-se** *que muitos **fossem** escritores.* (JAAL, “A nossa crítica”, 14/11/2016)
b. **Gostava** *que **houvesse** um aumento de ganhos no país e fora dele.* (JD, “Artur entra em campo”, 27/12/2016)
c. **Espero** *que a CPLP, como todas as organizações nacionais, **tenha** um papel muito importante.* (JA, “Manuel Vicente e Temer têm encontro em Brasília”, 21/11/2016)
d. **Quero** *que os outros também **concretizem** o sonho da casa própria.* (JA, “Famílias desfavorecidas recebem casas no Soyo”, 15/12/2016)

Tal dependência justifica-se pelo facto de a possibilidade de ação (que caracteriza os complementos de verbos volitivos) só existir em caso de identidade temporal, isto é, se o tempo da oração encaixada for simultâneo ao da oração matriz (passado ou presente).

Notas de fecho

A encerrar este trabalho, cumpre-nos primeiramente ressaltar a importância do *corpus* jornalístico aqui usado para aferir a consistência dos usos da complementação verbal finita em PA. Tratando-se de um registo controlado e produzido por falantes instruídos, o jornalismo escrito é hoje, e segundo vários autores, um meio de difusão e estabelecimento da norma. É assim possível que os materiais do *corpus* escrito agora constituído, com base em critérios de representatividade e homogeneidade, venham a ser recursos linguísticos para a formação de um *subcorpus* escrito do Português Angolano Contemporâneo, a par dos já existentes *subcorpora* orais criados em trabalhos académicos de linguística descritiva, a que atrás aludimos. Poderão ambos, o oral e o escrito da variedade angolana do português, integrar o atual grande *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), no quadro dos seus constantes desenvolvimento e atualização.

Para além disso, em matéria de padronização da variedade angolana do português, impõe-se uma visão de conjunto de tais *corpora* escrito e oral para a interpretação dos dados produzidos por falantes angolanos e identificação dos usos generalizados e mais consensuais. Daí que, não obstante o reconhecimento da importância do nosso *corpus*, tenhamos consciência de que alguns dos aspetos linguísticos da complementação verbal finita nele atestados, não corresponderão a usos generalizados, mas poderão apresentar outros padrões de variabilidade.

Nas matérias tratadas, a variação em relação à norma europeia é particularmente sensível ao nível da sintaxe posicional de clíticos pronominais e da oposição entre os modos indicativo e conjuntivo. A complementação verbal finita evidencia ocorrências muito frequentes de ênclise do pronome, aparentemente em variação livre com a próclise, que é a realização comum dos clíticos nas completivas finitas do português europeu e brasileiro. Ao nível de usos distintivos dos modos, a Tabela 3 *supra* mostra uma preferência por predicadores que situam a enunciação no mundo real, com perda do valor de “irrealis” de certos predicadores verbais, tanto quanto é possível associar estas categorias semânticas à alternância indicativo / conjuntivo. Certo é que o atestado uso

de indicativo em contexto de verbo volitivo (e também em contexto de verbo causativo) parece indicar uma alteração das características semânticas de não factividade do predicador. No contexto do uso do conjuntivo, observamos também a derrogação ao princípio da concordância temporal, uma vez que, apesar da sua natureza essencialmente anafórica, nem sempre as orações completivas de conjuntivo atestam dependência de tempo entre o verbo da oração matriz e o da oração encaixada.

Finalmente abordamos o fenómeno de queísmo nos contextos mais correntes de *verbo reflexo + (de) que* e *substantivo / adjetivo + (de) que*, contextos que apresentam um elevado grau de estabilidade. Talvez possamos mesmo concluir que a distinção entre estas estruturas, onde ocorre apagamento ou não realização fonética da preposição, e as correspondente oblíquas possui um rendimento funcional baixo, porque a distinção perdeu pertinência comunicativa; e isto é válido também para outras variedades lusófonas.

Referências

- ADRIANO, Paulino Soma. *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do Português em Angola*. 2014. 490 f. Tese (Doutoramento em Linguística). Universidade de Évora, Évora.
- ALARCOS LLORACH, Emilio. *Estudios de gramática funcional del Español*. Madrid: Gredos, 1982[1970].
- _____. Metodología estructural y funcional en Lingüística. *Revista española de lingüística*, v. 7, n. 2, 1977, p. 1-16.
- _____. Las oraciones degradadas *quondam* subordinadas. *Actas del congreso de la sociedad española de lingüística*. Madrid: Gredos, vol.1, 1990, p. 33-43.
- _____. *Gramática de la lengua española*. Real Academia Española. Madrid: Espasa Calpe, 1994.
- AMBAR, Maria Manuela. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Colibri: Lisboa, 1992.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é? como se faz?*. ed. 50ª. São Paulo: Loyola, 2008.
- BARBOSA, Jorge Morais. Le système verbal du portugais. In: BENTOLILA, Fernand (dir.). *Systèmes verbaux*. Louvain: Peeters, 1998, p. 71-86.
- BARBOSA, Pilar. Subordinação argumental finita. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo *et al.* *Gramática do Português*, V. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 1821-1897.

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. ed. 37ª. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Lucerna, 2009.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Pontes, 1991.
- BOSQUE, Ignacio (ed.). *Indicativo y subjuntivo*. Madrid: Taurus, 1990.
- BRITO, Ana Maria Barros de. Ligação, co-referência e o princípio evitar o pronome. In: *Encontro de homenagem a Óscar Lopes*. Lisboa: APL, 1991, p. 101-121.
- CAMPOS, Doriela Marisa Dias. *Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola: um contributo para a análise da variação linguística em variedades com normas não padronizadas*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- CASTELEIRO, João Malaca. *Sintaxe transformacional do adjetivo - regência das construções completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.
- CHICUNA, Alexandre Mavungo. *Portuguesismos nas línguas bantu. Para um dicionário Português-Kiyombe*. Lisboa: Colibri, 2014.
- COSTAOUEC, Denis; GUÉRIN, François. *Syntaxe fonctionnelle. Théorie et exercices*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- COSTA, Teresa Manuela José Camacha da. *Os empréstimos das línguas bantu no Português falado em Angola: um estudo lexicológico da variante angolana*, Luanda: Edição da Autora, 2013.
- _____. *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um dicionário de Umbundismos*. 2015. 204 f. Tese (Doutoramento em Linguística). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- CLAIRIS, Christos. *No Rumo de uma linguística inacabada: ensaio de linguística funcional*. Tradução portuguesa de Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina, 2008.
- DIK, Simon C. *Functional grammar*. Amsterdão: Foris Publications, 1981[1978].
- DIRVEN, René; FRIED, Vilém (eds.). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1987.
- DUARTE, Inês. Subordinação Completiva. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003, p. 595-621.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

- HERNÁNDEZ ALONSO, César. *Nueva sintaxis de la lengua española*. Salamanca: Ediciones Colegio de España, 1995.
- _____. *Gramática funcional del español*. Madrid: Gredos, 1996.
- GONÇALVES, Perpétua. O português em África. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo *et al.* *Gramática do Português*, V. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 157-178.
- GONÇALVES, Sebastião Leite; SOUSA, Gisela Cássia. Orações substantivas em função de sujeito e de objeto nas fases arcaica e moderna do português. *Revista Lingüística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- GONÇALVES, Anabela *et al.* Sequências temporais em completivas finitas: restrições semânticas e efeitos de aquisição. In: *Textos selecionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, 2013, p. 433-452.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *Principios de sintaxis funcional*. Madrid: Arco/Libros, 1997.
- LOBO, Maria. Subordinação adverbial. In: RAPOSO, Eduardo Buzaglo *et al.* *Gramática do Português*, V. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 1979-2057.
- MARQUES, Rui. *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. 1995. 177f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- _____. Sobre a selecção do modo em orações completivas. In: CASTRO, Ivo (ed.). *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. I, Lisboa: APL, 1997, p. 191-202.
- _____. On the selection of mood in complement clauses. In: HOGEWEG, Lotte; HOOP, Helen de; MALCHUKOV, Andrej (ed.). *Cross-linguistic semantics of tense, aspect, and modality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2009, p. 179-204.
- MARTINET, André. *El lenguaje desde el punto de vista funcional*. Madrid: Gredos, 1976[1962].
- _____. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos, 1978[1975].
- _____. *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris: Crédit, 1979.
- _____. *Syntaxe générale*. Paris: Armand Colin, 1985.
- _____. *Função e dinâmica das línguas*. Tradução portuguesa de Jorge

- Morais de Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina, 1995[1989].
- MARTÍNEZ, José Antonio. *Funciones, categorías y transposición*. Madrid: Istmo, S.A., 1994.
- _____. *La Oración compuesta y compleja*. Madrid: Arco Libro, S.L., 1999.
- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do Português*. 1994. 627 f. Tese (Doutoramento em Linguística Portuguesa). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- MUDIAMBO, Quibongue. *Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem (aplicados) ao ensino da Língua Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 2014.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n.º especial, 1990. p. 71-104.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. ed. 2nd. New York: Cambridge University Press, 2007.
- PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- RABANALES, Ambrosio. Queísmo y dequeísmo en le español de Chile. *Onomázein*, 12/2, 2005, p. 23-53.
- SANTANA, Liliana. *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- SANTOS, Maria Joana de Almeida Vieira dos. *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. Uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*. Lisboa: FCG/FCT, 2003.
- SOUSA, Gisele Cássia de *et al.* As orações completivas subjetivas e objetivas. 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/293491671>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- SOUSA, Gisele Cássia. *Gramaticalização das construções completivas: o caso do complemento oracional introduzido por Se*. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- SOUZA, Edson Rosa Francisco de. As orações completivas nominais nas variedades lusófonas. XVII Congresso Internacional *Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*, ALFAL, 2014, p. 1-18.

SPERANÇA-CRISCUOLO, Ana Carolina. *Funcionalismo e cognitivismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Éd. Klincksieck, 1988[1959].

XAVIER, Maria Francisca. Dos problemas de constituição às potencialidades de utilização de *corpora*: o caso do CIPM. In: NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, RODRIGUES, Maria Celeste e GONÇALVES, José Bettencourt (coord.). *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. 1. Lisboa: APL, 1996, p. 159-164.

Corpus

[http:// www.jornaldeangola.sapo.ao/](http://www.jornaldeangola.sapo.ao/)

[http:// www.jornaldosdesportos.sapo.ao/](http://www.jornaldosdesportos.sapo.ao/)

[htt:// www.jornalcultural.sapo.ao/](http://www.jornalcultural.sapo.ao/)

Recebido em 24 de junho de 2017.

28 de julho de 2017.

A GRAMÁTICA COMO LUGAR DE MATERIALIZAÇÃO DE DIZERES SOBRE
A LÍNGUA: O CASO DO SUBSTANTIVO NA 1.^a E NA 37.^a EDIÇÃO DA
MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA DE EVANILDO BECHARA

GRAMMAR AS PLACE OF MATERIALIZATION OF DISCOURSES ON
LANGUAGE: THE CASE OF NOUNS IN THE 1ST AND THE 37TH EDITION
OF EVANILDO BECHARA'S *MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA*

Thaís de Araujo da Costa
Universidade Federal Fluminense
araujo_thais@yahoo.com.br

RESUMO: No presente artigo, a partir da articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, analisamos os capítulos dedicados ao estudo do substantivo da 1.^a e da 37.^a edições da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, publicadas, respectivamente, em 1961 e 1999. A análise desenvolvida demonstrou que, enquanto produtos históricos resultados de gestos de interpretação procedidos por sujeitos-gramáticos, sob determinadas condições de produção, as gramáticas configuram-se como lugares de materialização de dizeres sobre a língua que supõem descrever, dizeres esses que, por sua vez, também são determinados historicamente.

ABSTRACT: In this article, based on the articulation between the History of the Linguistic Ideas and Discourse Analysis, we analyze the chapters dedicated to the study of the noun of the 1st. and the 37th. editions of the *Moderna Gramática Portuguesa* of Evanildo Bechara, published, respectively, in 1961 and 1999. The developed analysis showed that, as historical products, results of gestures of interpretation performed by subject-grammarians under certain production conditions, the grammars are configured as places of materialization of discourses on language they are supposed to describe, discourses which, in turn, are also historically determined.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. Substantivo. Moderna Gramática Portuguesa. Evanildo Bechara. História das Ideias Linguísticas. Análise de Discurso.

L'historien des idées linguistiques est au fond devant deux types de phénomènes : la permanence, la réinscription des mêmes connaissances dans des matériaux discursifs différents ; ou au contraire le changement plus ou moins marqué, l'émergence de théories et de concepts nouveaux.

(FOURNIER, 2008, p. 35)¹

Introdução

A *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP) é comumente significada como “(...) um livro referencial nos estudos linguísticos luso-brasileiros, que integra a bibliografia oficial de todos os cursos de letras das universidades brasileiras” (Henriques, 1998, p. 29). A sua primeira edição foi publicada em 1961 num período ainda de interpretação (Baldini, 1999)² da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), implementada em 1959, e de instituição e disciplinarização da então chamada Linguística Moderna nas universidades. Teve trinta e sete edições até 1999, sendo a trigésima-sétima, apesar das adequações realizadas em 2009 em atendimento ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa³, reimpressa até 2015, quando foi publicada a 38.^a edição.

Após trinta e seis edições com poucas alterações, observamos na 37.^a edição, uma grande diferença em relação à primeira. Isso porque ela veio a lume num momento em que a ciência linguística e a NGB já se encontravam instituídas e naturalizadas no país, o que significa dizer, como podemos depreender a partir de Orlandi (2002), que também já se encontravam instituídos (e distintos)

¹ “O historiador das ideias linguísticas está no fundo diante de dois tipos de fenômenos: a permanência, a reinscrição dos mesmos conhecimentos em materialidades discursivas diferentes; ou, ao contrário, a mudança mais ou menos marcada, a emergência de teorias e conceitos novos” [trad. do autor].

² Trata-se, conforme o autor, de um momento em que são realizados concursos de interpretação da NGB e publicadas várias gramáticas, comentários e manuais que, enquanto produtos de gestos de interpretação, visando explicá-la, comentá-la, criticá-la, (re)produzem sentido para a terminologia tornada oficial.

³ Assinado por Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em 1990 e ratificado pelo Timor-Leste em 2004. Foi implementado no Brasil por meio de um decreto presidencial em 2009, permanecendo em período de adaptação até 1.^o de janeiro de 2016.

os lugares do gramático e do linguista, bem como as práticas discursivas e os saberes a esses lugares filiados⁴.

Notadamente por essa(s) gramática(s), mas também por outras contribuições no que diz respeito à (re)produção do conhecimento linguístico-gramatical sobre a língua no/do Brasil, Evanildo Bechara é considerado atualmente como o gramático vivo mais importante do país. Daí termos selecionado as gramáticas filiadas ao nome deste autor como *corpus* a ser analisado neste artigo⁵. Nesta reflexão, propomo-nos, a partir da articulação entre a História das Ideias Linguísticas (S. Auroux e E. Orlandi) e a Análise de Discurso (M. Pêcheux e E. Orlandi), a analisar os capítulos destinados ao estudo do substantivo das edições supracitadas, visando depreender a relação estabelecida na gramática – e, portanto, no dizer do gramático sobre a língua – entre os saberes filiados ao domínio da Gramática e ao da Linguística nas diferentes condições de produção em questão. Antes, no entanto, faz-se preciso compreendermos a singularidade do processo de instituição e disciplinarização dos estudos linguístico-gramaticais desenvolvidos no Brasil.

1. A publicação da MGP e a instituição, disciplinarização e historicização dos estudos linguístico-gramaticais no Brasil

Do final do século XIX ao início do século XX, houve o que Orlandi (2002) caracterizou como um período de deslocamento da produção do saber gramatical de Portugal para o Brasil. Nessa época, acontecimentos linguísticos promoveram, ainda que de forma incipiente e ainda que em outros espaços que não as gramáticas, as primeiras reflexões teóricas acerca da língua nacional brasileira, reflexões estas marcadas por posições que defendiam a especificidade dessa língua em relação à de Portugal e posições que procuravam estabelecer

⁴ Diz Orlandi (2002, p. 194): “Após a imposição da NGB, por decreto, a Linguística adquire prestígio (científico) perante a Gramática. Com a elaboração de sua metalinguagem, a Linguística produz um efeito – no plano do conhecimento da língua – sobre a Gramática tal como era concebida no século XIX. A Gramática – via esforço terminológico da NGB imposta por um decreto do Estado – persiste no entanto no ensino escolar, produzindo efeitos sobre o conhecimento da língua, ao lado do conhecimento linguístico e de sua metalinguagem. O fato dessa convivência é fundamental”.

⁵ A reflexão aqui apresenta é fruto de nossa tese de doutorado, a qual foi desenvolvida sob a orientação da Profa. Vanise Gomes de Medeiros na Universidade Federal Fluminense (UFF-2016), com período de estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, sob a supervisão de Jean-Marie Fournier.

para ela uma certa norma da tradição literária clássica portuguesa⁶. O que estava em jogo, portanto, nesse momento era uma disputa em relação a quem (não) poderia e (não) deveria produzir conhecimento sobre a língua no/do Brasil e, sobretudo, aos usos que (não) deveriam ser considerados próprios a essa língua. Tal disputa, como pontua Orlandi, se dava, todavia, não só entre portugueses e brasileiros, mas também em território nacional entre brasileiros e brasileiros, que, por vezes, identificados ao imaginário linguístico imposto pela memória de uma norma associada a uma certa tradição literária portuguesa, conforme Medeiros e Mattos (2012, p. 54), ainda falavam “em grande medida do lugar do português”.

Foi, portanto, nessa época que se instituiu o lugar de autoria do gramático brasileiro que fala sobre a sua própria língua, mais especificamente, a partir da publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, em 1881. O que se

⁶ Referimo-nos aqui aos famosos debates estabelecidos entre o brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas e, posteriormente, entre o português Camilo Castelo Branco e o brasileiro Carlos Laet a propósito de passagens de um poema de Fagundes Varela, este também brasileiro. José de Alencar, no posfácio de *Iracema* (1865 – 1.^a edição; 1870 – 2.^a edição), reivindicava o direito a certa originalidade na escrita. O português Pinheiro Chagas, no entanto, em seus *Novos Ensaios Críticos*, diante de tal reivindicação, como pontua Elia (1975), fez correções à linguagem empregada no romance *Iracema*, advertindo contra “a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais” (apud Elia, *ibid.*, p. 119). Já o embate entre o português Camilo Castelo Branco e o brasileiro Carlos Laet, travado no *Jornal do Comércio*, se deu, como nos explicam Silva e Filho (2012), em função da publicação pelo romancista português de uma coletânea, intitulada “Cancioneiro Alegre”, na qual havia excertos de escritores portugueses e brasileiros – dentre estes Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias, Moniz Barreto e Fagundes Varela. Nesse cancionário, Camilo por duas vezes criticou empregos linguísticos encontrados em Fagundes Varela: a primeira em virtude da flexão de número plural em “*Haviam* brisas e passarinhos, ilusões e devaneios”; e a segunda por causa do emprego do pronome oblíquo tônico *lhe* em vez do átono *o* em “As musas *lhe* favoreçam”, o que já à época era significado, como podemos depreender em Silva e Filho (*ibid.*, p. 134), como um uso próprio à chamada “sintaxe coloquial brasileira”. A esta última crítica, Laet, em defesa de Varela, replicou o escritor português apontando diversos desvios em seus textos, como o emprego de *esvoaçaram-se*, como verbo reflexivo, e de um “*houveram* coisas terríveis”, concordância esta que Camilo rejeitara no texto de Varela. Data também desse período a fundação no Brasil de uma prática que já era comum em Portugal, a saber: a publicação de colunas sobre língua no jornal, colunas estas que à época eram chamadas de *Consultórios gramaticais*. Em Nascentes ([1939] 2003), Neto (1963), Elia (1975), Guimarães (1996a/ 2004a) e Marcondes (2008), são apontados como precursores desta prática no Brasil o português Cândido de Figueiredo, que também publicava na imprensa portuguesa, e o brasileiro Cândido Lago. Ambos mantinham, na mesma época, seções em jornais brasileiros de grande circulação: Figueiredo, no *Jornal do Commercio*, sob o título de “O que se não deve dizer”; e Lago, no jornal *Correio da manhã*, sob o título de “O que é correcto”.

buscava com esse deslocamento, contudo – deve-se frisar –, não era, de acordo com Orlandi (2002, p. 157), um total distanciamento da língua de Portugal, mas a “autoridade de se dizer *como* é essa língua”. No momento em que irrompem no Brasil os ideais republicanos, não basta, conforme a autora, ao brasileiro saber a sua língua, é preciso que “ele saiba que sabe” e – nós acrescentaríamos – é preciso que os outros saibam que ele sabe também. Assim, é na gramática que a visibilidade desse saber é instituída perante a sociedade brasileira e também perante os demais estados nacionais. A gramática é, nessas condições de produção, o lugar de materialização da relação entre Língua e Estado nacional, de construção da sua unidade, da sua identidade. O gramático brasileiro do século XIX, ao assumir a produção de um saber linguístico-gramatical que não é mera reprodução do saber português, passa, então, a ocupar um lugar de autoridade frente à produção desse saber e de responsabilidade como intelectual na construção da identidade (linguística) nacional⁷.

Até meados do século XX, como podemos depreender a partir de Maciel ([1910] 1996) e de Medeiros e Pacheco (2009), o lugar do gramático encontrava-se estreitamente ligado ao lugar do professor de língua portuguesa, de modo que um legitimava a prática do outro⁸. A institucionalização do campo disciplinar língua portuguesa em escolas e colégios serve, nesse momento, à constituição/legitimação do lugar do gramático brasileiro, promovendo, em função disso, a sobreposição dos processos de gramatização e de disciplinarização dos conhecimentos sobre a língua no/do Brasil.

Para Auroux ([1992] 2009), a gramatização diz respeito ao processo de instrumentação e descrição de uma língua a partir da produção de instrumentos linguísticos. Já a noção de disciplinarização, segundo Puech (1998/2004), designa o processo histórico pelo qual o conhecimento filiado a um dado domínio de saber constitui-se como disciplina. Esse processo implica, ainda, um outro que representa, conforme o autor, um dos seus aspectos mais vastos: a manualização, processo pelo qual “*les savoirs linguistiques s’exposent et se diffusent à des fins opératoires de transmission, appropriation, réinvestissement,*

⁷ Referimo-nos aqui, com Orlandi (2002), à instituição do lugar discursivo do gramático brasileiro, que, em seu fazer, a partir da sua filiação a uma dada teoria, produz um saber gramatical sobre a sua língua a partir do lugar do brasileiro, e não mais do português. Deve-se ressaltar, porém, que esse lugar então instituído convivia com lugares outros, em que se observava a ainda uma prática de reprodução.

⁸ No final do século XIX, há a imposição, como requisito não só para ingresso no quadro de magistério do Colégio Pedro II (fundado em 1837), mas também, uma vez nesse quadro, para obtenção de promoções de carreira, de que os professores de português produzissem estudos/compêndios gramaticais (Medeiros; Pacheco, 2009).

plutôt que du produit à proprement parler, c'est-à-dire du manuel comme objet socioculturel clairement identifiable par rapprochement/différenciation (d') avec d'autres produits du monde savant" (Puech, 1998, p. 15)⁹. Notemos aqui que a diferença entre gramatização e disciplinarização/manualização reside no fato de que esta, diferentemente daquela, pelo menos a princípio, tem como finalidade a produção de um dado conhecimento para ser transmitido na escola ou na universidade, o que significa que esse processo se constitui a partir do encontro entre um certo discurso científico e um certo discurso pedagógico, os quais se fazem significar nos chamados manuais.

Daí, conforme Savatovsky (1995, p. 69), ter a disciplinarização/manualização como resultado a distinção entre *conhecimento* e *saber*, de modo que aquele passa a ser “préalable, donc extérieur à la scolarisation”¹⁰. Como pontua Dezerto, “conhecimento produzido não tem o mesmo *status* que conhecimento transmitido” (2013, p. 84). Quando do processo de disciplinarização de um conhecimento produzido, instaura-se o que o autor designa como “efeito de transmitibilidade”, a partir do qual aquele é didatizado e colocado sob a forma de *saber* passível de ser ensinado na escola ou na universidade.

No Brasil, o processo de disciplinarização do conhecimento sobre a língua portuguesa se deu de forma singular. No final do século XIX e início do século XX, não se podia falar ainda na existência de um efeito de transmitibilidade decorrente da didatização do conhecimento linguístico produzido em território nacional, já que não havia, sob essas condições de produção, diferença entre conhecimento e saber. E isso porque os compêndios gramaticais dessa época, ao mesmo tempo em que, filiando-se a conhecimentos linguísticos produzidos no exterior, se propunham a produzir descrições científicas da língua no/do Brasil, destinavam-se ao ensino e tinham, portanto, como público-alvo os alunos das instituições escolares de nível básico. Lembremos aqui que, conforme Guimarães (1996/2004), as primeiras faculdades de Letras só viriam a surgir no Brasil a partir da década de 1930, o que significa que a instituição escolar era, nessa conjuntura, o lugar de circulação do conhecimento científico sobre a língua.

⁹ [Tradução minha: “os conhecimentos linguísticos se expõem e se difundem com fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento, antes mesmo do seu produto propriamente dito, ou seja, do manual como objeto sociocultural claramente identificável por aproximação/diferenciação de/com outros produtos do mundo intelectual”].

¹⁰ [Tradução minha: “prévio, portanto exterior à escolarização”].

Assim, há materializada nos compêndios desse período, organizados pela função-autor¹¹ produzida a partir do lugar do gramático-professor, uma *preocupação político-científico-normativo-pedagógica*. Os efeitos produzidos nos compêndios gramaticais em função de tal preocupação é o que nos leva a considerar esse momento de desenvolvimento dos estudos linguísticos brasileiros como um período de gramatização/disciplinarização, no qual o conhecimento científico sobre a língua é produzido tendo em vista o ensino dessa língua, não havendo, portanto, distinção entre o conhecimento produzido do lugar da ciência e os saberes a serem transmitidos na instituição escolar. As gramáticas em conformidade com esse modelo eram, desse modo, instrumentos *políticos*, uma vez que funcionavam como lugares de afirmação da língua nacional e, portanto, do Estado brasileiro; *científicos*, tendo em vista a sua filiação (necessária) principalmente às diferentes vertentes do método histórico-comparativo (alemã, francesa, inglesa etc.), mas também à chamada gramática filosófica (portuguesa); *normativos*, pois, para produzirem o imaginário de língua homogênea, impunham um efeito de imutabilidade à língua por elas descrita, prescrevendo determinados usos e proscrevendo outros; e *pedagógicos*, visto que tinham por finalidade o ensino da língua portuguesa nas instituições de ensino básico e, em virtude disso, filiavam-se também a distintas concepções pedagógicas em voga à época.

Em meados do século XX, entretanto, quando a língua e o Estado nacional já estão constituídos, isto é, já se tornaram visíveis perante as malhas sociais e perante os demais Estados nacionais, mudam-se as necessidades e as possibilidades do dizer sobre a língua e, portanto, as condições de produção dos conhecimentos linguístico-gramaticais, porque o Estado já não precisa mais deles para produzir o efeito de distinção em relação a Portugal. Instituir/constituir o conhecimento gramatical sobre a língua portuguesa no/do Brasil já não se coloca mais como uma necessidade. Agora se faz necessário afirmar a identidade nacional brasileira, mantendo os seus contornos, e a cientificidade é, conforme Orlandi (2002), significada pelo Estado como o argumento que

¹¹ A noção de autoria com que trabalhamos foi depreendida e deslocada por Orlandi (2007) a partir da proposta de Foucault (2006/2007). Em nossa perspectiva, a autoria é uma função (função-autor) exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (Orlandi, 2007, p. 97), no qual o sujeito é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, significando-se como autor e produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado.

proporcionará essa afirmação. Com isso, a autora aponta, no que tange à questão da nossa identidade linguística, um deslizamento de uma posição política, da identidade nacional frente ao Estado português, e intelectual, da nossa formação (imaginária) em território brasileiro, para uma “posição marcadamente científica” (ibid., p. 161), que produz efeitos sobre a questão da língua no/do Brasil, sobre o seu conhecimento/saber e, por conseguinte, sobre o seu ensino.

No que diz respeito ao ensino, as diferenças analíticas e descritivas das gramáticas decorrentes de uma profusão de autorias de sujeitos-gramáticos em função das suas distintas filiações começam a chamar a atenção. Nesse excesso, de acordo com Orlandi (ibid., p. 160), inicia-se “o apagamento da materialidade da autoria praticada no século XIX, que garantia a construção conjunta de uma língua nossa e um Estado nosso”. Para promover a manutenção dos contornos de uma certa identidade nacional, a questão que se impõe é a necessidade de respaldar cientificamente os instrumentos que garantem a unidade linguística. E isso se daria, garantindo a evidência das referências da exterioridade produzida pela linguagem, através da tentativa de retenção dos outros sentidos, com a uniformização da terminologia gramatical.

A proposta de unificação e simplificação da nomenclatura gramatical brasileira, então, considerando que a diversidade no que diz respeito à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país, resultou no projeto do que hoje temos por Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual foi efetivamente implementada em 1959, através da Portaria Nº 36, de 28 de janeiro, não sofrendo nenhuma alteração desde então. Para tanto, em 1957 já havia sido designada uma Comissão de professores composta por Antenor Nascentes (nomeado presidente), Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima (nomeado secretário e relator) e Cândido Jucá (Filho) – todos catedráticos do Colégio Pedro II, instituição que até então constituía o centro de irradiação de conhecimento sobre a língua no/do Brasil (Maciel, [1910] 1996) –, a qual estabelecera como objetivo acabar com a multiplicidade terminológica, adotando a designação que seria, conforme consta nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pelos membros da Comissão, a “mais exata”, a “mais vulgar”, a “mais tradicional”, a “mais simples” e a “de uso mais geral” (Brasil, 1959).

Ao determinar os nomes que (não) podem e (não) devem comparecer no compêndio gramatical, o discurso da NGB se sobrepõe ao discurso da gramática instituído no Brasil até então, silenciando e evidenciando uns sentidos em detrimento de outros (Baldini, 1999). Ao fazer isso, promove uma ruptura

na memória do discurso gramatical brasileiro, deslegitima a forma de autoria fundada no século XIX e institui-se como a única memória possível de ser lembrada na gramática, o que significa que, a partir da sua implementação, impôs-se ao gramático brasileiro que se identificasse aos sentidos por ela instituídos para poder dizer sobre a língua na gramática. Ressaltemos aqui que, embora o decreto sugira a adoção da NGB, entendemos que esta foi interpretada como uma imposição no sentido em que deixou de ser possível, a partir da sua implementação, falar do lugar da Gramática Normativa voltada para o ensino na escola sem adotar os termos por ela tornados oficiais. Os gramáticos que, por algum motivo, não puderam fazê-lo, como Eduardo Carlos Pereira, falecido em 1923 e autor do maior sucesso editorial até então, tiveram os seus compêndios fadados a obsolescência.

Paralelamente, nesta época, saberes filiados ao domínio da chamada Linguística Moderna, notadamente ao que então se tinha por estruturalismo, ganhavam projeção no Brasil. Faz-se aqui preciso destacar a função atribuída a Mattoso Câmara Jr. no que tange à disciplinarização e à institucionalização desses saberes nas universidades brasileiras a partir da década de 1940. Câmara Jr. é significado, na história dos estudos linguísticos no/do Brasil, como o introdutor no país da perspectiva estrutural/sincrônica e como o primeiro linguista a ter feito a primeira descrição fonêmica do chamado português brasileiro¹². Devido a isso, é normalmente atribuído a ele o epíteto de “pai da linguística no Brasil” (De Lemos; De Vitto; Andrade; Silveira, 2003, p. 170).

Na sua primeira obra, *Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*, datada de 1941 e, conforme Altman, “o ‘primeiro manual’ de linguística moderna escrito em português, pelo menos até os anos 60” (2004, p. 131), comparecem dizeres filiados tanto ao nome de Saussure (*Curso de Linguística Geral*, 1916), como ao de Sapir (*Langage*, 1921) e ao de Trubetzkoy (*Die phonologischen vokalsysteme*, 1929). A essa filiação acrescentam-se, no seu *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de 1953, os nomes de Bloomfield e Jakobson. Isso significa que a chamada ciência Linguística que chega ao Brasil nesse momento, através do nome de autor Mattoso Câmara Jr., constitui-se a partir da articulação de dizeres filiados a diferentes lugares, a diferentes práticas e, portanto, a diferentes domínios de saber que, sob o nome de *estruturalismo* ou de (ciência) linguística, se significaram na história dos estudos da linguagem como diferentes correntes de um

¹² Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

único domínio¹³. As articulações dos saberes filiados a esses nomes no dizer de Mattoso são, no entanto, possíveis, porque, como pontua Altman (2004, p. 148), “na sua leitura as proposições de Saussure, Trubetzkoy, Sapir, Jakobson e Bloomfield não só eram compatíveis, como complementavam umas às outras”. Ou seja, faz-se significar em seu dizer um efeito de equivalência, de complementaridade entre essas proposições que, como nos foi possível depreender em nossa pesquisa de doutorado, também se faz significar no dizer de Bechara.

Assinalemos ainda que, apesar de já haver leituras em circulação no Brasil de Saussure¹⁴ e de outros linguistas, foi esse movimento de (re)leitura e de (re) produção de conhecimento científico sobre a língua inscrito no nome de Mattoso Câmara Jr. que se significou na história do conhecimento sobre a língua no/do Brasil como marco inicial do processo de disciplinarização e instituição da ciência Linguística nas universidades brasileiras. Em decorrência do início desse processo e da implementação da NGB, as gramáticas em conformidade com os modelos do século XIX foram, então, deslegitimadas, e os gramáticos destituídos da sua posição de autor tal como era concebido até então, tornando-

¹³ Podemos citar, por exemplo, na Europa, o estruturalismo que se diz ter em Saussure o seu precursor na sua relação com o saussurianismo (Chiss; Puech, 1994), fundado a partir das (re)leituras depreendidas do *Curso* por estudiosos de diversas áreas, dentre estes aqueles que se filiam ao chamado Círculo linguístico de Praga, de Trubetzkoy e Jakobson; e, nos Estados Unidos, o estruturalismo filiado à chamada Escola Americana, de Sapir e Bloomfield. Cabe aqui ainda fazermos duas observações. A primeira diz respeito à heterogeneidade dos trabalhos desenvolvidos no chamado Círculo de Praga e na chamada Escola Americana e a segunda, em função da primeira, à possibilidade de substituição do nome estruturalismo por uma série de outras designações que se filiam a diferentes domínios de saber. Assim, temos, por exemplo, associado aos nomes de Trubetzkoy e Jakobson, além do termo estruturalismo europeu, que não se restringe a esses dois linguistas, um fazer científico designado como funcionalismo. Ao nome de Jakobson associa-se ainda, por ter participado do Círculo linguístico de Moscou, o chamado formalismo russo. Já aos nomes de Sapir e Bloomfield filiam-se, além da designação estruturalismo norte-americano, ao primeiro, as designações antropologia e etnologia linguística e, ao segundo, as designações linguística descritiva e formalismo – esta última, distinguindo-se do sentido que é associado ao nome de Jakobson, coloca-se em relação à sua (re)leitura dos estudos desenvolvidos por Hjelmslev, no Círculo linguístico de Copenhague.

¹⁴ A segunda edição de *Dificuldades da língua portuguesa*, publicada em 1919, sob autoria de Said Ali, é considerado o primeiro livro brasileiro em que se faz alusão ao *Curso de Linguística Geral*.

-se, conforme Baldini (1999), a partir de Foucault (2007), comentaristas da terminologia oficial¹⁵.

Foi, pois, sob essas condições de produção, que se deu, em 1961, a publicação da 1.^a edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, obra que inicialmente se propunha a ser uma adaptação da *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, falecido, como pontuamos anteriormente, em 1923. Grande sucesso editorial desde 1907, adotada em inúmeras escolas em todo o país, a gramática de Pereira havia atingido em 1958 a marca de 102 reedições, fazendo-se, portanto, necessário, a partir de 1959, justamente para que não se tornasse obsoleta, pô-la em conformidade, segundo Cavaliere (2008), não só com a terminologia oficial, mas também com as novas ideias ditas estruturalistas recém-chegadas ao Brasil através das obras de Câmara Jr.

Quando apresentou o primeiro capítulo da sua proposta de adaptação, porém, Bechara foi reconhecido, de acordo com Orlandi (2002), não como um adaptador, mas como o autor de uma outra gramática, surgindo, assim, o convite para a publicação daquela que seria a primeira edição da MGP. Com isso, a gramática de Pereira perdeu o lugar no ensino de língua portuguesa que detinha até então, e hoje são poucos os estudiosos e/ou pesquisadores que de sua existência têm conhecimento.

Na 1.^a edição da MGP, a filiação ao que se coloca como “modernos estudos da linguagem” e à NGB materializa-se desde o seu prefácio¹⁶. Nele se diz ter por objetivo levar “aos colegas do magistério, aos alunos e quantos mais se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma” o que à época se tomava por “resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e no país” (MGP, 1961, p. 21). Cabe aqui destacar que, na 1.^a edição da MGP, o sintagma “modernos estudos da linguagem” designa tanto o que se toma por “linguística americana” como, por meio da filiação aos saberes filiados sobretudo ao nome de Said Ali, mas não só, os estudos já realizados

¹⁵ O comentário, segundo Foucault: “não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (...), dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (...) O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitindo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (...) O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (op. cit., p. 25-26) [itálicos do autor].

¹⁶ A filiação à NGB, na verdade, é evidenciada já na capa da gramática de Bechara por meio do subtítulo “Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira”.

no Brasil e em outros países, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, os quais, embora não seja dito na gramática de Bechara, filiam-se ao domínio de saber da Filologia.

Notemos ainda que, apesar de a aquiescência aos termos instituídos pela NGB materializar-se desde o subtítulo da 1.^a edição da MGP (*Com base na nomenclatura gramatical brasileira*), a ela é atribuído no prefácio um sentido de falta – “Os termos que aqui se encontram e lá faltam, não se aplicarão por discordância ou desrespeito, é que a *NGB não tratou de todos os assuntos* aqui ventilados” (ibid., p. 22) [itálico nosso] –, que justifica o comparecimento no dizer do gramático de termos outros não filiados à terminologia oficial, mas ao que é colocado como “modernos estudos da linguagem”. Esse é o caso, por exemplo, dos termos “fonêmica”, “morfofonêmica” ou “morfêmica”, “constituintes imediatos”, “forma livre”, “forma presa”, “morfema zero” – filiados ao chamado estruturalismo americano –, “neutralização” – filiado ao chamado estruturalismo europeu –, “complemento partitivo”, “complemento de relação” – filiados à tradição filológica-gramatical instituída antes da NGB –, entre outros.

A partir dos anos 1960, como assinalamos anteriormente, deu-se início ao processo de disciplinarização da então chamada ciência Linguística nas universidades brasileiras. Tal processo, que ocorre continuamente até os dias atuais, fez com que ela desbancasse a Gramática, tal como instituída no final do século XIX, e passasse a configurar-se como o lugar de produção de conhecimento sobre a(s) língua(s) e sobre a linguagem. Contribuíram para a deflagração dessa situação, segundo Guimarães (1996/2004), alguns acontecimentos – como: a inclusão da disciplina Linguística em todos os cursos de graduação em Letras, em 1965, a implantação dos cursos de pós-graduação em Linguística em algumas universidades brasileiras, das quais as pioneiras foram USP (1966) e Unicamp (1971), e a criação, em 1969, do sistema nacional de pós-graduação e da Associação Brasileira de Linguística – que promoveram o desenvolvimento em todo o país de várias linhas de pesquisa, as quais, embora calcadas em perspectivas teóricas distintas, trouxeram contribuições para os estudos enunciativos, discursivos e linguístico-gramaticais de uma forma geral, bem como para o desenvolvimento de trabalhos que versam sobre a especificidade do português do Brasil, suas peculiaridades estruturais e léxico-semânticas, e também sobre os funcionamentos próprios da discursividade brasileira.

Em decorrência disso, promoveu-se ainda a naturalização da distinção entre o lugar do gramático e o do linguista e, conseqüentemente, entre as práticas a esses lugares filiadas. Com a naturalização dessa distinção, transferiu-se a autoridade e o conhecimento que aquele detinha sobre a língua para este (Orlan-

di, 2002; Baldini, 1999), criando-se dois lugares distintos para a circulação do conhecimento linguístico: um lugar de legitimação em que se passou a constituir o conhecimento científico sobre a língua, que, como dissemos, passou a caber à Linguística; e um lugar de aplicação/transmissão desse conhecimento a partir da sua didatização sob a forma de saber passível de ser ensinado/transmitido, que ficou sob a responsabilidade da Gramática.

Distinguiram-se, com isso, também os processos de gramatização e de disciplinarização, que até então encontravam-se sobrepostos, e, conseqüentemente, o que se toma por conhecimento e por saber linguístico. Enquanto aquele passou a estar associado à ciência da linguagem e, portanto, ao lugar do linguista, este, enquanto produto do processo de disciplinarização dos conhecimentos sobre a língua visando à sua transmissão na escola, foi significado como arte de “como se fala e escreve bem” (MGP, 1961, p. 25) e passou a estar associado ao lugar do gramático. Tal distinção implicou ainda a separação entre as preocupações que dissemos caracterizar o discurso das gramáticas do final do século XIX e início do século XX. Permaneceu como função da Gramática a prescrição de uma determinada norma, eleita dentre muitas outras como o ideal a ser seguido socialmente (*função normativa*), bem como a sua aplicação/transmissão nas escolas (*função pedagógica*), onde permaneceu atuando ao lado do Estado ao (re)produzir o imaginário de homogeneidade linguística (*função política*). A esta, no entanto, deixou de caber a *função científica*, posta agora como da alçada da ciência Linguística.

No lugar da Linguística ao lado da função científica, entendida aqui como a necessidade que se impõe de se estar filiado a um determinado lugar teórico, colocou-se a função *descritiva*, que passou a se opor à normativa por ter como finalidade a descrição de usos linguísticos, diferentes normas (e não a prescrição de uma dada norma eleita como padrão, oficial do país), em circulação no estágio atual em que se encontra essa língua. Tal função acarretou ainda a instituição de um instrumento no qual passou a se materializar esse conhecimento. O processo de gramatização brasileiro continua, portanto, em plena ebulição, mas tem agora como produto as chamadas *gramáticas descritivas*, nas quais se tem, conforme Orlandi (2002, p. 194), “a elaboração de uma *metalinguagem* com fins explícitos de reflexão, estabelecendo um olhar teórico em relação aos fatos da língua e que também trabalha a objetivação da língua com sua unidade” [itálico da autora].

Quanto à disciplinarização, podemos dizer que ela funciona, nessa conjuntura, em dois níveis, já que há tanto didatização dos conhecimentos linguísticos na gramática normativa voltada para o ensino básico, como no ensino superior a

partir da produção dos chamados manuais linguísticos, dos quais, como vimos, o de Mattoso Câmara Jr., publicado em 1941, foi o primeiro.

Cabe ainda destacar que a função política não se restringe às gramáticas normativas, mas também se faz significar nas gramáticas descritivas, nas quais, como pontuou Orlandi (*ibid.*, loc. cit.), tal como naquelas, se “trabalha a objetivação da língua com sua unidade”. Também Guimarães (1996), como colocamos anteriormente, assinalara que a questão da unidade/diversidade da língua do Brasil se mantém nos estudos desenvolvidos a partir da década de 60, com a diferença de que esse comparecimento se dá a partir da filiação às distintas perspectivas teóricas e metodológicas em prática na academia.

Foi, pois, sob essas condições de produção que, em 1999, veio a lume a 37.^a edição da MGP, na qual, como anunciamos na introdução deste artigo, após trinta e seis edições, observamos, pela primeira vez, alterações significativas em relação à edição de 1961. Em seu prefácio, o gramático afirma tratar-se de um “novo livro” amadurecido pela “leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores” (MGP, 1999, p.19). Esse efeito de amadurecimento é (res) significado, em seguida, como da ordem da atualização e do enriquecimento: “atualização no plano teórico da descrição do idioma e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais” (*ibid.*, loc. cit.).

No prefácio da 37.^a edição, deparamo-nos, portanto, com sentidos que sinalizam que há no corpo dessa gramática, assim como ocorre na 1.^a edição, um atravessamento entre saberes filiados ao lugar do gramático (“orientação normativa”) e ao do linguista (“plano teórico da descrição”), lugares estes que, como buscaremos demonstrar, nas condições de produção em que foi (re)formulada a 37.^a edição ganham novos contornos. Faz-se preciso observar ainda que, nesse prefácio, coloca-se também uma distinção entre o que se toma por orientação normativa e o que postula a “vigente nomenclatura”, ou seja, a NGB – distinção esta que não estava posta na 1.^a edição – e que mais uma vez recorre-se, para justificar o atravessamento entre os saberes filiados aos lugares do gramático e do linguista, ao argumento da cientificidade, embora o que se tome por científico, nessa conjuntura, já não signifique, como veremos, o mesmo que outrora.

Tal atravessamento é corroborado pela citação, não só no prefácio, mas também na dedicatória, de determinados nomes de autores. A 37.^a edição, além de, assim como a primeira, ser dedicada à memória de Said Ali – “mestre e

amigo” –, é dedicada a – agora também “mestres e amigos” – Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr., a cujas lições diz-se ter ido colher “o que de melhor existe nessa nova edição” (MGP, 1999, p. 5).

Por fim, faz-se preciso ainda esclarecer que, embora não seja especificado o seu espaço de circulação – se na escola ou na universidade –, a 37.^a edição, diferentemente da primeira, é voltada para o nível superior. Apesar desse deslocamento, contudo, não podemos falar que há nela uma separação entre a função pedagógica e a científica em virtude da distinção entre o lugar do gramático e o do linguista. Se na 1.^a edição, a função pedagógica voltada para o ensino escolar comparecia aliada à função científica, na 37.^a edição essa aliança se mantém, como podemos depreender a partir do efeito-leitor projetado em seu prefácio – “colegas do magistério”, retomado posteriormente como “colegas de magistério e pesquisa”, “alunos” e “público estudioso de língua portuguesa” –, porém de forma distinta, uma vez que a função pedagógica do compêndio volta-se agora para o ensino universitário.

2. O caso do substantivo na 1.^a e na 37.^a edição da MGP

O subcapítulo destinado ao estudo do substantivo situa-se, na 37.^a edição, no capítulo “Formas e funções” da parte intitulada “Gramática descritiva e normativa” e tem cerca de quarenta seções/subseções. Na 1.^a edição, encontrava-se no capítulo “Classe de palavras” da parte intitulada “Morfologia” e tinha cerca de trinta e uma. Das quarenta seções/subseções da 37.^a edição por nós analisadas, em dezoito há manutenção dos títulos encontrados na 1.^a edição, três títulos foram apagados, dez títulos substituídos ou reformulados e treze títulos foram acrescentados. Apesar disso, cabe aqui pontuar que, como veremos adiante, a manutenção de títulos não implica necessariamente a manutenção de sentidos, assim como a sua reformulação também pode não implicar deslocamento.

Como sabemos, “substantivo” é um dos termos instituídos/legitimados pela NGB. A terminologia oficial subdivide os chamados substantivos em “comuns” e “próprios”, “concretos e abstratos” e determina que eles se *flexionam* em a) “gênero”: “masculino”; “feminino”, “epiceno”; “comum de dois gêneros” e “sobrecômum”; em b) “número”: “singular” e “plural”; e em c) “grau”: “aumentativo” e “diminutivo”¹⁷. Salvo os deslocamentos que apontaremos a seguir, todos esses termos comparecem nas duas edições analisadas da MGP.

¹⁷ Quanto à formação dos substantivos, a NGB (Brasil, 1959) classifica-os ainda em “simples” e “compostos”, “primitivos” e “derivados”.

Em nossa análise, distinguimos cinco tipos distintos e recorrentes de alterações que comparecem na 37.^a edição da MGP e que se fazem significar não só no subcapítulo “Substantivo” como em toda a gramática. São elas: 1) Substituição de palavra/expressão; 2); Inclusão; 3) Apagamento; 4) Reformulação sem deslocamento de sentido; e 5) Reformulação com deslocamento de sentido.

Por uma questão de espaço, não abordaremos, nesta reflexão, o primeiro tipo. O segundo e o terceiro (inclusão e apagamento) podem ocorrer em relação a uma seção/subseção, exemplo, comentário, nota/observação, palavra/expressão etc. Aqui interessa-nos a inclusão/apagamento que se dá em relação a uma *seção/subseção*.

No que diz respeito ao segundo tipo (inclusão), dentre as seções incluídas na 37.^a edição, destacamos aquela que se intitula “Função sintática do substantivo”. O seu comparecimento materializa a impossibilidade de, a partir da identificação do sujeito aos saberes inscritos na Gramática descritiva Estrutural Funcional, se desenvolver os chamados estudos morfológicos e sintáticos separadamente sem que isso comprometa o seu rigor científico. Tal impossibilidade é *retomada* na introdução do capítulo intitulado “Formas e Funções”, no qual, como dissemos, encontramos o estudo do substantivo. Nela, determina-se, dentre os critérios para classificação das palavras, o seu *significado estrutural ou sintático*, entendido como “significado que resulta das combinações de unidades lexicêmicas ou categoremáticas com unidades morfemáticas e morfemas, dentro da oração” (MGP, 1999, p. 111) [sublinhado nosso].

Dissemos que a impossibilidade de separação entre os estudos morfológicos e sintáticos é retomada nesse capítulo porque, na verdade, ela se coloca na 37.^a edição desde a sua introdução, notadamente no subcapítulo “Teoria gramatical”, no item “Âmbitos de Estudo da Gramática”, no qual lemos:

A parte central da gramática pura é a morfossintaxe, também com menos rigor estudada como dois domínios relativamente autônomos: a morfologia (estudo da palavra e suas “formas”) e a sintaxe (estudo das combinações materiais ou funções sintáticas). Ocorre que, a rigor, tudo na língua se refere sempre a combinações de “formas”, ainda que seja combinação com zero ou ausência de “forma”; assim, toda essa pura gramática é na realidade sintaxe, já que a própria oração não deixa de ser uma “forma” (na lição tradicional, ela não pertence ao domínio da morfologia) (ibid., p. 54).

Como podemos observar na sequência acima, do lugar em que o sujeito se inscreve ao se significar como autor de compêndios gramaticais, considera-se que “tudo na língua” – inclusive as funções sintáticas – “se refere sempre a

combinações de ‘formas’”, e isso mesmo no nível do chamado período composto, já que “a própria oração não deixa de ser uma forma”. Assim se justificam não só a (re)interpretação dos estudos morfológicos e sintáticos – considerados na “lição tradicional” e também na edição de 1961 como “domínios relativamente autônomos” – como partes de uma mesma parte, a saber, aquela que se intitula “Gramática descritiva e normativa”, mas também o título – “Formas e Funções” – do primeiro capítulo dessa parte. Notemos aqui que, a partir do deslocamento da noção de “forma” da morfologia para a sintaxe e da imposição de um imaginário de pureza da gramática, a morfossintaxe é tomada não como uma análise na qual se misturam critérios morfológicos e sintáticos, mas como a “parte central da gramática pura”, isto é, da sintaxe, já que se considera que “toda essa pura gramática é na realidade sintaxe”.

Há, assim, um efeito de indissociabilidade entre os estudos das formas e das funções que justifica a (re)formulação e os deslocamentos apontados acima e que, como veremos adiante, também se faz significar em outras seções do subcapítulo em análise. Esse efeito justifica ainda o distanciamento do sujeito em relação aos sentidos filiados à chamada “lição tradicional”, na qual se inscreve a 1ª edição da MGP. Tal distanciamento se sustenta, por sua vez, no sentido de ausência de cientificidade atribuído à divisão da morfologia e da sintaxe “em dois domínios relativamente autônomos” cujos estudos se diz serem realizados com “menos rigor”.

No que tange ao terceiro tipo (apagamento) de alterações observados por nós, citemos aqui duas subseções da seção em que se discorre sobre a formação do plural dos substantivos que compareciam na 1ª edição e que não comparecem na 37.ª edição, quais sejam: “Plural dos nomes terminados em M” e “Plural dos nomes terminados em EL”.

No primeiro caso, como podemos observar no Quadro 1, dois dos exemplos que comparecem na edição de 1961 em “Plural dos nomes terminados em M” – “*dom*>*dons*” e “*totem*>*totens*” – foram deslocados para uma outra seção na edição de 1999: “Formação do plural com acréscimos de -s” quando o substantivo é terminado por “vogal nasal tônica ou átona”.

No segundo caso, o plural dos substantivos terminados em *-el*, na edição de 1961 trabalhado numa subseção independente (“Plural dos nomes terminados em EL”), foi incluído na regra de formação do plural dos substantivos terminados em *-al*, *-ol* e *-ul*. Tal inclusão se faz significar no título da subseção da edição de 1999 pelo acréscimo de *-el* – em 1961, tínhamos “Plural dos nomes terminados em AL, OL, UL; em 1999, passamos a ter “Plural dos nomes terminados em *-al*, *-el*, *-ol* e *-ul*” – e no exemplário que a acompanha a partir do

deslocamento dos exemplos que na edição de 1961 compareciam em “Plural dos nomes terminados em EL”, a saber: *papel* e *nível*, no corpo da gramática, e de *mel* e *fel*, em nota de rodapé.

Quadro 1: Apagamento de seções/subseções (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
Plural dos nomes terminados em M	Formação do plural com acréscimos de -s
<p>“Trocamos a <i>m</i> por <i>ns</i>: <u><i>dom, dons; garagem, garagens.</i></u> <u><i>Totem</i></u>, melhor grafado, <i>tóteme</i>, tem o plural <u><i>tótemes</i></u>” (MGP, 1961, p. 91) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>	<p>“Forma-se o plural dos substantivos com o acréscimo do morfema pluralizador (desinência do plural) -s, quando terminados explicitamente por:</p> <p>1 – vogal ou ditongo oral: <i>livro - livros; lei - leis; cajá - cajás.</i></p> <p>2 – vogal nasal tônica ou átona: <i>irmã - irmãs; irmã - irmãs; dom - dons (grafando-se ns); álbum - álbuns; totem - totens</i> (para o plural <i>tótemes</i>).</p> <p>3 – ditongos nasais -ãe (tônicos ou átonos) e -ão (átono): <i>mãe - mães; bênção - bênçãos</i>” (MGP, 1999, p. 118) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>
Plural dos nomes terminados em EL	Plural dos nomes terminados em -al, -el, -ol e -ul
<p>“Fazem plural em <i>-eis</i> se o final do singular fôr átono e <i>-éis</i> se fôr tônico:</p> <p><u><i>Nível, níveis; móvel, móveis</i></u> <u><i>Papel, papéis; coronel, coronéis</i></u> <u><i>Mel faz meios ou méis; fel faz feles ou féis</i></u>” (ibid., p. 93) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>	<p>“Nos nomes em <i>-l</i>, temos de partir da forma teórica com restituição da vogal temática <i>-e</i>, acréscimo do pluralizador <i>-s</i>, posterior às regras morfofonêmicas: queda do <i>-l</i>- intermediário e passagem da vogal temática a semivogal (grafada <i>-i</i>)</p> <p><i>carnaval</i> > *<i>carnavale</i> > <i>carnavales</i> > <i>carnavaes</i> > <i>carnavais</i></p> <p><u><i>papel</i></u> > *<i>papele</i> > <i>papeles</i> > <i>papees</i> > <u><i>papéis</i></u> (tônico)</p> <p><i>lençol</i> > *<i>lençole</i> > <i>lençoles</i> > <i>lençoos</i> > <i>lençóis</i></p> <p><u><i>nível</i></u> > *<i>nivele</i> > <i>niveles</i> > <i>nivees</i> > <u><i>níveis</i></u> (átono)¹</p> <p><i>paul</i> > *<i>paule</i> > <i>paules</i> > <i>paues</i> > <i>pauis</i></p> <p>Observações:</p> <p>1.ª) <i>cônsul</i> e <i>mal</i> fazem <i>cônsules</i> e <i>males</i></p> <p>2.ª) <i>cal</i> e <i>aval</i> fazem <i>cales</i> (= cano) e <i>cais</i>, <i>avales</i> (mais comum em Portugal) e <i>avais</i></p> <p>3.ª) <i>real</i> faz <i>réis</i> (moeda antiga) e <i>reais</i> (moeda nova).</p> <p>Nota de rodapé: ¹ <i>Mel faz meios</i> ou <i>méis</i>; <i>fel faz feles</i> ou <i>féis</i>, respectivamente, sendo as segundas formas mais frequentes por conformes no processo regular” (ibid., p. 121-122) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>

Em ambos os casos, portanto, o apagamento das subseções, a ausência delas no dizer do gramático na edição de 1999, faz significar deslocamentos de sentidos. No primeiro caso, temos a (re)interpretação de *-om* e *-em* em substantivos como *dom* e *totem* como dígrafos de vogais nasais, isto é, como *-õ* e *-ẽ*, respectivamente. A letra *-m* sob essa perspectiva é apenas uma marca gráfica da nasalidade das vogais. Daí não haver uma substituição de *-m* por *-ns*, como se dizia na edição de 1961, mas “o acréscimo do morfema pluralizador (desinência do plural) *-s*” (MGP, 1999, p. 118), passando-se a grafar, em atendimento às regras ortográficas vigentes, a nasalidade das vogais com *-n* em vez de *-m* (*dons* e *totens*).

No segundo caso, a (res)significação da formação do plural dos substantivos terminados em *-el* se dá em virtude da mobilização da noção de “forma teórica”, a qual se filia ao domínio de saber do Estruturalismo. Desse modo, se em 1961 postulava-se que nesse tipo de substantivo, quando da formação do plural, havia a troca de *-l* por *-is*, em 1999 coloca-se a necessidade de “partir da forma teórica com restituição da vogal temática *-e*, [com] acréscimo do pluralizador *-s*, posterior às regras morfofonêmicas: queda do *-l* intermediário e passagem da vogal temática a semivogal (grafada *-i*)” (ibid., p. 121).

Antes de continuarmos, façamos aqui duas observações. A primeira diz respeito à mobilização daquilo que se coloca como “regras morfofonêmicas”. O termo “morfofonêmica” já comparecia na edição de 1961, porém em nota de rodapé, para designar a forma de saber que, filiada à chamada linguística descritiva, estuda “diversas realizações fonéticas de um dado morfema” (MGP, 1961, p. 204, nota 2). Na edição de 1999, como vimos acima e como veremos adiante, esses estudos se fazem significar no corpo da gramática. A segunda observação diz respeito à aproximação entre o que se designa como “desinência de número” e “morfema pluralizador”, isto é, entre um termo, que comparece entre parênteses e se filia ao domínio de saber da Gramática tradicional/normativa e um termo outro, de comparecimento recorrente no corpo da 37.^a edição da MGP, que se filia ao domínio de saber do chamado Estruturalismo, produzindo um efeito de tradução a partir do qual termos legitimados e não legitimados são tomados, pelo menos num primeiro momento, como equivalentes, como sinônimos.

O quarto tipo de alterações que encontramos na 37.^a edição caracteriza-se como reformulações nas quais não observamos deslocamentos de sentidos. Destaquemos aqui duas seções: “substantivo” e “próprios e comuns”, as quais podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2: Reformulações sem deslocamento de sentido (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
Substantivo	Substantivo
<p>“SUBSTANTIVO – <i>Substantivo</i> é o nome com que designamos os seres em geral – pessoas, animais coisas. (MGP, 1961, p. 87) [itálico do autor]”.</p>	<p>“Substantivo – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação)”. (MGP, 1999, p. 112)</p>
Próprios e comuns	Próprios e comuns
<p>“Substantivo <i>próprio</i> é o que designa individualmente os seres, sem referência a suas qualidades (...). Substantivo <i>comum</i> é o que designa o ser como pertencente a uma classe com o mesmo conjunto de qualidades” (ibid., loc. cit.) [itálicos do autor].</p>	<p>“Dividem-se os substantivos em próprios e comuns, divisão que pertence a planos diferentes. Substantivo próprio é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. (...) Os substantivos próprios mais importantes são os antropônimos e os topônimos. Os primeiros se aplicam às pessoas que, em geral, têm prenome (nome próprio individual) e sobrenome ou apelido (“que situa melhor o indivíduo em função da sua proveniência geográfica [Frei Henrique de Coimbra], da sua profissão [Caeiro], da sua filiação (patronímico) [Soares, filho de Soeiro], de uma qualidade física ou moral [Diogo Cão], de uma circunstância de nascimento [Neto]”). Os topônimos se aplicam a lugares e acidentes geográficos. Substantivo comum é o que se aplica a um ou mais objetos particulares que reúnem características inerentes a dada classe: homem, mesa, livro, cachorro, lua, sol, fevereiro, segunda-feira, papa. (...)”. (ibid., p. 113-114)</p>

Como podemos ler no quadro acima, na 37.^a edição, na seção intitulada “Substantivo”, do lugar da Linguística Estrutural Funcional, o substantivo é significado como uma “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos “objetos substantivos”, sejam estes “substâncias” ou “quaisquer outros objetos apreendidos como substâncias” (MGP, 1999, p. 112).

Na seção “Próprios e comuns”, o substantivo próprio é definido como “o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente”, incluindo-se dentre estes, a partir da mobilização de saberes inscrito no nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*Dicionário de linguística e gramática*, 1977), os chamados *antropônimos* e *topônimos*. Já o substantivo comum é tomado como “o que se aplica a um ou mais objetos particulares que reúnem características inerentes a dada classe” (ibid., p. 113). Notemos que, apesar da reformulação, há de certo modo manutenção da terminologia imposta pela NGB e dos sentidos que comparecem na 1.^a edição da MGP. Em ambos os casos, as palavras que comparecem nas definições são outras, mas se mantêm, no primeiro, o efeito de referencialidade que se coloca entre as palavras (os substantivos) e os seres/objetos que elas (ilusoriamente) designam/significam/apreendem e, no segundo, o imaginário de que, enquanto o substantivo próprio refere-se a um ser/objeto individualmente, o substantivo comum designa-o em relação a uma dada classe.

O quinto e último tipo de alterações por nós elencado são as reformulações com deslocamento de sentido. Destacaremos aqui cinco comparecimentos de alterações desse tipo. São elas:

1) Em relação aos “substantivos coletivos”:

Na 37.^a edição da MGP, os chamados “substantivos coletivos” são (res) significados como uma subcategoria dos substantivos “não-contáveis”, termo que não comparece na NGB nem na edição de 1961 (Cf. Quadro 3). Além disso, produz-se, a partir da mobilização de saberes filiados ao nome de autor Herculano Carvalho, uma distinção entre o que se toma por substantivos coletivos e os chamados “nomes de grupos”, os quais na edição de 1961 eram tomados como parte daqueles.

Quadro 3: Substantivos coletivos (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>“É o que se aplica a seres considerados em conjuntos: <i>congregação, turma, exército, multidão, povo, rebanho, lotaria</i>. São coletivos usuais: Conjunto de pessoas: (...) Grupo de animais: (...) Grupo de coisas: (...)” (MGP, 1961, p. 88-90) [itálicos do autor]</p>	<p>Contáveis e não-contáveis (p. 114-117) “À categoria dos não-contáveis pertence o substantivo <i>coletivo</i>, que, na forma singular, faz referência a uma coleção ou conjunto de objetos: <i>arvoredo, folhagem, casario</i> (...)”. “Não se confundem com os coletivos os chamados por Herculano de Carvalho <i>nomes de grupo</i> (bando, rebanho, cardume, etc.), embora assim o faça a gramática. Na realidade, são nomes de conjunto de objetos contáveis, que se aplicam habitualmente ou a uma espécie definida (<i>cardume, alcateia, enxame</i>) ou total ou parcialmente indefinida (<i>conjunto, grupo, bando: bando de pessoas, de aves, de alunos</i>). Ao contrário dos coletivos, os nomes de grupos, principalmente do 2.^o grupo, requerem determinação explícita da espécie de objetos que compõem o conjunto: <i>um bando de pessoas, de adolescentes</i>, etc.; <i>um cardume de baleias, de sardinhas</i>, etc. Já não seria possível <i>um vinhedo de vinhos</i> São coletivos e nomes de grupos usuais: Conjunto de pessoas: (...) Grupo de animais: (...) Grupo de coisas: (...)” (MGP, 1999, p. 114-117) [itálicos e negritos do autor].</p>

Notemos que essa distinção entre substantivos coletivos e nomes de grupos implica necessariamente a contraidentificação¹⁸ do sujeito em relação ao que se diz dizer a Gramática. Temos na sequência duas posições discursivas

¹⁸ Pêcheux ([1975] 2009), tendo em vista o posicionamento do sujeito da enunciação numa determinada formação discursiva e, por conseguinte, a forma como se relaciona com a forma-sujeito que a organiza, postula três modalidades de subjetivação. Na primeira, a posição em que o sujeito se inscreve se superpõe à forma-sujeito, isto é, há uma total identificação/assujeitamento em relação aos saberes por ela organizados, caracterizando o que o autor chamou de *bom sujeito*. Na segunda, há um distanciamento, uma contraidentificação em relação a esses saberes, de modo que o sujeito passa a se identificar a uma outra FD, caracterizando o *mau sujeito*. Na terceira modalidade, sem que haja uma ruptura com a forma-sujeito e, portanto, com a FD que organiza, o sujeito dela desidentifica-se. Nessa modalidade, diferentemente da anterior, não há desassujeitamento, mas um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito, de modo que a ideologia enquanto categoria a ela filiada passa a funcionar “de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo de formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontrariam intrincadas nesse complexo)” (ibid., p. 202).

que comparecem no corpo da gramática. A primeira é aquela a cujos saberes o sujeito se identifica: “Não se confundem com os coletivos os chamados por Herculano de Carvalho *nomes de grupo* (bando, rebanho, cardume, etc.)”. A segunda é introduzida pelo operador discursivo contrastivo *embora*. Trata-se de uma posição outra, filiada à Gramática, à qual o sujeito não se identifica e cujo saber é significado da posição em que o sujeito se inscreve como uma confusão que se coloca em função da não consideração da distinção entre os chamados substantivos contáveis e não-contáveis.

Notemos ainda que, uma vez que há uma coincidência entre o que se diz dizer a Gramática e o que se diz na 1ª edição da MGP, tal contraidentificação implica ainda o afastamento do sujeito em relação à função-autor que organiza a edição de 1961. Apesar disso, as subcategorias elencadas para coletivos, na 1ª edição, ou para coletivos e nomes de grupo da trigésima sétima, são as mesmas (Conjunto de pessoas, Grupo de animais, Grupo de coisas), e os mesmos também são os exemplos que as seguem.

2) Em relação ao “plural dos nomes terminados em -ão”:

Vejamos o quadro a seguir.

Quadro 4: Plural dos nomes terminados em -ão (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>“Repertem-se êstes nomes por três formas de plurais:</p> <p>1) ões (a maioria dêles): <i>coração, corações; questão, questões; melão, melões; razão, razões.</i></p> <p>2) ães: <i>cão, cães; capelão, capelães; alemão, alemães; capitão, capitães; escrivão, escrivães; tabelião, tabeliães; pão, pães; maçapão, maçapães; matacão, matacões; catalão, catalães.</i></p> <p>3) aões: <i>chão, chãos; cidadão, cidadãos; cristão, cristãos, desvão, desvãos; grãos, grãos; irmãos, irmãos; mãos, mãos; pagãos, pagãos (...)</i> (MGP, 1961, p. 92) [itálicos e negritos do autor].</p>	<p>“Os nomes em -ão tônico a rigor pertencem à classe dos temas em -o ou em -e, conforme o plural respectivo: irmãos (= irmão + s), pães (= *pãe + s), leões (= *leõe + s). Para uma descrição coerente Mattoso propõe que se parta das formas teóricas do plural para se chegar ao tema, suplementadas pelas regras morfofonêmicas pertinentes, no processo de formação de plural.</p> <p>Destacando-se a vogal temática (que passa a semivogal de ditongo em contacto com a vogal anterior), teremos o radical em -õ (leõ) e o radical em -ã (irmã, pã).</p> <p>1) os substantivos em -õ com tema em -e fazem o plural com acréscimo da desinência -s: leão (* leõ + e + s) > leões coração (* coraçõ + e + s) > corações</p> <p>Assim, temos os plurais: <i>questões, melões, razões</i>, etc. Este grupo é o mais numeroso e, por isso mesmo, tende, no uso espontâneo, a assimilar outras formas de plural que a língua exemplar não adota. Neste grupo estão incluídos todos os substantivos abstratos formados com os sufixos -ção, -são e -ão e grande parte de substantivos concretos. comoção > comoções; adoração > adorações apreensão > apreensões; compreensão > compreensões abusão > abusões; visão > visões caminhão (camião) > caminhões (camiões); barracão > barracões</p> <p>Este radical teórico em -õ aparece evidente em adjetivos e verbos da mesma família do substantivo, o que é sinal de que este faz o plural em -ões; por exemplo, leonino denuncia o plural correto de leão: leões.</p> <p>2) os substantivos em -ã com tema em -o (irmão) fazem o plural com o acréscimo da desinência -s: irmão (*irmã + o + s) > irmãos cidadão (*cidadã + o + s) > cidadãos</p> <p>Este radical teórico em -ã aparece evidente em adjetivos e verbos da mesma família dos substantivos irmão (irmanar) e cidadão (cidadania).</p> <p>3) os substantivos em -ã com vogal temática -e (pã - e de pães) fazem o plural com o acréscimo da desinência -s: pão > (pã + e + s) > pães capitão > (capitã + e + s) > capitães . (...)</p> <p>(MGP, 1999, p. 119-120).</p>

Na edição de 1961, coloca-se que as palavras terminadas em *-ão* “repartem-se (...) por três formas de plurais: 1) *ões* (a maioria dêles) (...); 2) *ães* (...); e3) *aões* (...)” (MGP, 1961, p. 92). Na edição de 1999, mobiliza-se novamente a noção de forma teórica, dessa vez a partir da filiação aos saberes inscritos no nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*História e estrutura da língua portuguesa*, 1975). Sob essa perspectiva, como podemos ver no Quadro 4, distinguem-se as palavras com radicais em *-ã* das palavras com radicais em *-õ*. As primeiras, considerando as chamadas formas teóricas, podem no plural fazer tema em *-o* (*irmão* + *-s*) ou *-e* (**pãe* + *-s*); as segundas, somente em *-e* (**leõe* + *-s*). Nos três casos, diferentemente do que se dizia na edição de 1961, diz-se que o plural é obtido somente pelo acréscimo de *-s*. Nessa seção também há manutenção do exemplário.

3) Em relação a “palavras que não possuem marca de número”:
Vejam os o quadro a seguir.

Quadro 5 : Palavras que não vão para o plural X Palavras que não possuem marca de número (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>Palavras que não vão para o plural “Não variam no plural os nomes terminados em: s (em sílaba átona; palavras sigmáticas): <i>o pires, os pires; o lápis, os lápis.</i> <i>Simples</i> faz <i>simpleces</i> ou, o que é mais comum, não varia. <i>Cais</i> e <i>xis</i> são invariáveis, <i>o cais, os cais; o xis; os xis.</i></p> <p><i>x</i> (com valor de <i>cs</i>): <i>o tórax, os tórax; o ônix, os ônix.</i> Observações: Alguns vocábulos com <i>x = cs</i> possuem a variante em <i>ce</i>: <i>índice</i> ou <i>índice</i>, <i>ápex</i> ou <i>ápice</i>; <i>códex</i> ou <i>códice</i>. Seus plurais são, respectivamente, <i>índices</i>, <i>códices</i>, <i>ápices</i>. Aliás, são preferíveis as grafias <i>índice</i>, <i>códice</i> e <i>ápice</i>, no singular.” (MGP, 1961, p. 94) [itálicos do autor].</p>	<p>Palavras que não possuem marca de número “Há significantes terminados por <i>-s</i> em sílaba átona (como <i>lâpis</i>, <i>pires</i>, ou monossílabos como <i>cais</i>, <i>xis</i>) que não possuem marca de número, quer no singular quer no plural, pois se mostram alheias à classe gramatical de número. <u>Cremos ser a melhor lição a de Herculano de Carvalho, segundo a qual não se pode aceitar a doutrina corrente que vê nessas formas um singular que permanece invariável no plural.</u> É um caso de sincretismo, e não de neutralização [HCv.3, 608-609 e 642]. <u>A pluralidade é marcada pelos adjuntos (artigo, adjetivo, pronome, numeral):</u> <i>o lápis, os lápis; um pires, dois pires; este xis, estes xis.</i> Estão neste caso os terminados em: 1) <i>-s</i> (em sílaba átona; palavras sigmáticas): <i>o pires, os pires; o lápis, os lápis; a cútis, as cútis.</i> Observação: <u><i>Simples</i> faz <i>simpleces</i> ou, o que é mais comum, não varia.</u> <i>Cós, lais</i> e <i>ferrabrás</i> são mais usados invariáveis, mas possuem o plural <i>coses, laises</i> e <i>ferrabrases</i>. 2) <i>-x</i> (com o valor de <i>cs</i>): <i>o tórax, os tórax; o ônix, os ônix.</i> <u>Observação: Alguns nomes com <i>x = cs</i> possuem a variante em <i>ce</i>: <i>índice</i> ou <i>índice</i>, <i>ápex</i> ou <i>ápice</i>; <i>códex</i> ou <i>códice</i>. Seus plurais são, respectivamente, <i>índices</i>, <i>códices</i>, <i>ápices</i>. Aliás, são preferíveis as grafias <i>índice</i>, <i>códice</i> e <i>ápice</i>, no singular.</u>” (MGP, 1999, p. 122-123) [itálicos do autor; sublinhados nossos].</p>

Como podemos observar no Quadro 5, o deslocamento dessa vez se faz significar desde o título. Na 1.^a edição, temos “Palavras que não vão para o plural” seguido da explicação: “Não variam no plural os nomes terminados em (...)” (MGP, 1961, p. 94). Na 37.^a edição, além da reformulação do título – “Palavras que não possuem marca de número” –, temos também, a partir da identificação a saberes filiados ao nome de autor Herculano de Carvalho (*Teoria da linguagem*, 1967-1973), a reformulação do que se diz no corpo da subseção.

Enquanto na edição de 1961 as palavras terminadas em *-x* e *-s* são significadas como invariáveis no plural, na edição de 1999 elas são (res)significadas como palavras em que, embora haja ausência de marca de plural, a pluralidade é marcada nos adjuntos que as acompanham. Observemos ainda que, mais uma vez, o deslocamento de sentidos implica um posicionamento que, pautado em critérios (morfo)sintáticos, deslegitima os sentidos filiados ao que se toma como “a doutrina corrente”, os quais coincidem com aqueles que comparecem na 1ª edição: “Creemos ser a melhor lição a de Herculano de Carvalho, segundo a qual não se pode aceitar a doutrina corrente que vê nessas formas um singular que permanece invariável no plural”. Há manutenção e inclusão de exemplos.

4) Em relação ao “gênero”:

Como pontuamos inicialmente, a NGB postula que os substantivos flexionam em gênero masculino, feminino, epiceno, comum de dois gêneros e sobrecomum. Na edição de 1961, apesar de os outros termos também comparecerem no corpo da gramática, o que se toma por flexão de gênero restringe-se aos dois primeiros, como podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6: Gênero (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>Gênero do substantivo.</p> <p>“A nossa língua conhece dois gêneros: o masculino e o feminino. São masculinos os nomes a que se pode antepor a palavra <i>o</i>: <i>o linho, o sol, o raio, o prazer, o filho, o beijo</i> São femininos os nomes a que se pode antepor a palavra <i>a</i>: <i>A flôr, a casa, a môsca, a nuvem, a mãe</i>” (MGP, 1961, p. 99) [itálicos do autor].</p> <p>Formação do feminino</p> <p>“Os substantivos que designam pessoas e animais <u>se flexionam</u> em gênero e apresentam, quase sempre, duas formas diferentes: uma para indicar os seres do sexo feminino e outra para os seres do sexo masculino (...)” (ibid., p. 99-100) [sublinhado nosso].</p>	<p>Gênero</p> <p>“Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português, se distribui entre o grupo do masculino e o grupo do feminino. São masculinos os nomes a que se pode antepor o artigo <i>o</i> (<u><i>o linho, o sol, o clima, o poeta, o grama, o pente, o raio, o prazer, o filho, o beijo</i></u>) e são femininos os nomes a que se pode antepor o artigo <i>a</i> (<u><i>a linha, a lua, a grama, a ponte, a poetisa, a filha, a dor</i></u>). <u>Só que esta determinação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo da flexão.</u> Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (menino / menina, mestre / mestra, gato / gata), <u>a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e, como diz Herculano de Carvalho, “não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca, e ainda filho / filha, lobo / loba (das quais estas não são formas de uma flexão, mas palavras diferentes tanto como aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opositivos –, “este homem velho” / “esta mulher velha”, “o filho mais nôvo” / “a filha mais nôva” –, formas que de fato constituem uma flexão</u>” [HCv.1, v.9 s.v. gênero].</p> <p><u>A aproximação da função cumulativa derivativa de -a como atualizador léxico e morfema categorial se manifesta tanto em <i>barca de barco, saca de saco, fruta de fruto, mata de mato, ribeira de ribeiro, etc.</i>, quanto em <i>gata de gato</i>, porque dá “ao tema de que entra a fazer parte a capacidade de significar uma classe distinta de objetos, que em geral constituem uma espécie do gênero designado pelo tema primário” [HCv.3, 536 n.38; HCv.4, 21]. É pacífica, mesmo entre os que admitem o processo de flexão em <i>barco > barca e lobo > loba</i>, a informação de que a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:</u></p> <p><i>barco / barca</i> (= barco grande) <i>jarro / jarra</i> (um tipo especial de jarro) <i>lobo / loba</i> (a fêmea do animal chamado lobo)</p>

	<p>Esta aplicação semântica faz dos pares <i>barco / barca</i> e restantes da série acima <u>não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação</u>. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. A <u>analogia material da flexão de gênero do adjetivo</u> é que levou o <u>gramático</u> a pôr no mesmo plano <i>belo / bela</i> e <i>menino / menina</i>. Este fato explica por que <u>na manifestação do gênero no substantivo, entre outros processos, existe a indicação por meio de sufixo nominal</u>: <i>conde / condessa, galo / galinha, ator / atriz, embaixador / embaixatriz</i>, etc. Sem ser função precípua da morfologia do substantivo, a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou <u>pela mudança de sufixo</u> (como em <i>menino / menina, gato / gata</i>) – é a moção –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a heteronímia (<i>homem / mulher, boi / vaca</i>). Na primeira série de pares, como já vimos na lição de Herculano de Carvalho, não temos formas de uma flexão, mas, nelas, como na segunda série de pares, estamos diante de palavras diferentes. Quando não ocorre nenhum destes dois tipos de manifestação formal, ou o substantivo, com o seu gênero gramatical, se mostra indiferente à designação do sexo (<i>a criança, a pessoa, o cônjuge, a formiga, o tatu</i>) ou, ainda indiferente pela forma, se acompanha de adjuntos (artigos, adjetivos, pronomes, numerais) com moção de gênero para indicar o sexo (<i>o artista, a artista, bom estudante, boa estudante</i>).” (p. 131-133) [itálicos do autor; sublinhados nossos].</p>
--	--

Na edição de 1999, por sua vez, embora se considere que todo substantivo está dotado de gênero e embora também compareça o efeito de restrição que observamos da edição de 1961, identificando-se a saberes filiados ao nome de autor Herculano de Carvalho (*Teoria da Linguagem*, 1967-1973; *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, 1965), a “determinação genérica” no substantivo é tomada não enquanto resultado de um processo de flexão, mas de derivação, porque se entende que “a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos” (MGP, 1999, p. 132). Sob essa perspectiva, então, levando-se em consideração o que se coloca como uma “aplicação semântica”, o efeito de oposição entre o masculino e o feminino pode fazer significar sentidos outros que transcendem a diversidade de sexo. Assim sendo, enquanto o masculino é tomado, a partir de uma citação não marcada de dizeres filiados ao nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*Estrutura da língua portuguesa*, 1970), como uma “forma geral, não marcada semanticamente”, o feminino é significado como uma forma marcada, “que expressa uma especialização qualquer”: *barco / barca* (= barco grande), *jarro / jarra* (um tipo especial de jarro), *lobo / loba* (a fêmea do animal chamado lobo).

Nesse sentido, distinguem-se ainda do substantivo o adjetivo, o artigo e o pronome, porque se entende que nestes a marca de gênero não coloca em questão uma especialização semântica, mas é exigida pela relação estabelecida com os termos que determinam (“este *homem* velho”/ “esta *mulher* velha”; “o *filho* mais novo”/ “a *filha* mais nova”). Com isso, à luz da abordagem morfossintática, o que se toma por flexão de gênero é significado em relação à concordância gramatical.

Além disso, desse lugar em que se inscreve o sujeito, entende-se que foi a chamada “analogia material da flexão de gênero do adjetivo que levou o gramático a pôr no mesmo plano belo/bela e menino/menina” (ibid., p. 132) [sublinhado nosso]. Assim, mais uma vez o deslocamento de sentido implica contraidentificação não só em relação ao que se diz que “o gramático”/ a Gramática postula, mas também ao que se diz na 1.^a edição da MGP, na qual o gênero é significado como da ordem da flexão. O gramático põe “no mesmo plano”, confunde, mistura coisas distintas (flexão e derivação). Na 37.^a edição, a partir da inscrição do sujeito no campo da Linguística e, portanto, no lugar do linguista, supõe-se não se fazer isso.

Por fim, faz-se aqui preciso fazer uma observação em relação à mobilização dos saberes filiados ao nome de Câmara Jr. Como pontuamos, na 37.^a edição, o masculino é classificado, a partir de uma citação não marcada de Câmara Jr. (*Estrutura da língua* portuguesa, 1970)¹⁹, como uma “forma geral, não-marcada semanticamente” e o feminino como uma forma marcada que “expressa uma especialização qualquer” (MGP, 1999, p. 132). Alguns exemplos que compa-
recem na 37.^a são inclusive recortados da obra desse autor, como *barco/barca* e *jarro/jarra*, mas a referência a Câmara Jr. se dá apenas de forma genérica ao

¹⁹ Diz Câmara Jr. ([1970] s/d, p. 88): “A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português. (...) Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais providos de sexo, quer designem apenas ‘coisas’ (...). Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. (...) Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes (...). (...) a oposição masculino – feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas (...). O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de ‘jarro’, *barca* um tipo especial de ‘barco’, como *ursa* é a fêmea do animal chamado ‘urso’ (...))”.

se afirmar que esse posicionamento “é pacífico mesmo entre os que admitem o processo de flexão” (ibid., loc. cit.) em casos como os elencados. Do posicionamento em que se inscreve esse nome de autor, porém, o sujeito-gramático, identificando-se aos saberes filiados ao nome de Herculano de Carvalho, distancia-se à medida que significa o gênero como resultado de um processo de derivação e não de flexão, como comparece em Câmara Jr. Assim sendo, entendemos que, ao articularem-se os dizeres filiados a esses nomes de autor, apaga-se, na 37.^a edição da MGP, o conflito, a contradição existente entre as duas posições em questão, unindo-as e apaziguando, com isso, a tensão entre os saberes que delas emanam.

5) Em relação ao “grau”:

Na edição de 1961, como podemos ver no Quadro 7, há identificação do sujeito ao que determina a NGB: o chamado grau é tomado como um tipo de flexão realizado pelo substantivo por meio de dois processos, sintético e analítico, dividindo-se o primeiro ainda, a partir do acréscimo de um sufixo à base do substantivo, em aumentativo e diminutivo. “Sintético”, “Analítico”, “aumentativo” e “diminutivo” são, pois, termos instituídos/legitimados pela NGB que o sujeito-gramático, nas condições de produção da 1.^a edição da MGP, deve comentar para se significar como autor de compêndios gramaticais. Esses termos, bem como os exemplos a eles relacionados, comparecem também na 37.^a edição, mas, em vez de serem significados em relação ao que se toma por flexão, o são em relação à chamada derivação. Os termos são, pois, os mesmos, mas os sentidos são outros.

Quadro 7: Grau (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	(MGP, 1999)
<p>“Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída: homem – homenzarrão – homenzinho A NGB estabelece dois graus de significação do substantivo: a) aumentativo: homenzarrão b) diminutivo: homenzinho A flexão gradual do substantivo se realiza por dois processos: a) o <i>sintético</i> – consiste no acréscimo de um final especial chamado sufixo <i>aumentativo</i> ou <i>diminutivo</i>: homenzarrão, homenzinho; b) o <i>analítico</i> – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: homem grande, homem pequeno.” (MGP, 1961, p. 105) [itálicos do autor].</p>	<p>“Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída, auxiliados por <u>sufixos derivacionais</u>: homem – homenzarrão – homenzinho A NGB, <u>confundindo flexão com derivação</u>, estabelece dois graus de significação do substantivo: a) aumentativo: homenzarrão b) diminutivo: homenzinho A <u>derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos</u>, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão: a) sintético – consiste no acréscimo de um final especial chamado sufixo derivacional aumentativo ou diminutivo: homenzarrão, homenzinho; b) analítico – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: homem grande, homem pequeno. A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levará o gramático e erudito romano Varrão a considerá-la uma <i>derivatio voluntaria</i>” (MGP, 1999, p. 140) [itálicos do autor; sublinhado nosso].</p>

Observemos ainda que, para o que antes se tinha “A NGB estabelece dois graus de significação do substantivo”, temos “A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo”. A interposição da oração reduzida de gerúndio marca na língua a contraidentificação do sujeito em relação à memória imposta pela NGB e o seu posicionamento num lugar outro a partir do qual sentidos de confusão são atribuídos à terminologia oficial e, por conseguinte, às gramáticas que se inscrevem nessa memória, como é o caso da 1.^a edição da MGP.

Apesar disso, no subcapítulo destinado ao estudo do adjetivo, mais especificamente na seção “Flexões do adjetivo”, faz-se uma concessão ao que diz à NGB: considera-se que o grau não é da ordem da flexão, mas se afirma que *assim* ele será trabalhado, porque *assim* é “ainda contemplado pela NGB” (MGP, 1999, p. 145).

Considerações finais

Iniciamos estas considerações finais retomando a epígrafe deste artigo, na qual Fournier assinala o confronto do historiador das ideias linguísticas com a tensão entre permanência e mudança, manutenção e ruptura, ou, em outras palavras, entre a repetição do mesmo e a inscrição do diferente em materialidades discursivas distintas. Nesse sentido, destacamos, como resultado da análise depreendida na seção anterior, dois pontos principais, a saber: a manutenção do comparecimento de saberes filiados ao lugar do gramático e ao do linguista e, relacionado a este, a distinção no que diz respeito ao que se coloca como Linguística moderna em cada uma das edições analisadas.

No que tange ao primeiro ponto, destaquemos que, embora em ambas as edições compareçam sentidos filiados aos domínios de saber da Gramática Normativa/Tradicional e da Linguística, a forma como esses sentidos comparecem (podem comparecer) em cada uma delas distingue-se.

Na 1.^a edição, ainda que o sujeito-gramático não se identifique, por vezes, aos saberes impostos pelo domínio da Gramática, os saberes outros, filiados ao que se toma, nessas condições de produção, por Linguística Moderna, comparecem de um modo geral à margem do dizer da Gramática em observações e notas de rodapé. Estas comparecem na gramática como um corpo que não é corpo. Estão à margem do dizer sobre a língua, numa letra menor, mas com este se relacionam como marca de diferença, uma diferença controlada que corrobora a projeção na gramática do imaginário de completude, isto é, de tudo poder dizer sobre a língua.

Já na 37.^a edição, a mudança do seu espaço de circulação e, consequentemente, do efeito-leitor projetado, bem como a distinção entre o lugar da Gramática e o da Linguística, legitimam o comparecimento no corpo da gramática dos sentidos filiados à Linguística. Note-se, porém, que, apesar de, por vezes, o plano teórico-conceitual nos levar a crer que estamos diante de uma gramática descritiva, por vezes também nos deparamos com saberes que remetem ao funcionamento da gramática normativa. E isso porque, como evidencia a manutenção na 37.^a edição de boa parte do exemplário encontrado na 1.^a edição, a língua (sobre a qual se diz) em ambas as edições é a mesma: ambas as edições restringem-se a prescrever os modos de dizer próprios ao que se coloca como “língua geral, padrão ou oficial” (MGP, 1961) ou “língua exemplar” (MGP, 1999). Daí termos proposto em nossa tese de doutoramento, no que diz respeito à caracterização da forma de gramática das edições de 1961 e de 1999, que, enquanto aquela configura-se como uma gramática normativa – portanto,

inscrita no domínio de saber da Gramática – *atravessada* por saberes filiados ao lugar da Linguística; esta configura-se como uma gramática *cindida* entre os saberes filiados aos domínios de saber da Gramática e da Linguística. Lembremos aqui que, apesar dos avanços alcançados em termos de terminologia, conceituação e descrição com a instituição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, a NGB ainda produz efeitos no dizer do gramático sobre a língua na 37.^a edição.

E assim chegamos ao segundo ponto elencado por nós: o sintagma Linguística moderna possui em cada uma das edições analisadas sentidos distintos. Na 1.^a edição, esse sintagma designa, como pontuamos, os saberes filiados tanto aos diferentes Estruturalismos como à Filologia. Já na 37.^a edição, embora esses saberes ainda compareçam, devido à instituição no Brasil de diferentes teorias linguísticas, também se fazem significar no corpo da gramática saberes filiados à Sociolinguística, à Linguística Geral e, sobretudo, ao Funcionalismo de Eugenio Coseriu e a sua (re)leitura dos estudos saussureanos. Há, inclusive, a partir da identificação do sujeito-gramático aos dizeres filiados ao nome de Coseriu, como vimos, uma defesa, se assim podemos dizer, de uma análise linguística, ao mesmo tempo, estrutural e funcional que coloca lado a lado os sentidos inscrito nos domínios de saber do(s) Estruturalismo(s) e do Funcionalismo, apagando as contradições existentes entre eles.

Os resultados a que chegamos a partir das análises depreendidas impuseram a formulação, a partir da proposta de Auroux ([1992] 2009), da distinção teórica entre a *Gramática* (com letra inicial maiúscula), enquanto domínio de saber, e a *gramática* (com letra minúscula), enquanto forma material. Em primeiro lugar, faz-se preciso assinalar que, do ponto de vista discursivo, embora tenham estatutos distintos, uma e outra são produtos históricos no sentido em que são frutos de gestos de interpretação²⁰ procedidos por sujeitos-gramáticos sob determinadas condições de produção. A diferença é que no primeiro caso os gestos de interpretação que (re)produziram os sentidos inscritos no domínio da Gramática tiveram a sua autoria apagada em prol da naturalização destes.

Assim sendo, tendo em vista a heterogeneidade de saberes que constituem

²⁰ A noção de interpretação em AD diz respeito ao processo de (re)produção de sentidos. Para a perspectiva discursiva, há uma injunção à interpretação que faz com que o sujeito, diante de qualquer objeto simbólico, atribua-lhe sentido, o signifique. Esse movimento, no entanto, lhe é apagado em decorrência das condições de produção, determinadas ideologicamente, que lhe evidenciam uns sentidos, em detrimento de outros. É graças a esse apagamento que se tem o que em AD se chama de “equivoco constitutivo da ideologia”, segundo o qual, como nos explica Orlandi (2007, p. 90), “o que lhe parece sua definição é justamente o que o submete”.

a chamada *Gramática* (normativa/tradicional), diremos que ela se constitui enquanto um domínio de saber (Pêcheux, [1975] 2009), uma formação discursiva²¹, na qual se inscrevem diferentes formas de saber (a fonética/ fonologia, a morfologia, a sintaxe etc.), e que, enquanto tal, distingue-se de outros domínios. Dizer que a Gramática se constitui enquanto um domínio de saber implica, portanto, em outras palavras, tomá-la como um conjunto de dizeres sobre a língua que se impõe como *a* memória histórica oficial/social (Mariani, 1998)²² do discurso gramatical brasileiro, isto é, como *a única memória possível* para esse discurso à qual está filiada uma determinada prática discursiva.

Vimos, na seção anterior, que na 1.^a edição essa imposição, em função da recente implementação da NGB, do seu espaço de circulação (escolas de nível básico) e do efeito-leitor projetado (professores e alunos do ensino básico, bem como interessados no ensino e aprendizado do idioma), tem um efeito mais incisivo. Na 37.^a edição, porém, o deslocamento do espaço de circulação da escola para a universidade e, conseqüentemente, do efeito-leitor projetado (professores e colegas de pesquisa, alunos do nível superior) não deslegitima a sua imposição, tendo em vista a identificação do sujeito por vezes ao domínio da Gramática, mas promove a possibilidade de comparecimento no corpo da gramática de sentidos filiados a outros domínios de saber.

A *gramática*, por seu turno, consiste na forma material na qual, em determinadas condições de produção, se inscrevem discursos sobre uma ou mais línguas, sobre a língua(gem) ou ainda sobre a metalíngua. Ela é, pois, um produto de práticas discursivas historicamente determinado no qual se projeta um imaginário de instrumentação, descrição e/ou normatização. Tomando-a em relação à *Gramática* (domínio de saber), diremos que há entre esta e aquela um efeito de dupla determinação: as *gramáticas* são determinadas pela *Gramática*, mas nela também produzem efeitos, podendo fazerem-se significar na memória (oficial) do discurso gramatical brasileiro. O ponto de partida de nossa análise neste artigo foi, portanto, a *gramática*, forma material na qual, a partir do gesto de interpretação procedido pelo sujeito-gramático ao se significar/ser significado como autor de compêndios gramaticais, como a análise nos possibilitou observar, articulam-se e produzem diferentes efeitos, em função das distintas condições de produção, o linguístico, o histórico e o ideológico.

²¹ Tal como Indursky (2006-2008), entendemos as formações discursivas como domínios de saber nos quais se dá a produção de sentidos.

²² Entendemos como memória histórica oficial do discurso gramatical brasileiro aquela que se instituiu e se naturalizou como evidência após a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959.

Referências

a) Obras analisadas

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa (curso médio) – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 1^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a edição. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

b) Obras citadas

ALTMAN, Cristina. A Conexão Americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. *DELTA*, n.20, especial, 2004, p.129-158.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização* (1992). Trad. Eni P. Orlandi. 2^a. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: 1999.

BRASIL. Ministério do Estado da Educação e Cultura. *Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959*, que dispõe sobre a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1959.

CÂMARA JR., Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa* (1970). 36^a. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, s/d.

CAVALIERE, Ricardo (org.). *Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. F. de Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique contemporaine. In: *Langages*, 28^e année, n.º114, 1994. pp. 41-53.

DE LEMOS, C.; DE VITTO, M.; ANDRADE, L.; SILVEIRA, ELIANA. Le saussurisme em Amérique latine au XX^e siècle. In : *Cahiers de Ferdinand de Saussure*, número 56, 2003, p. 165-176.

DEZERTO, Felipe Barbosa. *Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar escolar (de 1838 a 1945)*. 2013. Tese de Doutorado – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói. 2013.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969-1983). In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.

_____. *A Ordem do discurso*. 15^a ed. São Paulo: Loyola, 2007.

- FOURNIER, J.M. Recherches sur les theories grammaticales de la tradition française (16e. – 19e. siècle), Memoire depose em vue de l’habilitation a diriger des recherches, Paris, 2008.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”. In: GUIMARÃES E.; ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e Cidadania: o português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *História da Semântica*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. O Cânone Linguístico-Literário na Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara. *Idioma*, 20. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro/UERJ, 1998, p. 25-36.
- INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. In: MARIANI (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise de discurso e psicanálise*. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de discurso. In: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E. e CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- MACIEL, Maximino. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa (1910). In: *Revista Relatos* 3. Junho/1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html>. Acesso em 10AG02014.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- MEDEIROS, Vanise Gomes; PACHECO, Denise. *Materiais didáticos de Língua Portuguesa: reflexões acerca do lugar do professor*. In: DAHER, Del; GIORGI, M. Cristina; RODRIGUES, Isabel. (Org.). *Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1, p. 49-60.
- MEDEIROS, Vanise G.; MATTOS, Thiago. O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. In: *Revista Confluência*, n. 41/42, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico* (1996). 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PUECH, Christian. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue. *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 5 | 1998. Disponível em: <http://cediscor.revues.org/267>. Acesso em : 6DEZ2015.

SAVATOVSKY, Dan. Le français, matière ou discipline?. In: *Langages 120: Les savoirs de la langue, histoire et disciplinarité*. Vol. 29. Paris: Larousse, 1995.

Recebido em 19 de março de 2017.

Aceito em 23 de maio de 2017.

AS FORMAS DE TRATAMENTO NOMINAIS MULHER E MINHA FILHA
NO FALAR DE FORTALEZA

THE NOMINAL TREATMENT FORM *MULHER* AND *MINHA FILHA* IN
THE SPEECH OF FORTALEZA

Aluiza Alves de Araújo

Universidade Estadual do Ceará

aluizazinha@hotmail.com

Tatiane de Araújo Almeida Studart Guimarães

Universidade Estadual do Ceará

tatianeasguimaraes@gmail.com

Maria Lidiane de Sousa Pereira

Universidade Estadual do Ceará

lidiane_lidiarock@hotmail.com

RESUMO: Com base na Sociolinguística Variacionista e na Teoria da Semântica do Poder e da Solidariedade, abordamos o uso variável das formas de tratamento nominais *mulher* vs. *minha filha* no falar popular de Fortaleza. Intentamos verificar qual a variante mais produtiva e analisar a influência de fatores linguísticos e/ou extralinguísticos sobre esse fenômeno. Os dados indicam que a forma *mulher* tende a ser mais usada na amostra deste estudo. De igual modo, vemos que a variante *mulher* é favorecida exclusivamente por fatores extralinguísticos, a saber: *faixa etária* (falantes com 15-25 anos) e *escolaridade* (falantes com 5-8 anos de escolarização), nessa mesma ordem de relevância.

PALAVRAS-CHAVE: Formas de tratamento nominais. *Mulher* vs. *minha filha*. Falar de Fortaleza – CE. Sociolinguística Variacionista. Teoria da Semântica do Poder e da Solidariedade.

ABSTRACT: Based on the Variationist Sociolinguistics and on the Semantics' Theory of Power and Solidarity, we analyze the variable use of the treatment forms *mulher* vs. *minha filha* on the popular speech of Fortaleza. Our aim is to verify which variant is

more productive and to analyze the influence of linguistic and/or extralinguistic factors about this phenomenon. The data indicate that the treatment form *mulher* tends to get more used in the sample analyzed. The same way, we see that the variant *mulher* is favored exclusively by extralinguistic factors, such as: *age* (speaker with 15-25 years) and *education* (speakers with 5-8 years of education), in this order of relevance.

KEYWORDS: Nominal treatment forms. *Mulher* vs. *minha filha*. Fortaleza's - CE Speech. Variationist Sociolinguistics. Semantics Theory of Power and Solidarity.

Introdução

Alicerçado em dois grandes pilares teóricos, isto é, na Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1994, 2006, 2008) e na Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960), este trabalho aborda o uso variável das formas de tratamento nominais *mulher* vs. *minha filha*, no falar popular de Fortaleza – CE, conforme ilustram os excertos de 1 a 3, retirados da amostra de fala usada neste estudo:

- (1) Inf:¹2: *minha filha... a palavra de Deus tem que tá sempre aberta* (Inq. 49).
- (2) Inf. 2: *foi não vamos fazer uma vaquinha para que o colégio que estava falindo ((risos)) mas é história mulher tu é doida é ? ((risos)) mas o engraçado é que todo ano inventa essas histórias né é incrível* (Inq. 122).
- (3) Inf. 2: *ficou com um menino lá... mulher... e... babado quantíssimo.: pelo amor de Deus ((risos)) ela ficou com um menino lá diz que ele era lin::do* (Inq. 122).

Diante desse fenômeno e do reconhecimento de que não há, até o momento, nenhum outro estudo sociolinguístico e/ou embasado na Teoria do Poder e da Solidariedade que o tenha investigado no falar de Fortaleza, empreendemos esta pesquisa com o objetivo de verificar qual a forma de tratamento nominal (*mulher* vs. *minha filha*) mais usada pelos fortalezenses. De igual modo, intentamos identificar quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos favorecem a realização variável da forma de tratamento nominal *mulher*, em coocorrência com *minha filha*.

¹ Legenda: Inf. = informante; Inq. = Inquérito.

Para tanto, selecionamos uma amostra de linguagem falada que reflete o comportamento linguístico de 53 informantes alocados nos inquéritos do tipo Diálogo entre Dois Informantes (D2) e disponíveis no acervo sonoro do projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR). Como premissas iniciais, acreditamos que: (i) a variante *mulher* tende a ser mais usada do que o *minha filha*, entre os fortalezenses; (ii) dentre os fatores linguísticos,² o tópico discursivo (conversas amorosas e brincadeiras) e o tipo de relato (original) favorecem o uso de *mulher* e, (iii) dentre os fatores extralinguísticos, o sexo (feminino), a faixa etária (mais jovens) e a escolaridade (menos escolarizados) condicionam positivamente o uso da variante *mulher*.

Inserida em um projeto maior (Retratos sociolinguísticos de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos de Fortaleza - CE)³, esta pesquisa, além de preencher uma lacuna no quadro dos estudos sobre as formas de tratamento nominais em Fortaleza, contribui com a descrição do português falado em uma das maiores metrópoles brasileiras, *em sentido específico*, e adiciona uma importante peça ao mapeamento sociolinguístico do português brasileiro, *em sentido amplo*, que há pouco mais de cinco décadas é empreendido por inúmeros pesquisadores em diferentes instituições do país.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto por mais três seções. Na primeira, colocamos em discussão algumas das principais premissas da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1994, 2006, 2008) e da Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960). Ainda na primeira seção, discutimos algumas questões que envolvem a compreensão das formas de tratamento nominais. Na segunda seção, delineamos os principais passos metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa. Na terceira seção, por sua vez, apresentamos e discutimos os achados deste estudo.

² Tanto os fatores linguísticos como extralinguísticos testados nesta pesquisa são apresentados na seção dedicada a nossa metodologia.

³ Sob a coordenação da Profª. Dra. Aluiza Alves de Araújo e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades (CH) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o referido projeto tem buscado estudar os mais diferentes fenômenos de variação linguística nos níveis fonológico, morfológico e sintáticos do falar de Fortaleza – CE. Mais informações podem ser obtidas através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.uece.br/posla/index.php/projetos-de-pesquisa/linha-02>.

1. Aporte teórico e as formas de tratamento nominais: algumas considerações

A premissa de que as línguas naturais são fenômenos heterogêneos está presente já nos trabalhos de Saussure (2012) que, tradicionalmente, inauguraram a linguística tida como moderna. De igual modo, esse reconhecimento há tempos vem suscitando discussões acaloradas e dividindo opiniões entre os estudiosos. Contudo, somente em meados da década de 1960, a heterogeneidade linguística passou a ser reconhecida como uma propriedade das línguas naturais e, como tal, merecedora e passível de observação sistemática. O êxito maior quanto à observação dos inúmeros fenômenos de variação linguística, fruto da heterogeneidade sistemática, foi alcançado pela Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1994, 2006, 2008), cujo maior expoente é o linguista norte americano William Labov.

Dentre as ideias defendidas por Labov (1994, 2006, 2008), destacamos o pressuposto de que a variação linguística é um fenômeno inerente a toda e qualquer língua natural e que as chamadas variantes linguísticas – formas diferentes de dizer a mesma coisa do ponto de vista referencial (LABOV, 2008) – não são usadas aleatoriamente, mas sempre a partir de um delicado jogo de interação entre fatores linguísticos e/ou extralinguísticos que pressionam de modo favorável (ou não) o uso de uma ou de outra forma variante (TARALLO, 1985).

Faz parte, portanto, das tarefas do pesquisador sociolinguista deslindar, sempre com base na linguagem em uso, quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos atuam sobre um determinado fenômeno de variação. Em outras palavras, a Sociolinguística Variacionista busca observar a estrutura linguística em consonância com a estrutura social (CALVET, 2009).

Assim como a Sociolinguística Variacionista, encontramos a Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) propondo a observação das línguas naturais “não apenas ou tão somente pelo tipo de sistema que ela é, mas pelo modo através do qual ela se relaciona com seus exteriores teóricos, com o mundo externo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento” (MORATO, 2011, p. 312). Ao focar na linguagem em uso, é notável como Brown e Gilman (1960) e seus adeptos focam suas discussões em torno das formas de tratamento, bem como dos fatores que interferem no uso de tais formas.

Dessa maneira, embora aconteçam de diferentes modos, é fato conhecido que as formas de tratamento estão ligadas a muitos fatores, frutos das mais variadas situações de interação em que atuam os sujeitos. Seguindo a linha de

raciocínio de Brown e Gilman (1960), Preti (2004) indica que fatores como a *intimidade, solidariedade, polidez, afetividade, reverência, hierarquia e poder* são apenas alguns dos elementos que fazem com que usemos uma forma variante em detrimento de outra, conforme as diversas situações de interação.

Além disso, o uso das formas de tratamento varia tanto de localidade para localidade, principalmente quando consideramos dois países diferentes, a exemplo de Portugal e Brasil. Mesmo tendo como língua materna o português, indivíduos que saem de um país para outro podem ter dificuldade quanto ao uso das formas de tratamento, visto que elas não se comportam da mesma maneira, em países como o Brasil e Portugal.

Com essas considerações, vemos que a premissa é a de que o uso de cada forma de tratamento não acontece aleatoriamente, mas sim dependendo de vários fatores, dentre eles o *status* e o papel social que exercemos. Preti (2004) ainda informa que o *status* pode ser tanto adquirido como atribuído, mas que isso vai exigir do indivíduo determinados comportamentos considerados convenientes para o papel que ele ocupa. O autor enfatiza que a leitura feita sobre o outro não se limita à postura ética, mas a todo o conjunto, como, por exemplo, seu modo de falar e sua aparência.

Quando dizemos que a pessoa que ocupa um *status* deve subordinar-se a certos comportamentos, queremos referir-nos, de maneira ampla, não apenas a posturas éticas, mas também a aspectos ligados à sua representação física, à sua aparência, ao seu vestuário. E, também, à sua linguagem, componente importante na criação de sua imagem. Esse conjunto de normas relativas a cada *status* tem o nome de *papel social* (PRETI, 2004, p. 181, grifos do autor).

O que se observa é que as normas regem toda a sociedade. Para cada função social que exercemos, nossa forma de vestir e falar deve estar de acordo com o comportamento que exige nossa função. Isso também se reflete nas línguas. Não é à toa que usamos formas de tratamento mais respeitadas com as pessoas mais velhas, com pessoas que temos pouca ou nenhuma intimidade. Mesmo nas relações de solidariedade, segundo Brown e Gilman (1960), há necessidade de determinadas adequações. Não é comum alguém chamar um amigo íntimo e de idade próxima de *senhor*, salvo os casos em que o uso dessa forma ocorre em tom de ‘brincadeira’. De igual modo, o uso de uma variante como o *senhor* durante uma conversa com pouca formalidade poderia gerar desconforto, devido ao uso impróprio do tratamento (BROWN; GILMAN, 1960).

Quanto aos estudos descritivos sobre as formas de tratamento, encontramos ainda os trabalhos de Machado (2010), Campelo (2011), Santos (2013), Matos Lisboa (2012) e Valente e Rodrigues (2015) que abordam esse assunto no cenário brasileiro. Sobre os estudos mais recentes, encontramos o trabalho de Valente e Rodrigues (2015) que analisa as formas nominais de tratamento na função de vocativo, encontradas nas falas de acusados de atos criminosos em entrevistas de programas policiais (Barra Pesada (CE), Cidade 190 (CE), Sem meias palavras (PE) e Bronca Pesada (PE)), nos estados do Ceará e Pernambuco.

Nesse último estudo, foram examinados 20 informantes (cinco adolescentes cearenses, cinco adultos cearenses, cinco adolescentes pernambucanos e cinco adultos pernambucanos). De igual modo, Valente e Rodrigues (2015) controlaram os seguintes grupos de fatores extralinguísticos: faixa etária, localização geográfica e, como grupos de fatores de natureza linguística, controlaram a posição do vocativo na oração e o tempo verbal da oração. A partir dos dados coletados e analisados, os autores observaram o amplo uso das formas *rapaz, macho, cidadão, senhor, meu irmão, doido, homem e menino* na fala dos indivíduos dessa comunidade de prática.

Matos Lisboa (2012) analisa o uso das formas de tratamento direcionadas aos profissionais da área jurídica em uma comunidade de prática da Defensoria de Niterói. Segundo a autora, foram encontradas em sua amostra as formas *doutor(a), senhor(a), você*, como tratamentos carinhosos através de diminutivos de seus nomes próprios, além de algumas formas nominais aproximativas como *querida, (minha)filha, amor e cara*.

Os auxiliares jurídicos trocam tratamentos simétricos através do pronome *você*, de seus nomes próprios ou de diminutivos carinhosos. Os estagiários que ainda não são profissionais jurídicos e não possuem uma posição hierárquica bem definida, mantendo uma relação solidária com os auxiliares jurídicos, e, a depender de quem esteja se dirigindo a eles e do contexto da interação, irá se direcionar a eles por meio da forma *doutor*.

Matos Lisboa (2012) constata ainda a existência e a perpetuação do uso da forma de tratamento *doutor* dispensada aos profissionais da área jurídica, entre os membros da comunidade de prática, principalmente, para os cargos de maior hierarquia. “Deste modo, prevalecem as relações de poder entre os membros que possuem posições hierárquicas distintas entre os seus cargos e relações de solidariedade entre aqueles que estão no mesmo nível da hierarquia profissional” (MATOS LISBOA, 2012, p.10). Percebeu-se também que o direcionamento da forma *doutor* entre aqueles que frequentam a comunidade varia com outras formas de tratamento (*senhor, você* e outras formas nominais)

e não consiste na maior parte dos tratamentos usados. Quanto às interações entre assistidos e profissionais jurídicos, a forma que teve maior frequência de uso nesta comunidade não foi o tratamento de *doutor*, mas sim as ‘formas nominais’, seguidas de *you* e *senhor*.

Campelo (2011) apresenta a contribuição da metáfora antropofórica⁴ para a compreensão da formação dos nomes próprios (antropônimos), das formas de tratamento lexicais (axiônimos) e gramaticais (proformas nominais pessoais). Em sua pesquisa, são 25 formas analisadas provenientes tanto de obras de ficção quanto de um *corpus* de linguagem oral. O autor verifica que algumas formas de tratamento marcam simetria e distensão, como *cara*, *meu amigo*, *meu irmão*, enquanto outras são restritas a algumas regiões, como *meu*, para São Paulo, e *macho véi* (variantes *macho*, *mah*), para o Ceará. Campelo (2011) conclui que a axionímia lexical “representa um estágio de metaforização em que há uma recuperação da motivação referencial original de forma mais direta, tais como nos axiônimos estratofóricos, etnofóricos, cronofóricos, androfóricos, calofóricos, genofóricos, topofóricos, trofóricos, zoofóricos e escatofóricos” (CAMPELO, 2011, p.150).

Machado (2010) estuda as formas de tratamento da 2ª pessoa no falar de Aracaju-SE. Segundo a autora, a intenção do falante e o tipo de impacto causados no interlocutor estão relacionados aos pronomes e estão divididos conforme o grau de subserviência; formalidade/respeito; ou, ainda, de acordo com a intenção de criar uma situação de intimidade com o interlocutor.

O uso de *doutor(a)*, segundo a autora, ocorre de forma indiscriminada, em que se considera o interlocutor como detentor de maior poder intelectual e com maior prestígio social; porém, esse mesmo pronome pode indicar formalidade ou respeito em seu uso mais contido.

Os pronomes *senhor(a)*, *dona* e *seu* indicam formalidade e respeito e são de uso comum em diferentes esferas da sociedade e são pronunciados tanto de maneira recíproca, quanto em relações de poder assimétricas⁵. Já as formas de tratamento “*moço(a)*, *tio(a)*, *mulher/[mulhé]*, *homem [ómi]*, *meu irmão*

⁴ Segundo Campelo (2011, p.133), “a metáfora antropofórica funda a construção da referência humana em caráter lexical e gramatical. Por meio da metáfora antropofórica lexical, nomes em geral servem de fonte para a dação de antropônimos e axiônimos, vez que se selecionam traços semânticos culturalmente relevantes dos referentes e eventos designados por tais nomes”.

⁵ As relações assimétricas são aquelas relações interpessoais em que um indivíduo exerce poder sobre o outro, como nas relações entre chefe e funcionário, pais e filhos, professor e aluno ou médico e paciente.

[*mermão*], *brother*, [*fia*], *compadre* [*cumpadi*], *comadre* [*cumadi*], *meu filho* [*mofio*], *madame* e *senhorita*” (MACHADO, 2010, p.8-9) indicam intimidade entre os interlocutores. O uso de *tio(a)* restringe-se às crianças e jovens quando se dirigem a pessoas mais velhas que eles e tentam criar uma noção de proteção do adulto com relação ao mais jovem. A autora mostra um fato curioso relacionado ao uso de *meu filho*, que ocorre entre amigos jovens da mesma idade. “É que esse tratamento é usado para demonstrar ou confirmar que o falante tem mais razão ou mais entendimento em algum aspecto com relação ao ouvinte” (MACHADO, 2010, p.9).

A autora pode constatar na pesquisa que o falar aracaçuano, ligado às formas de tratamento analisadas, “revela as relações sociais existentes, assim como explicita as significações de algumas práticas sociais cotidianas dessa comunidade linguística”. (MACHADO, 2010, p.11).

Na pesquisa realizada em Jequié-BA sobre as formas de tratamento dirigidas às mães, Santos (2013) encontrou as formas *mainha* (32%), *mãe* (29%), *minha mãe* (26%), *mamãe* (7%) e outra forma: *mãenhê*, *maminha*, *brodinha*, *coroa*, *filha*, *rapaz* e *bebê* (7%). A autora observou que não apenas os fatores sociais (faixa etária, escolaridade e gênero) influenciaram o favorecimento de uma das variantes, como também isso foi constatado com o registro. Nas falas mais espontâneas, o uso da forma *mãe* é mais acentuado, enquanto nas falas menos espontâneas há a predominância da forma *mainha*.

De modo geral, constatamos o escasso material referente à forma de tratamento que não esteja ligada às formas pronominais no Brasil. O mesmo não ocorre na Europa, visto que há muitas pesquisas lá que abordam o uso das formas de tratamento nominais. Autores como Rodrigues (2003), que estuda as formas de tratamento associadas à questão da cortesia e Duarte (2010, 2011), que aborda essa questão no ensino de língua materna, são alguns dos quais podemos citar.

2. Procedimentos metodológicos

2.1 O corpus, a amostra de fala e os informantes

Conforme os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, construímos, para este estudo, uma amostra de fala extraída do acervo sonoro do projeto NORPOFOR. Construído nos moldes da Sociolinguística Variacionista e seguindo o modelo de outro grande bando de dados sociolinguístico, isto é, o projeto Norma Urbana Culta do Brasil (NURC), o NORPOFOR foi organizado com

o intuito de “armazenar e disponibilizar material linguístico representativo do falar popular dos fortalezenses” (ARAÚJO, 2007, p. 52). Além disso, Araújo (2011) destaca que, até a construção do NORPOFOR, não havia nenhum outro *corpus* que fosse quantitativamente representativo da variedade popular da cidade de Fortaleza – CE, muito menos “que controlasse as variáveis gênero, faixa etária, escolaridade e tipo de registro” (ARAÚJO, 2011, p. 836).

Construído entre os anos de 2003 a 2006, o NORPOFOR é constituído hoje por 198 informantes, estratificados de modo relativamente equilibrado, conforme o sexo/gênero⁶ (masculino e feminino), a faixa etária (I – 15 a 25 anos; II – 26 a 49 anos e III – 50 anos em diante), a escolaridade (A – 0 a 4 anos; B – 5 a 8 anos e C – 9 a 11 anos) e o tipo de inquérito: DID (Diálogo entre Informante e Documentador), EF (Elocução Formal: aulas ministradas por professores leigos, pregações ou palestras) e D2 (Diálogo entre Dois Informantes). A partir de um recorte no quadro geral dos informantes que compõem o NORPOFOR, construímos a amostra de fala usada neste trabalho.

Assim, selecionamos 53 informantes alocados somente no tipo de inquérito D2 por acreditarmos que essa modalidade de inquérito apresenta o falar mais espontâneo do NORPOFOR. Isso se deve ao fato de que, nas gravações do tipo D2, não há a presença de um pesquisador/entrevistador (geralmente um sujeito desconhecido pelo informante) e os diálogos são mantidos por pessoas que já se conhecem e/ou mantêm algum laço familiar e/ou afetivo entre elas. Além disso, Araújo (2011) esclarece que, no D2, os interlocutores podiam escolher o(s) assunto(s) de maior interesse para ambos, e, em geral, suas conversas abordavam temas do cotidiano, como trabalho, família e lazer.

Araújo (2011) também atesta que, ao falar sobre assuntos dessa natureza, “o informante se envolvia, emocionalmente, com o conteúdo narrado, despreocupando-se com a forma como falava” (ARAÚJO, 2011, p. 842). Utilizando a estratégia de narrativa de experiência pessoal, a tensão da situação era amenizada, facilitando o surgimento do *vernáculo*, isto é, “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008, p.244). O vernáculo, por sua vez, figura como o alvo principal da pesquisa sociolinguística variacionista.

Os 53 informantes selecionados para este estudo foram devidamente estratificados, segundo o sexo/gênero (masculino e feminino), a faixa etária (15-25

⁶ Embora a autora tenha trabalhado apenas com o termo gênero, frisamos que, em nossa pesquisa, adotamos também o termo sexo, visto que as distinções feitas dos falantes, em relação a essa variável social, aconteceram, essencialmente, com base em distinções biológicas.

anos; 26-49 anos e 50 anos em diante) e a escolaridade (0-4; 5-8 e 9-11), ou seja, a estratificação social dos informantes se deu conforme a divisão estabelecida no NORPOFOR. Quanto à divisão dos informantes por células, pontuamos que foram alocados 3 indivíduos em cada uma delas, com exceção da célula em que os informantes apresentam as seguintes características: sexo/gênero feminino, com 0-4 anos de escolaridade e com 15-25 anos de idade. Para essa célula, foram selecionados apenas 2 informantes, isso porque o próprio NORPOFOR só apresenta 2 informantes com essa estratificação. Para que possamos visualizar melhor a seleção e distribuição, por célula, dos informantes deste trabalho, vejamos o quadro 1:

Quadro 1: Distribuição dos informantes por variáveis sociais controladas na nossa amostra.

	Gênero/sexo					
	Masculino (M)			Feminino (F)		
Escolaridade Faixa etária	0 a 4 anos (A)	5 a 8 anos (B)	9 a 11 anos (C)	0 a 4 anos (A)	5 a 8 anos (B)	9 a 11 anos (C)
15 a 25 anos (I)	3	3	3	2	3	3
26 a 49 anos (II)	3	3	3	3	3	3
a partir dos 50 anos (III)	3	3	3	3	3	3

Fonte: adaptado de Araújo (2011)

Ainda sobre a seleção dos informantes, pontuamos que, conforme os critérios adotados por Araújo (2011): (i) os entrevistados são pessoas nascidas ou que vieram do interior do Ceará e se estabeleceram em Fortaleza com até 5 anos de idade, no máximo; (ii) residem na capital cearense; (iii) possuem pais cearenses; (iv) nunca se ausentaram de Fortaleza e, se o fizeram, nunca foi por um período maior do que dois anos. Tais critérios foram devidamente adotados com o intuito de “neutralizar a influência dos falares de outras regiões” (ARAÚJO, 2007, p.53).

2.2 Variáveis dependentes e independentes controladas

A variável dependente observada, neste trabalho, é de natureza binária, isto é, comporta duas variantes linguísticas (SCHERE; NARO, 2012). De modo mais

específico, o fenômeno de variação investigado, neste trabalho, é composto pelas formas de tratamento nominais *mulher* vs. *minha filha*. Deve-se esclarecer que o termo *variável dependente* é empregado no sentido de que o uso das variantes que a constituem “não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural” (MOLLICA, 2012, p. 11). Uma vez identificado o fenômeno variável investigado, bem como as variantes que o compõem, selecionamos as variáveis independentes de natureza linguística e extralinguística controladas no trabalho.

Desse modo, testamos, ao todo, 12 variáveis linguísticas, a saber: **a**: tipo de referente; **b**: estrutura do verbo; **c**: posição em relação ao verbo; **d**: paralelismo; **e**: efeito gatilho; **f**: tipo de verbo; **g**: tópico discursivo; **h**: tempo verbal; **i**: tipo de entonação; **j**: tipo de relato **l**: concordância com o verbo e **m**: polaridade da sentença.

Sobre a seleção das variáveis linguísticas, é bom dizer que por não termos notícias de nenhum outro estudo variacionista sobre o uso das formas nominais de tratamento *mulher* vs. *minha filha* – o que nos deixou sem parâmetros para seguir quanto à seleção das variáveis linguísticas – optamos por testar variáveis que foram trabalhadas por outros estudiosos durante a observação do uso variável de pronomes pessoais como o *tu* e *você*, amplamente documentado no português do Brasil (OLIVEIRA, 2005; ALVES, 2010; MARTINS, 2010; BABILÔNIA; MARTINS, 2011; NOGUEIRA, 2013).

Como grupos de fatores extralinguísticos, testamos 5 variáveis, a saber: **a**: faixa etária; **b**: escolaridade; **c**: sexo/gênero; **d**: o grau de intimidade entre os informantes e **e**: o tipo de relação entre os interlocutores.

2.3 Ferramenta estatística

Para as análises estatísticas, adotamos o GoldVarb X⁷ (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), programa computacional muito usado entre os variacionistas. Atualmente, o GoldVarb X figura como uma adaptação do VARBRUL (cf. PINTZUK, 1988) para o ambiente *Windows* (SCHERRE, 2012). De acordo com Guy e Zilles (2007, p. 105), “o Varbrul é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística”. As análises são tidas como multivariadas porque permitem “separar, quantificar e testar a significância dos

⁷ É possível ter acesso, gratuitamente, ao GoldVarb X através do endereço: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>.

efeitos dos fatores contextuais em uma variável linguística” (GUY; ZILLES, 2007, p.34).

Com o auxílio do GoldVarb X foi possível observar, em termos de porcentagem, qual a variante (*mulher* vs. *minha filha*) tende a ser mais usada pelos informantes, na amostra de fala deste trabalho. Além disso, o programa também revelou, por ordem de relevância, os fatores que atuam positivamente e/ou negativamente sobre o uso da variante *mulher*, através da observação dos chamados pesos relativos. Durante o manuseio dos pesos relativos, que são estabelecidos entre 0 e 1,00, entenderemos, conforme Guy e Zilles (2007, p. 211) que, para uma variável binária, seu “efeito [...] pode ser neutro (0,50), favorecedor (acima de 0,50) ou desfavorecedor (abaixo de 0,50) em relação à aplicação da regra em estudo”.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Na primeira rodada, obtivemos 283 dados. No entanto, vimos que surgiram *nocautes*,⁸ porque não foram encontrados dados para a variante *minha filha* nos fatores: posição do pronome depois do verbo (com 04 dados para *mulher*); locuções verbais (com 01 dado para *mulher*); imperativo (com 01 dado para *mulher*); futuro do indicativo (com 01 ocorrência para *mulher*); tipo de verbo, os *dicendi* (01 dado para *mulher*) e os que indicam estado (03 dados para *mulher*); tópico discursivo, as conversas amorosas (com 05 dados para *mulher*), recordações (com 03 dados para *mulher*) e conversas sobre trabalho (04 dados para *mulher*). De igual modo, não houve dados para *mulher* no grau de simetria, parcialmente simétrico (com 01 dado para *minha filha*).

Dada a impossibilidade de prosseguirmos a análise com *nocautes*, optamos por excluir de nossa amostra os fatores nocauteados, bem como o *singleton group*⁹ que apareceu nas variáveis: paralelismo (retirada por não ocorrer casos para *minha filha*, com primeiro da série) e grau de intimidade (que só apresentou dados no fator alto grau de intimidade para as duas formas).

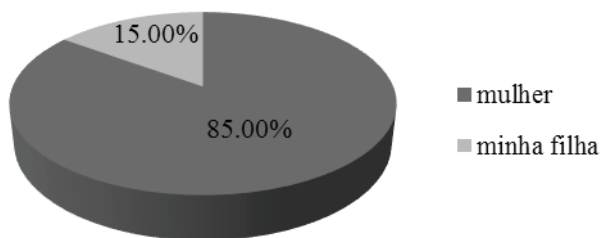
Sem *nocautes* e sem *singleton groups*, restaram, para a segunda rodada, 261. Contudo, precisamos realizar ainda uma terceira rodada, porque apareceu um *singleton group* na variável entonação por não haver dados em frases

⁸ Os *nocautes* são entendidos como um problema para as análises estatísticas fornecidas pelo GoldVarb X, pois implicam dizer que, em um dado contexto, o uso de uma determinada variante foi categórico, ou seja, não houve variação (GUY; ZILLES, 2007).

⁹ O *singleton group* ocorre quando encontramos apenas ocorrências para um só fator de uma variável.

interrogativas para *minha filha* (12 dados para *mulher*). Eliminada a variável, ainda ficamos com 261 ocorrências, sendo 223 ocorrências para *mulher* (85%) e 38 para *minha filha* (15%), como podemos ver no gráfico 1.

Gráfico 1: Percentuais obtidos para as variantes *mulher* e *minha filha* após a retirada dos nocautes.



Esses resultados nos indicam que, conforme nossa expectativa inicial, a variante *mulher* tende a ser mais usada na amostra examinada nesta pesquisa. Tendo em vista que o uso da variante *mulher* prevaleceu em nossos dados, decidimos que todas as rodadas seguintes no GoldVarb X seriam realizadas em função da variante *mulher*. Em outras palavras, passamos a observar quais fatores linguísticos e sociais interferem, principalmente, no uso da forma *mulher* em coocorrência com a variante *minha filha*.

Após nossa tomada de opção metodológica, os 261 dados foram submetidos ao GoldVarb X que apresentou o *step up* 15 (*Input* 0.890, *Log likelihood* = 92.597, *Significance* = 0.004) como sendo o melhor da rodada. Dos 12 grupos de fatores submetidos à análise, apenas dois foram selecionados pelo programa. São eles, por ordem de maior relevância: *faixa etária* e *escolaridade*. Essa seleção confirma, em parte, nossa expectativa inicial. Conforme pontuamos na introdução deste artigo, a princípio, esperávamos mesmo que as variáveis *faixa etária* e *escolaridade* se mostrassem aliadas ao fenômeno em estudo, contudo esperávamos ainda que a variável *sexo/gênero* também fosse apontada como relevante para esta pesquisa, hipótese que foi refutada pelos dados em análise.

Além da variável extralinguística *sexo/gênero*, inicialmente, supomos também que variáveis linguísticas se mostrariam pertinentes para o uso de *mulher* vs. *minha filha* na amostra desta pesquisa. No entanto, todas as variáveis linguísticas testadas foram descartadas pelo GoldVarb X. Em suma, as variáveis *sexo/gênero*, *posição da forma em relação ao verbo*, *estrutura de verbo*, *tipo*

de discurso, tempo verbal, tipo de verbo, grau de simetria, tópico discursivo, polaridade e efeito gatilho não foram selecionadas pelo programa. Enquanto que, as variáveis extralinguísticas *faixa etária* e *escolaridade* foram as únicas apontadas como estatisticamente relevantes para a pesquisa.

Na sequência, apresentamos e analisamos os resultados obtidos para a atuação das variáveis *faixa etária* e *escolaridade* sobre o uso da variante *mulher* em nossa amostra.

Faixa etária

Tabela 1: Atuação da faixa etária sobre a forma *mulher* (*mulher x minha filha*).

	Aplica/Total	%	P.R.
Faixa etária I (15 a 25 anos)	110/117	94	0,75
Faixa etária II (26 a 49 anos)	105/129	81	0,31
Faixa etária III (mais de 50 anos)	8/15	53	0,14

A faixa etária foi selecionada como a variável mais relevante neste estudo. Como podemos ver na tabela 1, os pesos relativos indicam que a única faixa etária que favorece o uso da forma *mulher* é a dos mais jovens (15 a 25 anos), com peso relativo igual a 0,75. Esse resultado confirma nossa expectativa inicial para o comportamento dos informantes mais jovens diante da variante *mulher*. Já a faixa etária intermediária (26 a 49 anos) inibe o uso da variante *mulher*, com peso relativo de 0,31. De igual modo, a faixa dos mais velhos (mais de 50 anos) se revelou, em comparação com a faixa dos adultos (26 a 49 anos), ainda mais desfavorável ao uso da forma de tratamento em análise, atingindo 0,14 de peso relativo.

Na busca por explicações para os resultados obtidos com a variável faixa etária sobre o uso da forma de tratamento nominal *mulher*, mobilizamos a perspectiva da Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960). Assim, convém indicar que o termo *mulher* indica uma relação de solidariedade, de simetria, enquanto *minha filha*, associado à relação familiar, sugere uma relação, apesar de próxima, assimétrica, de cima para baixo. Isso, talvez, explique porque a forma *mulher* tende a ocorrer no sentido contrário de *minha filha*, isto é, de baixo para cima, ou, em outros termos, tende a prevalecer no falar dos mais jovens e não dos mais velhos.

De acordo com Soares (1980, p.56), “a expressão *meu filho* ou *minha filha* é bastante comum da parte de pessoas mais velhas para mais jovem, independentemente do sexo”. Nossos dados mostram que, apesar de não ser possível confirmar seu favorecimento ou não neste estudo, é possível perceber, pela análise das percentagens (Faixa etária II: 26 a 49 anos (81%); Faixa etária III: mais de 50 anos (53%)), que a variante *minha filha* é mais saliente na fala de pessoas mais velhas.

b) Escolaridade

Tabela 2: Atuação da escolaridade sobre a forma *mulher* (*mulher x minha filha*).

	Aplica/Total	%	P.R.
0 a 4 anos	14/19	73	0,40
5 a 8 anos	77/84	91	0,74
9 a 11 anos	132/158	73	0,37

A segunda e última variável selecionada pelo GoldVarb X como pertinente para o uso da variante *mulher*, neste estudo, foi a *escolaridade*. Os pesos relativos obtidos para esse grupo de fatores revelam que a forma *mulher* é favorecida apenas pelos falantes com escolaridade média (0,74), já que tanto os de menor escolaridade (0,40) como os de maior escolaridade (0,37) inibem o seu uso, como indica a tabela 2.

De grande valia para os estudos variacionistas, a escolaridade é vista como importante variável para observação das tendências de distribuição, atribuição de valores e, conseqüentemente, encaixamento das variantes linguísticas em determinadas comunidades de fala. Nesse sentido, ao estudar o inglês falado em Nova Iorque, Labov (2008) constatou que os informantes com nível de escolaridade mais baixo tendem a usar, com maior frequência, as variantes não padronizadas e, em alguns casos, estigmatizadas. Por outro lado, as formas padronizadas e, geralmente, bem avaliadas socialmente, tendem a ser mais utilizadas pelos falantes com maior escolarização.

A partir da descoberta de Labov (2008), muitos estudiosos têm observado a variável escolaridade em seus estudos e constatado que, de fato, falantes mais escolarizados tendem a usar variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente (SCHWINDT *et al.*, 2007). Essa realidade aponta a forte influência que a escola exerce sobre o comportamento linguístico dos falantes. Assim:

[...] a atuação da escola [...] é um fator que busca homogeneizar a língua em todo o território brasileiro, independentemente das divisões sócio-geográficas. Essa pretensa homogeneização se dá rumo à fala urbana, que, por sua vez, caminha em direção à língua padrão, à língua dos nossos colonizadores europeus, já que, até hoje, é a língua portuguesa (e não o português brasileiro) que ocupa o lugar central (e/ou único) nas escolas brasileiras (RIBEIRO; LACERDA, p. 96, 2013).

Tendo em vista que as formas de tratamento *mulher* e *minha filha* não são objeto de ensino dos grandes bancos escolares, esperávamos, inicialmente que os falantes com menos escolaridade favorecessem a variante *mulher*. Tal hipótese, por sua vez, não se confirmou, pois foram os falantes com escolaridade média que favoreceram o uso de *mulher*. Com isso, vemos que a forma *mulher* não é estigmatizada, pois, apesar de os falantes mais escolarizados não a favorecerem, os que possuem escolaridade mediana, conforme colocamos acima, beneficiam o uso da forma *mulher* de forma muito expressiva. Além disso, o uso das duas variantes (*mulher* e *minha filha*) só ocorreu em situação de alto grau de intimidade entre os falantes. Isso revela que, nas relações solidárias, os falantes de escolaridade mediana preferem o uso da forma *mulher*.

É válido destacar ainda que as formas *mulher* e *minha filha* são mais presentes no falar das mulheres fortalezenses. Isso porque, durante nossas análises, encontramos apenas seis ocorrências para a variante *mulher* na fala dos informantes do sexo/gênero masculino e duas para a variante *minha filha*, indicando que, de fato, essas formas de tratamento são usadas preferencialmente por mulheres.

Considerações finais

Neste trabalho, observamos à luz da Sociolinguística Variacionista e da Teoria do Poder e da Solidariedade, a variação no uso das formas de tratamento nominais *mulher* e *minha filha*, em uma amostra de fala do português popular de Fortaleza – CE. O intuito maior foi observar quais fatores linguísticos e/ou extralinguísticos interferem de modo favorável ou não na realização da variante *mulher*. Dentre os achados desta pesquisa, vimos que o uso da variante *mulher* tende a ocorrer com maior frequência (85%) do que a forma *minha filha* (15%) na amostra examinada.

Quanto à atuação das variáveis favoráveis ao fenômeno estudado nesta pesquisa, verificamos que as variáveis *faixa etária* e *escolaridade*, nessa mesma ordem, são relevantes para este trabalho. Com a atuação da *faixa etária*,

descobrimos que os falantes mais jovens favorecem o uso da forma *mulher*, ao contrário dos informantes mais velhos selecionados para este estudo. A variável escolaridade, por sua vez, indicou que o nível intermediário (5-8 anos de escolarização) atua de modo positivo sobre a realização da variante *mulher*. Por outro lado, os níveis 0-4 anos e 9-11 anos de escolaridade tendem a inibir o uso dessa forma na amostra de fala analisada nesta pesquisa.

Com esses resultados, concluímos que a forma de tratamento nominal *mulher* em coocorrência com *minha filha* se apresenta de maneira diferenciada entre as faixas etárias: enquanto os mais velhos inibem o uso de *mulher*, os falantes mais jovens a beneficiam. O comportamento da referida variante também ocorre de modo diferenciado, segundo os distintos níveis de escolarização dos falantes: apenas os informantes com 5-8 anos beneficiam a ocorrência de *mulher*, enquanto os demais níveis tendem não favorecer essa mesma variante.

Somos levadas a supor ainda que o uso da variante *mulher* também pode ser uma forma de marcar o grupo, como uma questão identitária, posto que, em Fortaleza, é natural esse tipo de tratamento, não sendo considerado pejorativo, já em outras localidades pode ser tachado como vulgar usar a forma *mulher* para se referir a outra pessoa do sexo/gênero feminino.

Referências

- ALVES, C. C. B. *O uso do tu e do você no português falado no Maranhão*. 2010. 143f. Dissertação (Mestrado em Linguística)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/3606/1/2010_diss_CCBALVES.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2017.
- ARAÚJO, A. A. de. *As vogais médias pretônicas no falar popular de fortaleza: uma abordagem variacionista*. 2007, 152f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2007. Disponível em: www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3597. Acesso em: 12 mar. 2017.
- _____. O Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza - NORPOFOR. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2011, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF (CiFEFil), *Anais...* 2011. v. XV. p. 835-845. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/72.pdf. Acesso em: 28 maio 2017.
- BABILÔNIA, L.; MARTINS, S. A. A influência dos fatores sociais na alternância tu/você na fala manauara. *Revista Guavira Letras*, v. 13, p. 49-60,

2011. Disponível em: <websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/viewFile/.../160>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBOK, T. A. (ed.) *Style in Language*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press, p. 253-281, 1960. Disponível em: <<http://www.mapageweb.umontreal.ca/tuitekj/cours/2611pdf/Brown-Gilman-Pronouns.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMPELO, K. M. A contribuição da metáfora antropofórica para a compreensão da formação dos nomes próprios (antropônimos) e das formas de tratamento lexicais (axiônimos) e gramaticais (proformas nominais pessoais). *Veredas*, v.2, p. 133-152. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/artigo-112.pdf>>. Acesso em: 30 de nov. 2016.
- CINTRA, L. F. *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte. 1972.
- DUARTE, I. M. Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In: *Gramática: história, teorias, aplicações*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 133- 146, 2010. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25334/2/isabelduarte-formas000100229.pdf>> Acesso: 02 abr. 2014.
- _____. M. Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga*, v.18, n. 28. Rio de Janeiro: jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga28/arqs/matraga28a03.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.
- GUY, G.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007.
- LABOV, W. Principles of linguistic change: internal factors. Oxford: Blackwell, 1994. p. 156-159. Disponível em: <<http://eng.sagepub.com/content/25/2/156.extract>>. Acesso em: 28 maio. 2017.
- _____. *Principios del cambio lingüístico: factores sociales*. Tradução de Pedro M. Butragueño. Madrid: Editorial Gredos, 2006.
- _____. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria M. P. Scherre, Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MACHADO, A. L. G.. Relações sociais como fatores decisivos no uso de pronomes de tratamento de 2ª pessoa. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: cultura, 2010, São Cristóvão. *Anais...* 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT8/GT8-ANA.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

- MARTINS, G. F. *A alternância Tu/Você/Senhor no município de Tefé- Estado do Amazonas*. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6996/3/2010_GermanoFerreiraMartins.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- MATOS LISBOA, C. M. de O. *Doutor e outras formas de tratamento direcionadas aos profissionais jurídicos: análise de uma comunidade de prática à luz da terceira onda da sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Estudos de linguagem), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2015. Disponível em: <www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/3105>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- MOLLICA, M. C. A relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.27-31.
- NOGUEIRA, F. M. S. B. *Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam o seu interlocutor?* 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-graduação em Língua e Cultura. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.ppglinc.letras.ufba.br/sites/ppglinc.letras.ufba.br/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Francieli%20Nogueira.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.
- OLIVEIRA, L. A. F. de. Tu e você no português afro-brasileiro. *Comunicação ao VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA*. Salvador, 2005.
- PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Rio de Janeiro-RJ, UFRJ, 1988.
- PRETI, D. A. *Estudos de língua oral e escrita*. (Série Dispersos). Rio de Janeiro: Ed. Lucena, 2004.
- RIBEIRO, P. R. O. ; LACERDA, P. F. A. da C. Variação, Mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. *Revista Lingüística*, v. 09, n. 2, p.91-105, 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1bWqtllL1kJ:www.revistalinguistica.letras.ufrj.br/index.php/revistalinguistica/article/download/77/205+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- RODRIGUES, D. F. *Cortesia Linguística*. 2003. 508f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em <http://www.es.eipvc.pt/drodrigues/teses/DRodrigues_Doutoramento.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali. A.; SMITH, Eric. *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ot-

- tawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 28 maio 2017.
- SANTOS, L. S. R. *Formas Nominais De Tratamento Dirigidas Às Mães Por Falantes De Jequié – Bahia*. 2013. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2013. Disponível em: http://www.ppgel.uneb.br/wp/wp-content/uploads/2013/06/reis_lucelia.pdf. Acesso em: 05 out. 2016.
- SCHERRE, M. M. P. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. *Tabuleiro de Letras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens Universidade do Estado da Bahia-BA, v. 04, p. 01-32, 2012. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo09.pdf. Acesso em: 05 jan. 2017.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo-SP, Editora Contexto, 2012, p. 147-177.
- SCHWINDT, L. C. S.; QUADROS, E. S.; TOLEDO, E. E.; GONZALEZ, C. A. A influência da variável escolaridade em fenômenos fonológicos variáveis: efeitos retroalimentadores da escrita. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_9_a_influencia_da_variavel_escolaridade.pdf. Acesso em: 22 jun. 2017.
- SOARES, M. E. *As Formas de tratamento nas interações comunicativas: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza*. 1980. 157f. Dissertação (Mestrado em Letras). PUC/ Rio, Rio de Janeiro, 1980.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- VALENTE, L. P.; RODRIGUES, L. S. RAPAZ, eu não fiz nada não: análise sociolinguística das formas de tratamento na função de vocativo na fala de acusados de atos criminosos. *Web-Revista SOCIODIALETO*, V. 6, n.17, novembro, p. 294-306, 2015. Disponível em: www.sociodialeto.com.br/edicoes/22/03062016072652.pdf. Acesso em: 26 jun. 2017.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Enviado em 26 de junho de 2017.

Aceito em 29 de setembro de 2017.

COESÃO E COERÊNCIA EM PRODUÇÕES TEXTUAIS
DE UNIVERSITÁRIOS

COHESION AND COHERENCE IN TEXTUAL PRODUCTIONS
OF ACADEMIC STUDENTS

Rosimari Lorenz Martins
Universidade Feevale
rosel@feevale.br

Cíntia de Moura Pinto
Universidade Feevale
cintiademourap@feevale.br

RESUMO: Este trabalho discute a coesão e a coerência em textos produzidos por universitários participantes de um curso intitulado “Como começar e como terminar um comentário escrito?”, oferecido gratuitamente pela Universidade Feevale/RS. Os objetivos deste estudo foram investigar se os textos apresentavam problemas de coesão e coerência e averiguar quais os problemas mais recorrentes, tomando como base as metarregras de Charolles (2002). Para tanto, foram analisados oito textos de oito participantes do curso. A análise revelou que os textos produzidos apresentaram inadequações, especialmente, no que diz respeito à Mr1.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística textual. Metarregras. Textualidade.

ABSTRACT: This work discusses the cohesion and the coherence in texts produced by academic students who have done "Como começar e como terminar um comentário escrito?" course, offered by Universidade Feevale/RS for free. The goals of this study were to investigate whether the texts presented cohesion and coherence problems and find out which were the most recurrent issues, based on Charolles' (2002) metarules theory. Therefore, had been analyzed eight texts from eight participants of the course. The analysis have shown that the texts have presented inadequacies, especially about MR1.

KEYWORDS: Textual linguistics. Metarules. Textuality.

Introdução

Assim como o galo, com seu canto, não tece sozinho a manhã, o texto precisa do entrelaçamento de palavras, de ideias e de sentidos para que ser inteligível. Um bom texto necessita de elementos que o tornem algo dotado de significação, tanto visual quanto subjetivamente, ainda que a leitores desacostumados possam passar despercebidos.

Por se tratar de um objeto de intenção comunicativa, o texto pode apresentar diversas abordagens e temáticas, porém, para que se produza e, conseqüentemente, possa ser entregue ao mundo, é necessário que a palavra escrita seja articulada de tal maneira que o que precisa ser dito seja dito e compreendido e que as sutilezas e intenções do enunciador descortinem nuances até o desconhecido revelar-se. Mas, para isso, é importante que se saiba quais são os aspectos fundamentais que regem um texto bem-sucedido e o que é preciso fazer para produzir um bom texto.

Pesquisas de diversos teóricos do texto e do discurso salientam a importância dos aspectos semântico e pragmático para a produção textual como determinantes para a pertinência do texto, além da necessidade de atentar para a função social da atividade verbal. Assim, o texto agregado a aspectos interacionais e socioculturais torna-se parte de um grande emaranhado no processo de organização da comunicação.

É preciso estar ciente, entretanto, de que o texto é mais do que um agrupamento de palavras para se atingir um fim. Ele é o objeto da língua em uso. Por meio da palavra escrita, é possível circular pelos mais variados ambientes sociais, portanto, a habilidade de uso da escrita também é um indicador de grupos sociais mais desenvolvidos. Planejar, organizar e elaborar um texto que alcance seu intento comunicativo, contudo, demanda conhecimento e estratégias de desenvolvimento da escrita.

Nessa perspectiva, desenvolveu-se este trabalho, cujo objetivo geral foi verificar se as produções textuais de alunos de ensino superior, realizadas em um curso de extensão da Universidade Feevale/RS, direcionado ao desenvolvimento da competência discursiva na modalidade escrita, contemplam os aspectos essenciais que um texto deve apresentar para ser bem compreendido. Objetivou-se, também, (i) investigar se os textos apresentam problemas de coesão e coerência e (ii) averiguar quais os problemas mais recorrentes, com base nas metarregras de coerência de Charolles (2002), que não desvincula os elementos coesivos dos de coerência, mas entende que coesão e coerência estão intrinsecamente ligadas como partes constituintes do sentido do texto.

Para tanto, foram analisados oito (8) textos de oito (8) participantes do curso “Como começar e como terminar um comentário escrito?”, do Projeto de Extensão LAVILI – Laboratório de Vivências em Linguagem – Português, da Universidade Feevale/RS.

1. Concepções de texto e de textualidade

O conceito de texto dá-se de acordo com a perspectiva teórica que o fundamenta. Desde o início da linguística do texto até os dias atuais, ele foi visto de maneiras distintas. A princípio, concebia-se texto como uma estrutura com início, meio e fim, de modo que era analisado por seu próprio processo de formação.

Com o advento da análise pragmática do texto, passou-se a considerá-lo como produto parcial do funcionamento da comunicação, associado a elementos socioculturais e de interação entre emissor e receptor, tornando-o, assim, parte de um complexo mais elaborado no sistema de organização da comunicação. Para tanto, a prática comunicativa compreende métodos, funções e táticas que, na mente humana, desencadeiam ações de interação social.

Segundo Val (1999, p. 3), “pode-se definir texto ou discurso como ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal”. Assim, o texto é uma atividade verbal com função social, de modo que, por estar inserido em contextos mais intrincados, requer objetivos específicos de ação e escolha adequada para se alcançar sua compreensão, ou seja, necessita de uma atividade intencional do emissor em conformidade com a situação na qual é produzido, para que o receptor, por meio de uma manifestação verbal, compreenda seus propósitos.

Desse modo, trata-se de uma ação interacional, pois o emissor e o receptor interagem e estão ligados na ação da produção textual. Pode-se dizer, então, que o texto é o resultado de uma interação verbal entre indivíduos inseridos em determinado contexto social, no qual alinham suas ações de modo a atingir um objetivo social de acordo com a circunstância. Segundo Koch (2000, p. 22),

poder-se-ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Já a construção de sentido no texto dá-se pelo equilíbrio e pela disposição das informações semânticas e por, pelo menos, dois importantes aspectos: o *dado* e o *novo*. O *dado* são as informações preexistentes na bagagem consciente dos interlocutores. Ele serve para a retomada de inferências ou referências textuais, nas quais o emissor prepara terreno para o *novo*. As *cadeias coesivas* desempenham papel fundamental na organização do texto, pois tomam parte na produção de sentido no que toca à retomada de conhecimentos prévios do receptor e o prepara para a progressão de informações, o *novo*,

[...] estabelecendo-se, assim, as relações de sentido entre: a) segmentos textuais de extensões variadas; b) segmentos textuais de conhecimentos prévios; c) segmentos textuais e conhecimentos e/ou práticas socioculturalmente compartilhados [...] (KOCH, 2000, p. 24).

O texto só tem sentido e legitimidade se inserido em um contexto de situação comunicativa. Portanto,

um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido (KOCH, 2000, p. 25).

Dessa maneira, entende-se que o texto em si não tem sentido, mas que o sentido é construído a partir do texto, a partir da interação com o texto. Inúmeros são os meios e as táticas para se chegar ao que está implícito e subjacente no que toca ao sentido.

A partir do momento em que “um – e não o – sentido” (Koch, 2000, p. 25) se estabelece, as adequações relativas à interação comunicativa e à compreensão entre os parceiros de comunicação fazem com que ocorra a coerência textual. O “jogo de linguagem”, em uma situação concreta e válida de atividade verbal, leva os interactantes a identificar um texto como texto.

Dessa forma, entende-se que o texto “designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano [...] isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos” (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 26). O texto fundamenta-se, então, independentemente de sua extensão, em passagens faladas ou escritas que são dotadas de um todo significativo, de modo que o texto seja

uma unidade de sentido, [...] um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência (FÁVERO; KOCH, 2005, p. 26).

O texto é uma unidade de linguagem de uso, que cumpre a função de interação comunicativa. Segundo Koch e Travaglia, (2004, p. 8), o texto é

uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão.

Segundo Beaugrande (1997), "um texto não existe como texto, a menos que alguém o processe como tal". Dessa forma, consoante Koch (2003, p. 154),

[...] os princípios de textualização deixam de ser vistos como critérios ou padrões que um texto deve satisfazer, mas como um conjunto de condições que conduz cognitivamente à produção de um evento interacionalmente comunicativo. Isto é, os sete padrões de textualidade propostos em Beaugrande & Dressler (1981) não são critérios que permitem identificar as fronteiras entre um texto e um não texto, mas sim as condições para uma ação linguística, cognitiva e social na qual eles operam como modos de conectividade em níveis diversos, mas inter-relacionados.

Nessa perspectiva, textualidade, conforme Val (1999), são as características que tornam o texto um texto, ou seja, por textualidade, entende-se uma ação comunicativa (sequência linguística) e não somente um aglomerado de palavras ou de frases soltas. Tal sequência é reconhecida como um texto no instante em que o receptor a entende como um todo pleno de significado.

Um texto, contudo, não traz sentido em si mesmo, ele tem de ser significado tanto por quem produz o discurso quanto por quem o recebe, de modo que cada texto poderá ter diversas interpretações, porque pode ser textualizado de maneiras diferentes por ouvintes e leitores diferentes. Assim, a textualidade é um princípio geral que faz parte do conhecimento que os falantes têm sobre texto e que os leva a aplicar um conjunto de fatores capazes de textualizar todas as produções que leem, ouvem, falam ou escrevem. A textualidade não está nos textos, ela é um componente do saber linguístico das pessoas.

Os fatores que constituem a textualidade, segundo Beugrande e Dressler (1981), e que as pessoas aplicam aos textos que escrevem e esperam encontrar nos que leem, são sete: coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade.

A *coerência*, segundo Val (2004), é aquilo que faz com que o texto pareça lógico, consistente, com sentido. Consegue-se entender um texto, de acordo com a pesquisadora, quando é possível atribuir coerência a ele. A coerência está relacionada com as

‘ideias’ do texto, com os conceitos e as relações entre conceitos que esse texto põem em jogo: de que tópicos o texto fala, o que diz sobre eles, como organiza e articula esses tópicos (por exemplo, com relações de causa/consequência, ou de anterioridade/simultaneidade/posterioridade, ou de inclusão/exclusão, ou de semelhança/oposição, ou proximidade/distância) (VAL, 2004, p. 3).

A *coesão*, consoante a mesma pesquisadora, diz respeito ao “inter-relacionamento entre os elementos linguísticos do texto” (VAL, 2004, p. 5) e, de acordo com Fávero (2006, p. 10), “a coesão, manifestada no nível microtextual, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, as palavras que ouvimos ou vemos, estão ligados entre si dentro de uma sequência”. Dessa forma, coesão é o modo como as estruturas se expressam no aspecto formal do texto. Ela pode ser gramatical ou lexical. A coesão gramatical refere-se ao uso de elementos correlacionais que proporcionam não só a ligação entre as palavras mas também entre as frases e as sequências de frases em um texto. Já a coesão lexical dá-se pela reiteração (recuperação de algum item léxico por ideia expressa, substantivação), substituição (quando há expressões linguísticas com traços semelhantes, opostos ou de mesma relação) e associação (a relação de palavras pertencentes ao mesmo esquema cognitivo, que podem referir-se ao mesmo evento).

A *intencionalidade* é o que o emissor deseja alcançar com seu discurso em determinada situação comunicativa. Ela depende de uma construção coesa e coerente dando, assim, valor ilocutório ao discurso.

A *aceitabilidade* refere-se à receptividade com que o texto é defrontado. Ela permite perceber o potencial de cooperação com o objeto do emissor e se o texto leva o receptor a agregar conhecimentos. Nesse jogo, o produtor pode, deliberadamente, apresentar diferentes abordagens, que alterem a pertinência do discurso (por exemplo, piadas). Essas abordagens dependem do grau de formalidade e da tolerância entre os locutores na interação comunicativa.

A *situacionalidade* diz respeito ao valor do texto quanto às circunstâncias e ao contexto em que se dá a situação sociocomunicativa. É a adequação do texto para determinado sentido do discurso.

A partir desses três últimos fatores, espera-se que o produtor do texto tenha ciência do quanto pode esperar do receptor em nível de conhecimento anterior, de tal modo que, por exemplo, uma informação inicialmente descabida tenha sentido para quem a recebe de acordo com seu conhecimento preliminar. Essa é a concepção de coerência pragmática, na qual o texto deve ser percebido pelo receptor como natural em determinado contexto.

A composição dos mais variados tipos de discurso vem a calhar no que toca a certas intenções ilocucionais, de maneira que há tipos particulares de texto para cada situação/circunstância e que são convenientes para o funcionamento da linguagem na interação sociocomunicativa. Nesse contexto, a *informatividade* refere-se ao grau de informatividade e, por conseguinte, diz respeito ao coeficiente de previsibilidade do texto, para que o receptor tenha interesse nele ou não. Ela se divide em dois pontos: a imprevisibilidade e a suficiência de dados. Quanto menos previsível o texto for, mais informativo ele se torna, porque a novidade, em nível mediano, é cativante. O estranhamento absoluto quanto ao contexto ou à intenção comunicativa, entretanto, acarreta rejeição. A suficiência de dados, por outro lado, são as informações dadas que o texto deve apresentar para se tornar compreensível de acordo com a pretensão do produtor.

A *intertextualidade* configura a relação entre o discurso e o conhecimento prévio do receptor. As ligações de sentido dependem e só se efetivam perante o encadeamento de informações anteriormente dadas. A intertextualidade pode ser de forma ou de conteúdo (KOCH; TRAVAGLIA, 2004). A intertextualidade de forma ocorre quando o produtor do texto retoma, de maneira proposital, trechos, expressões ou enunciados de outros textos que, ao serem desencadeados, recuperam ideias e sejam o ponto de partida para o reconhecimento do que já é sabido e se encontram em “blocos mentais”. Um exemplo disso tem-se na “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, e no “Canto de regresso à pátria”, de Oswald de Andrade.

A intertextualidade de conteúdo decorre do diálogo entre textos de um mesmo grupo específico, como áreas do conhecimento ou de interesse. Isso pode ser observado quando matérias jornalísticas tratam do mesmo fato em destaque de determinado período, por exemplo, e realizam um diálogo, retomando textos anteriores. À retomada de textos próprios para dialogar com textos que seguem dá-se o nome de intratextualidade.

A coesão textual, segundo Koch (1999, p. 17), dá-se pelo entrelaçamento de enunciados e partes de enunciados que assinalam determinadas relações de sentido. “É por meio de mecanismos como estes [...] que se vai tecendo o ‘tecido’ (tessitura) do texto”. Conforme Marcuschi (1983 apud KOCH, 2000, p. 94), “os fatores de coesão são aqueles que dão conta da sequenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido”.

Koch (2000) considera para análise duas modalidades de coesão: a remissão e a sequenciação. A remissão consiste no uso de recursos de ordem gramatical (pronominalizações, numerais, artigos definidos, advérbios pronominais) ou lexical (sinônimos, elipses, reiteraões), da (re)ativação de referentes e da referenciação anafórica e catafórica. Essas sinalizações são válidas porque servem de suporte ao interlocutor para o processamento textual, como pode ser visto no exemplo que segue (KOCH, 2000, p. 37), observando-se as marcações em *itálico*:

(1) A jovem acordou sobressaltada. *Ela* não conseguia lembrar-se do que havia acontecido e como fora parar ali; (2) Márcia olhou em torno de si. *Seus* pais e *seus* irmãos observavam-na com carinho; (3) Desejo somente *isto*: que me deem a oportunidade de me defender das acusações injustas; (4) O enfermo esperava *uma coisa* apenas: o alívio de seus sofrimentos (KOCH, 2000, p. 37).

No que toca aos constituintes remissivos, pode ocorrer coesão dotada de ambiguidade, por isso, “havendo, no contexto, dois ou mais referentes potenciais para uma forma remissiva, a decisão do leitor/ouvinte terá de se basear nas predicções feitas sobre elas, levando em conta todo o contexto em que estão inseridas [...]” (KOCH, 1999, p. 48).

A coesão sequenciadora é a que possibilita o avanço das relações semânticas do texto, desde que se assegure a progressão e a continuidade do sentido.

O sequenciamento de elementos textuais pode ocorrer de forma direta, sem retornos ou recorrências; ou podem ocorrer na progressão do texto recorrências das mais diversas ordens: de termos ou expressões, de estruturas (paralelismo), de conteúdos semânticos (paráfrase), de elementos fonológicos ou prosódicos (similicadência, rima, aliteração, assonância) e de tempos verbais (KOCH, 2000, p. 40-41).

Koch (1999, p. 49) elucida que a progressão textual pode se dar por elementos recorrentes ou não. Em função disso, ela subdivide esse tópico em

sequenciação frástica (em que não há recorrência estrita) e sequenciação parafrástica (com procedimentos de recorrência). A sequenciação frástica ocorre pelo encadeamento sucessivo em que marcas linguísticas se estabelecem compondo o texto de maneira clara “sem rodeios ou retornos que provoquem um ‘ralentamento’ no fluxo informacional” (KOCH, 1999, p. 55).

Os principais recursos para a sequenciação frástica são os conectores, entre os quais se encontram as conjunções, os advérbios, entre outros, que propiciam o desdobramento do texto e são formados por marcas linguísticas entre os enunciados do texto e que estabelecem determinados tipos de relação. A sequenciação frástica, segundo Koch (1999, p. 60), é constituída pelos procedimentos de manutenção temática, pela progressão temática e pelo encadeamento que “permite estabelecer relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou sequências maiores do texto”.

A manutenção temática engloba o uso de elementos pertencentes ao mesmo campo lexical, de continuidade semântica ou “colocação”, de modo que um esquema cognitivo se ative na memória do receptor e ele entenda esses elementos como gatilhos para a interpretação e avance para o que deve vir na sequência do texto, como mostra o exemplo que segue, em que a manutenção temática é garantida pelas palavras “acidentes”, “ambulâncias”, “vítimas” e “hospital”. “O desabamento de barreiras provocou sérios acidentes na estrada. Diversas ambulâncias transportaram as vítimas para o hospital da cidade mais próxima” (KOCH, 1999, p. 57).

A progressão temática diz respeito à questão da articulação tema/rema, desenvolvida pelos linguistas da Escola Funcionalista de Praga, à hierarquização das unidades semânticas. Nessa hierarquização, o tema é tudo aquilo que se toma como base da comunicação e o rema é o que se diz sobre o tema. Como mostra o exemplo extraído de Koch (1999, p. 58): “O cão é um animal mamífero e quadrúpede. (tema) Ele tem o corpo coberto de pelos. (rema) O cão é um excelente guarda para nossas casas (rema). (O) É um animal muito fiel. (rema)”.

O encadeamento, por sua vez, “permite estabelecer relações semânticas e/ou discursivas entre orações, enunciados ou sequências maiores do texto. Pode ser obtido por justaposição ou por conexão” (KOCH, 1999, p. 60).

A sequenciação parafrástica dá-se por meio da reiteração de termos veiculadores de ideias (de um mesmo item lexical, sem que haja, contudo, uma identidade total de sentido, porque cada um deles traz novas instruções de sentido); de estruturas sintáticas (preenchidas com itens lexicais diferentes); de conteúdo semântico (que pode ser introduzido por expressões linguísticas

como, isto é, ou seja, ou melhor, quer dizer); de recursos fonológicos (existência de uma invariante, como igualdade de metro, ritmo, rima, assonâncias, aliterações); e de tempo e aspecto verbal. A coerência textual, por sua vez, está ligada à possibilidade de estabelecer o sentido de um texto. Assim, para que um texto seja coerente, ele precisa ser interpretável. Um texto é coerente quando apresenta uma continuidade semântica e quando todos os enunciados produzidos pertencem à mesma unidade comunicativa. A coerência depende das relações de sentido que se estabelecem, de forma explícita, entre as palavras. Essas relações devem obedecer a três princípios: o princípio da relevância, que exclui a representação de situações que não estejam relacionados entre si; o princípio da não contradição, que exclui a representação de situações logicamente incompreensíveis; e o princípio da não redundância, segundo o qual um texto não pode ser nulamente informativo.

Além disso, cabe destacar, ainda, que a coerência textual depende da progressão temática, que diz respeito à introdução da informação nova que faz evoluir o texto, da continuidade semântica, que se dá por meio da recorrência da informação que assegura a unidade do texto, e da pontuação, que também é fundamental para a coerência do texto.

Existem quatro tipos de coerência: a semântica, a sintática, a estilística e a pragmática. A coerência semântica refere-se à relação entre os significados dos elementos das frases em sequência. A incoerência, nesse caso, aparece quando esses sentidos não combinam ou quando são contraditórios. A sintática refere-se aos meios sintáticos usados para expressar a coerência semântica, tais como, conectivos, pronomes etc. A coerência pragmática refere-se ao texto visto como uma sequência de “atos de fala” (AUSTIN, 1985). Para haver coerência pragmática, os atos de fala que a constituem devem satisfazer as mesmas condições presentes em uma dada situação comunicativa. E a coerência estilística, por fim, é uma noção relacionada à mistura de registros linguísticos, que não chega, todavia, a perturbar a interpretabilidade do texto. A coerência, portanto, é um fenômeno que resulta da ação conjunta de todos esses tipos e de sua influência na produção do sentido do texto.

Nessa perspectiva, para analisar o texto, do ponto de vista dos elementos que estabelecem e determinam as relações de sentido, Val (1999) considera a análise textual a partir dos critérios de *continuidade*, *progressão*, *não contradição* e *articulação*.

A *continuidade*, na coerência, dá-se na permanência, na retomada de ideias no decorrer do discurso. Na coesão, ela se apresenta na forma de elementos linguísticos, como a busca por termos análogos, tanto no âmbito semântico quanto

no pragmático, e por recursos vocabulares, como a elipse, a concordância, etc. Há que se verificar se, no *plano conceitual*, ocorre a unidade dos elementos e, no *plano linguístico*, a retomada adequada desses elementos.

A *progressão* é a retomada dos elementos conceituais acrescidos de informações que adicionem ideias novas ao texto. Tais junções devem agregar valor, de modo que se dê legitimidade ao texto por meio do uso de relações entre o que já foi dito e o que é novo ao discurso. A *progressão* é tanto um recurso de coerência quanto o desdobramento pela busca de elementos coesivos.

Não contradição significa que um texto coerente não pode se contradizer, não pode afirmar uma coisa e então refutá-la. Ele tem de respeitar proposições legítimas sem conflito de ideias, tanto quanto ser habitável ao universo no qual está inserido, isso significa ser condizente com o que se propõe, tanto nas situações quanto no momento determinado pelo texto. Uma reação inversa – a *contradição* – só pode ser considerada e aplicada em razão de intenção própria, senão prejudica a interpretação do receptor ao se desvirtuar do intento primário.

A *articulação* determina se as ideias do texto estão interligadas. Refere-se ao uso de recursos formais para expressar as relações de fatos e conceitos entre si, bem como para instaurar sentido no plano lógico-semântico-conceitual.

Portanto, há que se considerar sempre, para a análise textual, os aspectos coesivos e coerentes do texto como dois aliados no processo formador de sentido. Como afirma Fávero, para

[...] chegar à compreensão do texto como um todo coerente, é necessário que sejam trabalhadas não só as relações coesivas (a coesão é decorrência da coerência e a concatenação linear não é garantia de um texto coerente), mas, e *principalmente*, as de conexão conceitual-cognitiva (2006, p. 77).

Desse modo, desvincular a coesão da coerência não condiz com a lógica da interpretabilidade, que pretende aproximar esses dois elementos produtores de sentido, unindo-os de maneira que cada um ocorra por si, todavia intrinsecamente ligados. Partindo desse pressuposto, este trabalho buscou referências que indicassem uma análise textual de maneira global, em que, teoricamente, os elementos constitutivos produtores de sentido do texto estivessem imbricados de tal maneira que não se fizesse distinção entre os aspectos de coesão e coerência e sem prejuízo quanto à qualidade e à atribuição de valor para tais análises.

Assim, chegou-se a Charolles (2002), que não distinguiu coesão de coerência e, por isso, não delimitou o espaço de cada um desses aspectos. Ele

preferiu definir a análise de textos sob a âncora de 4 metarregras de coerência, evidenciando-as nos planos microtextual (a coerência local – frase) e macrotextual (a coerência global – texto ou sequências consecutivas). Sendo assim, para iniciar uma análise de produção textual, ele sugere, primeiramente, que se considere em qual mundo/universo o texto se insere, se faz parte ou não do mundo ordinário. Então, partindo desse pressuposto, podem ser dados os ditames para interpretação, avaliação e posterior julgamento de determinada produção.

A primeira metarregra na qual Charolles se fundamenta é a da repetição, doravante MR1. Para um texto ser coeso e coerente, as relações entre as frases devem obedecer a uma sequência ordenada em suas estruturas e nas sequências consecutivas. Para que isso ocorra, elementos de recorrência escrita são necessários. A língua dispõe de diversos recursos de repetição que permitem ligar uma frase ou sequência em seu contexto imediato, retomando constituintes de modo a interligar e estabelecer conexões de desenvolvimento linear entre elas. Esses recursos são encontrados nas pronominalizações, nas substituições lexicais, nas recuperações pressuposicionais e nas retomadas de inferências, como nos exemplos que seguem:

(1) Uma *velhinha* foi assassinada na semana passada em Campinas. (<=) *Ela* foi encontrada estrangulada na banheira.; (2) ‘Vou confessá-lo (=>): *este* crime me perturbou.’; (3) ‘*Picasso* morreu faz um ou dois anos. O *artista* deixou sua coleção pessoal para o museu de Barcelona.’ (CHAROLLES, 2002, p. 50, 53).

Observa-se que as palavras destacadas em itálico denotam a substituição lexical e a pronominalização em um caso de reiteração do que já tinha sido mencionado anteriormente.

A segunda metarregra é a da progressão, doravante MR2. Segundo essa metarregra, o texto necessita, em seu desenvolvimento, de contribuição semântica a fim de evitar que este se volte para si mesmo e assim ocorra a circularidade do assunto: “[...] é preciso que haja no seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente renovada” (CHAROLLES, 2002, p. 58). O autor ressalta a importância da continuidade temática e a progressão semântica, as quais estão intimamente ligadas às MR1 e MR2.

Informações inéditas no texto podem causar uma despolarização nas ideias de modo que, quando um texto apresenta mais de uma série de temas dignos de aprofundamento, é necessário que cada série apresente, na superfície, conjuntos sequenciais homogêneos, portanto, um alinhamento entre hipertemas, para que

se promova a linearização e a inserção desses hipertemas sem que isso acarrete prejuízos ao sentido do texto.

Segue o exemplo de uma redação e da correção de um texto, na qual se fazia necessária a progressão semântica, apresentada por Charolles (2002). O tema proposto aos alunos foi que descrevessem uma foto que representava um ferreiro trabalhando.

(1) ‘O ferreiro está vestido com uma calça preta e um chapéu claro com um paletó cinza e marrom escuro. Tem na mão a ponta da picareta e bate em cima com um martelo, sobre a ponta da picareta. Os gestos que fez, tem a ponta da picareta e com seu martelo bate sobre a pinta da picareta. A ponta desta ferramenta que se chama a ponta da picareta é pontuda e a outra ponta é quadrada. Para tornar ela vermelha com a ponta da picareta colocou ela no fogo e as mãos estão vermelhas.’
(*texto original*)

(2) ‘O ferreiro está vestido com uma calça preta, com um chapéu marrom claro e com um paletó cinza escuro. Tem na mão a ponta da picareta e bate em cima com um martelo. A ponta desta ferramenta é pontuda e a outra extremidade é quadrada. Para torná-la vermelha, colocou-a no fogo e as mãos estão vermelhas.’
(*texto corrigido*) (CHAROLLES, 2002, p. 59).

A evidente circularidade no texto original denota a baixa contribuição de informações, o que o torna fundamentalmente inaceitável, mesmo que não esteja totalmente desprovido de coerência. Recursos progressivos e de novidade semântica fazem-se necessários de modo programado e quando a sequência dos elementos se apresenta de maneira ordenada.

A terceira metarregra de Charolles é a da não contradição (MR3). Essa metarregra prevê que não haja elemento semântico que possa contradizer um conteúdo posto ou pressuposto em ocorrência anterior no desenvolvimento textual. O pesquisador dividiu a análise da não contradição em 3 tipos de contradições, que geralmente se apresentam nas produções textuais. Tanto quanto ocorrências distintas, elas estão intrinsecamente ligadas e analisá-las individualmente compete considerar as demais.

As *contradições enunciativas* determinam que toda manifestação textual possui um sistema de referência temporal, que instaura o modo de funcionamento do discurso. No exemplo a seguir (CHAROLLES, 2002, p. 61), não há como precisar essa referência temporal, o que faz com que as sequências compostas se desvirtuem e sejam incoerentes: “Antônio sai para um passeio

com o Sr. Esnobe. Chegando perto de uma árvore, nós paramos para conversar. Francisco e Julia querem jogar um jogo”.

As *contradições inferenciais e proposicionais* dão-se quando incompatibilidades semânticas profundas sobrevêm e prejudicam a compreensão do texto. Os exemplos que seguem trazem casos desses desvios semânticos e são facilmente observáveis (CHAROLLES, 2002, p. 64): (1) “Minha tia é viúva. Seu marido coleciona máquinas de costura.”; (2) “Pedro não tem carro. Vai vender o dele para comprar um novo”.

As *contradições de mundo e de representações do mundo* não podem ser explicadas no campo linguístico, somente no que compete às noções de mundo e de representação tanto do produtor quanto do receptor do texto. Algo incoerente no mundo ordinário torna-se perfeitamente verossímil no plano poético, como o trecho extraído de P. Clanché (CHAROLLES, 2002, p. 74): “A casa vê uma flor e gostaria muito de apanhá-la. E a flor gostaria muito de apanhar um raio de sol. E o sol dormiu então a flor não pode pegar o raio”. Essas contradições referem-se às convicções daqueles que participam do ato de comunicação textual, ou seja, uma contradição pode ser proposital (nos campos semântico ou pragmático) e absolutamente aceitável/compreensível para o receptor, porque o jogo de contradições não é um fator de incoerência pelo modo como as representações desse receptor se conduzem.

A quarta e última metarregra de Charolles é a de relação (MR4). A metarregra de relação, em essência, é a que reconhece, primeiramente, o mundo representado em determinado ato de comunicação textual. O texto precisa ser congruente com o mundo denotado, portanto, as recuperações de ideias e retomadas tornam o texto compreensível quando se leva em conta a situação/plano/mundo ao qual o texto pertence. No exemplo (p. 74), “Maria logo vai dar à luz portanto os cantores românticos desagradam aos intelectuais”, vê-se claramente a incoerência de pertinência factual. Portanto,

nos discursos naturais, as relações de relevância factual são geralmente manifestadas por conectores que as explicitam semanticamente [...] a impossibilidade de ligar duas frases por um conector natural é, aliás, um bom teste para revelar uma incongruência [...] (CHAROLLES, 2002, p. 74-75).

Para melhor compreender os aspectos produtores de sentido no texto, segue o Quadro 1, no qual foram desmembrados os elementos coesivos de coerência e pragmáticos na atividade textual, conforme Charolles (2002).

Quadro 1 – Síntese dos critérios de coesão e coerência estabelecidos por Charolles (2002)

Critério	Subdivisão do critério	Tópicos a considerar	Tópicos a analisar
Coerência		Continuidade Progressão	Metarregras de: repetição; progres- são; não contradição e relação
Coesão	Reiteração, substituição e associação	Não contradição Articulação	
Intencionalidade		Valor ilocutório do discurso	
Aceitabilidade		Se é passível de receptividade	
Situacionalidade		Se é adequado para determinada situação comunicativa	
Informatividade	Imprevisibilidade e suficiência de dados	Grau de informatividade, novidade	
Intertextualidade		Relação entre o discurso e o conhecimento prévio do receptor	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Charolles (2002, p. 78-79) deixa claro, em seu trabalho, que as metarregras apresentadas ainda se encontram em processo de desenvolvimento, que a coerência e a análise de textos demandam pesquisa e estudo, para tornar a questão das metarregras um conjunto de regras teoricamente explícitas e controladas, o que justifica a realização deste trabalho.

2. Metodologia

Nesta seção, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização deste trabalho. A amostra analisada constituiu-se de 8 (oito) textos de 8 (oito) participantes de um curso intitulado “Como começar e como terminar um comentário escrito?”, do Projeto de Extensão Lavili – Laboratório de Vivências em Linguagem – Português, da Universidade Feevale/RS. Esses oito participantes foram escolhidos, porque estavam matriculados no ensino superior. E os textos selecionados para a pesquisa foram os primeiros textos redigidos por esses alunos no curso.

O Lavili-Português era um Projeto de Extensão da universidade, cujo objetivo era proporcionar o desenvolvimento da competência discursiva, na

modalidade escrita, para que, ao qualificar a leitura e a produção de textos, os participantes pudessem interagir com mais facilidade nos diferentes contextos sociais, uma vez que indivíduos mais bem preparados configuram grupos mais desenvolvidos.

O curso “Como começar e como terminar um comentário escrito?” era oferecido a distância, por meio da plataforma virtual Blackboard e exigia dos participantes a realização de tarefas semanais. O projeto contemplava cinco módulos e tinha a duração de 20 horas aula. A cada edição, eram oferecidas 50 vagas, disponibilizadas aos acadêmicos, aos funcionários da instituição e à comunidade em geral, tendo como requisito único ter concluído ou estar concluindo o Ensino Médio.

Para organizar os dados coletados, os participantes e os textos foram identificados conforme segue no Quadro 2.

Quadro 2 – Identificação dos participantes e de seus textos

Participante	Tarefa 1
A	A1
B	B1
C	C1
D	D1
E	E1
F	F1
G	G1
H	H1

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Cabe destacar que, em momento algum, pretendeu-se analisar as produções com o intuito de avaliar ou julgar a qualidade da escrita dos participantes, houve interesse somente em verificar se havia inadequação nas produções textuais no que tange aos aspectos de coesão e coerência. Em função disso, não foram identificados aspectos de pontuação e ortografia, entre outros aspectos gramaticais que pudessem configurar erro.

Após a seleção e a identificação dos textos, passou-se à sua leitura e análise. A análise dos textos foi realizada com base no quadro das metarregras propostas por Charolles (2002), conforme está estabelecido no Quadro 3 que segue.

Quadro 3 – Síntese dos critérios de análise

Metarregra de repetição –MR 1

Elementos de recorrência estrita:

- a) as pronominalizações;
- b) as definitivas e as referências dêiticas contextuais;
- c) as substituições lexicais;
- d) as recuperações pressuposicionais e as retomadas de inferência.

Metarregra de progressão – MR 2

- a) continuidade temática;
- b) progressão semântica (articulação tema/rema).

Metarregra de não contradição – MR 3

- a) contradições enunciativas;
- b) contradições inferenciais e pressuposicionais;
- c) mundo(s), representações do mundo (e dos mundos) e contradição.

Metarregra de relação – MR 4

- a) ações, estados ou eventos que determinada sequência apresenta e que tem de ser congruente com o mundo reconhecido por quem a recebe.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Depois da análise dos textos, todas as inadequações localizadas foram categorizadas de acordo com o Quadro 3, por participante e por texto, e, para facilitar a visualização, os resultados foram apresentados por meio de quadros, que são apresentados na seção que segue. Os dados desses quadros foram discutidos à luz da revisão teórica realizada.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção, são apresentados e discutidos, à luz da revisão teórica realizada, os dados coletados por meio das análises dos textos selecionados para este trabalho. Para tanto, apresentam-se, a seguir, as atividades de cada participante

e um quadro-síntese com as inadequações identificadas no que diz respeito às metarregras, tomando-se como base o Quadro 3, além de uma breve análise dos resultados, e, na sequência, uma análise geral dos resultados.

Para uma melhor visualização, foi elaborado um quadro-resumo para cada texto. Os textos com as marcações dos aspectos analisados encontram-se nos anexos.

Quadro 4 - Síntese dos erros do aluno A – texto A1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) pronominalização inadequada no uso do pronome “o” na linha 7 no lugar de “a”; pronominalização inadequada no uso do pronome “seu” na linha 8, que não possui referente. (b) falta de definitivização de “uma criança” da linha 1 nas linhas 3 e 5. (c) Recorrência excessiva da palavra “leitura” (linhas 1, 4 e 4); recorrência excessiva da palavra “mundo” (linhas 4, 5 e 7); recorrência excessiva da palavra “crianças” (linhas 2, 3, 5 e 5).
MR2	Na frase: “Para uma criança que lê, as palavras ganham sentido com maior rapidez incrível, <u>além de entender</u> mais sobre o mundo que o cerca, compreendendo regras da escola com maior facilidade, participando das aulas com maior entusiasmo e demonstrando seu conhecimento que trazem dos livros”, observa-se quebra da continuidade temática.
MR3	
MR4	Observa-se inobservância da MR4 na frase: “Para uma criança que lê, as palavras ganham sentido com maior rapidez incrível, além de entender mais sobre o mundo que o cerca, <u>compreendendo regras da escola com maior facilidade, participando das aulas com maior entusiasmo e demonstrando seu conhecimento que trazem dos livros</u> ”, uma vez que a leitura, entendida como um mundo de imaginação, não implica na compreensão das regras da escola.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Observando-se o Quadro 4, verifica-se que o aluno A apresentou seis ocorrências de desvio de MR1; uma ocorrência de desvio de MR2; nenhum desvio de MR3; e um de MR4.

Quadro 5 - Síntese dos erros do aluno B – texto B1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) pronominalização inadequada no uso do pronome “le” na linha 2 no lugar de “a criança”, quando o correto seria usar o pronome “a”. (b) na linha 3, em “ <u>criem</u> o hábito de usá-los <u>criando</u> assim um vínculo”, o verbo “criar” utilizado duas vezes sobrecarrega a sentença de retomadas de lexemas. (c) na linha 3, há uma retomada de inferência inadequada: o verbo “criem” (elipse do pronome) não concorda em número com a referente “a criança” da linha 1.
MR2	(a) na linha 1, em: “ <u>para</u> olhar figuras e relacioná-las”, observa-se quebra da continuidade temática, uma vez que a relação estabelecida na frase não é de finalidade. (b) na linha 3, em “faz com *criem o hábito”, há falta de progressão semântica em função da falta do articulador “que”.
MR3	
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A análise do Quadro 5 revela que o aluno B não apresentou desvios nas MR3 e MR4, contudo teve um elevado número de desvios de MR1 e MR2. O texto B1 é um exemplo do que aborda a proposta de Charolles (2002), quando afirma que não se desvincula coesão e coerência em um texto, pois a produção em questão está estruturalmente correta, mas não apresenta sequenciação e tampouco progressão semântica. O texto caracterizou-se pela falta de referenciação dêitica contextual, pois algumas expressões e alguns trechos não possuem ligação alguma com outras partes do texto.

Quadro 6 - Síntese dos erros do aluno C – texto C1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) na linha 9 há erro de definitivização do artigo indefinido “uma”, que, se substituído por “a”, elucidaria o sentido da oração; o pronome indefinido “algo”, na linha 5, não possui referenciação dêitica contextual. (b) recorrência excessiva da palavra “as pessoas”, linhas 1, 2, 5 e 6; (c) houve inadequação da retomada de inferência em “em sua”, na linha 5, pois esta prejudicou o sentido do trecho que veio em seguida: “consciência”.
MR2	Na linha 1 faltou um conector entre “ambientais” e “algo”, o que prejudicou a progressão semântica da frase.

MR3	(a) nas linhas 6 e 7, em “futuramente viveram”, observa-se contradição enunciativa quando o enunciador conjuga o verbo “viver”, equivocadamente, no pretérito perfeito, em vez do futuro do presente: “viverão”. (b) Na linha 5 observa-se uma contradição inferencial no trecho “consciência do mal”.
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A análise do Quadro 6 mostra que o aluno C apresentou problemas no desenvolvimento textual, tanto que o texto C1 apresentou quatro inadequações de MR1, uma de MR2 e duas de MR3. Trata-se de um texto com problemas de repetição/reiteração e de contradições, algo a ser considerado como um indicador de pouca habilidade de escrita.

Quadro 7 - Síntese dos erros do aluno D– texto D1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) Há falta de referência dêitica contextual na frase das linhas 2 e 3: “Em função de o material didático, conseguir atrair a atenção e proporcionar o hábito do livro desde que o princípio”, a qual não possui referente na frase anterior; o mesmo ocorre na frase “Isso possibilita que a criança...” das linhas 2 e 3, em que o “isso” não possui referente na frase anterior, tampouco é explicado na sequência do texto; verifica-se definitivização inadequada na frase “o raciocínio mais rápido e analítico” das linhas 5 e 6; inadequação semelhante, é verificada nas linhas 7 e 8, na frase “o melhor desenvolvimento e crescimento intelectual”. (b) o texto apresenta retomadas excessiva de palavras, como, por exemplo: “crianças pequenas”, na linha 1; “as crianças”, na linha 4, e “as crianças”, na linha 5; em “os livros, na linha 3, “o livro, na linha 4 e “os livros”, na linha 7; e em “o hábito” nas linhas 3, 6 e 7.
MR2	Há falta de progressão temática e de sequenciação semântica na frase: “Em função de o material didático, conseguir atrair a atenção e proporcionar o hábito do livro desde que o princípio”, das linhas 2 e 3;
MR3	Verifica-se uma contradição pressuposicional na frase “mesmo que ele não contenha muitas palavras” das linhas 4 e 5, uma vez que o enunciador pressupõe que os livros precisam ter muitas palavras.
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Analisando-se o Quadro 7, verifica-se que o aluno D teve oito ocorrências de MR1 no texto. Quanto às MR2 e MR3, uma ocorrência para cada MR, e não apresentou desvio de MR4, contudo a repetição excessiva de palavras foi um indicador de pouco recurso de vocabulário do aluno.

Quadro 8 - Síntese dos erros do aluno E– texto E1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	Recorrência excessiva da palavra “bebê(s)”, nas linhas 1, 2, 3, 7 e 8; recorrência excessiva da palavra “estímulo” e suas derivadas, nas linhas 1, 2, 3 e 5.
MR2	
MR3	(a) Há uma contradição enunciativa em “estabelece-se”, linha 8, pois a palavra empregada está inadequada ao contexto. (b) na linha 3 há a afirmação de que os bebês leem, porém os bebês são estimulados pelos pais, que leem para os filhos.
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

O aluno E, como mostra o Quadro 8, apresentou poucos erros na escrita, porém, teve desvio na MR1, que se deve ao número expressivo de repetições de palavras, o que ocasionou recorrência excessiva e, por conseguinte, prejudicou a progressão semântica. Pôde-se observar, ainda, que o aluno apresentou somente duas contradições de MR3.

Quadro 9 - Síntese dos erros do aluno F– texto E1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	Na linha 14 houve falta de definitivização em “gosto”.
MR2	Nas linhas 11 e 12, em “RBS TV ‘A educação precisa de respostas’”, faltou contribuição lexical entre “RBS TV ‘A educação...’”, para que haja ligação entre o idealizador do projeto e o projeto em si. Uma sugestão para isso seria: “RBS TV <u>com a campanha</u> ‘A educação...’”.
MR3	
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A análise do Quadro 9 mostra que o aluno F apresentou poucos erros e, pelo seu vocabulário e pelo recurso argumentativo utilizado no texto F1, percebe-se que o enunciador é um indivíduo com uma boa proficiência de leitura, pois cita nomes de autores e faz comparações com propriedade.

Quadro 10 - Síntese dos erros do aluno G – texto G1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) pronominalização inadequada no uso do pronome “estes” e da palavra “formam”, na linha 2, que não concordam com o referente: “ser humano”, na linha 1; na linha 2, a palavra “nesta” está aplicada de maneira incorreta, o correto seria “esta”; na linha 3, o pronome “ela” é um recorrente desnecessário, pois, no início da frase, já se tem: “Nesta fase é de grande importância”; as palavras: “pequenas”, “mostrar-lhes”, “contar-lhes” e “nelas”, nas linhas 8 e 9, não concordam com o referente, “a criança”, em número; na linha 12, a definitivização em “a possibilidade” prejudicou a localização do referente, caso em que a pronominalização “sua”, para retomar “essa”, na linha anterior, seria mais apropriada. (b) faltou definitivização nas palavras “curiosidade” e “prazer”, na linha 10; ocorreu definitivização inadequada em: “essa criança”, na linha 11, que pode ser substituída pelo artigo “a criança”.
MR2	O gerúndio em, “facilitando assim a ter uma”, na linha 7, causa quebra de sequenciação e continuidade temática.
MR3	Na linha 3, o uso equivocado em “proporciona a capacidade”, configura uma contradição enunciativa, pois o desvirtuamento na frase altera seu sentido, a leitura não proporciona capacidades, ela oportuniza a capacitação do leitor.
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

Analisando-se o Quadro 10, verifica-se que o aluno G apresentou sete erros de MR1. Apesar do alto número de desvios de MR1, trata-se de um texto conciso e relativamente bem articulado. Observou-se que o uso inadequado do gerúndio acarretou a quebra da progressão e da sequenciação temática.

Quadro 11 - Síntese dos erros do aluno H– texto H1

METARREGRAS	TEXTO 1
MR1	(a) na linha 10, “esses ingênuos bebês”, não possui referência dêitica contextual pelo fato de que “esses bebês” não aparecem antes e tampouco após essa ocorrência; faltou definitivização em “nossa”, na linha 11. (b) nas linhas 1, 2, 8 e 10, há retomada excessiva da palavra “bebê(s)”; o mesmo ocorre nas linhas 1, 3 e 8 com a palavra “leitura”; e com as palavras “incentivo”, linhas 1 e 7, e sua derivada “incentivados”, na linha 9.

MR2	(a) na linha 5 há inadequação de continuidade temática em “em”, o que limita a progressão semântica, se substituído por “para o”, se estabeleceria a relação apropriada. (b) na linha 8, “sendo que podemos”, há a falta de elemento de progressão semântica, um finalizador, como por exemplo, “portanto” e, se a intenção é projetar para o futuro tal ideia, “podemos ter grandes”, na mesma linha, há que se se colocar o verbo também no futuro: “poderemos”.
MR3	
MR4	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A análise do Quadro 11 revelou que o aluno H apresentou cinco erros de MR1 e dois de MR2. Mesmo com um número expressivo de desvio de MR1, o texto apresentou estrutura concisa e fácil interpretação.

Comparando-se as produções dos participantes, pode-se dizer, em síntese, que ficou evidente a necessidade de esses alunos realizarem atividades para desenvolver sua competência discursiva, mesmo que a maioria dos textos tenham apresentado poucos problemas.

Fazendo-se uma análise geral, pode-se dizer que o expressivo número de desvios da MR1 em todas as produções sugere que os participantes possuem dificuldades de identificar, no próprio texto, aspectos de recorrência estrita. Os alunos parecem desconhecer os recursos que podem ser usados para evitar as repetições, o que acarreta prejuízo à progressão semântica e à contribuição temática em suas produções.

Excluindo-se os textos B1 e H1, todos os demais apresentaram muitos problemas quanto à MR2, ou seja, no quesito progressão do texto. Acredita-se que isso se deva ao fato de os participantes terem tido índices altos nos desvios da MR1.

Das oito produções analisadas, quatro não apresentaram desvios de MR3, o que significa um aspecto bastante positivo. Observou-se que, em alguns casos, quando ocorreu contradição nos textos, ela se deu em função do uso inadequado de alguns verbos, o que resultou em equívoco, principalmente, quanto ao tempo verbal. A troca de “ão” por “am” em verbos que, contextualmente, deveriam estar na terceira pessoa do plural no futuro do presente, acarretou contradição.

Somente o texto A1 apresentou desvio da MR4. Pode-se atribuir isso ao fato de que as propostas textuais se encontravam delimitadas a determinados temas, que não permitiam situações hipotéticas, em função disso não era possível abrir precedentes em relação ao mundo apresentado.

O Quadro 12, a seguir, apresenta a síntese dos desvios verificados nos textos analisados com relação às metarregras.

Quadro 12 – Síntese dos resultados

MR	Metarregra 1	Metarregra 2	Metarregra 3	Metarregra 4
Textos	Repetição	Progressão	Não contradição	Relação
A1	6	1	0	1
B1	3	2	0	0
C1	3	1	2	0
D1	8	1	1	0
E1	2	0	2	0
F1	1	1	0	0
G1	7	1	1	0
H1	5	2	0	0
TOTAL	33	9	6	1

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

A comparação entre os resultados da pesquisa mostra que os erros de MR1 e MR2 são os mais recorrentes. Isso provavelmente se dá em função da carência de recursos de vocabulário e de argumentação dos alunos, o que pode decorrer do baixo investimento em leitura.

Por fim, cabe dizer que esse resultado mostra que pouco se tem evoluído no que diz respeito a problemas de coesão e coerência, isso porque, possivelmente, apesar das mudanças que vêm ocorrendo no ensino da língua materna, a escola pouco tem feito para qualificar a produção escrita de seus alunos.

Considerações finais

Uma pesquisa é pertinente quando ancorada em fundamentos relevantes e que denota carência de estudos em determinados assuntos. A partir desse pressuposto, aliado à curiosidade epistemológica acerca dos estudos linguísticos, este trabalho buscou pesquisar e compreender o complexo processo de produção textual.

Por meio da pesquisa teórica, ficou claro que inúmeras vertentes procuram esclarecer sobre e estabelecer diretrizes para as teorias do texto, porém, por

tratar-se de um objeto de uso e interpretação múltiplos e porque dele derivam incontáveis ramificações sociais, culturais e interacionais, entender como o texto funciona mostrou-se uma tarefa deveras complexa.

A pesquisa desenvolvida neste estudo buscou verificar, com referentes que pudessem ser válidos para a análise de textos, a coesão e a coerência em textos de universitários matriculados no curso “Como começar e como terminar um comentário escrito?” do Projeto do Lavili-Português, da Universidade Feevale/RS, se os textos desses alunos apresentavam boa articulação, de modo que configurassem bons textos.

A análise dos textos revelou que todos eles apresentaram algum tipo de desvio de metarregra, não que isso seja indício de um mau texto, contudo, mostra que é necessário investir mais em atividades de produção textual e de reescrita. Cabe salientar que alguns textos estão bem estruturados e articulados. O que ocorreu, contudo, em todos os textos, foi o desvio da MR1, que é primária no que toca à desenvoltura na escrita, pois depende da MR1 estabelecer as ligações que vão dar continuidade e sentido ao texto.

No que diz respeito ao objetivo geral estabelecido para este trabalho, que era verificar se as produções textuais de alunos de ensino superior realizadas em um curso de extensão da Universidade Feevale, direcionado ao desenvolvimento da competência discursiva, contemplavam os aspectos essenciais que um texto deve apresentar para ser bem compreendido, pode-se dizer que todos os textos analisados se mostraram compreensíveis, apesar de apresentarem muitas inadequações em relação às metarregras investigadas.

Quanto aos objetivos específicos, concluiu-se que os textos analisados apresentam tanto problemas de coesão quanto de coerência, os quais não foram separados, considerando-se que o estudo foi baseado em Charolles (2002), segundo o qual não convém separar um processo do outro, já que um implica o outro. No que tange aos problemas mais recorrentes, de acordo com a teoria das metarregras de coerência de Charolles (2002), verificou-se maior incidência de problemas relativos à MR1, o que pode estar relacionado à falta de leitura e ao pouco exercício de atividade escrita.

É importante ressaltar que o projeto de extensão oportunizou atividades de reescrita e atendimento para a solução de dúvidas dos participantes dos cursos. Portanto, não se pode certificar que as produções não foram satisfatórias por incúria do projeto, mas sugerir que este amplie suas atividades para tentar auxiliar os participantes a dirimirem suas dificuldades.

Esta pesquisa tornou evidente algo que há muito tempo preocupa os professores: o mau desempenho dos alunos em produções escritas, mesmo

no ensino superior, período em que se espera que os conhecimentos relativos à língua materna sejam mais amplos, pois os textos analisados revelaram um desempenho inferior ao esperado para esse grupo, que é levado para a vida acadêmica e, por conseguinte, para a profissional.

Por tudo isso, independentemente da proposta do Lavili-Português, é de importância capital que as pessoas procurem meios de aperfeiçoar seu desempenho na comunicação escrita, pois, nesse caso, sendo membros da comunidade acadêmica, faz-se mister o bom uso da linguagem e uma produção textual mais rebuscada.

Esta pesquisa deixou clara a necessidade de se buscar aprimoramento, tanto dos que participam dos cursos quanto do Projeto Lavili-Português que, em sua gestão, poderia ter ampliada a capacidade para receber mais alunos e também desenvolver subsídios para melhorar seus cursos, oportunizando, assim, a aprendizagem daqueles que desejam e necessitam ampliar seus conhecimentos.

Uma investigação mais ampla, que abranja as razões pelas quais ainda se observa tamanha quantidade de erros na escrita e em membros da comunidade acadêmica, bem como as implicações de se escrever um bom texto no que toca ao acesso a grupos sociais mais desenvolvidos podem vir a ser tema de futuras pesquisas.

Referências

- AUSTIN, J. L. **Outras mentes**. In: Col. Os Pensadores. 2. ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1985.
- CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos (Abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas). In: GALVES, C. (Org.) **O texto: leitura e escrita**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 39-90.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística textual: uma introdução**. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.
- FÁVERO, Leonor. **Coesão e coerência textuais**. 11. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 11. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1999.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2000, p. 11-25.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 16. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2004.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

ANEXOS

Aluno A - Atividade 1

01	A leitura deve ser incentivada por pais e professores. Portanto, uma criança que chega
02	na escola com o hábito de ouvir histórias contadas pelos pais em casa, já trazem con-
03	sigo uma bagagem muito maior que um criança que não teve contato com o mundo da
04	leitura. A leitura, é um incentivo para a imaginação das crianças, um mundo de cores e
05	magia. Para uma criança que lê, as palavras ganham sentido com maior rapidez incrível ,
06	<u>além de entender</u> mais sobre o mundo que <u>o</u> cerca, <u>compreendendo regras da escola</u>
07	<u>com maior facilidade</u> , participando das aulas com maior entusiasmo e demonstrando <u>seu</u>
08	<u>conhecimento que trazem dos livros</u> .

Aluno B - Atividade 1

01	Estimular à criança a gostar dos livros desde muito cedo *para olhar figuras e relacioná-
02	-las com o mundo que Le cerca aumenta sua curiosidade ao mesmo tempo em que faz
03	com * <u>criem</u> o hábito de usá-los <u>criando</u> assim um vínculo entre <i>ambos</i> que seguirá com
04	ela por toda a sua vida. Dessa forma ela <u>acabam</u> desenvolvendo cada vez mais rápido
05	sua capacidade de ler, escrever e fazer uso da linguagem corretamente.

Aluno C - Atividade 1

01	A presente leitura apresenta uma serie de inovações que se iniciam na infância, as
02	tecnologias se aprimoram e <u>as crianças</u> apresentam uma melhor evolução de aprendi-
03	zado. O presente texto mostra que <u>toda criança</u> tem a capacidade de aprendizado muito
04	mais equivocada, quando testadas e ensinadas desde cedo, a família seria a palavra
05	chave nesta composição e as tecnologias e modernidades aprimoram estas situações.
06	<u>Toda criança</u> desenvolve capacidades mais equivocadas se treinadas ensinadas desde
07	cedo, a <u>tecnologia anda junto</u> com estes desenvolvimentos e gera um melhor fluxo neste
08	ensinamento em certo ponto porém, o velho método do livro não pode ser substituído
09	de forma alguma, onde entra a importância da família no aprendizado <u>destas crianças</u> .

Aluno D – Atividade 1

01	A leitura direcionada para crianças pequenas, permite que, elas se desenvolvam mais
02	rápido. <u>Em função de o material didático, conseguir atrair a atenção e proporcionar o</u>
03	<u>hábito do livro desde que o princípio.</u> Isso possibilita que a criança já tenha o convívio
04	com os livros, *mesmo que ele não contenha muitas palavras. Por fim, pode-se destacar
05	que as crianças desenvolvem o raciocínio mais rápido e analítico em virtude do hábito
06	da leitura. Portanto, é possível, afirmar que o hábito e o convívio com os livros permite
07	o melhor desenvolvimento e crescimento intelectual nas crianças.

Aluno E - Atividade 1

01	Bebês estimulados desenvolvem-se melhor. Em primeiro lugar, uma forma de in-
02	centivar a estimulação de bebês se dá através da prática da leitura, pois os bebês que
03	praticam a leitura recebem mais estímulos favoráveis ao aperfeiçoamento de sua comu-
04	nicação. Em seguida, a convivência com animais de estimação é outro estímulo eficaz,
05	porque traz as noções de cuidados e responsabilidades em relação ao outro. Ou seja,
06	estas duas práticas proporcionam ao bebê bom uso da linguagem e boa postura social.
07	Dessa forma, estabelece-se que a leitura e a convivência com animais de estimação são
08	duas práticas fundamentais para um desenvolvimento favorável do bebê.

Aluno F - Atividade 1

01	<i>“Não sei por que precisamos ler machado de Assis para prestar o vestibular, ele é um</i>
02	<i>autor chato, com uma forma de escrever difícil de se entender. Por que não pediram</i>
03	<i>para lermos autores mais fáceis, tipo Paulo Coelho?”</i> Assim mesmo, dessa forma, foi
04	o depoimento de uma vestibulanda sobre a leitura exigida para prestar o vestibular. E
05	desse depoimento surge uma pergunta, ou ainda, uma análise a ser feita. Machado de
06	Assis, Olavo Bilac, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, e tantos outros
07	dos nossos grandes poetas, são realmente enfadonhos e difíceis de serem lidos? A
08	resposta provavelmente será sim. Paulo Coelho, J. K. Rollings, E. L. James são mais
09	fáceis de lerem? A resposta provavelmente será não. Mas será mesmo? Essa questão
10	está sendo levantada pela RBS TV <i>“A educação precisa de respostas”</i> , e de uma forma
11	bem interessante. Personagens da nossa literatura tentam despertar nas crianças o gosto
12	e o hábito pela leitura, e subsequentemente, (o) gosto pelo estudo. É de pequeno que se
13	adquire o hábito da leitura e do estudo. Ler é educar? Com certeza. Machado de Assis
14	e todos os outros imortais são uma leitura difícil? Nem tanto. <i>“A educação precisa de</i>
15	<i>respostas”</i> é uma resposta a estes questionamentos, não a única, mas um início.

Aluno G - Atividade 1

01	Para que o ser humano tenha gosto pela leitura, este hábito tem que começar na idade
02	em que estes se formam, que é na infância. Nesta fase é de grande importância a leitura
03	porque ela proporciona a capacidade de expressar suas idéias, além do desenvolvimento
04	emocional, social e cognitivo. E é através da literatura infantil, que a criança tem acesso
05	a conhecimentos, recreação, informação e interação necessários ao ato de ler, <u>facilitan-</u>
06	<u>do assim a ter uma visão mais clara do mundo.</u> Mas para isso, tem que haver incentivo,
07	desde pequenas os pais devem mostrar-lhes livros com figuras e contar-lhes histórias
08	infantis, despertando nelas curiosidade e prazer de aprender algo novo a cada frase.
09	Portanto, quando essa criança que teve o hábito de ler desde cedo, se tornar adulta,
10	maior será a possibilidade de ser um leitor crítico, com opinião e que sabe se expressar
11	diante da sociedade.

Aluno H - Atividade 1

01	O incentivo a leitura desde bebê proporciona inúmeras vantagens aos que a praticam.
02	Segundo a reportagem da Revista Nova Escola, os bebês podem até não entender todo
03	o enredo de uma história, mas a leitura em voz alta os coloca em contato com outras
04	dimensões das linguagens oral e escrita, que serão importantes em <u>seu desenvolvimen-</u>
05	<u>to.</u> Especialistas acreditam que para alguém se interessar por livros na vida adulta, é
06	fundamental que a palavra escrita esteja ao seu alcance desde cedo, por isso a impor-
07	tância do incentivo a leitura desde bebê, sabemos que quem lê bem escreve bem, <u>sendo</u>
08	<u>que podemos</u> ter grandes escritores que foram incentivados a <u>partir da infância.</u> É im-
09	portante ressaltar, que <u>esses ingênuos bebês</u> crescerão, e se tornarão adultos, capazes de
10	governar <u>noossa</u> sociedade, então cabe a nós prepará-los para transformar <u>nosso futuro</u>
11	<u>num mundo melhor.</u>

Recebido em 30 de janeiro de 2017.

Aceito em 18 de abril de 2017.

DA (DES)NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE COMPLEMENTO NOMINAL E
ADJUNTO ADNOMINAL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-BIBLIOGRÁFICA

ABOUT THE (UN)NECESSARY DISTINCTION BETWEEN NOMINAL
COMPLEMENT AND ADNOMINAL ADJUNCT: A HISTORICAL
BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS

Anya Karina Campos D'Almeida e Pinho
Universidade Federal de Minas Gerais
campos.anya@gmail.com

Sueli Maria Coelho
Universidade Federal de Minas Gerais
sucoelho@ufmg.br

RESUMO: A investigação proposta neste artigo resulta da análise de gramáticas latinas e portuguesas, bem como de gramáticas normativas modernas, acerca do tratamento dado a complementos nominais e a adjuntos adnominais ligados pela preposição *de* a substantivos indicadores de ação ou de qualidade. As generalizações alcançadas sugerem que tais termos apresentam, historicamente, o mesmo estatuto sintático e que sua distinção em duas categorias distintas, pautada em critérios semânticos, resulta de uma analogia dicotômica entre as noções de relativo/abstrato/terminativo e absoluto/concreto/restritivo.

PALAVRAS-CHAVE: Diacronia. Complemento terminativo. Complemento restritivo. Complemento nominal. Adjunto Adnominal.

ABSTRACT: The research proposed in this article results from an analysis of Latin and Portuguese grammars and so from modern normative grammars about the treatment that these works have given to nominal complements and adnominal adjuncts linked to nouns that indicate action or quality by the preposition *of*. The generalizations we have reached suggest that historically both terms have the same syntactic status and that their distinction into two distinct categories, which is based on semantic criteria,

results from a dichotomous analogy between the notions of relative / abstract / terminative and absolute / concrete / restrictive.

KEYWORDS: Diachrony. Terminative complement. Restrictive complement. Nominal Complement. Adnominal adjunct.

Considerações iniciais

Não raro, a descrição linguística empenhada pela tradição gramatical é alvo de críticas, não só pela limitação inerente a qualquer teoria para explicar a diversidade de usos linguísticos, mas também e, sobretudo, pela mistura de critérios adotados, o que pode ser ilustrado, entre outros casos, pela controversa distinção entre os termos *complemento nominal* e *adjunto adnominal*, quando estes são formalmente construídos com preposição *de* ligada a substantivos indicadores de ação ou de qualidade¹. Reza a tradição que, nesse caso, o que determinará a classificação sintática do termo preposicionado são critérios semânticos ligados à sua agentividade, quais sejam: (i) se o termo for agente da ação expressa pelo nome, será classificado como adjunto adnominal (construção *do engenheiro*); (ii) se paciente, classificar-se-á como complemento nominal (construção *da ponte*). Fato é que esse critério aparentemente simples e eficaz não consegue abarcar todos os usos linguísticos, em face da existência de contextos ambíguos quanto à agentividade, como, por exemplo, *defesa do presidente*. Embora não pareça dúvida quanto à passividade do substantivo *ponte* no evento *construção*, dado seu traço [-animado], o mesmo não se pode dizer do substantivo *presidente* em relação a *defesa*; este pode ser tanto o agente da ação expressa por esse nome (o presidente irá defender-se de algo) quanto seu paciente (alguém o defenderá de algo). Frente a tal impasse, a classificação só pode ser levada a cabo a partir da análise de um contexto ampliado, o que nem sempre é suficiente para dirimir todas as dúvidas, como se observa neste excerto, extraído da Folha de São Paulo:

- (1) “O advogado Sebastião Alves dos Reis Júnior, indicado pela presidente Dilma Rousseff para ser ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), constou na defesa *de dois lados opostos* em um processo

¹ Rocha Lima (2007, [1957]) afirma que “esses casos aparentemente ambíguos ocorrem tão-só com a preposição ‘de’, em razão, por ventura, de ser ela a mais vazia das preposições” (p. 242).

judicial que chegou ao tribunal. [...] Inicialmente, em 1995, Reis Júnior assina, na 1ª instância, a defesa da *Eletronorte* contra o Cnec (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores), empresa de consultoria que fazia parte do grupo Camargo Corrêa até 2009, quando foi vendida para um grupo australiano.” (FOLHA DE SÃO PAULO, abr. 2011, grifos nossos).

Para além da demonstrada insuficiência do critério semântico para determinar a correta categorização do termo preposicionado, há de se considerar também que, adotando um viés de análise pautado na linguística cognitiva, Pinho (2017) não identificou dessemelhança nas mesclas formadas por substantivos indicadores de ação e de qualidade e seus respectivos pós-modificadores², mesmo diante de diferenças semânticas nas funções por estes desempenhadas. Isso porque, como explica Langacker (1987), tais termos serão, com certa frequência, elementos inerentes à estrutura argumental do verbo que deu origem aos substantivos indicadores de ação.

Do exposto até aqui, fica clara, em primeiro lugar, a limitação do critério semântico, mesmo diante de uma eventual expansão do contexto imediato do termo preposicionado; some-se a isso a falta de evidências capazes de atestar distinção cognitiva entre os dois tipos de sintagmas preposicionados, o que nos leva a questionar acerca da origem de tal distinção no âmbito da tradição gramatical: o que teria motivado a adoção de um critério semântico para distinguir funções sintáticas estruturalmente semelhantes?; quando tal distinção foi estabelecida e com base em quais critérios? Se alguma resposta é possível de ser alcançada, ela há de ser recuperada a partir de uma minuciosa consulta em fontes históricas, tarefa a que nos dedicamos nos limites deste artigo. Assim, é nosso objetivo neste texto empreender uma análise histórico-bibliográfica dos termos *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, com o fito de julgar a hipótese de que tais conceitos foram talhados por analogia com os conceitos de *termo relativo* e de *termo absoluto* empregados no latim. Desse modo, ainda que alguma distinção semântica exista, esta pode não interferir no estatuto sintático do termo, o que não justifica, portanto, duas categorizações distintas. Esse é, aliás, o entendimento dos gramáticos latinos, que consideravam ambos os termos pertencentes ao grupo genitivo adnominal, limitando-se a distingui-los apenas do ponto de vista semântico: genitivo adnominal subjetivo e genitivo adnominal objetivo. Acreditamos que uma compreensão mais abrangente das origens da

² O termo “pós-modificadores” utilizado por Pinho (2017) é equivalente ao que estamos tratando como *sintagmas preposicionados relacionados aos substantivos indicadores de ação*.

distinção entre *adjunto adnominal* e *complemento nominal* possa levar à conclusão de que há algum equívoco perpetuado ao longo do tempo pelos gramáticos da língua portuguesa, o que não só contribui para uma descrição mais coerente dos fatos linguísticos, como também pode proporcionar uma forma mais didática de trabalhar esses conceitos com os alunos. Ambas as possibilidades são, segundo nossa avaliação, igualmente satisfatórias, o que justifica, portanto, esse debruçar sobre a questão, cujo percurso aqui sistematizamos em quatro seções: na primeira delas, apresentamos o tratamento dispensado pela tradição gramatical à categorização dos termos preposicionados que se relacionam aos substantivos indicadores de ação; na segunda, discutimos tal categorização à luz da perspectiva cognitiva de Langacker; na terceira seção, apresentamos uma resenha histórico-bibliográfica do tema a partir de gramáticas latinas e históricas e, por fim, na quarta seção, discutimos a hipótese da analogia entre o passado, representado pela língua latina, e o presente, representado pelos gramáticos portugueses e brasileiros.

1. Os sintagmas preposicionados relacionados aos substantivos indicadores de ação segundo a visão tradicional: uma categorização sintática pautada em critério semântico

Os conceitos de *agente* e de *paciente* são, com frequência, evocados pelos gramáticos normativos para diferenciar complementos nominais (CNs) de adjuntos adnominais (AAs) ligados a substantivos deverbais, indicadores de ação ou de qualidade. Entre as características dos CNs apontadas por Cegalla (2005, [1964]) está ser alvo do que declara o nome ao qual se liga. O próprio autor alerta para a possibilidade de confusão entre CN e AA formados por locução adjetiva. Segundo o gramático, tal confusão é desfeita considerando-se o CN como alvo da ação expressa pelo substantivo, como nos exemplos “a eleição do presidente, aviso de perigo, declaração de guerra, empréstimo de dinheiro, plantio de árvore, colheita de trigo, destruidor de matas, descoberta de petróleo, amor ao próximo, etc.” (CEGALLA, 2005, [1964], p. 364) e considerando-se o AA como agente de tal ação.

Apesar de admitir que, “do ponto de vista do ensino elementar, a distinção entre ‘complemento nominal’ e ‘adjunto adnominal’ se afigure algo perturbadora e até mesmo supérflua”, Rocha Lima (2007, [1957], p. 242) avalia que ela precisa ser considerada em uma proposta de descrição mais fiel da estrutura oracional, muito embora se ancore em conceitos linguísticos complexos: (in) transitividade e emprego concreto e abstrato de substantivos. Numa linha de

interpretação semelhante à adotada por Cegalla (*op. cit.*), Rocha Lima (2007, [1957]) entende que “ao mesmo núcleo substantivo se junta variavelmente complemento nominal e adjunto adnominal, conforme o termo preposicionado represente, ou não, o objeto da ação”, bastando, contudo, que “o substantivo, ainda que abstrato de ação, venha empregado como concreto, para que desaceite complemento nominal” (p. 242), argumento que ilustra com o sintagma “plantação *de cana*”, em que o termo *de cana* se classifica, respectivamente, como complemento nominal ou como adjunto adnominal, segundo *plantação* seja concebido como a ação de plantar ou como o substantivo concreto.

Entretanto, casos há em que a ambiguidade não pode ser seguramente desfeita, o que parece ocorrer prioritariamente quando o substantivo integrante do termo preposicionado apresenta o traço [+animado], conforme já sinalizado nas considerações iniciais. Analisemos o seguinte exemplo de complemento nominal apresentado por Sacconi (2010a):

(1) “A lembrança *da namorada* fê-lo chorar.” (p. 379, grifos do autor)

A despeito de a leitura mais prototípica parecer ser aquela em que a namorada foi o objeto da ação de *lembrar* e, conseqüentemente, paciente dessa ação, o que lhe confere a classificação de complemento nominal, tal como proposto por Sacconi (*op. cit.*), não nos parece agramatical nem improvável uma leitura em que a namorada tenha sido agente de uma lembrança (um fato lembrado, por ela, por exemplo) que motivou o choro do namorado. Nesse caso, o termo deveria ser, pois, classificado como adjunto adnominal. Além desses casos de ambiguidade, o apelo à noção de agentividade do termo para identificar sua função sintática se mostrará igualmente ineficaz sempre que tal termo se ligar a um substantivo indicador de uma ação reflexiva, como *suicídio*, por exemplo. Sabe-se que, num enunciado como “O suicídio *de Pedro* abalou toda a família”, *Pedro* é tanto o agente quanto o paciente da ação de suicidar-se, o que torna paradoxal classificar sintaticamente o termo destacado com base no critério semântico da agentividade.

Bechara (2009, [1961]) parece sensível à ineficácia do critério pautado nas noções de agente/paciente e adotado pelos demais normativistas. A partir dos exemplos “a resolução *do diretor*”, em que *o diretor* é agente da ação de resolver, e “a descoberta *da imprensa*”, em que *a imprensa* é paciente da ação de descobrir, o gramático argumenta que os termos *do diretor* e *da imprensa* não podem receber classificação sintática distinta, uma vez que ambos “participam das mesmas características próprias de complemento nominal; além da nominalização, não admitem apagamento” (BECHARA, 2009, [1961], p. 453).

Embora seja bastante controversa a questão da admissão ou não de apagamento como característica dos CNs, advinda, por certo, de sua inserção no grupo dos termos integrantes, Bechara (2009, [1961]) observou a semelhança de comportamento entre os dois termos, admitindo que o critério semântico relativo às noções de agente e de paciente é irrelevante para que CN e AA sejam separados em dois grupos sintáticos distintos, tese da qual também partilhamos. Não julgando o mérito dos demais critérios apontados por Bechara (*op. cit.*) para sustentar sua tese, há ao menos um fator cognitivo a corroborar seu entendimento do fenômeno. Trata-se dos conceitos de *trajector* e de *marco* propostos por Langacker (2008), os quais discutiremos na próxima seção.

2. Os sintagmas preposicionados relacionados aos substantivos indicadores de ação segundo a perspectiva cognitiva de Langacker: os conceitos de *trajector* e de *marco*

Langacker (2008), ao tratar das saliências/proeminências³ na estrutura linguística, explica que elas se dão de diferentes formas, sendo o *trajector* e o *marco* tipos de proeminência que merecem alguma atenção. O autor explica que vários degraus de saliência surgem quando uma relação linguística é estabelecida. Assim, o participante mais proeminente, aquele que se encontra no foco primário da relação, é chamado de *trajector* (tr), representado pela entidade situada, avaliada ou descrita. Em contrapartida, o participante que aparece no foco secundário em relação ao *trajector* é o *marco* (*Landmark* – lm) (LANGACKER, 2008). De acordo com o autor, existem, contudo, expressões que podem contar com apenas um participante e, nesse caso, ele será o *trajector*. É o que ocorre, por exemplo, com os verbos *vir* (*come*) e *chegar* (*arrive*), quando acompanhados de um termo locativo, como em “Ele veio *de outro país*” e “Ele chegou *da Espanha*”.

Visando a sanar qualquer equívoco advindo da analogia cognitiva com o termo, Langacker (2008) esclarece que o *trajector* não tem necessariamente que se mover tampouco que aquilo que se move na relação será necessariamente o *trajector*. Essa observação leva à compreensão de que a proeminência não se dá, pois, em termos do papel semântico desempenhado pelo *trajector*, mas tão somente em função dos níveis de perspectiva da relação.

O autor esclarece, ainda, que “mesmo no nível conceitual, os objetos do nosso universo mental não têm um *status* inerente de *trajector* ou de *marco*.”

³ Tais termos são tratados como sinônimos pelo autor.

Esses perfis fazem parte das conceptualizações evocadas pelos significados das expressões linguísticas⁴ (LANGACKER, 2008, p. 73). Ou seja, a proeminência de determinada entidade, se ela aparece no foco primário ou secundário, não se deve à entidade em si, mas à construção em que ela aparece e aos valores semânticos selecionados por essa construção.

Por fim, Langacker (2008) destaca que os mesmos elementos podem ser combinados de maneira a formar expressões progressivamente maiores e podem assumir diferentes graus de proeminência em cada uma dessas expressões. Assim, *mesa (table)* é apenas uma coisa, mas, ao integrar a expressão espacial *acima da mesa (above the table)*, passa a funcionar como *marco* da preposição *acima*. Em “A lâmpada está acima da mesa” (*The lamp is above the table*), *lâmpada* é o *trajector* da relação espacial estabelecida pela preposição *acima* e *mesa* é o *marco* da mesma relação. Por fim, em “Ela detesta a lâmpada acima da mesa” (*She detests the lamp above the table*) (LANGACKER, 2008, p. 73), *ela* é o *trajector* da relação estabelecida pelo verbo *detestar* e *lâmpada* é o *marco* da mesma relação verbal.

Analisando os termos objeto de nosso debate à luz de tais conceitos, observamos semelhança de processamento. Tomemos, a título de ilustração, o sintagma “necessidade *da mãe*”, em que o termo *da mãe*, dependendo do contexto, pode ser tanto agente (A necessidade *da mãe* fez o filho abrir mão de seu sonho) quanto paciente (A necessidade *da mãe* fez dele um menino inseguro), classificando-se, portanto, segundo os critérios tradicionais, respectivamente, como AA e como CN. A despeito dessa categorização distinta, segundo Langacker (1987), *da mãe* seria processado cognitivamente da mesma forma, independentemente de ser agente ou paciente da ação expressa pelo nome *necessidade*. Para o autor, os sintagmas nominais (SNs) + modificador introduzidos por preposição *de (noun-phrases of)*, em construções como “pai *da noiva*” (*the father of the bride*), são semelhantes àqueles formados por um verbo nominalizado funcionando como núcleo do SN: “descoberta *da penicilina*”.

Assim, em uma oração do tipo “A criança necessita de atenção”, *criança*, o sujeito da oração, seria o *trajector*, elemento mais proeminente na cena criada pelo verbo *necessitar*; ou seja, a cena se organiza em torno do substantivo *criança*. E *atenção*, núcleo do objeto indireto, seria o *marco* (parte da informação dada sobre a criança), elemento menos proeminente. Nas construções

⁴ Do original: “Even at the conceptual level, the objects of our mental universe have no inherent status as profile, *trajector* or landmark. These pertain specifically to the conceptualizations evoked as the meaning of linguistic expressions.” (LANGACKER, 2008, p. 73).

“necessidade da criança” e “necessidade de cuidado”, o substantivo *necessidade*, uma nominalização do verbo *necessitar*, seleciona ou um *trajector* ou um *marco* do processo expresso pelo verbo que deu origem ao nome. Em ambas as construções, o elemento selecionado (complemento da preposição) passa a funcionar como marco da predicação relacional estabelecida pela preposição *de*.⁵

Langacker (1987) explica ainda que, da mesma forma que o substantivo resultante da nominalização de um verbo faz com que esse substantivo (*trajector*) se ligue, na presença da preposição *de*, a um *marco*, que será, muito provavelmente, um dos argumentos internos daquele verbo, em “o pai da noiva”, “um amigo de Tom” e “o chefe daquela tribo”, os *trajectores pai, amigo e chefe* se ligarão, por meio da preposição *de*, a *marcos* que validem as relações de paternidade, de amizade e de chefia, respectivamente (LANGACKER, 1987). Note-se que, em ambos os casos, esses dois tipos de sintagmas introduzidos por preposição *de* (*noun-phrases of*) são percebidos cognitivamente de forma bastante parecida: ocupando a função de núcleo da construção, está um substantivo funcionando como *trajector*, elemento mais proeminente da cena, e, ocupando a função de argumento, está um elemento que estabelece uma relação inerente com o núcleo, funcionando como *marco* não só desse núcleo, como também da preposição *de*, considerando-se esta o núcleo do sintagma preposicional (LANGACKER, 1987).

Assim, é discutível a afirmação de que, no caso em que *da mãe* é paciente, tal termo integra o significado do nome *necessidade*, mas, no caso em que é agente, apenas o especifica, porque esse substantivo seria transitivo no primeiro caso, mas não no segundo. Essa visão dos fatos se alinha ao argumento da nominalização apresentado por Bechara (2009, [1961]), em prol da tese de que o estatuto sintático dos termos é o mesmo. Nos termos de Langacker (1987), a normalização do verbo *necessitar* faz com que o nome *necessidade* seja transitivo tanto para o sujeito (*trajector*) quanto para o complemento (*landmark*), já que tais termos fazem parte da estrutura argumental do verbo que originou o nome (LANGACKER, 1987).

Demonstrada a semelhança cognitiva entre ambos os termos, resta-nos, então, tentar entender o que motivou tal distinção que, como evidenciado,

⁵ Langacker trabalha com a preposição *of*, em estruturas nominalizadas, que percebemos como semelhantes às estruturas do português com as quais se trabalha nesta pesquisa, que contêm a preposição “de”.

pauta-se em critérios semânticos. Para tanto, recorremos a gramáticas latinas e a gramáticas históricas da língua portuguesa cujos compilados apresentamos na seção seguinte.

3. Uma resenha histórico-bibliográfica da categorização dos sintagmas preposicionados relacionados aos substantivos indicadores de ação

Considerando-se a natureza preposicional dos termos de que nos ocupamos, sua origem assenta-se no caso *genitivo* latino cuja complexidade já era reconhecida pelos gramáticos dessa língua:

O *genitivo*, pela grande multiplicidade de seus empregos, é dos casos mais complexos. Entretanto, de modo geral se pode dizer que primitivamente possuía dois valores distintos: indicar o todo de que se toma uma parte (*Genitivo Partitivo*), ou o complemento do substantivo (*Genitivo Adnominal*). (FARIA, 1958, p. 340)

Interessa-nos, pois, no âmbito deste estudo, o *genitivo adnominal*, que, segundo o autor, “exprime o que é da esfera do nome, o *que o completa*, sendo de se notar que as relações estabelecidas entre êle e o substantivo de que depende são as mais variadas” (p. 344, grifos nossos). Em face da diversidade de usos, o autor inicia sua explanação pelo emprego mais geral do termo,

estudado sob a rubrica de *genitivo objetivo* ou *subjetivo*. Assim, quando um substantivo exprime uma ação (e geralmente da mesma raiz de um verbo transitivo) vem acompanhado de um *genitivo adnominal*, êste pode representar ou o sujeito ou o objeto da ação que seria indicada pelo verbo (FARIA, 1958, p. 344).

Já na definição, é possível identificar dois aspectos relevantes para nosso estudo: (i) a natureza completiva do termo preposicionado em relação ao nome e (ii) as nuances do critério semântico pautado na agentividade do termo. Tais critérios ficam mais evidentes, quando se analisam os exemplos apresentados pelo autor para ilustrar os dois tipos de *genitivo*, quais sejam: (i) *genitivo subjetivo*: “a chegada *de Pitágoras*”, “as injustiças *dos inimigos* para com êle”, “a opinião *do meu escravo*”, “os benefícios *dos antepassados*”; e (ii) *genitivo objetivo*: “pelo amor *da pátria*”, “mêdo *dos deuses*, amor *dos pais*”; “o único remédio *das minhas misérias*” (FARIA, 1958, p. 344, grifos nossos). Atentemo-nos para o fato de que, na exemplificação do autor, há um caso em que, na classificação

tradicional, o termo preposicionado seria adjunto adnominal por se ligar a substantivo concreto (remédio *das minhas misérias*). Logo, depreende-se daí que a concretude/abstração do nome, considerada uma questão complexa para a classificação, segundo Rocha Lima (2007, [1957]), não era critério adotado na língua latina, que se valia apenas da morfologia dos casos para demarcar as funções sintáticas. Ademais, se a morfologia do caso era a mesma, há de se admitir que o estatuto sintático dos termos também o fosse, variando-se apenas seus traços semânticos.

Ao contrário do que observamos na contemporaneidade, essa não parece ter sido uma questão controversa na língua latina, já que gramáticos anteriores a Faria, como Ravizza (1940), por exemplo, adotam a mesma subdivisão para classificar o genitivo. O que difere, inicialmente, os dois gramáticos é uma variação de terminologia, pois o termo tratado sob o rótulo de *genitivo adnominal* por Faria (1958) é referido como *genitivo determinativo* por Ravizza (1940). Tal distinção sinaliza, contudo, outra concepção teórica concernente à função do termo, já que o autor o define como aquele “que especifica o substantivo que rege, p. ex.: **metus hostium**, *temor dos inimigos*; **amor patris**, *amor do pai*” (RAVIZZA, 1940, p. 225, grifos do autor). Das duas definições latinas, depreendemos, pois, que, independentemente de ser concebido como complemento ou como especificador do substantivo, o estatuto sintático do termo era o mesmo, dada a morfologia do caso genitivo. Provavelmente resida aí a fonte para a distinção, no português, das funções de adjunto adnominal (especificador) e de complemento nominal sustentada no critério semântico da agentividade dos termos, o que, como demonstrado, não é suficientemente esclarecedor, sobretudo se considerarmos os casos ambíguos, para os quais o próprio Ravizza (*op. cit.*) já alertara:

O genitivo determinativo pode ter duplo sentido, conforme representa o sujeito ou o objeto na ação. Assim, p. ex.: **metus hostium** pode significar já o temor que temos nós dos inimigos, já o temor que os inimigos têm de nós. No primeiro caso, chama-se *genitivo objetivo*, porque transformando o substantivo **metus** em verbo, o genitivo **hostium** tornar-se-ia complemento objetivo: **nos meteuimus hostes**; no segundo caso chama-se *genitivo subjetivo*, porque mudando o substantivo **metus** em verbo, o genitivo **hostium** tornar-se-ia sujeito: **hostes metuunt nos**. (RAVIZZA, 1940, p. 225, grifos do autor)

Em nota de rodapé, o gramático latino explica que, com o fito de se evitar/desfazer essa ambiguidade, recorre-se a preposições ou mesmo, em se tratando

de genitivos subjetivos, “aos ablativos causã, gratiã usados como preposições para indicar um escopo que se procura alcançar” (RAVIZZA, 1940, p. 225).

Pelo que pudemos averiguar, a fonte latina do CN e do AA, sendo ambos oriundos do caso genitivo (adnominal ou determinativo), é assegurada por Almeida (2009, [1944]), que se reporta ao latim para fazer considerações sobre os papéis semânticos desempenhados por CNs e por AAs, as quais são bastante próximas daquelas mencionadas pelos autores aqui resenhados, salvo pela distinção dos termos em duas classes sintáticas distintas. Segundo Almeida (2009, [1944]), quando um termo que completa o sentido de um nome é iniciado pela preposição *de*, geralmente reflete uma relação que corresponde ao caso genitivo, que pode se subdividir em genitivo objetivo ou em genitivo subjetivo. No primeiro caso, o termo iniciado pela preposição *de* será o objeto da ação, portanto, CN, e, no segundo caso, será agente da ação, logo AA.

Como se vê, a despeito da reconhecida origem comum de CN e de AA, o que, conforme mencionamos, constitui um indício de que tais sintagmas não deveriam ter sido separados em dois grupos distintos de termos sintáticos, bastando, para efeitos de sentido, o reconhecimento de funções semânticas distintas, essa divisão vem sendo, gradativamente, construída ao longo dos séculos, conforme passamos a expor, a partir da análise de gramáticos mais antigos.

Souza (1804) reúne em um mesmo grupo todos os termos que se ligam ao nome por meio da preposição *de* e esse grupo está inserto no grupo denominado “Palavras em dependência do nome ou do sujeito”. O exemplo dado pelo autor é “A Cidade de Lisboa he a nossa Capital” (SOUZA, 1804). Ele chama de complementos todos os termos que se ligam às partes principais da oração, a saber, o sujeito, o verbo, o objeto e o termo⁶. Vê-se, pois, que se mantém na visão do gramático português a concepção de Faria (1958), segundo a qual esses termos são complementos do nome. Logo, segundo esse exemplo, o termo *de Lisboa* seria um complemento nominal e não um aposto especificativo, como concebido nos termos de hoje.

Barboza (1822) também nada diz sobre noções semânticas dos termos que se ligam aos substantivos e elenca dois tipos de complementos que se ligam a essa classe, o terminativo e o restritivo. O autor define *complemento terminativo* como “toda palavra, ou oração, que serve de termo à significação das palavras regentes” (BARBOZA, 1822, p. 398). Para o mesmo autor, *complemento restritivo* “he qualquer palavra precedida da preposição *de*, e posta

⁶ O objeto e o termo coincidem com os complementos verbais atuais, este com o objeto direto e aquele como o objeto indireto.

imediatamente depois de qualquer nome appellativo⁷ para lhe restringir e determinar sua significação vaga e geral” (BARBOZA, 1822, p. 400). Como se depreende das definições apresentadas, também este gramático português preserva a tradição latina de tratar como complemento o termo preposicionado, ainda que sua função seja restritiva ou determinativa. Prevendo uma possível confusão entre os dois termos, o autor os particulariza, afirmando que o substantivo ao qual se ligam os complementos terminativos possui significação relativa. (BARBOZA, 1822).

Ao tratar da presença da preposição entre os termos, o gramático reforça a relação de complementação requerida pelo termo regente. Para esse autor, uma ideia pode ser incompleta de duas maneiras: “ou por ser vaga e geral e, por consequencia, susceptível de determinação; ou por ser relativa, e demandar, por consequencia, hum termo, que complete sua relação. Daqui duas especies de complementos, huns Determinativos, e outros Terminativos” (BARBOZA, 1830, p. 312). Ilustrando tal entendimento, figuram os sintagmas “o filho de Pedro” e “o livro de Pedro”; o complemento *de Pedro* é terminativo no primeiro caso, já que serve de termo à significação relativa de “filho”, e determinativo no segundo, porque determina o significado geral e vago de “livro”. Essa explanação deixa clara a possibilidade de substantivos concretos serem relativos, requerendo, pois, um complemento terminativo, visão que diverge da concepção tradicional contemporânea.

Raciocínio semelhante apresenta Pestana (1849), que também reconhece a propriedade completiva do termo preposicionado ligado ao nome, embora apresente algumas considerações que sugerem uma possível propriedade de adjunção, tal como concebida nos termos de hoje. Nas palavras do autor,

de todos os antecedentes de relação de determinação – uns fazem esperar um complemento, que lhes determine e complete a significação – outros não o exigem absolutamente, mas, quando o tenham, mudam de significado, ficando por elle ou mais restrictos, ou mais ampliados. (p. 82)

A construção causativa *fazer esperar* se opõe, na citação do autor, a *não exigir*, levando-nos a pressupor que, tal como nas gramáticas contemporâneas, o complemento seria exigido, por oposição ao adjunto. Essa noção se alinha

⁷ “Substantivo apelativo ou comum é aquele que significa uma coisa ou pessoa incerta, por competir a muitas semelhantes, assim como Reino, que compete a todos os Reinos, e Rei, que compete a todos os Reis. (...) Na classe dos apelativos se incluem os substantivos Coletivos, Aumentativos e Diminutivos.” (LOBATO, 1824, p. 10-11)

com a visão do não apagamento proposto por Bechara (2009, [1961]), mas é descartada, quando se observa que o autor trata, nesta seção, dos determinantes do nome, concebidos, a exemplo dos autores até então resenhados, como complementos. Isso fica mais claro, quando Pestana (*op. cit.*) passa a tratar das quatro espécies de relações de complementação: complemento terminativo (“O louvor é devido à *virtude*”), complemento objetivo (“Matam-me saudades da pátria”), complemento restritivo (“O poema *de Camões*”) e complemento circunstancial (Chegou *ao porto*). Ao tratar dos complementos terminativo e restritivo, que nos interessam mais de perto neste estudo, o autor atribui às preposições o papel de determinar essas relações: (i) o sinal da relação terminativa “é, em português, a preposição *a* ou *para*” (p. 82) empregada para relacionar duas palavras; (ii) a relação restritiva “é significada em português pela preposição *de*” (p. 85) colocada entre dois nomes. Uma análise atenta dos ensinamentos do autor nos permite identificar outra especificidade dessas relações que transcende o emprego distinto de preposições: as relações terminativas se dão entre palavras, o que pode envolver, portanto, classes distintas; as relações restritivas ocorrem exclusivamente entre nomes.

Na mesma linha de descrição, Pereira (1907) também não estabelece distinção sintática entre os termos cuja natureza é completiva, tal como identificado no latim. Esse autor, contudo, discute a ambiguidade, que se desfaz por força da preposição, adequadamente escolhida em função da agentividade do termo, entendimento que se aproxima da visão de Ravizza (1940):

emprega-se, às vezes, a preposição *de* para indicar o *termo de relação em vez da preposição A*: *Amor da virtude*, por *amor à virtude*. Desta equivalência das duas preposições origina-se por vezes ambiguidade, que importa evitar, exs: *O amor de minha mãe me fortalece*. *De minha mãe* póde ser complemento *restritivo* ou *terminativo*: no primeiro caso MÃE é o *sujeito do amor* – é o amor della para commigo; no segundo é o *objecto* – é meu amor para com ella. Sendo, pois, *terminativo*, dir-se-á: *O amor á minha mãe me fortalece* (PEREIRA, s.d. [1907], p. 197, grifos no original).

De tudo o que até aqui se apresentou, percebemos que apenas os gramáticos brasileiros contemporâneos dividem os sintagmas preposicionados relacionados aos substantivos indicadores de ação em duas categorias sintáticas – adjuntos adnominais e complementos nominais – justificadas segundo propriedades semânticas ligadas à agentividade do termo, conforme sumarizado no quadro a seguir:

Síntese histórica da categorização dos sintagmas preposicionados ligados a nomes indicadores de ação por meio da preposição *de*.

GRAMÁTICOS LATINOS Ravizza (1940); Faria (1958)	GRAMÁTICOS PORTUGUESES Souza (1804); Barbosa (1822); Pestana (1849)	GRAMÁTICOS BRASILEIROS Pereira (1907), Almeida (1944), Rocha Lima (1957), Bechara (1961), Cegalla (1964)
<p><i>Genitivo adnominal/ determinativo subjetivo</i>: ligado a substantivo de ação e geralmente originário de um verbo transitivo de mesma raiz, representando o sujeito da ação que seria expressa pelo verbo</p> <p><i>Genitivo adnominal/ determinativo objetivo</i>: ligado a substantivo de ação e geralmente originário de um verbo transitivo de mesma raiz, representando o objeto da ação que seria expressa pelo verbo</p>	<p><i>Complemento terminativo</i>: põe termo à significação da palavra regente</p> <p><i>Complemento restritivo</i>: restringe ou determina a significação vaga e geral de um nome</p>	<p>Pereira (1907) concebe ambos os sintagmas como complemento</p> <p>(i) <i>complemento terminativo</i>: expressa o termo de uma relação representando o objeto da ação;</p> <p>(ii) <i>complemento restritivo</i>: limita ou restringe a significação representando o agente da ação</p>
		<p>Almeida (1944), Rocha Lima (1957), Bechara (1961), Cegalla (1964) concebem os sintagmas como termos distintos</p> <p><i>Complemento nominal</i>: termo exigido pela predicação nominal com função de paciente</p> <p><i>Adjunto adnominal</i>: termo que restringe a significação de um nome absoluto com função de agente</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Claro está que houve, ao longo da história, uma opção dos gramáticos da língua portuguesa por compreenderem os substantivos de mesmo radical verbal como relativos para objetos/pacientes e absolutos para sujeitos/agentes da ação expressa por tais verbos, o que se perpetuou até a atualidade com a divisão dos

sintagmas preposicionados ligados a nomes indicadores de ação por meio da preposição *de* em CN e em AA.

Do que foi aqui exposto, parece-nos possível inferir que a divisão dos sintagmas preposicionados com função semântica de agente e de paciente em dois grupos distintos de termos sintáticos provém, respectivamente, de uma analogia histórica com os conceitos absoluto/relativo e atributivo/terminativo, compreensão que pode não estar tão nítida na modernidade, sobretudo se considerarmos que o falante não conhece a diacronia da língua. Ademais, pode ser que tenha havido alguma impropriedade na compreensão de tais conceitos, hipótese que passamos a explorar na próxima seção.

4. Da analogia entre o passado e o presente: axioma ou sofisma?

De fato, existe uma correlação entre os substantivos de significação relativa e os complementos terminativos, como esclareceu Barboza (1822). Ocorre que, na modernidade, estabeleceu-se uma relação biunívoca não axiomática entre os substantivos de significação relativa e os substantivos abstratos e entre os substantivos de significação absoluta e os substantivos concretos.

Rocha Lima (2007 [1947]) chega de fato a afirmar que somente substantivos abstratos⁸ podem ser relativos. Ao distinguir os substantivos aos quais se ligam adjuntos adnominais preposicionados daqueles aos quais se relacionam complementos nominais, o autor afirma que a diferença entre eles é que “os substantivos do primeiro grupo (copo, rosa) são intransitivos; ao passo que os do segundo (invasão, conversa) admitem emprego como transitivos” (ROCHA LIMA, 2007 [1947], p. 241).

O mesmo autor afirma, na sequência, que somente substantivos abstratos podem admitir emprego transitivo, sendo esses substantivos abstratos de ação (inversão, obediência e ida) ou de qualidade (certeza, fidelidade) (ROCHA LIMA, (2007 [1957])).

⁸ Para esse gramático, *substantivos abstratos* são os que designam nomes de qualidades, de ações ou de estados – umas e outros imaginados independentemente dos seres de que provêm, ou em que se manifestam. Incluem-se nesse grupo as qualidades (formosura, tristeza, bondade), as ações (adoração, agradecimento, resolução, casamento), os estados (morte, vida, sonho, cegueira). Já os *substantivos concretos* são aqueles que designam seres que têm existência independente, ou que o pensamento apresenta como tal. Pouco importa que tais seres sejam reais ou não, materiais ou espirituais. Incluem-se nesse grupo: pessoas, animais, vegetais, objetos, lugares, entidades (diabo, fada, homem, lobisomem, saci), minerais, fenômenos (chuva, nevoeiro, vento), instituições (parlamento, dinheiro, tribunal), concepções (círculo, algarismo, símbolo).

Pereira (s.d. [1907]), único gramático brasileiro a seguir as tradições latina e portuguesa, parece não corroborar o entendimento de Rocha Lima (2007 [1947]). Analisando-se os exemplos fornecidos por esse autor, percebemos que tanto os substantivos concretos quanto os abstratos podem apresentar significação relativa, ligando-se a complementos terminativos. Para Pereira (s.d. [1907]), os nomes *amor*, em “amor à *virtude*”, e *título*, em “título de *eleitor*” – independentemente de ser *amor* substantivo abstrato e *título*, concreto – estão ambos acompanhados de um complemento terminativo, perspectiva de análise que se alinha à proposta de Barboza (1922), para quem são terminativos os complementos de palavras regentes relativas. São exemplos de complemento terminativo fornecidos pelo autor: “filho de *Antônio*”, “pai de *Pedro*” e “irmão de *Sancho*”.

Desse modo, compreendemos que a relação biunívoca entre nome relativo e substantivo abstrato não se sustenta, o que, na contraparte, também inviabiliza tal relação em se tratando de nome absoluto e de substantivo concreto. Além disso, devemos considerar que, para além das noções de concreto/abstrato que caracterizam os papéis semânticos dos termos preposicionados, não podemos desconsiderar o fato de que tais termos eram argumentos dos verbos dos quais se originaram, o que lhes assegura, portanto, um estatuto de complemento.

Sendo assim, por que as gramáticas normativas atribuem funções sintáticas distintas segundo o termo seja agente ou paciente? Uma hipótese plausível para responder a essa pergunta seria considerar que a classificação dos sintagmas agentes como adjuntos adnominais fez-se necessária para referendar a teoria das gramáticas normativas atuais⁹ de que somente adjuntos adnominais se ligam a substantivos concretos, com o fim de determiná-los ou de lhes restringir uma possível vagueza semântica. Essa solução se alinha paradigmaticamente à proposta de que os nomes relativos são abstratos e de que os termos que lhes completam a relação se opõem dicotomicamente aos termos restritivos em virtude de sua função semântica de paciente.

Ocorre, contudo, que tal interpretação, como aqui se demonstrou à exaustão, parece não ter amparo histórico, o que nos leva a propor a hipótese, ainda incipiente, de que a questão conflituosa que envolve a categorização de sintagmas preposicionados ligados a substantivos indicadores de ação esteja relacionada a uma correspondência biunívoca estabelecida pelas gramáticas normativas atuais entre os termos relativo/abstrato/terminativo e absoluto/

⁹ Consideram-se gramáticas normativas atuais aquelas publicadas após (e pelo menos parcialmente de acordo) a NGB.

concreto/restritivo. Uma investigação mais aprofundada dessa hipótese, bem como uma proposta de categorização de tais termos, considerando-se a (in) adequação de dividi-los em classes sintáticas distintas, será objeto de outro trabalho. Por ora, basta-nos a constatação de que existe um elo perdido nesse percurso histórico cuja identificação pode elucidar questões ainda hoje nebulosas tanto para teóricos quanto para aqueles que se veem solicitados a categorizá-los.

Considerações finais

Dedicamo-nos, no espaço deste texto, a analisar, sob um viés histórico-bibliográfico, o tratamento que os autores de compêndios gramaticais têm dispensado aos sintagmas preposicionados que se ligam a substantivos indicadores de ação por intermédio da preposição *de*. A opção por essa via de análise foi motivada pelo propósito de se investigar a hipótese de que a adoção de critérios semânticos para categorizar em classes sintáticas distintas *adjuntos adnominais* e *complementos nominais* não tem amparo histórico.

A maior parte dos autores de gramáticas normativas do português contemporâneo entende que sintagmas preposicionados podem se ligar a substantivos que indicam ação e que, quando isso ocorre, tais sintagmas serão classificados como complementos nominais, caso sejam pacientes da ação verbal e, como adjuntos adnominais, caso sejam agentes.

Segundo pudemos verificar, tal distinção não ocorria na língua latina, que considerava ambos os usos como nuances semânticas do mesmo caso – o genitivo adnominal –, nem nas gramáticas portuguesas do séc. XIX, que igualmente concebiam os termos como complementos: (i) *terminativo*: aquele que põe termo a uma palavra regente; (ii) *determinativo*: aquele que restringe a significação vaga de um nome. Além disso, a separação desse tipo de sintagma (SUBSTANTIVO abstrato indicativo de ação + DE + X) em dois grupos distintos de termos oracionais é desencorajada por Langacker (1987), que considera de assimilação cognitiva semelhante os agentes e pacientes que se ligam a substantivos deverbais.

Nossa análise identificou indícios de que essa divisão decorre do fato de os autores brasileiros terem, por algum motivo, estabelecido uma relação biunívoca entre os termos relativo/abstrato/terminativo e absoluto/concreto/restritivo. Tal relação, segundo cogitamos, pode ter sido motivada pela necessidade de sustentar o entendimento de que apenas os substantivos concretos, por serem absolutos, podem carecer de uma restrição semântica; os nomes abstratos, de natureza relativa, ao contrário, requerem um complemento que ponha termo à

sua significação. No que tange ao critério da agentividade dos termos, é provável que seja um legado histórico das noções de complementos atributivos e terminativos latinos, que se distinguiram semanticamente em pacientes e em agentes da ação expressa pelo nome. Essas especulações abrem, pois, um caminho de análise que busca não apenas investigar essa tese, bem como julgar a (im)propriedade de tais categorizações, tarefa a que nos dedicaremos num futuro próximo.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1944). **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 698p.
- Autor (2017)
- BARBOZA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios da grammatica geral aplicado a nossa linguagem**. Typographia da Academia Real das Sciencias. Lisboa: 1822. 466p.
- BECHARA, Evanildo (1961). **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009. 671p.
- CEGALLA, Domingos Pascoal (1964). **Novíssima gramática da língua portuguesa**.
- FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958. 530p.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha (1957). **Gramática normativa da língua portuguesa**. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007. 553 p.
- LOBATO, Antônio Jose dos Reis. **Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa**. Nova edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1824. 235p.
- PEREIRA, Carlos, Eduardo (1907). **Gramática Expositiva: curso superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- PESTANA, Daniel Ferreira. **Princípios de Gramática Geral Aplicados à Língua Portuguesa**. Nova Gôa: Imprensa Nacional, 1849. 198p.
- RAVIZZA, João. **Gramática latina**. Niterói: Escolas Profissionais, 1940. 560p.
- SACCONI, Luiz Roberto. **Nossa gramática completa**. 30. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010a. 592p.
- SACCONI, Luiz Roberto. **Novíssima gramática ilustrada**. 23. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010b. 496p.

SELIGMAN, F. (2011, 30 de abril). Indicado ao STJ constou de dois lados de processo: prática é considerada ilegal pelo Código Penal. **Folha de São Paulo**, Poder. Recuperado a partir de [ttp://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2004201121.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2004201121.htm)

SOUZA, Manoel Antônio de. **Gramática Portuguesa**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804, 283p.

Recebido em 26 de agosto de 2017.

Aceito em 17 de outubro de 2017.

REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE LÍNGUA: INFLUÊNCIA
EPISTEMOLÓGICA SAUSSURIANA EM MICHEL PÊCHEUX

REFLECTIONS ON THE NOTION OF LANGUAGE: THE SAUSSURIAN
EPISTEMOLOGICAL INFLUENCE IN MICHEL PÊCHEUX

Christiano Titoneli Santana
Universidade Federal Fluminense
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
christiano.titoneli@gmail.com

RESUMO: O propósito deste artigo é estudar a noção de língua pensando o percurso de Saussure ([1916] 2006) e suas influências sobre a Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Pêcheux (1997). Para tanto, investigaremos as influências sociológicas e filosóficas sofridas por Saussure (2006) durante sua época, de modo a tomar a língua como seu objeto de estudo científico. Posteriormente, identificaremos alguns traços possíveis de aproximação e de deslocamento da teoria saussuriana na formulação de língua em Pêcheux (1997).

PALAVRAS-CHAVE: *Língua, Linguística, Análise do Discurso, Saussure, Pêcheux.*

ABSTRACT: The purpose of this article is to bring to light the notion of language by thinking about Saussure's course ([1916] 2006) and his influences on the Discourse Analysis, founded by Pêcheux (1997). For this purpose, we will investigate the sociological and philosophical influences in Saussure's work (2006) during his time, so he could make the language as an object of scientific study. Subsequently, we will identify some possible traits of approximation and displacement of the Saussurian theory in the formulation of language in Pêcheux (1997).

KEYWORDS: *Language, Linguistics, Discourse Analysis, Saussure, Pêcheux.*

Introdução

Este artigo tem como propósito um percurso teórico, centrando-se na noção de língua; para tanto, aproximar-nos-emos de Saussure (2006), percorrendo algu-

mas das correntes filosóficas e científicas que o influenciaram e que o cercavam à época. Com isso, o percurso será da seguinte forma: 1) Começaremos com a noção de positivismo como prática investigativa no século XX, como corrente sociológica, filosófica e política desenvolvida por Comte (1978),¹ quem fundou a ciência primariamente denominada física social e, mais tarde, denominou-a como sociologia; e 2) Chegaremos ao conceito de fato social, na sociologia, postulado por Durkheim (1972).² Trabalharemos, então, o diálogo entre essas duas correntes e suas influências na dicotomia língua (*langue*) e fala (*parole*) e o recorte do objeto da linguística, conforme instituído por Saussure (2006). Faremos este recorte inicial para nos debruçarmos na questão, especificamente, da língua formulada por Saussure (2006), para que dela possamos nos distanciar e nos aprofundar na noção de língua instituída pela Análise do Discurso (AD).

Focando-nos no escopo da linguística como definida no Curso de Linguística Geral (CLG), Saussure (2006) está atravessado pelas ciências, pelo modo de ver o mundo nas condições sócio-históricas daquele período em meio ao panorama do início do século XX. Seus postulados, seus recortes, sua forma de pensar a ciência e o todo ao redor materializam de forma diversa e, principalmente, em seus manuscritos e nas anotações de seus alunos. Ao centrar-se nos estudos da linguagem como uma ciência piloto para, posteriormente, fundar a linguística como ciência moderna, foi preciso que ele, afetado pelo seu momento histórico, embasasse suas investigações e seus métodos na visão de ciência da época. E quanto às influências e contribuições para a formação da linguística, Corrêa (2002, p. 23) assevera que “A história quase oficial a respeito da constituição da linguística como ciência é a que liga Saussure a Durkheim e, indiretamente, a Comte”. E é nesse caminho traçado por Corrêa (2002) que buscaremos contribuições epistemológicas para a constituição da noção de língua em AD.

1. Influências sociológicas e filosóficas em Saussure: um recorte possível

O positivismo, em linhas gerais, preza pela observação, experimentação, delimitação e aplicação de métodos para compreender a natureza humana e a

¹ Obra em sua 3a. edição, ano 1978, editora Abril Cultural, originalmente publicada em seis volumes entre os anos 1830-1842.

² Obra em sua 6a. edição, ano 1972, Companhia Editora Nacional, primeiramente publicada em 1895.

realidade social, com foco nos fatos, e não nas causas dos fenômenos. Principalmente a partir do Iluminismo, começam a ser prescindidas gradualmente as explicações da realidade humana a partir de eventos exteriores ao homem, antes fundamentadas em conceituações de foro teológico ou metafísico. A razão passa a entrar em cena como fundamento, o homem é considerado o centro do pensamento, e o entendimento do social tende a ser, aos poucos, alicerçado cientificamente em método de investigação.

Em sua obra *Curso de Filosofia Positiva*, Comte (1978, p. 4) apresenta a lei dos três estados, isto é, os três momentos do desenvolvimento do conhecimento pelo qual o indivíduo passa, que “são três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo”. Atendo-nos ao último, vemos que o indivíduo deixa de colocar a razão como secundária à imaginação e inclina-se a não procurar mais o porquê das coisas e o absoluto. Nos termos de Comte (*op.cit.*, p. 4), “Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos”. É importante apontar que essa concepção de positivismo é postulada por Comte (1978), porém, como o próprio autor salienta, tanto a postura quanto o sentimento positivista de ver o mundo já são experienciados desde Kepler na astronomia, em Descartes, assim como desde as inspirações do racionalismo e do empirismo em direção ao nascimento do Iluminismo. Segundo a crença positivista, não condiz à filosofia positiva recorrer às causas dos fenômenos, mas sim analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção – é uma perspectiva voltada à investigação do fato em sua concretude. Vemos, aqui, a total crença no sentido de completude e totalidade das coisas do mundo.

Não há como negar o lugar teórico de Comte (1978), que buscou instituir a sociologia como ciência; entretanto, é em Durkheim (1972) que teremos o campo da sociologia construído e mais delineado de modo a chancelar de vez a sociologia como uma disciplina científica. Entre seus estudos mais importantes, contamos com o conceito de fato social que permeia a noção de que os fatos são externos ao indivíduo, no sentido de que existem independentemente da vontade do homem em sua singularidade. Durkheim (1972) debruça-se sobre a investigação dos fatos considerando-os como uma unidade capaz de manter o elo, a estabilidade e a unidade das relações sociais entre os indivíduos. Fatos sociais “consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1972, p. 2). Isto é, dão-se por meio da prática social, principal-

mente catapultados pela educação, que para o autor é um meio coercitivo de levar as crianças a ver o mundo, a agir, a sentir de uma dada forma. Para ele, desde o nascimento, as crianças são imputadas a obedecer a regras e a segui-las, de maneira que paulatinamente essas coerções deixem de ser percebidas e sentidas e passem a ser compreendidas como hábitos. Todas e quaisquer atividades, regras sociais são interpretadas como um meio no qual o homem pode internalizá-las e pô-las em prática desde o seu nascimento, em níveis e demandas complexas diferentes.

Durkheim (1972, p. 1) exemplifica os fatos sociais ao dizer: “Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes”. Podemos refletir que, de acordo com essa visão filosófica, os fatos sociais são exteriores ao indivíduo, mas para tais fatos existirem, é necessário haver o indivíduo, sem ele não há fatos sociais. Para Durkheim (1972), os fatos sociais existem em uma coletividade, e não na individualidade, o homem em sua particularidade perde o controle de sua produção; portanto, é uma prática, “que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (*op.cit.*, p. 5). Nesse ponto de vista filosófico e, sobretudo, sociológico da época, é forte essa divisão entre o homem e a sociedade, não há a perspectiva de que os fatos sociais possam dar-se, por sua vez, em uma relação constitutiva entre sujeito e mundo, em que tais fatos, apesar de não serem estanques, apresentem contradições, falhas em uma relação de constante mudança entre o sujeito e o mundo; portanto, uma relação não divisível.

2. A noção de língua em Saussure e a constituição do CLG

É no desdobramento desse contexto epistemológico que Saussure está imerso e começa a lecionar linguística histórica e comparativa na Universidade de Genebra, como nos aponta Bouissac (2012). Suas três primeiras aulas nessa universidade em 1891 foram focadas na linguística geral, cadeira esta criada exclusivamente para ele ministrar, tornando-a um espaço de reflexão, ponderação e, por vezes, crítica à visão de língua vigente. Entretanto, o seu primeiro CLG aconteceu em 1907. Um dos seus maiores combates iniciais era o postulado de que a língua fosse um organismo, como se estivesse submetida

a leis biológicas de evolução – visão naturalista da época, afetada pelo darwinismo. O conceito de evolução implica uma interpretação de crescimento, desenvolvimento e morte da língua, Saussure (2006) empenha-se em derrubar essa noção ao entender que a língua é uma transmutação, continuidade, mobilidade e mudança por causas acidentais. Segundo Bouissac (2012), Saussure (2006) reprova a visão essencialista e ilusória quanto à evolução da língua. É nesse pensar a língua, durante os cursos ministrados de Linguística Geral, que se pintam os primeiros traços da abordagem de Saussure (2006) em direção à fundação da linguística como ciência.

Após recortar, de algum modo, um pouco do cenário histórico ao redor de Saussure (2006) e, singelamente, situar-nos no ponto em que suas aulas efetivamente começam a abordar a língua dentro de uma disciplina universitária, vale retomar como se deu a constituição do CLG, para então centralizarmo-nos na dicotomia língua (*langue*) x fala (*parole*) e na noção de língua, que nos interessa particularmente. Como podemos ler na própria introdução do CLG, a obra foi postumamente organizada e publicada por dois amigos e discípulos de Saussure (2006), Charles Bally e Albert Sechehaye. Ambos decidiram “por uma solução mais audaciosa” (SAUSSURE, 2006, p. 3) reconstituir os ecos do pensamento do teórico com base no terceiro curso (1910-1911), nas anotações dos cadernos de alguns alunos, uma vez que os dois “não estiveram presentes em nenhum dos três cursos de linguística geral ministrados por Saussure entre 1906 e 1911” (BOUISSAC, 2012, p. 197); além disso, tiveram acesso a poucos manuscritos do teórico por ter ele o hábito de eliminar as próprias anotações.

É incontestável e notório que a obra tornou-se referencial nos estudos de linguagem, porém, é alvo de críticas até hoje, a começar por estudiosos, como Godel, Tulio de Mauro e Rudolph Engler, que vinham se debruçando, já em meados do século XX, sobre os cadernos dos alunos e alguns dos manuscritos de Saussure. Posteriormente, conforme nos aponta Bouissac (2012), foram encontrados manuscritos inteiros redigidos por Saussure, em especial “em 1996, um verdadeiro tesouro de manuscritos foi descoberto na estufa da mansão da família de Saussure. Contudo, por sorte ou por azar, Bally e Sechehaye não puderam ter acesso a nenhum desses preciosos documentos” (*op.cit.*, p. 196). Por fim, foram Simon Bouquet e Rudolph Engler que fizeram a edição desses manuscritos em contraste com o CLG, com publicação no início deste século sob o título de *Escritos de Linguística Geral*. Quando nos referimos ao CLG,

estamos imersos em diferentes vozes no esforço ilusório de constituir uma apenas: a de Saussure (2006).³

No CLG, a primeira grande dicotomia trabalhada por Saussure (2006) foi língua x fala, dualidade esta pensada de modo a entender como se dá a linguagem. Para isso, ele estabelece a língua como essencial e a fala como secundária, vejamos:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física (SAUSSURE, 2006, p. 27).

Propondo uma dicotomia entre língua e fala, Saussure (2006) recorta a língua cientificamente como seu objeto teórico de análise. Com base nessa perspectiva, a língua é entendida como um instrumento, um sistema linguístico do falante (entendamos como sistema de signos linguísticos; os signos são linguísticos, o sistema é relativo ao modo como os signos se constituem e se relacionam uns com os outros; e a língua, assim concebida, não é um instrumento do falante. Sua natureza é coercitiva, uma coercitividade a qual o sujeito-falante, para usar o termo do *Cours*, está fatalmente subordinado) e ganha existência na coletividade, sendo, portanto, “social em sua essência” (*op.cit.*, p. 27). O termo *social*, aqui, deve ser pensado à época do início do século XX, em que o *social* está relacionado ao termo-chave da sociologia, *fato social*, como postulado por Durkheim (1972). Seguindo essa concepção, Saussure (*op.cit.*, p. 22) aponta que a língua “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la”. O termo exterioridade marca uma cisão entre coletividade e individualidade. Em sua coletividade – o que é comum a todos –, há a língua compreendida como de natureza homogênea, como sistema e estrutura. É como se a coercitividade apropriasse o falante à língua de modo que ele, em sua individualidade, produzisse a sua singularidade por meio da fala. Esse é o refinamento teórico que Saussure (2006) começa a empreender para chegar ao seu objeto teórico: a língua.

³ Quanto às divergências e aos embates a respeito da constituição do CLG, Arrivé (2010, p. 23) assevera que “a composição adotada para a obra não corresponde claramente nem à composição de nenhum dos três cursos, nem, sem dúvida, à que Saussure teria considerado se tivesse feito o projeto de extrair um livro do curso que ministrava. Daí provêm as divergências não inexpressivas entre a ‘vulgata’ e aquilo que pode ser extraído das fontes manuscritas”.

O corte saussuriano representa o esforço de separar duas naturezas que se pressupõem, a língua e a fala, como diz o autor, ambas são de naturezas diferentes, e juntas não se tornam homogêneas. É por abstração que as duas devem ser estudadas separadamente. Para o autor, a fala não é científica, pois é heterogênea, seria para ele contraproducente estudar a fala com todas as suas realizações e dinamicidade. A AD, proposta por Pêcheux (1997), desvincula-se da noção de fala como um processo de liberdade individual, e do sujeito como um falante autônomo, controlador, apregoado por Saussure (2006), no qual a linguagem é posta como liberdade, traduzida como sendo “heteróclita”. E põe em discussão a inviabilidade de pensar a autonomia universal e absoluta da língua, como se não houvesse uma exterioridade – sócio-histórica – lhe impu-tando mudanças, sentidos e rearranjos, por assim dizer. Saussure (2006) elege a língua como objeto científico e teórico, pois concebe que a língua, sendo um fato social, faz parte da sociedade, e não concerne, em partícula, a um indivíduo. Assume-se que a língua é essência e forma, tem padrões, sistematizações e, principalmente, é estável. Como apresentado anteriormente, essa noção de divisão e corte advém da prática investigativa com base na visão filosófica do positivismo já instituída na época, em que se pregava que o cientista tinha de ser neutro, despir-se de sua subjetividade, criar e rever suas hipóteses para chegar a uma verdade plena.

3. Aproximações e deslocamentos: a noção de língua para AD a partir de Saussure

Saussure (2006) levantou na língua o que era imutável: a língua é essência e forma, logo estrutura; a substância é elemento da fala. Desvios de gramática são entendidos como substância; um exemplo: a sentença “Eles viu as menina bonita” demonstra incongruência na concordância verbal, isto é, no plano da substância, enquanto no plano da forma (da língua) os elementos (sujeito + verbo + objeto) estão formados sem truncamento. Ao voltar-se ao sistema, ele busca a consistência da língua por meio da sincronia, fruto da dicotomia entre sincronia x diacronia. Esta última retrata a abordagem evolutiva e as mudanças dos elementos linguísticos com o passar do tempo. Para estudar apenas a língua, Saussure (2006) recorta-a em um período de tempo determinado, não se interessando pelo tempo anterior; logo o tempo atual, como a língua se mostra, é o seu corte.

Pensar a língua dessa forma significa rechaçar o sujeito, o social, o histórico e o discursivo, é buscar apagar ou silenciar os elementos constitutivos

da língua (histórico, social e ideológico). Ao pensar a língua, Pêcheux (1997) se aproxima de Saussure (2006) e dele propõe um afastamento ao apontar que a língua não deve ser considerada como uma unidade homogênea, submetida a diferentes regras sistematicamente. Diferentemente, a AD vê a língua como “condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2013, p. 22). E é neste lugar que nos colocamos ao entender que o sentido não se cola à palavra, mas circula pelo discurso em conjunto com a língua, permeada pelo meio sócio-histórico, pela ideologia, em diferentes posições ocupadas pelo sujeito.

Segundo Maldidier (2003, p. 22), “Pêcheux não invoca de forma alguma a ‘superação’ da dicotomia língua/fala. Saussure é, para ele, o ponto de origem da ciência linguística”. Pêcheux (1997), na ADD-69 (considerada o texto inaugural da teoria do discurso por ele proposta), propõe deslocamento a partir de Saussure (2006) quanto à dicotomia entre língua e fala, e critica a recusa do sentido que o corte saussuriano acaba por representar, quando Pêcheux (*op.cit.*, 62) diz: “a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*”. Para a AD, segundo Orlandi (2013), a língua é relativamente autônoma; entretanto, nela incidem a história, o sujeito, o social, a ideologia e o discurso, uma vez que há entre eles uma relação intrínseca, mas, principalmente, constitutiva. Não existe uma separação lógica, sistemática entre eles, a língua na AD representa o campo da possibilidade do discurso, logo dos múltiplos sentidos. Em retrospectiva, a exclusão da fala no corte saussuriano torna-se ponto de reflexão para o que a AD não pretende ser exatamente.

Pêcheux (1997) deixa claro seu deslocamento de Saussure (2006) já de início no seu texto inaugural, ADD-69, com vistas a instituir a AD. Vale destacarmos dois pensamentos quanto à formulação teórica da AD no que tange à língua, à fala e ao discurso, segundo Maldidier (2003) e Orlandi (2011; 2013).

Maldidier (2003, p. 22) aponta que “Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas”. Maldidier (2003) sublinha a importância de Saussure (2006) na formulação do discurso em AD. Ela infere o lugar teórico que Pêcheux (1997) pretende alçar ao dizer que é uma reformulação “desembaraçada de suas implicações subjetivas”, isto é, com a AD, passa-se a pensar que o sujeito não é dotado de controle intencional da língua e da fala, nas quais a história, o social e a ideologia intervêm ao produzir sentidos a partir do e no sujeito. Em outras palavras, enquanto a fala saussuriana é um ato de vontade individual e encarado “como um caminho da liberdade humana” (PÊUCHEUX, 1997,

p. 71), o discurso para Pêcheux (*op.cit.*, p. 82) é “efeito de sentidos” entre interlocutores na interseção entre língua e fala, como ato de subjetividade, sendo estas duas vistas não como dicotômicas, mas como constitutivas entre si. Logo, há um sujeito, mas não livre ou preso totalmente, ele tem escolhas, mas determinadas historicamente.

A teórica brasileira Orlandi (2011, p. 60), por sua vez, traz também uma explicação para a relação entre língua, fala e discurso, vejamos: “A noção de discurso desloca a reflexão para além da dicotomia língua/fala ou competência/desempenho. (...) O discurso não é geral como a língua (ou a competência) nem individual e a-sistemático como a fala (ou *performance*)”, e acrescenta que “não se deve confundir discurso com ‘fala’ na continuidade da dicotomia (língua/fala)” (ORLANDI, 2013, p. 21). Orlandi (2013) aponta que o discurso e a língua fazem parte do recorte teórico da AD; o discurso, entretanto, é condicionado pelo linguístico, pelo sócio-histórico, enquanto a língua tem suas rupturas, suas brechas, suas frestas. Não há uma dicotomização entre elementos interno e externo na linguagem, são elementos constitutivos, pois a “língua é assim condição de possibilidade do discurso” (*op.cit.*, p. 22).

Conclusão

Em se tratando dos estudos de linguagem, trabalhar a noção de língua sempre nos convoca a pensar por uma perspectiva da linguística. E este artigo buscou ponderar a noção de língua em Saussure (2006) a partir das influências sociológicas e filosóficas à sua época. A partir daí, propomos investigar a noção de língua na AD sob a influência da teoria saussuriana.

Estudar qualquer linha teórica dentro da linguística nos exige pensar como cada teoria considera a noção de língua. Isso se justifica uma vez que cada aporte teórico é constituído historicamente por visadas epistemológicas. Ainda na ADD-69 – texto fundador da AD de linha francesa –, Pêcheux (1997) recorreu a Saussure (2006) para fundamentar sua visão de língua na AD. Pêcheux (1997) considera que Saussure (2006) foi capaz de “quebrar essa homogeneidade cúmplice entre prática e teoria da língua [...]; torna-se um objeto de que uma ciência pode descrever o funcionamento” (PÊCHEUX, 1997, p. 1-2). Isso porque antes do CLG o estudo de língua era sinônimo tão somente de estudo de textos (PÊCHEUX, 1997). Entretanto, um dos deslocamentos de Pêcheux (1997) se deu por meio da crítica à teoria saussuriana, que desconsidera a fala como objeto de estudo científico ao lançar fora o uso concreto da linguagem.

São muitas as contribuições de Saussure (2006) que nortearam os estudos de linguagem do século passado e ainda ressoam nos dias de hoje. Este artigo não trata pura e simplesmente de uma retomada a Saussure para focar na noção de língua em AD, é também um recorte histórico que não se finda em si mesmo. Isto é, trata-se de estudar a noção de língua que não está posta como finda, mas em constante ponderação e investigação a partir de perspectivas e pontos de vista teóricos diversos.

Referências

- ARRIVÉ, M. *Em busca de Ferdinand de Saussure*. Parábola Editorial, São Paulo, 2010.
- BOUISSAC, P. *Saussure: um guia para os perplexos*. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.
- COMTE, A. *Comte*. Abril Cultural, São Paulo, 1978. Coleção Os Pensadores.
- CORRÊA, M.L.G. *Linguística e Comunicação Social: visões da linguística moderna*. São Paulo, Parábola, 2002.
- DURKHEIM, E. O que é fato social? In: *As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Pontes, Campinas, 2003.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. 11ª. Ed. Pontes, Campinas, 2013.
- _____. *O que é Linguística*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2011.
- PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Em GADET, F. & HAK. Trad. Bethânia S. Mariani [et al]. Editora Unicamp, Campinas, [1969/1997].
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora Unicamp, Campinas, 2010.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Cultrix, São Paulo, 2006.

Recebido em 29 de março de 2017.

Aceito em 17 de outubro de 2017.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL: DAS DIFICULDADES DO AUTOR ÀS
AÇÕES DO REVISOR TEXTOS

PRONOMINAL PLACEMENT: FROM THE DIFFICULTIES OF THE AUTHOR
TO THE ACTIONS OF THE REVISER TEXTS

Ricardo Santos David
Universidade Flórida Christian
ricardosdavid@hotmail.com

RESUMO: Este artigo científico é baseado no revisor de textos, ao considerar suas características entre a atuação de outros profissionais na produção editorial. Mostraremos o que é revisão textual, um breve histórico dessa área profissional, que lida com a adequação textual. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu constatar que, estes profissionais devem possuir vastos conhecimentos, por abranger todas as áreas do conhecimento humano. Concluímos que o perfil desse profissional mudou, agregando processo de editoração sugerindo que os profissionais se ajustem ao mercado e suas novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de textos; Revisor textual; Editoração; Colocação Pronominal.

ABSTRACT: This scientific article is based on the reviewer of texts, when considering its characteristics between the performance of other professionals in the editorial production. We will show what is textual review, a brief history of this professional area, which deals with textual adequacy. For this, a bibliographical research was carried out that allowed to verify that, these professionals must possess vast knowledge, since they cover all the areas of the human knowledge. We conclude that the profile of this professional has changed, adding an editorial process suggesting that the professionals adjust to the market and their new technologies.

KEYWORDS: Review of texts; Textual reviewer; Publishing; Pronominal placement.

Introdução

Atualmente, diante do crescimento de manuais e dicas sobre como escrever bem, demonstra que a sociedade entende que escrever com as normas da gramática tradicional é mais aceitável, sendo a função do revisor de textos cada dia mais importante, por ser quem corrige as formas construídas nas normas padrão. Contudo, a ideia do revisor textual, apenas como corretor de ortografia e sintaxe, é errada por excluir a adequação textual, estilística e semântica com o tempo a prática na edição do texto foram incorporadas ao seu perfil profissional.

Temos os revisores como primeiros leitores dos textos, buscando encontrar os problemas. O leitor exige textos mais perfeitos possíveis e, por isso, o ato de revisar é importante. A pesquisa que explore os manuais de revisão se faz importante, visto que futuros profissionais compreendam como a leitura é importante. Esta pesquisa visa que futuros revisores se instrua para uma revisão eficiente, sendo necessário colocar em prática as teorias presentes nos manuais de correção de textos.

Tendo como objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre o tema em discussão, trabalhado com embasamento teórico em bibliografias de autores entendidos no assunto. Serão expostas diversas perspectivas de conceituação dos diferentes autores, bem como as fronteiras de convergência realizadas pelo revisor textual. O revisor de textos é um sujeito cuja atenção volta-se quase que invariavelmente à observação do texto escrito, independentemente do gênero discursivo ou do portador em que este se apresente. Nos textos submetidos à revisão profissional, no ambiente escolar ou fora dele, a ação do revisor se faz crucial, no sentido de contribuir para a clareza, objetividade, coesão, coerência e adequação do texto em trabalho, além do respeito ao que determina a gramática normativa da língua padrão, ajudando o autor na finalização de seu texto, uma vez que ele, o autor, nem sempre faz uma real distinção entre o que prescreve a gramática normativa e as alternativas permitidas pelo uso coloquial da língua nas mais variadas situações. O intenso contato do revisor com uma grande diversidade de textos permite-lhe constatar, de modo geral e com certa constância, uma série de desvios em relação ao respeito e à aplicação das regras gramaticais. Dentre esses desvios, destaca-se o emprego dos pronomes, especialmente os oblíquos e os relativos. O presente estudo, tendo como embasamento teórico as contribuições de gramáticos e linguistas renomados, visando identificar as ocorrências dos pronomes relativos que demonstram o uso coloquial da língua materna e as que consideram a sua norma padrão. Parece que tal uso frequente

se dá ou por falta de conhecimento linguístico ou simplesmente pela ausência do hábito de usar outros relativos.

1. Levantamento de dados: análise de corpus - emprego e uso da colocação pronominal

A colocação pronominal é essencial para a boa comunicação. O pronome pode estar em três lugares numa frase: antes do verbo (próclise), no meio do verbo (mesóclise) ou depois do verbo (ênclise). Veja as situações em que se devem utilizar os pronomes oblíquos átonos nos seus devidos lugares.

Próclise: as próclises se caracterizam pela presença de um pronome antes do verbo na frase. Exemplo: Aqui se faz, aqui se paga. Este ditado é um exemplo clássico da utilização do pronome oblíquo átono “se”.

Neste caso, como está precedido de um advérbio (aqui), deve-se utilizar a próclise. É necessário utilizar próclise nas seguintes situações:

- Palavras negativas ou interrogativas ou exclamativas: “não se deve mexer em nada”; “quando se pode sair?”;
- Com pronomes relativos, indefinidos e demonstrativos: “quem me chamou?”; “alguém lhe permitirá fazer isso”;
- Verbos proparoxítonos: “enquanto a ajudávamos”;
- Com advérbios: “Talvez ela o abrace”;
- Gerúndio precedido de “em”: esta é uma situação mais rara, veja: “em se tratando de humildade, ela é a melhor”;
- Com conjunções subordinativas: “se isso me for agradável, comprarei”;

O uso da próclise é o mais comum, já que compreende todos os tempos conjugações verbais. É necessário observar qual o sentido da frase para saber como utilizar a próclise de forma que o texto ou a frase tenham concordância e coesão.

Mesóclise: a mesóclise ocorre apenas nos tempos verbais “futuro do presente” e “futuro do pretérito”. Por conta disso, sua utilização está mais ligada ao uso da norma culta da língua portuguesa e pouco se ouve este tipo de expressão no cotidiano informal das pessoas. O uso da mesóclise indica que o pronome oblíquo átono está no meio do verbo.

Veja os exemplos:

- No futuro do pretérito: “arruinar-me-iam os negócios caso assumissem o controle”;
- No futuro do presente: “lavar-se-ão as pessoas que estiverem sujas de tinta”;

Como visto, a mesóclise é um tipo de colocação pronominal pouco utilizado no cotidiano, mas desempenha papel importante quando é necessária.

Ênclise: a ênclise é o ato de colocar o pronome oblíquo átono depois do verbo. É possível utilizar a ênclise em qualquer conjugação verbal, com exceção dos tempos “futuro do presente” e “futuro do pretérito” e do verbo na forma de particípio.

É possível utilizar a ênclise com verbos no particípio apenas quando ele estiver numa locução verbal. No entanto, para saber a colocação pronominal numa frase é necessário saber o seu sentido e significado.

Veja em quais situações é possível o uso da ênclise:

- Verbo no início de uma frase: “analisaram-lhe antes da contratação”;
- “entregue-a ao seu supervisor”;
- Gerúndio: “ele melhorou a potência intensificando-a”;
- Verbo no infinitivo: “cobri-la pode aumentar a temperatura”;
- Imperativo afirmativo: “homens, mexam-se!”.

É muito fácil confundir a hora de utilizar a próclise e a ênclise. Há muitas situações dentro da língua portuguesa que podem ser entendidas de duas formas diferentes e, no geral, há frases que podem ser ditas ou escritas de várias maneiras. Desta forma, o entendimento das regras fica realmente mais confuso, principalmente para quem possui dificuldade para gravar tais regras.

2. A colocação pronominal na língua portuguesa

A língua portuguesa falada no Brasil é sutilmente diferente da que é falada em outros países de origem portuguesa, como Angola e até mesmo Portugal. As influências de outras línguas e também da forma como os termos eram utilizados fez com que a colocação pronominal sofresse alterações ao longo da história. Até hoje a colocação pronominal pode ser diferente em alguns lugares de Portugal, graças a grande variedade de miscigenações na língua portuguesa falada lá. Com a recente reforma da língua portuguesa, muitos termos muda-

ram e, como o português de Portugal era muito diferente dos nossos tempos verbais e outras características da língua acabaram mudando. Foi o caso da colocação pronominal em algumas situações. Logo, é compreensível que ainda haja contradições na forma de utilização de alguns pronomes oblíquos átonos em frases ditas e escritas, tanto aqui quanto em Portugal.

Para quem quer ter sempre certeza de que está utilizando tais pronomes de forma correta, ter um dicionário e consultá-lo sempre que necessário, é a maneira mais garantida de falar e de escrever o português de forma perfeita.

Encontramos as regras de colocação pronominal do português do Brasil facilmente basta consultar os compêndios gramaticais, através, de regras, e macetes. Sendo tão fácil o acesso às regras listadas tradicionais, e com livros e websites para ter acesso a esses conteúdos, por que então, tantas dúvidas e equívocos com relação ao uso correto dos pronomes oblíquos? Se na hora de redigir um texto temos tantas dúvidas e tentamos fugir do problema?

(LIMA, 2003) realizou um estudo sobre a norma escrita presente em textos jornalísticos e científicos. Tendo como objetivo verificar se as regras gramaticais são seguidas nos textos e avaliar como professores de português, linguistas e alunos do curso de Letras se posicionavam a respeito. Observou que, quando dois autores analisados empregavam de forma distinta ela teria de considerar ambas corretas, simplesmente porque, para cada uso havia um gramático que o amparava.

3. Análise linguística do pronome relativo

São pronomes relativos: que, quem, o qual, cujo, onde, quanto e suas variações no plural e feminino (quanta, quantos, quantas – “A sua voz me despertava tudo quanto de bom conservo na alma”. (cuja, cujos, cujas; a qual, os quais, as quais.)

Os pronomes relativos são extremamente importantes na construção de orações, pois funcionam como elementos de ligação. Eles se referem, em geral, a um termo anterior ou antecedente, já mencionado no discurso. Reproduzem, assim, o sentido de um termo (substantivo, pronome, adjetivo ou advérbio) ou de uma oração inteira. A função dos pronomes relativos é, portanto, meramente formal, e daí advêm as principais dificuldades de seu uso.

Os pronomes relativos, além de representarem um termo antecedente, desempenham também diversas funções sintáticas na oração que iniciam. Justamente por representarem um termo que apareceu antes, os pronomes relativos possuem uma dupla função: remetem-nos ao termo precedente (que o

pronome representa) e também desempenham função sintática na oração à qual pertencem. É justamente esta função de relação, de elo entre duas orações, desempenhada pelo pronome relativo, que cria as maiores dificuldades em seu uso.

Um dos principais problemas, no domínio da expressão verbal, ocorre com o uso dos pronomes relativos (principalmente que, o qual, quem e cujo). Esses pronomes são costumeiramente usados de maneira incorreta. Procuramos fazer a seguir um breve levantamento e uma classificação dos problemas mais comuns.

(Bechara, 2009, p. 171) define pronomes relativos como sendo “elementos que se referem a um termo anterior chamado antecedente”. Na língua portuguesa, esses pronomes são:

- Que – se refere a pessoas ou coisas e sua função é de pronome substantivo;
- Qual (o qual) – se refere a pessoas ou coisas e sua função é de substantivo ou adjetivo;
- Quem – se refere a pessoas ou coisas personificadas, funciona como pronome substantivo e vem sempre precedido de preposição;
- Onde – assume a função de adjunto adverbial (= lugar em que, no qual).

Dentre as oito orações analisadas, cinco apresentaram erros quanto ao uso indevido dos pronomes relativos e/ou das preposições que devem acompanhá-los. Nesses casos, a origem dos erros foi o desconhecimento sobre regência verbal, já que os pronomes relativos devem vir sempre após a preposição que rege o verbo principal da oração relativa.

4. Da teoria à prática: estudos dos pronomes mais empregos na língua portuguesa

4.1 Emprego e uso Onde, aonde:

O pronome onde refere-se a lugar físico e indica permanência: “A casa onde ele mora”. “O parque onde as crianças brincam”. “A empresa onde ele trabalha.”

Pode ser, ainda, advérbio interrogativo (em que lugar): Onde ele está?

A utilização incorreta do pronome onde ocorre em geral quando o sentido de lugar não existe na oração, e o correto seria utilizar o pronome que: “É uma conclusão, onde ela acredita que esteja correta”.

Sugestão: É uma conclusão que ela acredita que esteja correta (ou “que ela acredita estar correta”).

Onde vem sendo cada vez mais utilizado sem referência a lugar, simplesmente equivalendo a em que ou no qual, o que é condenado pelas gramáticas normativas:

A tese onde...
 O livro onde...
 No caso onde...
 Teoria onde...
 A entrevista onde...
 Um negócio onde...
 Uma situação onde...

Aonde, por sua vez, a contração de a + onde, significa para onde, ou seja, implica direção e deve ser utilizado apenas com verbos de movimento. Portanto, a oração: ‘Não sabiam aonde ele estava.’ não é correta, pois não há ideia de movimento na frase. Já as frases seguintes estão corretas: “Não sei aonde ele quer chegar”. “Aonde vamos?”

4.2 Emprego do pronome *que*:

Que é um pronome de referência a pessoas ou coisas, e corresponde a o qual, a qual, os quais e as quais, embora nem sempre um possa substituir o outro. O pronome *que* se refere sempre a um nome ou a um pronome.

A variedade de funções sintáticas desempenhadas pelo pronome *que* exige diversas preposições: a casa a que vou; os elementos com que conto; os recursos de que disponho; as razões em que se baseiam.

Talvez o uso inadequado mais comum do pronome relativo ocorra na introdução de uma oração adjetiva, que deixa na verdade a oração principal incompleta (lembro que orações subordinadas serão abordadas com mais profundidade em sintaxe):

O marketing, que auxilia as empresas a venderem seus produtos.

Sugestão: O marketing auxilia as empresas a venderem seus produtos. Ou: O marketing, que auxilia as empresas a venderem seus produtos, é essencial para as empresas hoje em dia.

A globalização da economia mundial, que tem rompido barreiras e fronteiras do comércio exterior, em todo o mundo.

Sugestão: A globalização da economia mundial tem rompido barreiras e fronteiras do comércio exterior, em todo o mundo.

4.3 Emprego e uso do pronome *cujo*:

O pronome *cujo* tem o significado de: dele (dela), do qual (da qual) etc.

O uso inadequado do pronome relativo *cujo* está em geral associado ao uso de artigo:

Tivemos que alterar o preço do produto X, cuja as vendas diminuiram.

Sugestão: Tivemos que alterar o preço do produto X, cujas vendas diminuiram.

No valor de *cujo* se inclui o valor de um artigo definido, então não se prevê o uso de um artigo definido após *cujo*. Todos os exemplos a seguir, portanto, estão incorretos: *cujo o responsável*, *cujo o título*, *cuja a inflação*, *cuja a equipe*, *cuja a atuação*. Outro erro comum é a expressão ‘*cujo qual*’.

O pronome *cujo* tampouco funciona para a indefinição, não podendo, portanto ser seguido de artigo indefinido:

O rapaz cuja uma atitude me impressiona

A calça cujas umas das partes o capim cheio de água molhava.

Ocorre também uma série de erros no emprego dos pronomes relativos que se explicam pela concordância e pela sintaxe, e que serão estudados posteriormente. O principal segredo para o uso apropriado do pronome relativo é a identificação do termo ao qual ele se refere no período

5. Emprego dos pronomes relativos aplicados em orações

5.1 Os pronomes relativos virão precedidos de preposição se a regência assim determinar

Havia condições	a	que	nos opúnhamos. (opor-se a)
Havia condições	com	que	não concordávamos. (concordar com)
Havia condições	de	que	desconfiávamos. (desconfiar de)
Havia condições	–	que	nos prejudicavam. (= sujeito)
Havia condições	em	que	insistíamos. (insistir em)

5.2 Análise gramatical da função do emprego dos pronomes e adequações linguísticas

O pronome relativo **quem** se refere a uma pessoa ou a uma coisa personificada.

*Não conheço a médica **de quem** você falou.
Esse é o livro **a quem** prezo como companheiro.*

Quando o relativo **quem** aparecer sem antecedente claro é classificado como **pronome relativo indefinido**.

***Quem** atravessou foi multado.*

Quando possuir antecedente, o pronome relativo **quem** virá precedido de preposição.

*João era o filho **a quem** ele amava.*

O pronome relativo **que** é o de mais largo emprego, chamado de **relativo Universal**, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural.

*Conheço bem a moça **que** saiu.
Não gostei do vestido **que** comprei.
Eis os instrumentos **de que** necessitamos.*

O pronome relativo **que** pode ter por antecedente o demonstrativo o (a, os, as).

*Sei **o que** digo.* (o pronome **o** equivale a **aquilo**)

Quando precedido de preposição monossilábica, emprega-se o pronome relativo **que**. Com preposições de mais de uma sílaba, usa-se o relativo **o qual** (e flexões).

*Aquele é o machado **com que** trabalho.
Aquele é o empresário **para o qual** trabalho.*

O pronome relativo **cujo** (e flexões) é relativo possessivo equivale a **do qual, de que, de quem**. Deve concordar com a coisa possuída.

*Cortaram as árvores **cujos** troncos estavam podres.*

O pronome relativo **quanto, quantos e quantas** são pronomes relativos quando seguem os pronomes indefinidos **tudo, todos ou todas**.

*Recolheu **tudo** quanto viu.*

O relativo **onde** deve ser usado para indicar lugar e tem sentido aproximado de **em que, no qual**.

*Esta é a terra **onde** habito.*

Onde é empregado com verbos que não dão ideia de movimento. Pode ser usado sem antecedente.

*Nunca mais morei na cidade **onde**.*

Aonde é empregado com verbos que dão ideia de movimento e equivale a **para onde**, sendo resultado da combinação da preposição **a** + **onde**.

*As crianças estavam perdidas, sem saber **aonde** ir.*

6. Revisor e interlocutor

Os revisores realizam uma leitura prévia do texto buscando compreensão e familiaridade, por vezes, angustiante, já que, textos sem clareza, tornam a leitura cansativa.

Escritores, ao escreverem seus textos, devem avaliar que escrevem para diferentes leitores, sendo fácil entender a si mesmo, difícil e se fazer entender. Competindo aos revisores textuais, ler várias vezes os textos, para torná-los melhores aos leitores.

Segundo Yamazaki (2007):

É importante que os editores conheçam o espectro de usos linguísticos possíveis, assim como o espectro dos estigmas que acompanham esses usos, para que decida de modo consciente, o que adotar. É essencial compreender a pluralidade linguística, para não eleger suas próprias normas e aplicar suas opções. (YAMAZAKI, 2007, p. 10)

Ninguém escreve para não serem lidos os escritores que desejam tornar seu texto público querem despertar a atenção do leitor. A responsabilidade do autor é cobrada quanto à unidade do texto, clareza, não contradição, correção, etc.

Uma explicação é a situação em que o professor considera certos textos de alunos, compreensíveis, mas inaceitável estando o professor cobrando, que o aluno assuma a posição de autor (Orlandi, 1996, p.09).

Os autores criam imagens de pessoas muito exigentes, que irão ler seus textos e julgá-los bons ou ruins. Podendo fazer propagandas tanto positivas quanto negativas. Os autores que buscam sucesso querem despertar a curiosidade.

Martins (1994, p. 60) cita que tudo o que lemos, é uma visão de mundo, de um sistema de ideias e técnicas, comprometendo o autor com o que produz e, com seus possíveis leitores. Existindo relação entre texto e ideologias, por ser inerente à intenção do autor, tornando-se elementos de ligação entre ele e os leitores. Os revisores posicionam-se como leitores dos textos analisando se os textos dizem tudo o necessário por si só se serão necessárias explicações dos autores. Os textos são contextos com sentidos construídos pela ação dos que neles estavam envolvidos.

Os leitores conhecerão o conceito dos autores, suas ideologias e estilo, ao lerem os textos e, buscando justamente desses itens e alguém com capacidade de raciocínio que os fascinem.

Por isso, as necessidades da revisão onde autores precisam se apresentar bem, diante dos leitores que, geralmente, devoram os textos. Os revisores textuais contribuem para que os leitores sejam fascinados pelos textos, e não os repudie. (MALTA, 2000).

Considerações finais

A sociedade moderna em relação à produção escrita em língua portuguesa tende a aumentar, valorizando a cada dia o trabalho do revisor de textos.

Para os revisores as leituras, são estratégias para adquirir compreensão, cultura, linguística e seguir a velocidade da informação. Bons revisores devem ter conhecimentos da língua que desenvolvem seu trabalho, ter uma cultura

abrangente e aquisição de conhecimento.

Com o surgimento da informática, pensaram que as tecnologias, como a ferramenta de correção do programa Word, poderiam substituir o revisor. Porém, apesar de importante, é passível de erro, ficando, dependente do intermediário do revisor.

Atualmente os trabalhos dos revisores são bem mais complexos e requer maior qualificação, atenção e dedicação. Um livro tem de passar pelas revisões das três provas, mesmo assim, é possível encontrar erros. Possibilitando aos autores obterem sucesso por uma publicação bem revisada é maior.

Um texto claro e coerente pode ser atraente ao leitor. Os revisores têm autoridade de alterar textos de outrem, para torná-los melhores, facilitando ao leitor construir sentidos ou clarear os sentidos dos autores que querem dar aos seus textos. Revisor e autor, estão envolvidos no processo de colocar os textos mais claros e legíveis possíveis, lembrando, que o revisor deve ter sempre em vista seus limites.

O objetivo geral deste artigo foi mostrar o trabalho do revisor de textos e quais habilidades são cobradas em sua profissão. Observa-se, através da reflexão da leitura da bibliografia, mudou o perfil com a criação de novas tecnologias e o mercado editorial.

Diante desse novo perfil do revisor, os profissionais precisam urgentemente se motivar a adquirir habilidades adicionais. Outro aspecto é a reformulação das pessoas que integram este mercado de trabalho, bem como a formação continuada dos profissionais que já atuam no mercado.

A normalização textual é uma questão alvo de estudos pela ABNT, há mais de trinta anos e possuindo ampla aceitação do mercado editorial, acadêmico e científico fato importantíssimo e que não pode ser deixado de lado. O presente artigo mostrou que o perfil do revisor sofreu mudanças e que é preciso que estes especialistas se adéquem a esse mercado em expansão. A formação e atuação do profissional revisor de textos não são simples requerendo o esforço e apropriação do que lhe é exigido.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 37.ed.rev.e ampl.16ª, Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRASIL. PCNs Língua Portuguesa - Ensino Fundamental Brasil. Secretaria

- de Educação. Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- LIMA, R. B. *Estudo da norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico-científicos*. 2003.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 06. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1985.
- MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: Editora WVC, 2000.
- MARTINS, Maria Helena. *O Que é Leitura*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 74).
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 03. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1996. (Coleção passando a limpo).
- OLIVEIRA, Magno de Aroldo. *Gramática: perspectivas científicas e ideológicas*. Revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais. Revista Querubim – 2006/02.
- YAMAZAKI, Cristina. *Editor de texto: quem é e o que faz*. São Paulo, 2007.

Recebido em 25 de junho de 2017.

Aceito em 18 de agosto de 2017.

COLABORADORES DESTES NÚMERO

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO possui doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente, é professora efetiva do Curso de Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Atua na área de Linguística com ênfase em Sociolinguística e Dialetologia. Coordena o projeto Retratos sociolinguísticos de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do falar de Fortaleza-CE e participa da equipe do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), além de ser pesquisadora no Projeto ASFOR: aspectos Morfossintáticos do falar de Fortaleza: uma abordagem variacionista.

ANYA KARINA CAMPOS D'ALMEIDA é doutora e mestre em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em Gramática da Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde também se graduou em Administração (2001) e Direito (2003). Atualmente, é professora voluntária na Faculdade de Letras da UFMG e assistente no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais.

CARLA SOFIA LIMA BARREIRA ARAÚJO é professora adjunta do Departamento de Português, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Portugal. É doutorada em Ciências da Linguagem (especialização em Linguística Aplicada). A Semântica Lexical, a Linguística de Corpus e o Ensino do Português como Língua Materna e não Materna constituem as suas principais áreas de investigação.

CARLOS ASSUNÇÃO é professor catedrático de Linguística Portuguesa, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Portugal. É doutorado e agregado em Linguística Portuguesa. A Crítica Textual, a Historiografia Linguística e a Linguística Aplicada são as suas principais áreas de ensino e de investigação.

CHRISTIANO TITONELI SANTANA tem doutorando em Estudos de Linguagem/Linguística (UFF), mestre em Estudos de Linguagem/Linguística (UFF), especialista em Língua Inglesa (PUC-Rio) e em Leitura e Produção de Texto (UFF). Atualmente, é professor de Língua Inglesa no IFNMG. Sua pesquisa

volta-se aos temas: análise de discurso, tradução, autoria, língua estrangeira. Tem experiência em tradução e revisão textual desde 2007.

CÍNTIA DE MOURA PINTO é mestranda em Letras pela Universidade Feevale/RS (2017); graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Feevale/RS (2014) e curso Técnico em Tradutor e Intérprete de Língua Inglesa pelo Colégio 25 de Julho/RS (2004). Atualmente é professora titular de Língua Inglesa na Escola de Educação Básica Feevale - Escola de Aplicação Feevale/RS e pesquisadora do Programa de Aperfeiçoamento Científico da Universidade Feevale/RS na área de Linguística, linguagens em contexto, e processos de produção e tessitura textual em Língua Portuguesa.

DAVID SUELELA é mestre em Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários pela Universidade da Beira Interior e doutorando do Curso de Linguística da Universidade de Évora. Tem-se dedicado ao estudo da variedade angolana do português, nomeadamente na área da sintaxe. É investigador do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora.

DIELI VESARO PALMA é doutora em Linguística Aplicada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com Estágio Pós-Doutoral em Língua Portuguesa, na Universidade do Porto. Dedicar-se a pesquisas nas áreas da Historiografia Linguística, da Linguística Cognitiva e da Formação de Professores. Atualmente, é professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP.

KLEIBSON SILVA é especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade Frassinetti do Recife. Graduado pela Faculdade São Miguel na área de Letras com ênfase em Língua Portuguesa, Inglesa e suas Literaturas. É professor de Língua Portuguesa, Produção Textual, Literatura e Língua Inglesa do Estado de Pernambuco e no Colégio Disneylândia. Atua também como revisor de textos e corretor de redações.

MARIA DO CÉU FONSECA é professora auxiliar com agregação da Universidade de Évora. As suas áreas de investigação são a Historiografia Linguística e os estudos de sintaxe, áreas onde tem publicado trabalhos. É investigadora

do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora.

MARIA LIDIANE DE SOUSA PEREIRA é doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui graduação em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente, é bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro colaborador do projeto Retratos sociolinguísticos de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do falar de Fortaleza – CE. Atua nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista e Estilística.

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia, mestrado e doutorado em Linguística pela mesma instituição, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa, financiado pela Capes. É pesquisadora do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – financiado pela Fapesb –, que faz parte do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde é professora adjunto B da subárea de Linguística.

NEUSA MARIA OLIVEIRA BARBOSA BASTOS é pós-doutor pela Universidade do Porto/Portugal. Concluiu o doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1987. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em suas atividades profissionais, interagiu com 30 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Dedicou-se à pesquisa nos seguintes campos: língua portuguesa, ensino de língua, linguística aplicada, gramática, gramaticografia, análise do discurso, discurso, historiografia linguística, história da língua e comunicação.

POLLIANA TEIXEIRA ALVES possui mestrado em Linguística pelo Programa de pós-graduação em Linguística-UESB. Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência em Linguística com enfoque em conhecimento linguístico em aspectos segmentais e suprasegmentais de línguas naturais.

PRISCILA STARLINE ESTRELA TUY BATISTA possui Graduação em Letras Vernáculas (2013) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e

Mestrado em Estudos Linguísticos (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da mesma instituição. Integrante do Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

RICARDO SANTOS DAVID é licenciado Letras (língua materna e língua estrangeira) e bacharel em Linguística. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Formação de Professores. Pós-Doutorado em Educação: Formação de Professores e Psicologia Educacional nos Estados Unidos. Mestrado em Educação: Formação de Professores e Novas Tecnologias, Espanha. Doutorado em Educação: Formação de Professores e Novas Tecnologias pela mesma instituição. Professor, pesquisador e coordenador no centro de estudos da linguagem em língua materna e línguas estrangeiras. Desenvolve material didático para os cursos de Mestrado em Comunicação, Educação, Linguística e Linguística Aplicada (língua inglesa e língua espanhola). É coordenador dos Cursos de especialização presenciais e a distância pela Univerisdad Europea del Atlántico: América Latina e Europa

ROLF KEMMLER possui mestrado em Filologia Românica pela Eberhard-Karls Universität Tübingen, doutorado em Filologia Românica pela Universidade Bremen e Agregação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Sócio correspondente estrangeiro da Academia das Ciências de Lisboa, atualmente é professor auxiliar convidado no Departamento de Letras da UTAD. É membro integrado do Centro de Estudos em Letras e do Centro de Linguística da Universidade do Porto, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As suas principais áreas de interesse são: historiografia linguística portuguesa, latino-portuguesa e luso-alemã, história da língua e ensino das línguas portuguesa, espanhola e alemã.

ROSEMARI LORENZ MARTINS é doutora em Letras pela PUC-RS (2013); mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS (1999); especialista em Linguística do Texto e Graduada em Letras – Português/Alemão pela Unisinos (1993). Atualmente é coordenadora do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Feevale/RS, assessora de pós-graduação *Stricto Sensu*, professora permanente do Mestrado Profissional em Letras, professora colaboradora do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social e professora do curso de Letras da Universidade Feevale. Atua como pesquisadora nos grupos de pesquisa Linguagens e Manifestações Culturais e Informática na Educação. Tem expe-

riência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, linguagem, aquisição da linguagem e letramento, variação linguística e ensino.

SÔNIA COELHO é professora auxiliar em Linguística Portuguesa no Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e membro integrado do Centro de Estudos em Letras, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutorada em Historiografia Linguística, mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas e licenciada em Português, Latim e Grego. As suas principais áreas de interesse são: historiografia linguística, história da língua, o ensino da língua portuguesa e áreas críticas da língua portuguesa.

SUELI MARIA COELHO é licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. Possui mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é Professora Adjunta IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação. Desenvolve pesquisas na área de sintaxe, dedicando-se à investigação de problemas relacionados à gramaticalização e à variação e mudança linguística.

TATIANE DE ARAÚJO ALMEIDA STUDART DE GUIMARÃES é doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela UECE. Atualmente, é graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). É membro colaborador do projeto Retratos sociolinguísticos de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do falar de Fortaleza - CE e é bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

THAÍS DE ARAUJO DA COSTA é doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS).

VERA PACHECO possui graduação em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2001), graduação em Letras pela Universidade Estadual

de Campinas (2002), Bacharelado Em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (2002), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2003), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2006) e pós-doutorado pela Universidade Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Araraquara. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise acústica, percepção da fala e prosódia.

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO é graduada em Letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Cumpriu estágio de pós-doutorado em Linguística de *Corpus*, também pela Unicamp. Atualmente é professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando em diversos programas de pós-graduação. Coordena o Projeto CE-DOHS - *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (www.uefs.br/cedohs) e o Projeto Vozes do Sertão em Dados: *história, povos e formação do português brasileiro*, financiados, respectivamente, pela Fapesb e pelo CNPq. É membro do Programa para a História do Português (Prohpor) e do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), desde a sua fundação, em 1997.